

Revista GaLEGa
de filoloxía

monografía 10

Novas perspectivas linguísticas no espaço galego-português

Maria Aldina Marques
Xosé Manuel Sánchez Rei
(editores)

Revista galega
de filoloxía

monografía **10**

Maria Aldina Marques

Xosé Manuel Sánchez Rei (editores)

Novas perspetivas linguísticas no espaço galego-português

ÁREA DE FILOLOXÍAS GALEGA E PORTUGUESA

Director: Xosé Ramón Freixeiro Mato (Universidade da Coruña)

Subdirector: Xosé Manuel Sánchez Rei (Universidade da Coruña)

Secretario: Xoán López Viñas (Universidade da Coruña)

Edita: Área de Filoloxías Galega e Portuguesa
Departamento de Galego-Portugués, Francés e Lingüística

Depósito Legal: C 728-2015

ISBN: 978-84-9749-620-9

Distribúe: Consorcio Editorial Galego: pedimentos@coegal.com

Deseño: Torné Asociados

Maquetación: Antonio Souto

Índice

Introdução <i>Maria Aldina Marques / Xosé Manuel Sánchez Rei</i>	7-10
Um estudo comparativo sobre o conhecimento do sistema pronominal português por parte de Falantes de Português Língua de Herança e Falantes de uma Língua Segunda <i>Cristina Flores / Esther Rinke</i>	11-33
A estilística no âmbito galego, português e brasileiro <i>Xosé Ramón Freixeiro Mato</i>	35-65
A inflexão erudita do português clássico segundo fontes metalinguísticas monolingues e multilingues: restauração de sequências consonânticas etimológicas <i>Anabela Leal de Barros</i>	67-88
O Discurso Direto em interações orais coloquiais <i>Maria Aldina Marques</i>	89-109
Achegamento ás implicacións sintácticas da escrita electrónica en lingua galega <i>Estefanía Mosquera Castro</i>	111-131
Hiperestrutura em textos mediáticos de divulgação científica para crianças <i>Rui Ramos / Maria Aldina Marques / Isabel Margarida Duarte</i>	133-149
Os inicios da investigación sobre a variación lingüística no galego <i>Xosé Manuel Sánchez Rei</i>	151-173
Mecanismos linguísticos em publicidade: a construção dos conceitos de perfeição e de eternidade <i>José Teixeira</i>	175-199
Internet e as linguas subordinadas: aproximación ao caso das linguas galega e maorí <i>Luz Varela Armas</i>	201-231

Revista GALEGa
de filoloxía

monogRAFía 10

Novas perspectivas linguísticas

no espaço
galego-português

Maria Aldina Marques
Xosé Manuel Sánchez Rei
(editores)

Introdução

Desde há tempos, a Universidade da Corunha (UDC) e a Universidade do Minho (UMINHO) mantêm uma muito produtiva relação de intercâmbios, mobilidade do estudantado e do professorado, projetos e cooperação pesquisadora no âmbito humanístico, o que sem dúvida é enormemente positivo para as duas instituições académicas e também para o avanço da reflexão científica da Linguística e da Filologia na Galiza e em Portugal. Neste sentido, desde a direção da *Revista Galega de Filoloxía* (RGF), publicação vinculada à Área de Filologia Galega e Portuguesa da UDC, propõe-se agora uma nova hipótese de colaboração entre ambas as universidades, consistente na edição de trabalhos inovadores no âmbito da linguística galego-portuguesa elaborados por integrantes do Departamento de Estudos Portugueses e Lusófonos do Instituto de Letras da UMINHO e por membros da referida Área de Filologias Galega e Portuguesa da UDC. É assim que nasce este volume, o qual recolhe vários contributos feitos por professorado que desenvolve o seu labor académico-investigador ligado aos antecitados núcleos. Todos os textos que enformam a presente *Monografia 10* da RGF foram submetidos a um processo de revisão por pares, de forma a garantir a adequação do seu conteúdo às exigências de uma publicação como a RGF.

Como o público leitor poderá verificar, o conjunto de artigos dados aqui a lume é muito variado quanto aos temas explorados e mostra a polifonia de linhas de investigação que se desenvolvem presentemente no Departamento de Estudos Portugueses e Lusófonos da UMINHO e na Área de Filologia Galega e Portuguesa da UDC. Assim, por exemplo, contributos centrados na estilística, no grau de conhecimento do sistema pronominal português em falantes de L2 ou de língua de herança, nos traços sintáticos do discurso eletrónico, na situação do galego e do maori relativamente à sua projeção na Internet, na análise do discurso indireto, etc. dão corpo a uma obra que se torna um bom exemplo de algumas das atuais orientações de pesquisa que há nos dois referidos organismos.

O primeiro trabalho é da autoria de Cristina Flores e Esther Rinke, as quais fazem “Um estudo comparativo sobre o conhecimento do sistema pronominal português

por parte de Falantes de Português Língua de Herança e Falantes de uma Língua Segunda” com o objetivo de “comparar o conhecimento linguístico de falantes monolíngues residentes em Portugal, falantes bilingues que adquirem o português em contexto de imigração enquanto língua de herança e falantes que têm como primeira língua o alemão e adquirem o português como língua segunda”. A metodologia usada pelas autoras assenta numa Tarefa de Juízos de Gramaticalidade baseada no sistema clítico do português europeu, aplicada a estas três categorias de falantes, a fim de determinar as semelhanças e diferenças existentes.

A seguir, Xosé Ramón Freixeiro Mato, com o artigo “A estilística no âmbito galego, português e brasileiro”, partindo da elementar unidade linguística galego-portuguesa nas três modalidades existentes na Galiza, Portugal e no Brasil, formula uma muito interessante aproximação aos estudos sobre a estilística nesses países, salientando o modo em que nasce a estilística como herdeira da retórica latina, dando conta do estado dos estudos galegos sobre estilística e sublinhando a inexistência de trabalhos equivalentes até à publicação da *Estilística da Língua Galega*, a ponderar a relevância da *Estilística da Língua Portuguesa* de Manuel Rodrigues Lapa no marco de tais trabalhos e a preocupação do autor de Anadia pela causa do galego, pondo em relevo as principais obras publicadas no Brasil e concluindo com umas atinadas observações sobre as relações entre a gramática e a estilística na Galiza e no Brasil. Nelas, o autor assinala as diferenças e similitudes entre o país europeu e o americano, sobretudo no desigual valor da gramática normativa em cada contexto: se para o Brasil, “a defesa da gramática normativa pode resultar excessiva, excluín-te e ameaçante para a enriquecedora variedade expresiva do idioma, na Galiza a defesa e potenciación dunha gramática normativa flexível mais auténtica tór-nase imprescindível para a propia sobrevivencia do galego”.

“A inflexão erudita do português clássico segundo fontes metalinguísticas monolíngues e multilingues: restauração de sequências consonânticas etimológicas” é o título do trabalho apresentado por Anabela Barros, que se debruça sobre questões da simplificação de grupos consonânticos do Português, a partir do século XVI, em gramáticas e dicionários bilingues e multilingues a que a autora atribui especificidades particularmente importantes para compreender essas mudanças: “a análise das gramáticas e dicionários bilingues e multilingues com participação do português oferece-nos uma faceta complementar e enriquecedora...”. Assim, a metodologia usada pretende “observar evolutivamente o fenómeno da assimilação ou redução de grupos consonânticos hoje restaurados a partir do discurso das gramáticas portuguesas quinhentistas [...] e as setecentistas [...], ou seja, apreciando a mudança ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII”, para passar de seguida à comparação “...[d] esses dados com os patentes em obras lexicográficas e gramaticográficas bilingues e multilingues”. A produção lexicográfica e gramaticográfica sino-portuguesa fornece à autora abundantes exemplos que corroboram a sua análise.

Maria Aldina Marques toma como objeto de análise um *corpus* do falar bracarense para explorar “O Discurso Direto em interações orais coloquiais”. Tendo como pano de fundo o ensino de Português a estrangeiros, a autora considera que o “Discurso Relatado [...] [se] apresenta como uma área crítica do ensino/aprendizagem do Português Língua não Materna (PLnM)”, insuficientemente tratado ou mesmo esquecido nos manuais existentes no mercado. O discurso direto “tem sido objeto de investigação em Português Europeu, mas são análises que privilegiam a escrita e o texto literário”. No quadro de uma análise dos discursos de base enunciativa, aborda esta problemática estabelecendo como objetivo a identificação da relação entre discurso direto e coloquialidade, pela atenção a marcas linguístico-textuais de construção desta modalidade do discurso relatado, em particular o modo como o locutor integra o discurso citado no seu próprio discurso. A análise do discurso atributivo, nas estruturas lexicais e sintáticas que o caracterizam, põe em relevo algumas das especificidades dessa linguagem coloquial.

O contributo de Estefanía Mosquera Castro, intitulado “Achegamento ás implicacións sintácticas da escrita electrónica en lingua galega”, assinala de uma forma inovadora os traços sintáticos mais relevantes que se atestam no discurso digital redigido em galego. Assim, assuntos tais como a geral simplificação na expressão, a documentação de casos de fonética sintática, a deteção de uma tendência para o aligeiramento nas estruturas morfossintáticas, etc. constituem vários dos temas a que autora concede atenção, para concluir, como ela própria afirma, que as características técnicas “das aplicacións, as limitacións de espazo, o tamaño dos dispositivos electrónicos e, sobre todo, as necesidades do usuariado –que cada vez valoriza máis a rapidez nas comunicacións– serán os principais condicionantes desta revolución gráfica”.

No sexto trabalho, Rui Ramos, Maria Aldina Marques e Isabel Margarida Duarte abordam a construção da “Hiperestrutura em textos mediáticos de divulgação científica para crianças”. Como os autores estabelecem desde o início, o objetivo é analisar “aspetos da estrutura e do funcionamento de textos de divulgação científica mediática destinados a crianças, publicados em duas revistas generalistas visando este público, em Portugal”. A atenção a este alocutário/leitor específico determina um conjunto de características deste género discursivo, pormenorizadamente elencadas e analisadas. Entre outras particularidades, apontam o facto de estes textos serem marcados por traços de didaticidade e privilegiarem uma organização hipertextual que “manifesta a presença do alocutário no processo de produção”.

Com o título “Os inicios da investigación sobre a variación lingüística no galego”, Xosé Manuel Sánchez Rei faz um percurso pelas primeiras reflexões em matéria dialetal pensadas para a realidade linguística da Galiza. Para isso, parte das referências de autores setecentistas (o padre Sarmiento e o padre Sobreira) e chega até aos dados que figuram nas gramáticas galegas dos séculos XIX e do primeiro

quartel do século XX. No seu conxunto, excetuando algun caso muito concreto, a maior parte dessas informacións corresponde a impresións e intuicións individuais sem fundamentos científicos, mas, como Sánchez Rei expõe, posúen o seu valor particular no sentido de principiarem a análise “sobre a variación lingüística detectábel nas falas galegas”, “estimularen, por contestación ou por adhesión, o debate sobre a diversidade dialectal do galego” e “serviren como punto de partida para ulteriores traballos dotados” de um maior rigor científico.

José Teixeira envereda pelo campo da publicidade, com um trabalho intitulado “Mecanismos lingüísticos em publicidade: a construção dos conceitos de perfeição e de eternidade”. Numa análise bem argumentada, multimodal, o autor aborda as interseções da publicidade com a religião na sociedade moderna, para se interrogar sobre “O papel da linguagem na construção dos mitos da perfeição e da eternidade”. Na construção discursiva dos objetos a promover, a metaforização adquire um papel central, ainda que não único, como sublinha o autor, que, ciente de que “a metaforização concetual é um dos mais eficazes mecanismos lingüístico-cognitivos, na publicidade”, explora os modos de argumentação, implícita ou explícita, convocados na publicidade ao serviço da persuasão comunicacional.

Finalmente, serve como ramo a esta edição o texto de Luz Varela Armas, “Internet e as linguas subordinadas: aproximación ao caso galego e maori”, o qual põe em destaque como as linguas minorizadas conhecem percursos sociais e históricos nem sempre idênticos, mas em muitos casos equivalentes relativamente a processos de colonização e imposição da cultura estrangeira. Neste sentido, salienta a importante ferramenta que é a Rede para coadjuvar no caminho da recuperação e da dignificação da língua e da cultura próprias. Para isso, compara o caso galego com a situação maori para, a seu ver, poder verificar que enquanto na Galiza “a situación actual é negativa [...], no caso maorí é realmente crítica”, o que transparece tamén na Internet, espelho presentemente da projeção real de um idioma.

Em síntese, voltando a uma das ideias apontadas ao início, os trabalhos que enformam o presente volume servem como uma fidedigna carta de apresentação de algumas das linhas de pesquisa que se desenvolvem no Departamento de Estudos Portugueses e Lusófonos da UMINHO e na Área de Filologia Galega e Portuguesa da UDC. Coadjuvarem no sempre necessário debate científico e aprimorarem os conhecimentos sobre lingüística e filologia galego-portuguesa são os principais objetivos que perseguem os textos aqui dados a lume; se em algo o conseguirem, as pessoas responsáveis desta edição dar-se-ão por satisfeitas.

Braga / Corunha, fevereiro-março de 2015

Maria Aldina Marques (UMINHO)

Xosé Manuel Sánchez Rei (UDC)

Revista GALEGa
de filoloxía

monogRAFía 10

**Novas perspectivas
linguísticas**

**no espaço
galego-português**

*Maria Aldina Marques
Xosé Manuel Sánchez Rei
(editores)*

Um estudo comparativo sobre o conhecimento do sistema pronominal português por parte de Falantes de Português Língua de Herança e Falantes de uma Língua Segunda

Cristina Flores
Universidade do Minho

Esther Rinke
Goethe-Universität Frankfurt

1. Introdução

A aquisição da língua portuguesa pode dar-se em diferentes contextos, impulsionando diferentes processos de aquisição. Por sua vez, os diferentes tipos de aquisição podem levar a diferentes tipos de conhecimento da língua. O primeiro processo a referir quando falamos de aquisição do português diz respeito à sua aquisição em contexto monolíngue por crianças que crescem num país em que a língua portuguesa é a língua oficial e é a única falada no seio da família. Este é o contexto de aquisição tipicamente designado de aquisição nativa da língua (L1), que caracteriza a maioria das crianças portuguesas que crescem em Portugal (ou as brasileiras que crescem no Brasil). Um outro contexto é aquele que encontramos em países PALOP como, por exemplo, em Cabo Verde, em que o português é língua oficial, mas não é língua de comunicação do seio da maioria das famílias cabo-verdianas. Em geral, o primeiro contacto intensivo com o português ocorre aquando da entrada na escola primária. Nestes casos, o português é uma língua segunda (L2), adquirida ainda na infância (L2 infantil) e o conhecimento linguístico dos falantes cabo-verdianos difere em alguns domínios do conhecimento de falantes portugueses (Alexandre 2015). O português pode, ainda, ser adquirido em fase adulta (L2 tardia), por exemplo, por emigrantes que vêm viver para Portugal, ou por estudantes que nos seus países de origem decidem aprender português. Finalmente, temos os casos das famílias portuguesas ou lusodescendentes que vivem em contextos de emigração e usam o português, a sua língua de origem, sobretudo na comunicação no seio da família. As segundas (e terceiras) gerações de emigrantes, habitualmente, crescem em contextos de bilinguismo, com o contacto diário a duas línguas, a língua maioritária do país de acolhimento e a língua de origem da família. Estes casos de aquisição do

português como língua minoritária em contexto de emigração são designados de aquisição de uma língua de herança (LH) (Flores 2014). São vários os fatores que distinguem os diferentes tipos de aquisição: (i) a idade do primeiro contacto com o português, (ii) o tipo e a quantidade de exposição diária à língua, (iii) o grau de instrução formal em português ou (iv) fatores relacionados com a motivação para a aprendizagem desta língua, a identificação cultural, o seu estatuto sócio-político.

O objetivo do presente trabalho consiste em contribuir para a perceção das semelhanças e dissimilaridades entre três contextos de aquisição distintos: a aquisição do português em contexto monolíngue, como língua de herança em contexto de bilinguismo precoce e como língua segunda em contexto de aquisição tardia. Serão apresentados os resultados de uma Tarefa de Juízos de Gramaticalidade (TJG), centrada no conhecimento de várias propriedades do sistema pronominal português, aplicado a três grupos distintos de falantes do português europeu, que representam os três tipos de aquisição do PE acima referidos.

2. Os fatores idade, tipo e quantidade de exposição linguística

Um vasto número de estudos que comparam diferentes tipos de aquisição linguística tem mostrado que o percurso de aquisição precoce de duas línguas pouco se distingue da aquisição monolíngue de apenas uma língua, nos vários domínios da língua. As etapas de aquisição morfossintática são semelhantes em ambos os tipos de aquisição, podendo revelar diferenças quantitativas no ritmo de aquisição, mas não diferenças qualitativas (Meisel 2001). Também no domínio fonético, crianças bilingues tendem a apresentar um processo de aquisição muito semelhante a crianças monolíngues (Almeida 2011), sobretudo se tiverem exposição equilibrada às duas línguas desde a nascença. Porém, em muitas situações de bilinguismo, a exposição às duas línguas não é equilibrada, pois a criança tem muito mais contacto com uma das línguas do que com a outra. Geralmente, este é o caso de crianças de origem imigrante após a sua entrada na escola ou no infantário. Em muitos casos, a criança passa a ter muito mais contacto com a língua do país de acolhimento do que com a língua de herança, falada no seio da família e, por vezes, em aulas extra-curriculares de língua de herança.

Segundo vários autores, o contacto reduzido com uma língua influencia o seu processo de aquisição, levando ao desenvolvimento de uma competência linguística particular (Montrul 2008; Rothman 2007), distinta da competência monolíngue. Segundo Montrul (2010a), a aquisição de uma língua de herança e o conhecimento linguístico adquirido distingue-se da aquisição e do conhecimento de uma segunda

língua. Mesmo assim, dependendo do fenómeno linguístico, os falantes de herança como os falantes de uma segunda língua podem apresentar estágios de fossilização parecidos e assim produzir o mesmo tipo de erros linguísticos, o que se deve ao facto de ambos terem contacto limitado com a língua-alvo. Vários autores também defendem que ambos os grupos apresentam idênticos processos de transferência interlinguística (Cuza & Frank 2010; Lipski 2008; Montrul & Foot & Perpignan 2008). Porém, em contraste com falantes L2, bilingues de herança têm contacto com a sua língua de origem desde a nascença e adquirem-na quase exclusivamente através de exposição naturalística. Uma diferença fundamental entre estes dois tipos de falantes é, por isso, a idade de início do processo de aquisição. Apesar de não existir, na literatura, consenso sobre o papel de fatores de maturação na aquisição linguística, é inegável que existem diferenças evidentes entre indivíduos que adquirem uma segunda língua na infância e indivíduos que apenas começam a aprender outra língua em fase pós-pubertária. Apoiantes de uma visão maturacional defendem que estas diferenças se devem ao fator idade, uma vez que, com o avançar da idade, a capacidade (inata) de aquisição da L1 diminui (Bley-Vroman 1990; Johnson & Newport 1989), o que –segundo alguns autores (p. ex. Pallier *et al.* 2003)– se deve a uma redução da plasticidade neuronal do ser humano. A esta diferença, relacionada com a idade de aquisição, acrescem os diferentes contextos de aquisição, que poderão estar relacionados com diferentes formas de aprendizagem e armazenamento do saber linguístico adquirido. Falantes L2 que adquirem a segunda língua em contexto de sala de aula têm sobretudo contacto com a norma-padrão, têm acesso ao registo escrito da língua-alvo e a instrução explícita de regras gramaticais. Por sua vez, falantes de herança são, em primeira linha, expostos à norma coloquial/oral da sua LH, têm um contacto mais reduzido com registos escritos mais formais e pouca ou nenhuma instrução formal na língua-alvo.

Por conseguinte, se os fatores ‘idade e contexto de aquisição’ de facto moldam o conhecimento linguístico do ser humano, espera-se que estes dois tipos de falantes apresentem competências linguísticas distintas, mesmo no caso de falantes L2 com uma proficiência muito elevada a nível da sua segunda língua. Uma diferença importante poderá estar relacionada com o tipo de conhecimento armazenado. Por aprenderem a língua em contexto de sala de aula, alguns autores defendem que falantes L2 têm mais conhecimento explícito e melhor consciência metalinguística do que falantes que adquirem a língua apenas através de exposição naturalística e a usam apenas em contextos orais (Bowles 2011; Bowles & Montrul 2009). Este dado poderá explicar o facto de, em vários estudos, falantes L2 apresentarem resultados semelhantes ou superiores aos de falantes de herança (FH) em testes escritos e que ativam sobretudo conhecimento explícito da língua. Já em testes orais e aqueles que assentam em saber linguístico implícito, FH tendem a apresentar proficiência semelhante a falantes monolíngues, superando os resultados de falantes L2 (Alarcón 2011; Montrul 2010b).

3. O estudo

O presente estudo vem complementar o trabalho apresentado em Rinke & Flores (2014), o qual comparava os resultados de falantes monolíngues e falantes de herança do português europeu com base num teste de juízos de gramaticalidade, centrado no conhecimento morfossintático do sistema clítico do PE. Complementando os dados do estudo anterior, este trabalho reporta os resultados de um terceiro grupo experimental, isto é, de falantes L2 com elevada proficiência a português cuja L1 é o alemão.

3.1. O sistema clítico do português europeu

Devido à sua complexidade, o sistema clítico do português europeu é um domínio da língua muito propício ao estudo do conhecimento linguístico de diferentes tipos de falantes. Por um lado, propriedades puramente sintáticas, como a posição do pronome clítico, co-existem com propriedades de interface, por exemplo a interface entre discurso e sintaxe, como no caso de estruturas de topicalização. Por outro lado, certas propriedades apresentam graus de ocorrência diferentes no discurso oral e escrito, como por exemplo as estruturas de subida do clítico. Existem ainda características do sistema de clíticos, como o uso de formas alomórficas ou a mesóclise, cuja aquisição é reforçada pela instrução formal. No presente estudo foram selecionadas e testadas algumas destas características, seguidamente apresentadas de forma sucinta.

Como a maioria das línguas românicas e em oposição ao alemão, o português possui um sistema de pronomes clíticos e fortes (tónicos) (cf. Tabela 1).

Pronomes fortes (dativo + acusativo)				Pronomes clíticos (dativo + acusativo)					
1. Sg.	<i>mim</i>	1.Pl.	<i>nós</i>	1.Sg.	<i>me</i>		1.Pl.	<i>nos</i>	
2.Sg.	<i>ti</i>	2.Pl.	<i>vós, vocês</i>	2.Sg.	<i>te</i>		2.Pl.	<i>vos</i>	
3.Sg.	<i>ele</i> (masc) <i>ela</i> (fem)	3.Pl.	<i>eles</i> (masc) <i>elas</i> (fem)	3.Sg.	<i>o</i> (masc acus) <i>a</i> (fem acus)	<i>lhe</i> (dat)	3.Pl.	<i>os</i> (masc acus) <i>as</i> (fem acus)	<i>lhes</i> (dat)

Tabela 1. Sistema pronominal do PE

Os pronomes fortes ocorrem tipicamente em posição de sujeito. Em posição de objeto, surgem em estruturas de redobro clítico (1a) ou de topicalização (1b). Em todas as outras posições de objeto, a ocorrência de pronomes fortes não é gramatical em Português Europeu (ao contrário do que é observado no Português

do Brasil). Assim, não se observam em PE a ocorrência de frases como (1c), com pronome forte em vez de um clítico acusativo de terceira pessoa. Também o uso de pronomes fortes em vez de pronomes clíticos dativos (como em 1d) é desviante, porém ocorre por vezes no discurso coloquial (Brito 2008). No alemão, estruturas como (1c) e (1d) representam o uso não-marcado dos pronomes objeto.

1. a) A Maria e o Pedro passaram pelo João a correr. O João viu-**a a ela**, mas não **a ele**
- b) A Maria e o Pedro passaram pelo João a correr. **A ela**, o João acenou, mas não viu o amigo
- c) A Maria e o Pedro passaram pelo João a correr. O João viu ***eles / -os** imediatamente
- d) A Maria e o Pedro passaram pelo João a correr. O João acenou ***a eles / -lhes** logo

Em alternativa à estrutura de topicalização apresentada em (1b), o PE também possui estruturas de deslocamento clítico (Duarte 1987), nas quais o objeto topicalizado é retomado por um pronome clítico, como exemplificado em (2).

2. A Maria e o Pedro passaram pelo João a correr. **A ela**, o João acenou-**lhe**, mas não viu o amigo

Como demonstra a Tabela 1 e é novamente exemplificado em (3a) e (3b), na terceira pessoa (do singular e do plural), o PE distingue as formas clíticas consoante o caso dativo e acusativo, respetivamente, atribuído pelo verbo. Neste âmbito é de destacar que na norma coloquial oral do PE parece existir alguma variação na seleção do caso do pronome clítico, sobretudo com alguns verbos como por exemplo o verbo ‘ajudar’ (Flores *et al.* 2015), como exemplificado na frase (3c), retirada do corpus de fala oral de Barbosa *et al.* (2014).

3. a) O João deu-**lhes** boleia
- b) O João deixou-**os** em casa
- c) (*)E depois eu ainda **lhe ajudei** (Barbosa *et al.* 2014)

Por sua vez, em posição enclítica, os pronomes acusativos podem assumir formas alomórficas distintas dependendo da terminação do verbo adjacente. Se este termina em consoante nasal, o clítico é realizado como -*no(s)/-na(s)* (cf. 4a). Se termina em -*r*, -*s* ou -*z*, a consoante final cai e o clítico é realizado como -*lo(s)/-la(s)* (cf. 4b).

4. a) Os amigos cumprimentaram-**no** de forma efusiva
- b) Os amigos quiseram convidá-**lo** para jantar

Estas formas alomórficas são adquiridas tardiamente e são explicitamente treinadas na escola. Sobretudo com alguns verbos irregulares, observa-se variação no uso

destas estruturas no registo coloquial. Falantes nativos do português com pouca escolarização parecem apresentar um conhecimento pouco estável desta estrutura (Rodrigues, em preparação).

Também o sistema de colocação do pronome clítico apresenta alguma complexidade e é adquirido relativamente tarde na aquisição L1 do PE (Costa *et al.* 2014). Por não ser uma propriedade analisada neste trabalho, não entramos em detalhe na descrição dos contextos que, em PE, desencadeiam a posição pré-verbal (proclítica) ou pós-verbal (enclítica) do pronome clítico. Focaremos apenas os contextos de reestruturação, constituídos por um verbo auxiliar ou semiauxiliar e o verbo principal não flexionado. Nestas estruturas, se não existir um elemento proclisador, o pronome clítico pode ocorrer em posição de ênclise ao verbo principal (exemplo 5a) ou subir para uma posição de adjacência ao verbo mais alto (exemplo 5b). Na maioria das construções deste tipo, existe opcionalidade quanto à subida ou não do clítico (para um discussão dos verbos que (des)favorecem a subida do clítico veja Gonçalves 2002). Contudo, no registo oral do PE parece existir uma tendência acentuada para a produção de estruturas com subida do clítico, isto é, estruturas nas quais o pronome ocorre entre o verbo auxiliar e o principal (Barbosa *et al.* submetido).

5. a) O João não os viu, mas pode encontrá-los amanhã
b) O João não os viu, mas pode-os encontrar amanhã

Não existem estudos quantitativos sobre a ocorrência destas estruturas em corpora escritos, mas parece haver uma tendência para favorecer a estrutura sem subida do clítico em registos linguísticos mais formais, que é reforçada pela instrução escolar. De facto, muitos professores de português corrigem a posição do clítico para a estrutura sem subida nos trabalhos escritos dos alunos.

Quanto ao ensino do sistema pronominal do português nas aulas de PLE, num nível intermédio de ensino este incide sobretudo sobre a variação das formas de acordo com número, género e caso, as formas alomórficas e a colocação do pronome. A seleção do caso do pronome clítico é uma propriedade lexical, determinada pela subcategorização semântica do verbo e, por conseguinte, faz parte da aquisição lexical.

3.2. Método e questões de investigação

No presente estudo reportamos os resultados de cinco das condições da Tarefa de Juízos de Gramaticalidade apresentada em Rinke & Flores (2014), por considerarmos que são aquelas que nos permitem testar as questões de investigação propostas. Quatro condições incluem duas sub-condições cada e uma subdivide-se em 4 sub-condições. Cada sub-condição contém cinco frases, perfazendo um total de 60 frases; 30 frases são gramaticais e 30 agramaticais.

A Tabela 2 apresenta as condições e sub-condições, exemplificadas com frases do teste.

Condição Verbos usados	Sub-condição	Exemplo
I. Seleção de caso	a) uso do clítico acusativo em vez do dativo (agramatical)	*A Ana emigrou para o Brasil. A Joana enviou-a uma carta
	b) uso do clítico dativo em vez do acusativo (agramatical)	*A cadela do João só faz asneiras, mas o pai adora-lhe
II. Uso de pronomes fortes em vez de clíticos	a) em contexto dativo (agramatical)	*A Maria está no Brasil. A Joana enviou uma carta a ela
	b) em contexto acusativo (agramatical)	*O rei e a rainha passearam de carroça pelo centro de Londres. A Rita viu ele
III. Estruturas de topicalização (sem clítico)	a) objeto acusativo (gramatical)	Já sei qual é o livro que procura. Esse livro, o Luís comprou para a Maria
	b) objeto dativo (gramatical)	A direção ofereceu prendas a toda a gente. Aos colaboradores mais antigos, deu um relógio fantástico
IV. Formas clíticas almórficas	a) uso de -no(s)/-na(s) (gramatical)	É proibido saltar a vedação. As crianças sabem-no
	b) uso de -o(s)/-a(s) em vez de -no(s)/-na(s) (agramatical)	*A professora não gosta de flores. As crianças sabem-o e, por isso, compraram um livro
	c) uso de -lo(s)/-la(s) (gramatical)	A mãe gosta de fazer bolos e os meninos gostam de comê-los
	d) uso de -o(s)/-a(s) em vez de -lo(s)/-la(s) (agramatical)	*Os meninos não gostam do bolo comprado na pastelaria. Eles querem fazer-o em casa
V. Contextos de reestruturação	a) subida do pronome clítico [Vaux Clit Vprincipal] (gramatical)	Eu mudei muito desde que saí da escola. A professora conseguiu-me reconhecer mesmo assim
	b) não subida do pronome clítico [Vaux Vprincipal Clit] (gramatical)	Os meus pais sempre quiseram comprar uma casa no Algarve. Eles decidiram fazê-lo agora

Tabela 2. Estrutura da TJG

Além de julgarem a gramaticalidade das frases apresentadas, os participantes deveriam indicar a correção das frases que consideravam agramaticais. Este procedimento permitiu-nos determinar se os juízos de estruturas consideradas agramaticais incidiam nas estruturas-alvo da respetiva condição. Sempre que o juízo de agramaticalidade incidia sobre uma propriedade da frase que não coincidia com a estrutura testada, o juízo era contabilizado como indicando gramaticalidade. Além disso, segundo vários

autores (p. ex. Bialystok 1978; Ellis *et al.* 2006; Han & Ellis 1998), há uma diferença no tipo de conhecimento ativado em TJG. Enquanto a decisão sobre a gramaticalidade de uma determinada estrutura ativa conhecimento explícito e implícito, o exercício de correção de frases consideradas agramaticais ativa sobretudo o conhecimento explícito/metalinguístico, permitindo auferir estas duas dimensões.

A tarefa foi executada individualmente num espaço reservado e não tinha limite de tempo.

As condições seleccionadas para o presente estudo focam propriedades do sistema pronominal português que permitem levantar diferentes questões de investigação e hipóteses de trabalho.

Em primeiro lugar, temos estruturas que parecem apresentar alguma variação no discurso oral, como no caso das condições I e II. Uma vez que falantes de herança, em oposição a falantes L2, têm quase exclusivamente contacto com a norma coloquial oral, pretendemos saber se os falantes bilingues espelham as mesmas tendências de variação que falantes monolíngues, demonstrando um processo de aquisição similar. Como os FH têm pouco contacto com registos mais formais e com fontes escritas, falta-lhes a exposição a *input* que pudesse contrabalançar a ocorrência de variação. Isto significa que FH amplificam a variação já presente no vernáculo do português, demonstrando um processo de aquisição maioritariamente baseado na aquisição naturalística e o desenvolvimento de uma gramática mental construída a partir deste tipo de exposição. Pelo contrário, os falantes L2, expostos a um registo mais formal, isento de variação, não deverão manifestar as mesmas tendências, revelando um processo de aquisição diferente dos falantes bilingues.

A aquisição naturalística e implícita de conhecimento linguístico também se manifesta na existência de determinadas assimetrias presentes na gramática interiorizada de falantes nativos. Um exemplo deste tipo de assimetria são as estruturas de topicalização sem clítico (condição III). Os falantes nativos monolíngues parecem favorecer a topicalização (sem clítico) de objetos dativos e desfavorecer a topicalização de objetos acusativos. A questão resultante desta observação é verificar se falantes de herança e falantes monolíngues apresentam as mesmas assimetrias, indicadoras de um saber nativo comum, em oposição a falantes L2 que, por adquirirem a língua tardiamente em contexto formal de sala de aula, não desenvolvem o mesmo tipo de conhecimento interiorizado.

Adicionalmente, as condições IV e V permitem-nos testar o efeito da exposição ao registo escrito e o acesso a instrução formal na língua-alvo. Apesar de ser uma propriedade lexicalizada do PE, que não apresenta opcionalidade, a frequência de formas alomórficas parece bastante reduzida no registo oral como demonstram Flores *et al.* (2015). Este facto poderá estar relacionado com a tendência da norma oral em

favorecer a subida do clítico e, assim, evitar a sua adjacência ao verbo principal no infinitivo (que termina em *-r*). No seu trabalho sobre o conhecimento das formas alomórficas em diferentes grupos de falantes, Rodrigues (em preparação) mostra que falantes monolíngues do PE em qualquer faixa etária mostram debilidades no uso correto destas formas, sobretudo com alguns verbos irregulares (por exemplo ‘pôr’). As formas alomórficas são explicitamente treinadas na escola e surgem com mais regularidade no registo escrito. Também os contextos de reestruturação parecem apresentar diferenças entre os registos oral e o escrito e efeitos de instrução formal. Por conseguinte, pretendemos verificar se estas diferenças se refletem no desempenho dos três grupos de falantes. Se o tipo de exposição e o contexto de aquisição linguística moldam a gramática interiorizada dos falantes, os falantes de herança tenderão a ter maiores dificuldades em ajuizar estruturas que contêm formas clíticas alomórficas. Também não mostrarão nenhuma preferência por estruturas sem subida de clítico.

Por fim, tratando-se de uma TJG e sabendo que este tipo de tarefa requer um elevado grau de consciência metalinguística (Ellis *et al.* 2006), o presente teste permite também questionar o grau de conhecimento explícito dos diferentes tipos de falantes. Estando associado ao grau de instrução e literacia (Gombert 1992), levantamos a hipótese de que, globalmente, os falantes de herança apresentem um desempenho mais baixo do que os falantes monolíngues, especialmente nas condições agramaticais, que requerem um esforço adicional de correção. Aprendendo a língua num contexto formal de sala de aula, os falantes L2, que ainda se encontram no processo de aquisição, poderão ter vantagens a este nível, apresentando um desempenho global semelhante aos FH.

3.3. Participantes

O estudo conta com um total de 48 participantes adultos: um grupo de 16 emigrantes lusodescendentes de segunda geração (falantes de herança), que cresceram e vivem na Alemanha, um grupo de 16 falantes de PL2 cuja L1 é o alemão e 16 falantes monolíngues portugueses, que residem em Portugal e nunca viveram fora do país.

O grupo de falantes de herança (doravante Grupo FH) inclui 16 participantes com idades entre os 20 e os 43 anos (média = 28.8; desvio-padrão [DP] = 6.7). Todos os FH são emigrantes de segunda geração. Os seus pais nasceram em Portugal e emigraram para a Alemanha nos anos 60/70 já em fase adulta. Onze participantes nasceram na Alemanha, cinco emigraram em fase precoce da infância (até aos 5 anos de idade). Todos têm exposição ao português desde a nascença e ao alemão pelo menos até aos cinco anos de idade, na maioria dos casos aquando da entrada no infantário ou escola primária. No momento de levantamento de dados, todos os falantes têm contacto com o português através da comunicação no seio da família e de idas a Portugal durante as férias de verão e/ou natal. Todos revelam uma forte ligação ao país de origem e, quando questionados sobre a sua identidade,

afirmam considerar-se ‘alemães e portugueses’. Porém, quando questionados sobre a proficiência linguística, todos os 16 participantes consideraram dominar melhor o alemão do que o português, sobretudo no registo escrito. Todos os participantes frequentaram o curso extracurricular de aulas de português para filhos de emigrantes (a chamada ‘escola portuguesa’) durante seis a nove anos. No momento da entrevista, nenhum participante tem aulas de português, o contacto com o registo escrito reduz-se à leitura esporádica de jornais portugueses (sobretudo desportivos), pesquisas na *internet* e a redação de breves comentários em redes sociais (exemplo *facebook*).

O grupo de falantes L2 (‘Grupo L2’) inclui 16 participantes com idades entre os 22 e os 36 anos (média = 25.3; DP = 3.6). Todos os participantes são falantes nativos do alemão que começaram a adquirir o português em contexto de instrução formal há pelo menos dois anos, estando no nível B1 a B2 do CEFR. Em todos os casos, o principal meio de contacto com o português é a sala de aula. Além desta fonte de exposição linguística, a maioria dos falantes afirma contactar com o português através da música, *internet* e alguns amigos portugueses. Três dos participantes tinham acabado de chegar a Portugal através do programa *Erasmus* quando foram entrevistados.

Sintetizando, ambos os grupos têm em comum a presença do alemão como língua maioritária e um contacto mais reduzido com o português. Contudo, os FH têm contacto com o português desde a nascença, estando sobretudo expostos à norma oral e mais coloquial. Ao contrário, o Grupo L2 começou a adquirir a língua portuguesa em fase adulta, tendo maior exposição à norma escrita e mais formal.

O grupo de falantes monolíngues (‘Grupo MON’) inclui participantes com idades compreendidas entre os 17 e os 49 anos (média = 28.3; DP = 11.1). Nenhum participante é bilingue, nem viveu no estrangeiro por um período prolongado. Quanto ao seu nível de escolaridade, onze informantes têm escolaridade básica e cinco concluíram o ensino secundário, nenhum frequentou ou está a frequentar o ensino superior.

3.4. Resultados

Começamos por apresentar os resultados globais dos três grupos. A Tabela 3 mostra a média total de acerto por grupo, com indicação do desvio-padrão e os valores mínimos e máximos de acerto.

Grupo	N	Média	DP	Min.	Max.
Grupo MON	16	90.3	4.7	80.0	98.3
Grupo FH	16	60.1	13.7	40.0	85.0
Grupo L2	16	60.8	12.4	35.4	81.7

Tabela 3. Média total de acerto por grupo (em percentagem)

A média de acertos é de 90.3% (DP = 4.7) no Grupo MON, contrastando com os resultados significativamente mais baixos dos outros dois grupos, que têm médias globais de acerto muito semelhantes. O Grupo FH apresenta uma média de 60.1% (DP = 13.7) de respostas certas, enquanto no Grupo L2 esta média é de 63.8% (DP = 12.4). Adicionalmente, o valor do desvio-padrão é bastante mais elevado nestes dois grupos do que no grupo monolíngue, o que aponta para a existência de maior variação intra-grupo nos dois grupos. A caixa de bigodes, apresentada no Gráfico 1, reforça a existência de maior variação no seio destes grupos. No entanto, não se verifica a existência de casos de exceção (os chamados *outliers*).

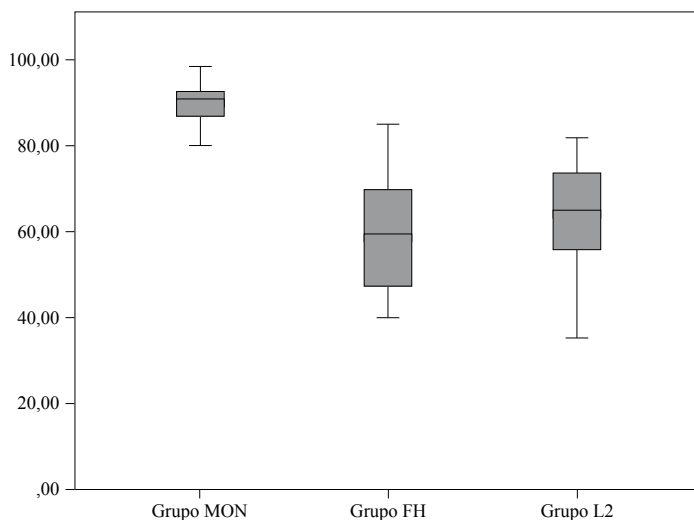


Gráfico 1. Resultados globais (Caixa de Bigodes).

Para a análise estatística recorremos a um teste Kruskal Wallis¹, que atesta a existência de diferenças significativas entre os três grupos ($H(2) = 30.896, p < .001$). Dois testes Mann-Whitney subsequentes apontam para a existência de diferenças significativas entre o Grupo FH e o Grupo MON ($U = 2.500, p < .001$) e entre o Grupo L2 e o Grupo MON ($U = 1.000, p < .001$).² Pelo contrário, o Grupo FH não se distingue significativamente do grupo L2 ($U = 104.00, p = .365$).

1 A análise estatística foi corrida no programa *IBM SPSS Statistics 21.0*. Uma vez que os dados não apresentam distribuição normal, toda a análise será baseada na aplicação de testes não-paramétricos.

2 A todos os testes Mann-Whitney foi aplicada uma correção Bonferroni, pelo que o nível de significância passa a ser de 0.017 nos resultados deste teste.

Estes resultados globais mostram que, neste tipo de teste linguístico, os falantes de herança apresentam resultados mais baixos do que os falantes monolíngues, demonstrando níveis de proficiência semelhantes aos do Grupo L2. Este dado vem comprovar que os dois grupos residentes na Alemanha apresentam globalmente mais dificuldades na execução da tarefa, o que se deve a uma maior insegurança na produção de juízos de gramaticalidade. Esta é uma observação recorrente na literatura sobre a aplicação de testes de juízos de gramaticalidade em populações bilíngues/falantes L2.

Os resultados referentes à condição I, ‘escolha de caso’, reforçam a observação de que os falantes bilíngues e os falantes L2 têm menor consciência metalinguística e, por conseguinte, mais dificuldades na rejeição de itens agramaticais. No entanto, como vamos mostrar em baixo, a diferença entre os resultados nos contextos gramaticais e agramaticais é maior no caso dos falantes bilíngues.

O Gráfico 2 apresenta a média de acerto (isto é a percentagem de rejeição) nas sub-condições a) uso agramatical do clítico acusativo em vez do dativo b) uso agramatical do clítico dativo em vez do acusativo.

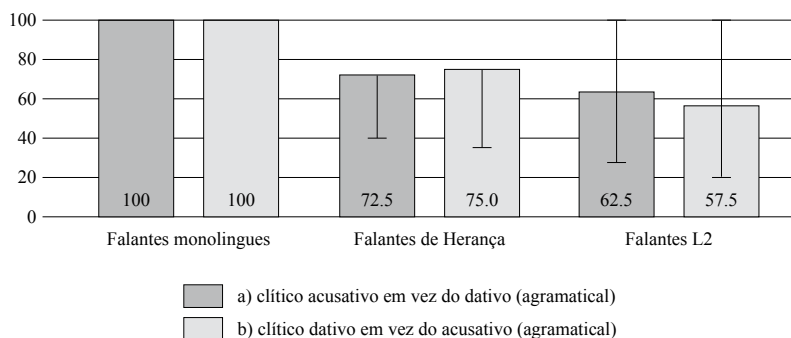


Gráfico 2. Seleção do caso (média de acerto por sub-condição e por grupo)

Os falantes monolíngues apresentam 100% de respostas esperadas (rejeição das frases) nas duas sub-condições, o que demonstra que têm conhecimento robusto da seleção de caso do pronome clítico, apesar de o português falado apresentar alguma variação neste domínio. Este resultado contrasta com as médias de acerto dos falantes de herança (72.5%; DP = 31.7 e 75%; DP = 39.7 nas duas sub-condições) e dos falantes L2 (62.5%; DP = 35.7 e 57.50%; DP = 41.2).

Um teste de diferenças não paramétrico Kruskal-Wallis H confirma que os três grupos apresentam diferenças significativas em ambas as condições (Ia- $H(2) = 15.986$, $p < .001$; Ib- $H(2) = 14.193$, $p = .001$). Testes Mann-Whitney

adicionais indicam que as diferenças encontram-se entre o grupo monolíngue e os dois outros grupos (Ia- FH vs. FM: $U = 72.00$, $p < .001$; L2 vs. FM: $U = 54.000$, $p < .001$; Ib- FH vs. FM: $U = 99.00$, $p = .004$; L2 vs. FM: $U = 54.000$, $p < .001$), mas não entre os FH e os falantes L2 (Ia- $U = 128.000$, $p = .565$; Ib- $U = 114.500$, $p = .273$). É de realçar que os FH e os falantes L2 têm resultados muito semelhantes relativamente à sua performance intra-grupo. Nenhum grupo apresenta uma tendência clara de troca em apenas uma sub-condição, isto é, os falantes aceitam tanto o uso agramatical de clíticos dativos em vez de acusativos como o inverso. Esta observação é confirmada por um teste de Wilcoxon para amostras emparelhadas, que não apresenta diferenças estatísticas entre as duas sub-condições em nenhum dos grupos (FH: $Z = -0.29$, $p = .773$; L2: $Z = -0.45$, $p = .655$). Ambos os grupos apresentam também um elevado grau de variação, como demonstrado pelo elevado desvio-padrão (cf. Gráfico 2). O nível de acerto varia entre 0 e 100% em ambos os grupos. Porém, uma análise mais detalhada das restantes propriedades clíticas testadas mostra que a semelhança entre falantes de herança e falantes L2 é apenas superficial, pois o comportamento dos grupos nas diferentes condições do teste é distinto.

A condição II testa o uso de pronomes fortes em vez de pronomes clíticos. Como referido em 3.1, o alemão não possui pronomes clíticos, mostrando pronomes fortes na posição de objeto. Por sua vez, na fala coloquial do português europeu há alguma variação no uso de pronomes fortes dativos em vez de clíticos (cf. Brito 2008), o que não é observado no caso dos contextos acusativos.

O Gráfico 3 apresenta as médias de acerto por grupo nas duas condições que testam o uso desviante de pronomes fortes em vez de clíticos a) em contexto dativo, b) em contexto acusativo.

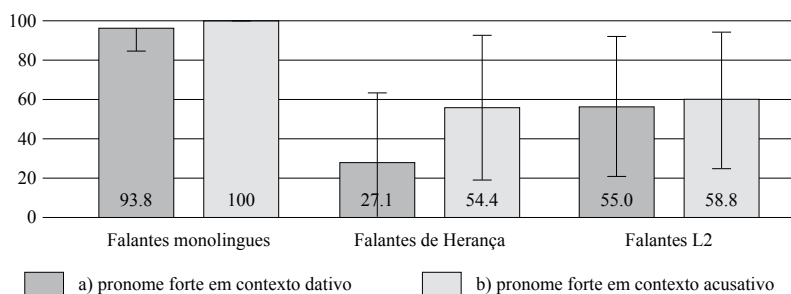


Gráfico 3. Pronomes fortes: Percentagem de acerto por sub-condição e grupo (com DP)

Como demonstrado no Gráfico 3, os falantes monolíngues não aceitam o uso de pronomes fortes em vez de clíticos acusativos (100% de acerto), mas apresentam

alguma variação quanto ao uso de pronomes dativos (93.6% de acerto, $DP = 9.6$). Também os falantes de herança apresentam maior tendência para aceitar o uso agramatical de pronomes dativos (27.1% de rejeição) do que de pronomes acusativos (54.4% de rejeição). Em contraste, os falantes L2 apresentam resultados muito semelhantes em ambas as sub-condições (55.0% de rejeição de pronomes dativos fortes, $DP = 35.4$, e 58.8% de rejeição de pronomes acusativos fortes, $DP = 34.6$). Um teste Wilcoxon confirma que apenas no grupo L2 as diferenças entre ambas as sub-condições não são significativas ($Z = -.354, p = .723$).

A condição III testa o conhecimento dos falantes relativamente ao uso de estruturas de topicalização sem o pronome clítico, tanto em contextos acusativos (IIIa) como em contextos dativos (IIIb). Ambas as sub-condições apresentam frases gramaticais.

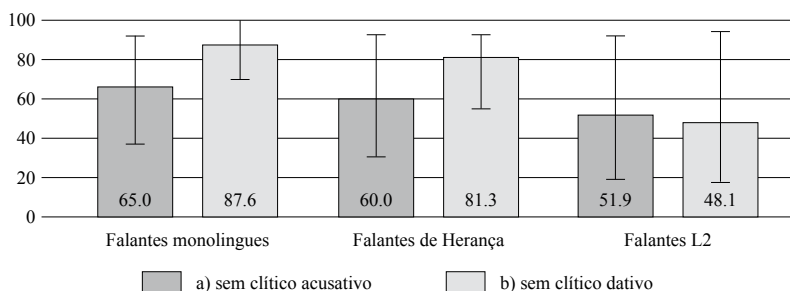


Gráfico 4. Topicalização: Percentagem de acerto por sub-condição e grupo (com DP)

Dois testes de diferença Mann-Whitney mostram que, nesta condição, os falantes de herança não diferem estatisticamente dos falantes monolíngues em nenhuma das sub-condições (IIIa: $U = 144.50, p = .571$; IIIb: $U = 129.50, p = .257$). Nos contextos dativos, um teste Kruskal-Wallis apresenta diferenças significativas ($H(2) = 9.564, p = .008$) entre os monolíngues e os falantes L2.

Os resultados mostram também que tanto os falantes monolíngues como os falantes bilíngues são sensíveis a uma assimetria entre o caso dativo e o caso acusativo nestas estruturas. A topicalização do objeto sem a presença de um pronome resumptivo é muito mais aceite com o objeto indireto/dativo (FM: 87.6%; FH: 81.3%) do que com o objeto direto/acusativo (FM: 65%; FH: 60%).³ Esta assimetria de caso é estatisticamente significativa em ambos os grupos, como demonstra um teste não paramétrico Wilcoxon (FM: $Z = -2.944, p = .003$; FH: $Z = -2.626, p = .009$).

3 Rinke e Flores (2014) mostram que existe uma tendência em PE para favorecer a topicalização de objetos com a presença de pronomes resumptivos (deslocação à esquerda clítica segundo Duarte 1987), embora ambas as estruturas sejam gramaticais.

Em contraste, os falantes L2 não são sensíveis a esta assimetria de caso, uma vez que apresentam resultados semelhantes em ambas as sub-condições (IIIa- 51.9% de acerto, DP = 32.5; IIIb- 48.1% de acerto, DP = 42.5). Um teste Wilcoxon confirma que a diferença entre as duas sub-condições não é significativa no grupo L2 ($Z = -.660, p = .509$). Isto significa que os falantes L2 apresentam baixos níveis de aceitação de estruturas de topicalização tanto em contextos acusativos como em contextos dativos.

A quarta condição testa o conhecimento das formas alomórficas *-no(s)/-na(s)* e *-lo(s)/la(s)*, incluindo quatro sub-condições, duas gramaticais e duas agramaticais, nas quais as formas alomórficas *-no(s)/-na(s)* e *-lo(s)/la(s)* são substituídas pela forma padrão *-o(s)/-a(s)*.

O Gráfico 5 mostra a percentagem de acerto por grupo e sub-condição.

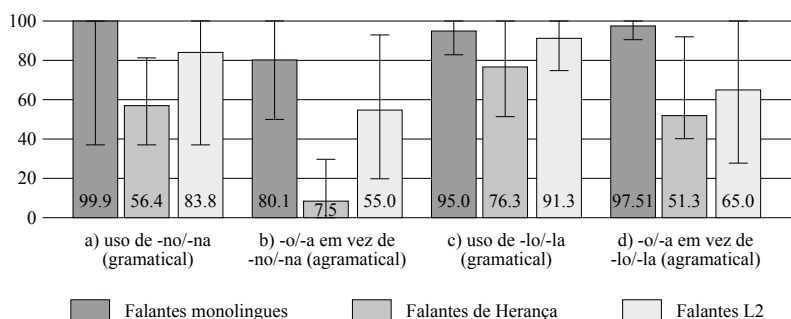


Gráfico 5. Formas clíticas alomórficas: percentagem de acerto por sub-condição e grupo (com DP)

A primeira observação interessante diz respeito aos resultados dos falantes de herança, que são significativamente mais baixos do que os resultados dos falantes L2 em todas as quatro condições. Relativamente ao uso de *-no(s)/-na(s)*, os FH atingem uma média de acerto de 56.4% (DP = 24.5) na sub-condição gramatical e de apenas 7.5% na agramatical (DP = 21.8), iniciando um conhecimento muito instável desta propriedade linguística. Este desempenho contrasta claramente com a média de acertos apresentada pelo grupo L2, que atinge uma média de 83.75% de respostas esperadas em VIa (DP = 18.2) e de 55.00% em IVb (DP = 37.6). Dois testes Mann-Whitney confirmam que a diferença entre ambos os grupos é estatisticamente significativa em ambas estas sub-condições (IVa- $U = 51.500; p < .001$; IVb- $U = 49.500; p < .001$). Além disso, estes dois grupos também diferem estatisticamente do grupo monolíngue, que atinge médias de acerto muito mais elevadas (IVa- $H(2) = 28.560, p < .001$; IVb- $H(2) = 26.147, p < .001$). Contudo, também o grupo monolíngue apenas

atinge uma média de acerto de 80.1% (DP = 30.1) nos contextos em que *-no(s)/-na(s)* é agramaticalmente substituído por *-o(s)/-a(s)*, indicando a presença de alguma variação em PE neste domínio.

De facto existe uma evidente diferença entre o uso das formas *-lo/-la* e *-no(s)/-na(s)*. Este dado pode estar relacionado com o facto de as regras morfológicas de uso de *-lo(s)/-la(s)* serem mais transparentes e perceptíveis do que as de *-no(s)/-na(s)*. No primeiro caso, o uso da forma alomórfica implica a queda da consoante final do verbo adjacente, enquanto que a produção de *-no(s)/-na(s)* se dá quando o verbo adjacente termina em consoante nasal, suscitando proximidade fonética entre a terminação do verbo e o som consonântico inicial do clítico. Vários testes Wilcoxon foram aplicados para verificar se a diferença entre *-lo/-la* e *-no(s)/-na(s)* é estatisticamente significativa nos três grupos de falantes. Neste âmbito é de realçar que os falantes L2 não são sensíveis às diferenças entre estas duas formas clíticas, nem na condição gramatical ($Z = -1.222, p = .222$) nem na agramatical ($Z = -1.035, p = .301$). Em contraste, os falantes de herança apresentam diferenças significativas no desempenho relativo a estas duas formas (FH: IVa- vs. IVc- $Z = -2.828, p = .005$; IVb vs. IVd- $Z = -3.000, p = .003$). Também os falantes monolíngues são sensíveis a esta diferença alomórfica (que é significativa na condição agramatical: $Z = -2.585, p = .010$).

Por fim, reportamos os resultados relativos à subida de clítico em contextos de reestruturação (condição V). As sub-condições testadas dizem respeito a) a construções em que se dá a subida do pronome clítico para uma posição entre o verbo auxiliar e o principal, b) o pronome clítico se encontra em posição de ênclise ao verbo principal (portanto não sobe).

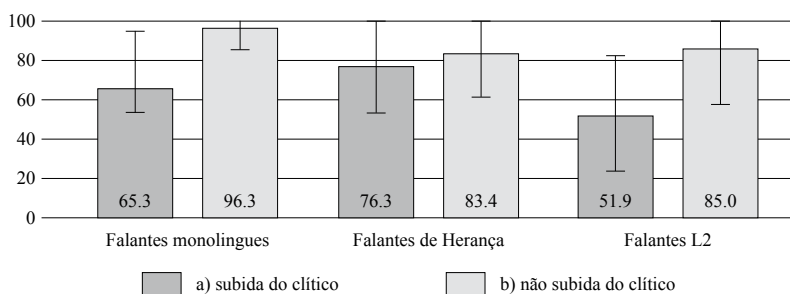


Gráfico 6. Subida de clítico: percentagem de acerto por sub-condição e por grupo (com DP)

Os resultados demonstram que nesta tarefa de juízos de gramaticalidade os falantes monolíngues mostram uma preferência pela estrutura sem subida de clítico com 96.3% de aceitação. Relativamente à estrutura em que o clítico sobe, a taxa de

aceitação fica-se pelos 65.3% (DP = 29.2). Os falantes L2 mostram preferências muito semelhantes aos falantes monolíngues, com uma taxa de aceitação de apenas 51.9% (D = 30.3) de estruturas do tipo Va. e 85.0% (DP = 26.8) de estruturas do tipo Vb. Dois testes Mann-Whitney confirmam que falantes monolíngues e L2 não diferem estatisticamente nestes contextos (Va: $U = 125.500$, $p = .528$; Vb: $U = 105.500$, $p = .187$). Adicionalmente, dois testes Wilcoxon demonstram que a diferença de preferências entre as duas estruturas é significativa em ambos os grupos (FM- $Z = -3.154$, $p = .002$; L2- $Z = -2.463$, $p = .014$).

Diferentemente, os falantes de herança não apresentam preferências relativamente a uma das estruturas. A média de aceitação é semelhante em ambas as sub-condições (76.3%, DP = 32.0; 83.4%, DP = 22.3). Um teste Wilcoxon confirma que, de facto, não há diferença estatística entre as taxas de aceitação em ambas as sub-condições ($Z = -.632$, $p = .527$).

A diferença entre as sub-condições que demonstram os resultados dos monolíngues e dos falantes L2 é um efeito da instrução e da língua escrita em que a não-subida do clítico parece ser a variante preferida. No entanto, na fala, a subida do clítico é a variante preferida também por falantes monolíngues do PE (Barbosa *et al.* submetido).

Por fim, foram quantificadas e comparadas estatisticamente as médias de acerto nas condições gramaticais e agramaticais por grupo de falantes (cf. Gráfico 7), com o intuito de avaliar o desempenho geral dos falantes nestes dois tipos de condições.

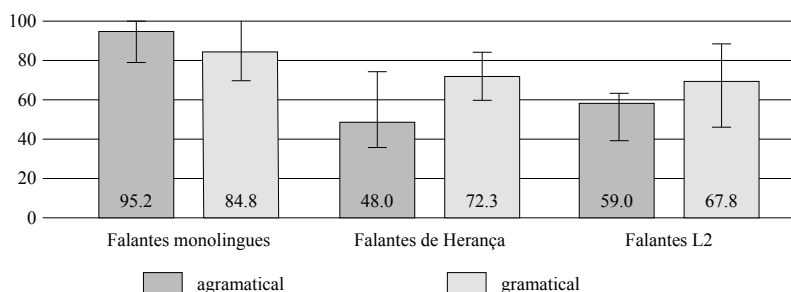


Gráfico 7. Médias de acerto nas condições gramaticais vs. agramaticais (por grupo, com DP)

Os resultados estatísticos mostram que tanto os falantes monolíngues como os falantes bilingues têm desempenho diferente nos dois tipos de condição. Os FH têm consideravelmente mais dificuldades em julgar frases agramaticais (48.0% de acerto) do que estruturas gramaticais (72.3% de acerto) o que reflete a insegurança

dos falantes que aceitam certas estruturas agramaticais em vez de as corrigirem. Esta diferença é estatisticamente significativa, como demonstra um teste Wilcoxon ($Z = -2.595, p = .009$). Devido ao desempenho particular demonstrado nas condições III e IV, os falantes monolíngues apresentam uma tendência contrária. Estes têm muito menos problemas em rejeitar estruturas agramaticais mas também rejeitam variantes que são estigmatizados num registo mais formal.

O desempenho dos falantes L2 contrasta claramente com os resultados dos primeiros dois grupos. Apesar de terem uma média ligeiramente mais baixa nas condições agramaticais (59.0% contra 68.7%), um teste Wilcoxon mostra que esta diferença não é estatisticamente significativa ($Z = -1.011, p = .312$).

4. Discussão e conclusão

Os resultados do teste de juízos de gramaticalidade permite-nos tirar várias conclusões sobre o desempenho dos três tipos de falantes analisados.

Em primeiro lugar, e como se esperava, os falantes de herança e os falantes L2 globalmente apresentam médias de acerto mais baixas do que os falantes monolíngues, demonstrando maiores dificuldades em recorrer à sua intuição linguística e julgar as estruturas apresentadas. No caso dos falantes de herança, esta dificuldade é mais expressiva nos contextos agramaticais, o que demonstra uma maior insegurança e um nível de confiança mais baixo na produção de juízos de valor. Por sua vez, um baixo nível de confiança está associado a um baixo nível de consciência metalinguística, entendida como a capacidade do falante em se distanciar do conteúdo e prestar atenção às propriedades estruturais da língua (Gombert 1992). O grau de consciência metalinguística desenvolvida pelos falantes depende de vários fatores, como idade, domínio da língua, nível de proficiência, em especial de conhecimento lexical, controlo executivo, assim como grau de instrução (Bialystok 1986; Bialystok & Luk & Peet & Yang 2010). Vários autores têm demonstrado que existe uma estreita relação entre o desenvolvimento da consciência metalinguística e a instrução formal (ver discussão em Gombert 1992). A aprendizagem da escrita e da leitura desencadeia a transição de conhecimento implícito, adquirido através de exposição naturalística, para conhecimento linguístico explícito (Reder *et al.* 2013; Kuo & Anderson 2006). Estudos sobre os efeitos de programas de imersão bilíngues têm demonstrado que crianças bilíngues desenvolvem um elevado grau de consciência metalinguística quando têm instrução em ambas as línguas (Bialystok *et al.* 2014). No caso dos falantes bilíngues testados no presente estudo, o grau de instrução na língua de herança é bastante reduzido. O contacto limitado com práticas de literacia e a falta de hábitos de escrita e leitura em português poderão explicar o desempenho global mais baixo destes falantes (60.1%), que apresentam uma média

geral de acerto semelhante à dos falantes L2 (63.8), os quais começaram a adquirir o português em fase adulta mas têm acesso a instrução formal no momento da recolha de dados. Esta dificuldade global dos dois grupos de falantes poderá explicar também o seu desempenho na condição I, seleção de caso, em que ambos os grupos apresentam elevados níveis de variação intra-grupo e têm dificuldades em rejeitar tanto o uso agramatical do clítico dativo em vez do acusativo como o inverso.

Contudo uma análise mais detalhada das outras propriedades linguísticas testadas revela que, apesar desta aparente semelhança, o conhecimento linguístico de falantes de herança e falantes L2 não é equivalente, espelhando o contexto de aquisição da língua-alvo. Como foi referido, falantes de herança adquirem a sua LH sobretudo através de exposição naturalística, predominantemente oral, enquanto falantes L2 que adquirem a língua em contexto de sala de aula, tendo muito contacto com o registo escrito e instrução explícita. De facto, tal como defendem Bowles (2011) e Montrul *et al.* (2012), os falantes de herança testados no presente estudo revelam conhecimento linguístico mais estável de propriedades linguísticas típicas do discurso oral. Mostram também as mesmas assimetrias que falantes monolíngues em propriedades que apresentam alguma variação no português falado. Contudo, distinguem-se de falantes monolíngues no domínio de propriedades mais formais; domínios, em que os falantes L2 apresentam vantagens. As médias de acerto dos grupos nas diferentes condições mostram precisamente isso.

Relativamente ao uso de pronomes fortes (condição II), os falantes de herança, apesar de globalmente apresentarem um desempenho mais baixo, demonstram a mesma assimetria que os falantes monolíngues ao ajuizarem o uso de pronomes fortes dativos vs. acusativos. De facto, em ambos os grupos há maior tendência para se aceitar o uso de pronomes fortes dativos em vez de pronomes clíticos do que de acusativos. O facto de alguns falantes monolíngues aceitarem o uso de pronomes fortes em posição de objeto indireto revela que no português falado parece existir alguma variação neste domínio. Os resultados dos falantes de herança demonstram a mesma assimetria, porém de forma mais significativa, o que, por um lado, é explicado por uma maior dificuldade geral na execução desta tarefa, e, por outro, pela tendência de ampliar variação que existe na norma coloquial. Em contraste, os falantes L2 não demonstram a mesma assimetria no julgamento destas estruturas, apresentando níveis de acerto semelhantes em ambas as sub-condições. Este dado mostra que a fonte de conhecimento linguístico é diferente nos três tipos de falantes. Nos primeiros dois grupos, a fonte linguística primária é a língua oral, enquanto no segundo a construção do saber linguístico não segue o mesmo padrão de desenvolvimento. No grupo L2, o facto de os falantes não fazerem distinção de caso poderá indiciar a existência de transferência da sua L1. O alemão possui pronomes fortes tanto em posição de objeto direto (acusativo), como em posição de objeto indireto (dativo), não apresentando qualquer tipo de assimetria no seu uso.

Por conseguinte, a aceitação indiferenciada de pronomes fortes em português pode ter sido reforçada pelo alemão no caso dos falantes L2.

Também as estruturas de topicalização, testadas na condição III, mostram uma assimetria de caso, expressa nos resultados dos falantes monolíngues e dos falantes bilingues. Ambos os grupos aceitam significativamente mais a topicalização de objetos sem a presença de pronome clítico resumtivo com objetos indiretos do que com objetos diretos. Esta diferença de preferências não é observada no caso dos falantes L2, reforçando a ideia de que falantes monolíngues e bilingues têm conhecimento implícito idêntico, distinto do conhecimento linguístico de falantes L2.

Contudo, nas propriedades formais que parecem necessitar de reforço escrito, como o caso da alomorfia clítica (condição IV), os falantes L2 mostram um desempenho superior aos falantes monolíngues, reforçando a ideia de que o conhecimento linguístico do falante de herança é um conhecimento implícito, forjado quase exclusivamente por exposição oral. Um dado interessante, no caso das formas clíticas alomórficas, é a assimetria de desempenho entre as formas *-no(s)/-na(s)* e as formas *-lo(s)/-la(s)* observada nos grupos de falantes monolíngues e de falantes de herança, mas não no grupo de falantes L2. Como descrito em 3.1., as duas formas clíticas diferem quanto à sua transparência formal. Enquanto o uso de *-lo(s)/-la(s)* implica a queda da consoante precedente, a formação de *-no(s)/-na(s)* dá-se na presença de uma consoante nasal precedente, levando por isso à produção de dois sons nasais muito próximos. A falta de sensibilidade dos falantes L2 a estes condicionamentos de transparência formal é também ela reveladora de um conhecimento linguístico diferente, resultante da aprendizagem explícita de regras gramaticais e reduzida sensibilidade a pistas internas dadas pelo *input*.

Os resultados da condição V, referente ao juízo de estruturas com e sem subida do pronome clítico em contextos de reestruturação reforçam a ideia de que os falantes bilingues mostram pouca sensibilidade a estruturas reforçadas pela instrução e por registos escritos e mais formais. Os FH não distinguem entre construções com e sem subida de clítico, enquanto os falantes monolíngues e os falantes L2 mostram uma clara preferência por estruturas sem subida de clítico. Esta preferência reflete um conhecimento explícito da língua, adquirido pelos falantes monolíngues e L2 através da instrução e através da familiaridade com o registo formal/escrito.

Em suma, este estudo pretendeu mostrar que, apesar de aparente semelhanças entre o desempenho de falantes de herança, que adquirem a sua LH como língua minoritária, e falantes L2 existem diferenças fundamentais entre o conhecimento linguístico dos dois grupos, quando as diferentes condições e sub-condições são considerados em detalhe.

Referências bibliográficas

- Alexandre, N. (no prelo, 2015): “Aquisição de Português L2 em Cabo Verde: alguns aspetos morfosintáticos do contacto”, em Araújo, G. & Jeferson, P. & Oliveira, M. (eds.), *Português Falado na África Atlântica*.
- Almeida, L. (2011): *Acquisition de la structure syllabique en contexte de bilinguisme simultané portugais-français* (Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa).
- Barbosa, P. et al. (2014): *Corpus da Fala Bracarense* (Braga: CEHUM). Disponível em <https://sites.google.com/site/projectofalabrarense/home>.
- Barbosa, P. & Paiva, C. & Martins, K. (submetido): “Clitic Climbing in an oral corpus of European Portuguese”, em Barbosa, P. & Paiva, C. (eds.), *Studies on Variation and Change in Varieties of Portuguese* (submetido a John Benjamins).
- Bialystok, E. (1978): “A theoretical model of second language learning”, *Language Learning* 28 (1), 69-83.
- Bialystok E. (1986): “Factors in the growth of linguistic awareness”, *Child Development*, 498-510.
- Bialystok, E. & Luk, G. & Peets, K. F. & Yang, S. (2010): “Receptive vocabulary differences in monolingual and bilingual children”, *Bilingualism: Language and Cognition* 13, 525-531.
- Bialystok, E. & Peets, K. F. & Moreno, S. (2014): “Producing bilinguals through immersion education: Development of metalinguistic awareness”, *Applied Psycholinguistics* 35 (1), 177-191. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1017/S0142716412000288>
- Bley-Vroman, R. (1990): “The logical problem of foreign language learning”, *Linguistic Analysis* 20, 3-49.
- Bowles, M. (2011): “Measuring implicit and explicit knowledge. What can heritage language learners contribute?”, *Studies in Second Language Acquisition* 33, 247-271.
- Bowles, M. & Montrul, S. (2009): “Instructed L2 acquisition of differential object marking in Spanish”, in Leow, R. & Campos, H. & Lardiere, D. (eds.), *Little words. Their history, phonology, syntax, semantics, pragmatics and acquisition*, 199-210 (Washington, DC: Georgetown University Press).
- Brito, A. M. (2008): “Grammar variation in the expression of verb arguments: the case of Portuguese indirect object”, *Phrasis. Studies in Language and Literature* 49 (2), 31-58.
- Costa, J. & Fiéis, A. & Lobo, M. (2014): “Input variability and late acquisition: clitic misplacement in European Portuguese”, *Lingua*. doi: 10.1016/j.lingua.2014.05.009.
- Cuza, A. & Frank, J. (2010): “The acquisition of double *que* questions in heritage and L2 Spanish”, em Heijl, M. (ed.), *Proceedings of the 2010 Canadian Linguistics Association Annual Conference* (Montreal, Quebec). Disponível em http://homes.chass.utoronto.ca/~cla-acl/actes2010/CLA2010_Cuza_Frank.PDF.

- Duarte, I. (1987): *A Construção de Topicalização na Gramática do Português: Regência, Ligação e Condições sobre Movimento* (Tese de Doutorado, Universidade de Lisboa).
- Ellis, R. & Loewen, S. & Erlam, R. (2006): "Implicit and explicit corrective feedback and the acquisition of L2 grammar", *Studies in Second Language Acquisition* 28, 339-368.
- Flores, C. (2014): "Understanding heritage language acquisition. Some contributions from the research on heritage speakers of European Portuguese", *Lingua*. doi:10.1016/j.lingua.2014.09.008
- Flores, C. & Rinke, E. & Barbosa, P. (2015): "Input effects across generations. The realization of objects in 1st and 2nd generation speakers of European Portuguese in Germany" (comunicação apresentada na 1st Conference on Bilingualism in the Hispanic and the Lusophone World. 15.1.2015, Universidade de Leiden).
- Gombert, J. E. (1992): *Metalinguistic development* (Hemel Hempstead, UK: Harvester Wheatsheaf).
- Gonçalves, A. (2002): "Verbos auxiliares e verbos de reestruturação do Português Europeu", em Duarte, I. et al. (eds.), *Actas do Encontro Comemorativo dos 25 Anos do Centro de Linguística da Universidade do Porto*. Vol.1, 45-57 (Porto: CLUL).
- Han, Y. & Ellis, R. (1998): "Implicit knowledge, explicit knowledge and general language proficiency", *Language Teaching Research* 2 (1), 1-23.
- Johnson, J. & Newport, E. (1989): "Critical period effects in second language learning: the influence of maturational state on the acquisition of English as a second language", *Cognitive Psychology* 21, 60-99.
- Kuo, L. & Anderson, R. C. (2006): "Morphological awareness and learning to read: A cross-language perspective", *Educational Psychologist* 41, 161-180. doi:10.1207/s15326985ep4103_3
- Lipski, J. (2008): *Varieties of Spanish in the United States* (Washington: Georgetown University Press).
- Montrul, S. (2008): *Incomplete acquisition in bilingualism: Re-examining the age factor* (Amsterdam: John Benjamins).
- Montrul, S. (2010a): "Current issues in heritage language acquisition", *Annual Review of Applied Linguistics* 30, 3-23.
- Montrul, S. (2010b): "How similar are adult second language learners and heritage speakers? Spanish clitics and word order", *Applied Psycholinguistics* 31, 167-207.
- Montrul S. & Foote, R. & Perpiñán, S. (2008): "Gender agreement in adult second language learners and Spanish heritage speakers: The effects of age and context of acquisition", *Language Learning* 58, 3-53.

- Montrul S. & de la Fuente, I. & Davidson, J. & Foote, R. (2012): “The role of experience in the acquisition and production of diminutives and gender in Spanish: Evidence from L2 learners and heritage speakers”, *Second Language Research* 29 (1), 87-118.
- Rinke, E. & Flores, C. (2014): “Heritage Portuguese bilinguals morphosyntactic knowledge of clitics”, *Bilingualism: Language and Cognition* 17 (4), 681-699. doi: 10.1017/S136672891300076X.
- Pallier, C. & Dehaene, S. & Poline, J.-B. & LeBihan, D. & Argenti, A.-M. & Dupoux, E. & Mehler, J. (2003): “Brain imaging of language plasticity in adopted adults: can a second language replace the first?”, *Cerebral Cortex* 13, 155-161.
- Reder, F. & Marec-Breton, N. & Gombert, J.-E. & Demont, E. (2013): “Second-language learners’ advantage in metalinguistic awareness: A question of languages’ characteristics”, *British Journal of Educational Psychology* 83 (4), 686-702. doi: 10.1111/bjep.12003.
- Rodrigues, L. (em preparação): *Formas de realização do pronome clítico no português de emigrantes luso-alemães de primeira e segunda geração* (Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho).

Revista GALEGa
de filoloxía

monogRAFía 10

**Novas perspectivas
linguísticas**

**no espaço
galego-português**

*Maria Aldina Marques
Xosé Manuel Sánchez Rei
(editores)*

A estilística no ámbito galego, portugués e brasileiro

Xosé Ramón Freixeiro Mato

Universidade da Coruña

Grupo ILLA

freixei@udc.es

1. Introducción

No mundo de expresión lingüística galego-portuguesa, isto é, nos países onde se fala unha variedade lingüística derivada do primitivo galego como romance formado na Gallaecia histórica e logo levado por Portugal a diferentes continentes, mantense unha base lingüística común que permite a intercomunicación, mais ao mesmo tempo prodúcese unha grande diversidade nos modos de expresión como consecuencia das peculiaridades de cada territorio concreto. Partindo, pois, do recoñecemento da substancial unidade lingüística en todo o ámbito da lusofonía –que con criterios históricos tamén se podería denominar galeguía–, é evidente no entanto que existen importantes diferenzas entre uns falares e outros. Se deixarmos de lado os territorios africanos e asiáticos de expresión galego-portuguesa polas súas múltiples singularidades, ficaremos con tres modalidades dun mesmo diasistema lingüístico que, de menor a maior extensión, son a galega, a portuguesa e a brasileira, cada unha delas, por súa vez, cun grande variacionismo interno, mesmo no primeiro caso (Sánchez Rei 2011).

Alén das diferenzas ortográficas entre a norma galega –interna ou oficial– e a norma internacional luso-brasileira, existen outras diferenzas en todos os planos da lingua –no plano fónico, no morfosintáctico ou propiamente gramatical, no léxico e no pragmático– entre as variedades galega, portuguesa e brasileira, de modo que se tornaría difícil podermos definir e caracterizar unha estilística común. Porén, existen igualmente moitos trazos estilístico-expresivos comúns entre estas tres modalidades lingüísticas, de modo que non carecería de interese un estudo de conxunto que analizase as similitudes e diferenzas nos modos de expresión e nos recursos de todas elas. De facto, algunhas estilísticas publicadas en Portugal e no Brasil xa pretenden abranxer as modalidades portuguesa e brasileira, en canto a única feita sobre o galego (Freixeiro 2013) presta moita atención a ambas; mais foi a obra de Rodrigues Lapa (1979) a que tivo unha máis clara vontade de integración das

tres modalidades expresivas nunha estilística común que poderíamos denominar galego-luso-brasileira ou pangalaica, con exemplificación literaria tirada de autoras e autores portugueses, brasileiros e galegos, como logo se verá.

Na realidade, xa se fala de ‘estilística comparativa’ cando se poñen en confronto os recursos expresivos de dúas linguas diferentes; Darbelnet (1983) cualifícaa como disciplina lingüística e resulta de grande utilidade no ámbito da tradución, tarefa esta extraordinariamente complexa que precisa ter en conta tamén os aspectos estilísticos. Un traballo importante neste sentido é o de Vinay & Darbelnet (1995), a comparar a estilística do francés coa do inglés, agora traducido para esta última lingua, mais publicado en francés en 1958, con sucesivas e sucesosas edicións posteriores. Estes autores distinguen entre unha ‘estilística interna’ (*internal stylistics*), que procura isolar os medios de expresión dunha lingua determinada pondo en contraste os seus elementos afectivos cos intelectuais, e unha ‘estilística comparativa externa’ ou ‘estilística comparativa’ (*comparative stylistics*), que ten por obxecto identificar os medios expresivos de dúas linguas por medio do contraste entre ambas. É mediante o contraste co inglés como, por exemplo, se pon en relevo o predominio dos verbos pronominais en francés; ou como resalta a preferencia do inglés pola voz pasiva de o compararmos co francés. Tamén consideran estes autores que as persoas dedicadas á tradución se deben ocupar nomeadamente da estilística externa, mais sen ignoraren a existencia da estilística interna; esta, que estuda predominantemente as formas expresivas, “is dominated by options, whereas external stylistics is concerned with both servitudes and options” (Vinay & Darbelnet 1995: 17). Outro exemplo de estilística comparada, neste caso entre o francés e o alemán, constitúe a obra de Malblanc (1968), que foi publicada en 1944 e que vinte e catro anos despois alcanzara a quinta edición. O suceso de ambas as monografías vén a demostrar a utilidade desta liña de investigación estilística.

No noso caso, non se trata de linguas diferentes, mais de modalidades singulares dentro dun diasistema lingüístico común. Aínda así, o método da estilística comparativa pode ser de interese e producir resultados de utilidade para un mellor coñecemento e aproximación entre as tres variedades. Parece evidente que é o galego quen ten máis a gañar pola súa situación de minorización e pola forte presión do español, mais tamén as variedades portuguesa e brasileira poderían redescubrir recursos expresivos dun acervo primitivo común talvez presentemente esquecido. No entanto, o obxectivo das páxinas que veñen a seguir non é tanto a procura desa base estilística común como a revisión dos estudos sobre estilística que se viñeron facendo en Portugal, no Brasil e na Galiza, e o establecemento dalgunhas similitudes e diferenzas canto ao valor e significado da lingua normativa e dos modelos de lingua. Con todo, convén comezar por unha reflexión xeral sobre o estilo, a estilística e a vixencia do seu estudo.

2. Traxectoria e actualidade dos estudos sobre estilística

Se cara a finais do século XX había investigadores que pretendían dar por morta ou moribunda a estilística sen que ninguén parecese lamentalo, Paul Simpson publica en 2004 unha obra sobre estilística da lingua inglesa onde comeza por afirmar que nos primordios do século XXI a estilística está plenamente vigorante, sendo obxecto de análise e investigación universitaria por todo o mundo, ben como albo de numerosas publicacións, con novas focaxes no seu estudo e igualmente con novas aplicacións pedagóxicas (Simpson 2004: 2). No mesmo sentido, Lambrou & Stockwell (2007a: 1) achan que, desde a emerxencia como unha mestura interdisciplinar de crítica literaria, lingüística, psicoloxía, ciencia cognitiva, estudos sociais e filosofía, a estilística “is now a mature and vibrant single discipline, with a confident new generation of researchers engaged in the proper study of literature”.

2.1. Ollada retrospectiva sobre a estilística e o estilo

Aínda que a palabra ‘estilística’ xa era usada no século XIX, a estilística como disciplina ligada á lingüística xorde propiamente con Charles Bally nas primeiras décadas do século XX e vén a ocupar o lugar deixado pola retórica de base aristotélica (Martín 1973: 63). A retórica ocupouse da linguaxe utilizada con finalidade artística e persuasiva (Citelli 1994), na procura de fornecer consellos e normas a falantes e escritores/as, en canto a estilística nace cunha intencionalidade máis científica do que didáctica. A retórica clásica, que tivo en Aristóteles o máximo teorizador, é ao mesmo tempo unha arte da expresión literaria e un instrumento crítico na valorización artística dos grandes escritores e escritoras, transmitíndose desa forma durante o período medieval e os séculos inmediatamente posteriores. Porén, a vella retórica, como a denomina Mounin (1997: 144), fora transformándose en simple sinónimo de recursos embelezadores do discurso e mesmo chegou a adquirir “um certo tom pejorativo” (Citelli 1994: 8). A partir do século XVIII esa retórica clásica entra en decadencia perante unha nova concepción da arte e a súa propia incapacidade de renovación, sen que nada novo a veña a substituír até ao aparecemento da estilística como unha retórica moderna na dupla forma de ciencia da expresión e crítica dos estilos individuais (Guiraud 1960: 9-10). Por tanto, aínda que como disciplina autónoma a estilística non existiu antes de Charles Bally, “é fora de dúbidas que o fenómeno da expressividade na linguagem sempre mereceu a atenção dos estudiosos” (Monteiro 1998: 173). Mais xa hai tempo que se veu reclamando tamén a necesidade dun achegamento científico á estilística (Martín 1973: 23).

A estilística é unha disciplina que ten por obxecto o estilo; mais, como afirman Crystal & Davy (1969: 9), dicir simplemente que a estilística estuda o estilo non é especialmente clarificador; eles mesmos distinguen catro sentidos máis comúns para o termo ‘estilo’: algúns ou todos os hábitos lingüísticos dunha persoa, algúns

ou todos os hábitos lingüísticos partillados por un grupo de persoas nun determinado tempo ou nun período temporal (estilo barroco, romántico...), a eficacia dun modo de expresión (estilo claro, refinado...), e por último referido só á lingua literaria. Canto ao primeiro, os propios autores advirten de que nese sentido o estilo pode ser confundido e identificado coa personalidade dun individuo, non partillando a vella definición de o estilo ser a persoa: “style is mistakenly said to *be* a man, or *be* his thought”. Xa nun traballo en portugués do século XIX se facía referencia a esta clásica definición: “Assim como são variadas as fisionomias humanas, diferente é também o estilo nos diversos indivíduos. E daqui o dizer-se vulgarmente ‘*o estilo é o homem*’” (Mascarenhas 1920: 10). Na realidade, foi un autor do século XVIII, Georges Louis Leclerc, conde de Buffon (1707-1788), quen no seu *Discours sur le style* (1753) formulou a tan célebre como controvertida definición: “Le style est l’homme même” (véxase Schwarze 2008: 2-4).

Son moitos os conceptos tradicionalmente utilizados para definir o estilo: escolla, desvío, elaboración, connotación, ornato, trazos individuais ou mesmo trazos colectivos etc.; mais reparemos só na opinión de dous autores brasileiros. Para Câmara (1978: 13) o estilo é a definición dunha personalidade en termos lingüísticos e, ao mesmo tempo, é a linguaxe “que transcende do plano intelectual para carrear a emoción e a vontade”. Acha este autor que a distinción entre lingüística e estilística non se corresponde coa existente entre lingua colectiva e lingua individual, mais entre lingua como sistema comunicativo destinado principalmente á representación e estilo como sistema expresivo destinado a imprimir emoción “para servir à manifestação psíquica e ao apelo”; con todo, para el a lingua é de maneira xeral colectiva e o estilo “é em princípio, individual, pois está modelado pelos impulsos de uma psique pessoal”, aínda que hai un conxunto de coincidencias estilísticas na comunidade lingüística que constitúen o estilo colectivo (Câmara 1989: 27-28). En canto a xiria sería esencialmente colectiva, e por iso provocaría irritación nas persoas de sensibilidade máis apurada, xulga que o estilo literario xa é moito máis persoal, embora a personalidade estilística en literatura sexa rara, pois o máis frecuente é certa colectivización, sen que poida haber “um estilo pessoal absoluto, por mais esforço e talento que se dispenda nesse sentido” (Câmara 2004: 177). Á definición de Câmara acóllese Bechara (2002: 615) para afirmar que o estilo é o conxunto de procesos que fan da lingua representativa un medio de exteriorización psíquica e apelo, distinguindo entre estilística como estudo da lingua afectiva e gramática como estudo da lingua intelectual, e a considerar ambas complementares entre si.

2.2. Novas olladas sobre a estilística no tránsito intersecular

Existen outras concepcións do estilo e da estilística máis achegadas á actualidade e máis en consonancia con novas focaxes dos estudos sobre a lingua, como a lingüística cognitiva, a lingüística textual, a pragmática ou a sociolingüística entendida como

variación. Así, Simpson (2004: 2-3) define a moderna estilística como un método de interpretación textual en que a lingua ocupa o lugar primordial; para el facer estilística é explorar a lingua, e máis especificamente, explorar a creatividade no uso da lingua; facendo estilística enriquecemos as maneiras de pensarmos acerca da lingua e explorando a lingua adquirimos unha substancial mellora na comprensión dos textos; desta forma, só debe facer estilística quen estiver interesado na lingua.

Aliás, nos modernos ensaios sobre lingüística variacional o estilo é considerado como un elemento fulcral no estudo da variación sociolingüística, pois a variabilidade estilística no discurso fornece a posibilidade de observarmos o avance da mudanza lingüística e é no estilo onde se interiorizan individualmente e de forma máis clara as distribucións sociais da variación (Eckert & Rickford 2001: 1). Ao mesmo tempo, De Fina, igual que outros colaboradores e colaboradoras do volume *Style and Social Identities* (Auer 2007), acha que existe unha estreita relación entre a investigación sobre o estilo e a investigación sobre a identidade, pois o estilo pasa a se converter nunha estratexia que contribúe para a construción das identidades en interacción (De Fina 2007: 79). Por seu turno, unha escola como a da teoría da relevancia de Sperber & Wilson (1986), pertencente ao ámbito da pragmática, non considera esta unha disciplina lingüística, mais unha disciplina da ciencia cognitiva que, mediante a aplicación do principio de relevancia (ou pertinencia), resolve cuestións como a metáfora, a metonimia, a hipérbole ou a ironía, que durante séculos preocuparan a retórica e que se presentaran como puramente lingüísticas. Para estes autores (Sperber & Wilson 1986: 219) o estilo xorde na busca da relevancia. As diferenzas de estilo son só diferenzas no modo en que se alcanza a relevancia; e os efectos poéticos (*poetic effects*) crean impresións comúns máis do que coñecemento común, pois se se ollan os efectos ‘afectivos’ á luz da teoría da relevancia vese unha ampla serie de pequenos efectos cognitivos. Tamén Blakemore (1992: 155-179), na esteira da escola londinense da teoría da relevancia, trata dos efectos poéticos para indicar que estes non son conseguidos só polos poetas, pois todos e todas producimos diariamente enunciados irónicos ou metafóricos que mostran as mesmas características de indeterminación ou imprecisión, aínda que non lles chamemos poesía. O estilo poético é para esta autora unha consecuencia da intención da locutora de producir un enunciado coherente co principio de relevancia, non un accesorio opcional para dar satisfacción ao sentido estético da alocutaria (Blakemore 1992: 177).

Por outro lado, Elizabeth Black (2006) pretende mostrar que a lingüística aplicada pode contribuír para o estudo da literatura a partir da crenza de que hai unha explicación lingüística para moitos tropos que nela aparecen e tamén a partir da consideración de a pragmática ser o estudo da lingua no contexto e de as diversas teorías pragmáticas contribuíren para a contextualización do texto, sendo de utilidade para explicaren fenómenos como a variedade de voces na prosa narrativa, o discurso directo e indirecto, a cortesía, o discurso ecoico, a metáfora, a ironía, a parodia,

o simbolismo etc. Como o significado dun texto é o resultado dun proceso de interpretación, resulta para ela inasumíbel que todas as persoas lectoras o interpreten da mesma forma; e neste sentido considera totalmente comprensíbel que a estilística se interese cada vez máis polas achegas que a pragmática puiden ofrecer para a interpretación textual, pois “the role of the reader is that of an interpreter, not a mere passive recipient” (Black 2006: 2). Nesta liña, se Simpson (2004: 2) afirma que a estilística é un método de interpretación textual en que a primacía a ten a linguaxe, Azeredo (2008: 479) defínea, nun sentido amplo, como o estudo dos diferentes usos –estilos– da lingua segundo a situación e finalidade do acto comunicativo, a se tratar así dunha disciplina “que consiste en um método de análise de textos e pode ser considerada uma variedade de Análise do Discurso”.

Xa na última década da anterior centuria a investigación estilística comezara a rectificar a concentración do foco de atención no escritor ou escritora para ir explorando máis sistematicamente as estruturas cognitivas que os lectores e lectoras empregan cando len textos. Desta forma, apropiouse dos progresos da lingüística cognitiva e da intelixencia artificial, a emerxer así a ‘estilística cognitiva’ (*cognitive stylistics*) ou ‘poética cognitiva’ (*cognitive poetics*), que pretende complementar, máis do que suplantar, os métodos de análise existentes e que se propón explicitar as ligazóns entre a mente humana e o proceso de lectura. Co foco neste proceso máis que no da escritura, os investigadores e investigadoras da estilística cognitiva enfrontáronse co problema da lingua literaria como algo afastado dos utentes ordinarios da linguaxe común para argüíren que a “literature is perhaps better conceptualised as a way of reading than as a way of writing” (Simpson 2004: 39). Explorar esta vía require unha minuciosa revisión dos modelos de análise estilística existentes, superando os modelos de pragmática e análise do discurso que se converteran en familiares para a estilística desde a década de 1980. Ao se afastar das teorías do discurso, a nova orientación diríxese cara a modelos que explican os depósitos de coñecementos que as lectoras poñen en xogo cando len e como se modifican e enriquecen segundo a lectura avanza. Na actualidade, a estilística cognitiva está a adquirir unha importancia crecente; afirma ao respecto Hamilton (2007: 222):

But stylistics is evolving and exploring new paths of research, especially as the relationship between stylistics and cognitive linguistics becomes clarified [...]. Therefore, since rhetoric in practice and in theory has always been cognitive, ‘cognitive rhetoric’ is hardly an oxymoron.

Son xa moitos os traballos sobre estilística que na última década toman a lingüística cognitiva como punto de referencia; algúns deles poden acharse en obras colectivas como Garvins & Steen (eds.) (2003), Semino & Culpeper (eds.) (2002) ou Lambrou & Stockwell (eds.) (2007); ou en monografías como as de Stockwell (2002) e McIntyre (2006). Mais esta importancia está tamén en directa relación cos avances producidos na investigación lingüística e no progresivo interese polo

texto como obxecto central da pesquisa sobre a lingua, cun grande desenvolvemento da lingüística textual nas últimas décadas, que foi evoluindo desde as análises interfrásticas e as gramáticas do texto, pasando pola virada pragmática, até chegar, nunha nova virada cognitivista, á perspectiva sociocognitiva-interaccionista (Koch 2004: 3-33), hoxe dominante nos estudos sobre o texto. Se a lingüística se nortea cada vez máis para a análise textual e se a estilística se volta para o aproveitamento ou utilización dos métodos lingüísticos, pregúntase Monteiro (1998: 194) como será posíbel distinguirmos estes dous ramos do coñecemento. Para el a resposta está en que o obxectivo da lingüística textual é o de caracterizar as propiedades inherentes aos textos en xeral, en canto a estilística trata basicamente do texto literario; ou, doutra forma, en canto a estilística analiza os usos expresivos de determinados elementos nun texto específico, a lingüística describe o seu funcionamento en calquera discurso, real ou posíbel. Porén, imaxina este autor que “em virtude dos avances da lingüística ou da semiótica, cada vez mais ténues e flutuantes se tornam as fronteiras que limitam a área da estilística”.

Como se ve, van aparecendo novas focaxes sobre o estilo e a estilística nestes primordios do século XXI á luz da evolución das teorías lingüísticas e nomeadamente da lingüística textual. Estas reorientacións nos estudos estilísticos tamén están a ter repercusións no ámbito galego, portugués e brasileiro.

3. A estilística nos estudos filolóxicos galegos

Aínda que até hai pouco non apareceu unha obra de carácter xeral sobre estilística galega, como se dixo, no ámbito literario pódense achar algunhas referencias á estilística dalgúns escritores e escritoras galegos nomeadamente na *Historia da literatura galega contemporánea* de Ricardo Carballo Calero (1981), e tamén referencias ao estilo en monografías dedicadas ao estudo de autoras e obras concretas, xeralmente dentro dun capítulo intitulado “Lingua e estilo” que en moitos casos non costuma ocupar alén de dúas ou tres páxinas, embora noutros alcance unha extensión notábel¹. Un caso especial constitúeno os contributos do profesor Claudio Rodríguez Fer, baseados tanto no estudo da lingua literaria dalgúns autores, por exemplo os lucenses Ánxel Fole ou Uxío Novoneyra, como dos recursos expresivos da lingua presentes na poesía galega en xeral: *Poesía galega. Crítica e metodoloxía* (Rodríguez Fer 1989) e *Arte literaria. Catálogo, descrición e teoría crítica para a comprensión e comentario dos textos* (Rodríguez Fer 1991). Tamén se deben ter

1 Debe salientarse neste sentido, embora sexa en español, a tese de doutoramento do profesor Alonso Montero, de 1966, que deu orixe á monografía intitulada *Lengua y estilo de Curros Enríquez (en su poesía gallega)*; posteriormente irán aparecendo outros amplos estudos lingüístico-estilísticos sobre máis autores e autoras.

en especial consideración tanto o discurso de ingreso na Real Academia Galega de Rafael Dieste (1971), intitulado *A vontade de estilo na fala popular*, como os seus escritos xornalísticos dos anos 20 da centuria anterior recompilados no volume *Antre a terra e o ceo* (Dieste 1981), que conteñen importantes reflexións sobre a expresividade do galego popular, a lingua literaria e o estilo.

Desde unha perspectiva máis claramente lingüística, nas gramáticas galegas tamén poden aparecer ocasionalmente algunhas referencias ao estilo, mais en xeral son escasas tanto pola precariedade mesma desa tradición gramatical como polo carácter sintético e básico dalgunha delas, e sempre a termos en conta o seu carácter serodio a respecto das linguas do noso contorno (Sánchez Rei 2005). Un dos exemplos máis notábeis é a gramática oitocentista de Saco Arce, onde se fan alusións á elegancia dalgunhas construcións ou ao carácter literario doutras, ben como se recollen xiros e modismos de grande expresividade na fala popular ou se inclúen capítulos como “Eufonía” (Saco Arce 1868: 141-154) que constitúe un pequeno estudo de fonoestilística con base na fonética popular. Tamén a gramática de Lugrís Freire, de menor alcance que a anterior, contén algunhas consideracións de carácter estilístico, incluídas igualmente unhas notas sobre a eufonía, e frecuentes alusións á lingua literaria, con observacións como a que segue: “No galego literario a forma pasiva nos verbos, empregada na medida comenente, dá certa enxebreza e elegancia ás frases”; e a seguir exemplifica co verso “Os tempos son chegados” do bardo bergantiñán (Lugrís 1931: 92). Hai igualmente consideracións relativas ao estilo espalladas pola gramática de Carballo Calero ou nalgunha das súas notas de rodapé, mais é xustamente o derradeiro capítulo da obra, intitulado “Usos y construcciones” (Carballo 1979: 271-338), o que se pode considerar con algunha propiedade un ensaio embrionario de estilística galega, con recorrencia tamén á lingua literaria.

Das gramáticas máis achegadas ao tempo presente, non existe unha vontade explícita de tratar aspectos especificamente referidos á estilística da lingua galega en Álvarez *et al.* (1986) nin en Álvarez & Xove (2002), aínda que implicitamente existan moitos elementos subxacentes que teñen unha dimensión expresiva evidente; neste sentido, tamén é significativo que en ambas se prescinda totalmente da exemplificación literaria. Por último, é nos tres primeiros volumes da *Gramática da Lingua Galega* de quen subscribe estas liñas onde máis sistematicamente e con referencia explícita á rendibilidade expresiva se dedican seccións específicas á análise estilística das diferentes partes que compoñen cada volume (Freixeiro 2006). Tamén nun recente manual da mesma autoría, *Lingua de calidade*, se tratan diferentes temas de natureza gramatical e pragmática relacionados directamente co estilo (Freixeiro 2009). Deben ser sinalados igualmente algúns manuais básicos de carácter xeral como *Ortografía e estilo da lingua galega* (Feixó Cid 2002) ou outros manuais centrados na linguaxe administrativa.

Por outro lado, tamén conteñen información estilística de interese os estudos sobre a lingua literaria de autoras e autores concretos, algúns constitutivos de verdadeiras gramáticas autorais e outros con capítulos específicos sobre estilística (véxase Freixeiro 2013: 13-14). Ao mesmo tempo, existen algúns estudos sobre a lingua literaria de períodos históricos determinados, nomeadamente do século XIX, ben na súa primeira metade aproximadamente (Mariño 2003), ben na segunda (Lorenzo 1986), ou no seu conxunto (Freixeiro & Sánchez & Sanmartín 2005); contén igualmente notas estilísticas de extraordinario valor o cancionero decimonónico de Pérez Ballesteros, cuxa caracterización lingüístico-expresiva é estudada en profundidade en Sánchez Rei (2006: 133-420). Sobre a lingua literaria trata tamén en parte a obra de Graña Núñez (1993), cuxo título *Vacilacións, interferencias e outros 'pecados' da lingua galega* é un bo indicativo da súa vinculación coa estilística, como o é tamén *Os falantes como lingüistas. Tradición, innovación e interferencias no galego actual* sobre a lingua desde a óptica dos e das falantes, da autoría de Kabatek (1996).

Por último, no ano 2013 sae do prelo a primeira monografía dedicada especificamente ao estudo dos recursos expresivos do galego, co título de *Estilística da Lingua Galega* (Freixeiro 2013). Insírese no ámbito da estilística lingüística e, alén dunha parte introdutoria de carácter teórico, trata todos os planos da lingua: fonostilística, estilística da palabra (palabras gramaticais, palabras lexicais, aspectos semánticos, estilística morfolóxica), estilística do enunciado e estilística do texto (modalización, polifonía, intertextualidade, cortesía, formas de tratamento, apóstrofe, figuras retóricas do nivel textual, xéneros e modalidades discursivas, progresión textual); ten en conta as achegas da pragmática, da lingüística cognitiva e das actuais teorías sobre o texto. Neste sentido, pode considerarse unha obra ampla e completa tanto pola súa extensión (572 páxinas de grande formato) canto nomeadamente pola atención dedicada ás unidades supraoracionais. Acode á exemplificación literaria para cada un dos recursos expresivos analizados; cítanse en concreto máis de 130 autores e autoras con exemplos tirados de máis de 200 obras literarias; tamén se procuran con frecuencia exemplos procedentes das recollas da lingua oral e popular. Ao longo e largo das súas páxinas ten como referencia constante, sempre que posíbel, as estilísticas e os estudos relativos a tal disciplina do ámbito luso-brasileiro.

4. A estilística en Portugal. Rodrigues Lapa e a súa influencia na Galiza

En Portugal téñense publicado, loxicamente, moitos traballos dunha forma ou doutra vinculados coa estilística. Mais son poucos os que especificamente inclúen tal palabra no título e que, por tanto, se poden considerar propiamente como estilísticas do portugués. Sen ánimo de exhaustividade, citarei algúns de que tiveren

coñecemento e a que puiden acceder, sendo consciente de que ficarán outros fóra que poderían encaixar nesta relación, nomeadamente os pertencentes a un ámbito máis escolar do que académico.

Non moito tempo após teren aparecido na Galiza as primeiras gramáticas de galego, asina no ano 1883 Arsenio Augusto Torres de Mascarenhas o prólogo da primeira edición dunhas *Noções elementares de Estilística acomodadas ao programa da cadeira da língua e literatura portuguesa para uso dos alunos de português*, de que coñecemos unha “16ª edição revista e melhorada” (Mascarenhas 1920) que en 109 páxinas de pequeno formato dedica un primeiro capítulo ao estilo (“Elementos do estilo”, “Ornatos do estilo”, “Classificação e caracteres especiais do estilo” e “Da harmonia e conveniência do estilo”), un segundo aos “Géneros de composições em prosa” e un terceiro a “Noções de versificação”. A súa concepción da estilística é de total vinculación á literatura, como se ve ao definila como “o complexo de preceitos, relativos aos elementos, ornatos, classificação e caracteres do estilo próprio dos principais géneros de composição em prosa e verso” (Mascarenhas 1920: 9).

Após este opúsculo aínda xestado antes de a estilística se constituír propiamente como disciplina herdeira da antiga oratoria, non teño coñecemento doutra obra publicada en Portugal que directamente leve a palabra ‘estilística’ no título até 1945, cando Manuel Rodrigues Lapa tira do prelo a súa sucesosa *Estilística da Língua Portuguesa*, que en 1979 vía a décima edición e que aínda se continuou a reimprimir posteriormente. Esta obra sitúase na liña da estilística lingüística de Bally, estuda valores expresivos presentes no vocabuário portugués, nas diversas clases de palabras e nalgúñas construcións sintácticas, e adopta un ton máis didáctico-normativo do que descritivo, de acordo coa finalidade práctica que a guía, a fuxir de calquera aspecto teórico. A súa influencia foi moito grande tanto en Portugal como no Brasil e tamén na Galiza, de que logo se falará. No seu país mesmo se pode dicir que a aceptación foi tal que non permitiu que aflorase outra obra cun título semellante inclusive até á actualidade.

Tamén se poderían citar como traballos relevantes publicados en Portugal dentro do ámbito da estilística literaria os contributos do profesor Aguiar e Silva, nomeadamente a súa *Teoria da Literatura*, sucesosamente reeditada (Silva 1996), que exerceu grande influencia no ámbito académico non só portugués e que contén ocasionais e suxestivas referencias ao estilo dos textos literarios. Igualmente, tivo grande relevancia a obra *Técnicas de Análise Textual* de Carlos Reis (1981), que dedica un extenso capítulo á análise estilística (pp. 145-238)². Aliás, os manuais

2 Outros títulos, como unha *Estética da Língua Portuguesa* (Guerra 1971) que chegou ás miñas mans, non deixan de constituír unha simple anedota neste percurso; trátase da edición dunha conferencia, que non pasa de ser un breve folleto de apenas unhas vinte páxinas de pequeno formato en que se exalta a melodía, o ritmo e a harmonía do portugués. É posíbel que haxa varios textos similares.

prácticos de Estrela & Pinto-Correia (2001) e de Estrela & Soares & Leitão (2004) manteñen directa vinculación coa estilística por seren guías para o uso correcto da lingua portuguesa. E, de certo, prescindimos das referencias aos estudos sobre o estilo de diferentes autoras e autores portugueses, embora debamos singularizar o traballo de Guerra da Cal (1969) sobre *Lingua e estilo de Eça de Queirós*, tanto pola súa relevancia como pola nacionalidade galega do autor, con todo publicado no Brasil. Unha obra que leva no seu título a palabra ‘estilo’ é a de Fernando Venâncio –*Estilo e preconceito. A língua literária em Portugal na época de Castilho*, 1998–, que analiza as consideracións sobre a lingua literaria e o estilo na época do Romantismo portugués, concretamente no período 1835-1875 anterior á constitución da moderna estilística como disciplina; esas reflexións son de grande interese, pois compilan as opinións dos principais autores oitocentistas que nese período se pronunciaron sobre tal temática nas obras literarias.

Como xa se suxeriu, no ámbito da estilística propiamente lingüística a *Estilística* de Lapa dominou toda a segunda metade do século XX en Portugal, mais tamén se publicou reiteradas veces no Brasil en edicións específicas. Manexamos a décima edición de Coimbra Editora “revista e actualizada” de 1979, mais en 1984 saíu do prelo a undécima. Tivo tamén unha ampla difusión e influencia na Galiza, onde regularmente veu funcionando como obra de lectura recomendada nas aulas de Língua Portuguesa da Universidade de Santiago de Compostela primeiro e tamén posteriormente nas outras universidades galegas; e aínda na actualidade continúa a ser obra recomendada, de modo que case se pode afirmar que todo o profesorado de portugués e de galego existente na Galiza tivo coñecemento directo desta obra e para boa parte del foi un libro de referencia na súa formación académica.

O grande interese e mesmo amor de Lapa pola lingua galega e pola propia Galiza fica ben demostrado tanto en toda a súa obra como na súa correspondencia con diferentes personalidades; as cartas que dirixiu a Fernández del Riego (Lapa 2001) son só un exemplo, entre outros moitos que se poderían citar. Mais hai unha outra mostra que ten un significado especial pois vai para alén das disquisicións teóricas e das manifestacións retóricas tan habituais nas relacións lus-galaicas. Trátase da plasmación práctica da súa defensa ideolóxica da identidade lingüística e cultural galego-portuguesa, cal é a inclusión de exemplos literarios de escritores galegos ao lado dos portugueses e brasileiros na súa *Estilística da Língua Portuguesa*, feito singular que aínda hoxe non admite moita comparación e que é totalmente coherente co seu posicionamento a respecto da relación entre as variantes do diasistema

Tamén prescindimos, claro está, doutras obras anteriores a finais do XIX e principios do XX que gardan algunha relación coa estilística; sirva de exemplo *Ortografia, ou Arte de escrever, e Pronunciar com acerto a Língua Portuguesa*, de João de Morais Madureira Feijó, 1734, da cal T. Verdelho, J. P. Silvestre e I. Prates publicaron unha edición semidiplomática en 2008.

lingüístico. En concreto, cita na obra exemplos de Xavier Alcalá, Eduardo Blanco-Amor, Ramón Cabanillas, Castelao, Xosé María Díaz Castro, Rafael Dieste, Ánxel Fole, Uxío Novoneyra, Otero Pedrayo, Silvio Santiago e Luís Seoane, ao lado dos portugueses Castelo Branco, Eça de Queirós, António Nobre e tantos outros, ou de brasileiros como Jorge Amado, Guimarães Rosa, Cecília Meireles etc., o que converte esta obra en parte nunha estilística pangalaica e en mostra practicamente única dun reintegracionismo galego-portugués exercido desde o outro lado do Miño. Proporcionalmente, a presenza de autores galegos é equiparábel á de portugueses e brasileiros, aínda que aqueles se foron incorporando sucesivamente nas diferentes edicións da obra. Así o explicita o propio autor na correspondencia con Fernández del Riego; se nunha carta de xullo de 1950 (Lapa 2001: 16) lle anunciaba o envío da súa estilística, noutra de outubro de 1959 escribe:

Mando-lhe a edição brasileira da *Estilística da língua portuguesa*. Chamo a sua atenção para o Prefácio, no qual digo da necessidade de considerar o galego para esse estudo. No texto cito Ánxel Fole e Ricardo C. Calero. Na quarta edição aumentarei essa exemplificação. Também quero falar consigo sobre gíria ou calão galego, pois menciono essa linguagem no meu livro.

Brevemente lhe mandarei algumas opiniões de alunos meus brasileiros sobre poetas galegos dos nossos dias. Foi uma agradável revelação para eles. Fica a semente lançada. Estou seguro que fructificará um dia (Lapa 2001: 144).

Estamos, de certo, perante unha boa mostra do seu compromiso galeguista e da praxe dunha reintegración efectiva. Noutra carta de xuño de 1960 (Lapa 2001: 156) recomenda a Del Riego que contacte coa librería Atlántida de Portugal para vender nela os libros galegos e para o Brasil recoméndalle a Livraria Académica, do Rio de Janeiro, “que editou agora a minha *Estilística da língua portuguesa*, terceira edición”, a mostrar desa forma un grande empeño persoal en que a literatura galega sexa difundida no ámbito lusófono, como el propio fai nesta obra, con vontade de aumentar esa presenza en edicións posteriores. Así o volta a explicitar noutra carta de outubro de 1963, embora manifeste nela algunhas cautelas para ese incremento da exemplificación en galego perante a ausencia dun modelo lingüístico-gramatical claro e coherente:

Ando também a fazer nova edição da *Estilística*. Aumentarei um pouquinho a contribuição galega. Receio porém chamar a atenção para um idioma que não dispõe ainda de uma gramática aceitável. Insisto com vocês: isso é de uma urgência suprema. Não estejam à espera duma gramática ideal, que não existe. Façam uma coisa razoável, de sentido prático; mas primeiro procedam a uma uniformização da ortografia, para evitar os disparates que correm por aí. Também isso não é um instrumento definitivo, nem pode ser. Como vê, sempre penso nessa terra e na sua gente (Lapa 2001: 195).

Non hai, pois, rebaixa do seu compromiso galeguista, mais si verdadeira preocupación polo evidente estado caótico en que se achaba o galego escrito, o que o desanimaba para dar unha maior visibilidade aos nosos autores e autoras. Aínda así, o incremento prodúcese, como reconece en carta de agosto de 1965: “Também tenho aqui um exemplar da última edição da *Estilística*, mais acrescentada na exemplificação galega” (Lapa 2001: 226). No entanto, a súa preocupación pola falta dun modelo común de galego culto continúa, e con toda a lóxica, como manifesta noutras dúas cartas, de 1969 e 1973 respectivamente:

Ainda há pouco esteve aqui o Silvio Santiago, com sua novela, *O silêncio redimido*, que vou prefaciar. Pois no texto encontro uma constante vacilação em formas como *conecer*, *coñecer*, *conocer*, *República*, *República*, etc. Isto não pode consentir-se numa língua que aspira a ser um instrumento literário: tem, necessariamente, de dobrar-se a uma disciplina, em sentido culto, claro está. É uma lei inexorável, por que todas as línguas terão de passar (Lapa 2001: 281)³.

Mando-lhe hoje o nº 13 de *Colóquio*, que acaba de sair. Leia-o com atenção desprevenida e diga-me francamente a sua opinião. Não acha que deveríamos ventilar esse problema publicamente, enquanto é tempo? O galego está ou não está ameaçado de se converter em “francastrapo” e em seguida desaparecer? Estou muito preocupado com isso. Quem está fora vê melhor o perigo (Lapa 2001: 330).

Estas citacións explican e contextualizan ben o artigo de Lapa “A recuperación literaria do galego” en *Colóquio / Letras* en 1973⁴ e a proposta que contén. No entanto, por eses mesmos anos os seus amigos galeguistas da Real Academia Galega, con Piñeiro como principal ideólogo, foron incapaces de procuraren unha solución estábel a tan grave problema de anarquía gráfica e gramatical, a pesar dos esforzos de Sebastián Martínez-Risco, presidente da institución na altura⁵. Mais do que non hai dúbida é de que a proposta de Lapa achou grande eco na Galiza, sendo asumida con algúns matices polo movemento reintegracionista, e tamén de que a súa *Estilística* tivo ampla difusión e exerceu moita influencia neste país. Con todo, isto constitúe un premio sempre insuficiente para quen tanto tempo e esforzo dedicou ao galego e á Galiza.

3 Esta obra de Silvio Santiago non foi publicada até ao ano 1976 na Editorial Galaxia, sen o prefacio de Rodrigues Lapa; nesa altura o profesor de Anadia xa non debía de gozar da confianza do grupo.

4 Reproducido en *Grial* no mesmo ano, con réplica de Ramón Piñeiro, e logo no libro *Estudos Galego-Portugueses* do ano 1979.

5 Véxase Freixeiro Mato (1994), especialmente as pp. 166-179 e 203-240, onde se recolle a correspondencia entre Piñeiro e o presidente da RAG a respecto deste tema.

5. As principais estilísticas brasileiras do século XX

É, sen dúbida, no Brasil onde máis atención se prestou á estilística, até ao punto de nos atrevermos a dicir que iso constitúe un trazo definidor dos estudos sobre a lingua alí desenvolvidos e igualmente da súa tradición gramatical. Segundo ficou dito, tamén a obra de Lapa chegou ao Brasil e deixou alí a súa forte pegada; como mostra, aínda hai pouco tempo unha tese de doutoramento sobre o discurso da estilística na historia da produción gramatical e na constitución da lingua nacional do Brasil (Fragoso 2008) basea a súa análise en tres obras: a *Estilística da Língua Portuguesa* do autor de Anadia, a *Estética da Língua Portuguesa* de Joaquim Ribeiro (1964, 2ª ed.) e a *Contribuição à Estilística Portuguesa* de J. Mattoso Câmara Jr. (1953, 2ª ed.). Mais no Brasil editáronse ao longo e largo do século XX diversas obras especificamente centradas na estilística e tamén con esa palabra no título. Mesmo nas gramáticas brasileiras de finais do século XIX figuran análises estilísticas centradas nas figuras de sintaxe e, polo xeral, consideran os estudos estilísticos a faceren parte da “língua individual em contraste com a língua propriamente dita que é apresentada como geral, coletiva” (Fragoso 2008: 88). Necesariamente farei mención a aquelas obras que considero máis relevantes ou a que tiven acceso, coa seguranza de ficaren fóra outras, a comezar por *Noções de estilística e de literatura* de Antenor Nascentes (1929), autor que o propio Lapa (1979: 30) cita na súa obra con relación ao seu *Dicionário de sinónimos*, e continuando coa *Estética da Língua Portuguesa* de Joaquim Ribeiro, máis virada para a gramática histórica (Fragoso 2008: 85), ou con *Língua e Expressão Artística. Subconsciência e Afetividade na Língua Portuguesa* de J. Belo Galvão (1967)⁶.

Poucos anos após a saída do prelo da primeira edición da obra de Lapa en Portugal, publícase no Brasil unha *Contribuição à Estilística Portuguesa* de Mattoso Câmara Jr., autor que tamén se ocupa da estilística noutras obras da súa autoría; para el esta disciplina estuda a lingua como medio de exprimir estados psíquicos (función expresiva) ou de actuar sobre o interlocutor (función apelativa), en canto a lingüística en sentido restrito ou gramática se ocupa da linguaxe intelectual ou representación mental da realidade (función representativa); a estilística é, pois, concibida como unha disciplina complementar da gramática, a se situar tamén o autor no ámbito da estilística lingüística, que divide en estilística fónica, léxica e sintáctica.

No ano 1964 sae do prelo igualmente no Brasil a *Estilística Brasileira* de Silveira Bueno, obra claramente virada para o lado da estilística literaria, como xa anuncia o propio autor nas palabras iniciais “Ao leitor” ao dicir que dá á publicidade tal

6 Teño igualmente referencia indirecta a un cuarto volume da obra *Língua Portuguesa* de Jânio Quadros, que acrecenta no título a palabra *Estilística* (Editora Formal, SP, 1969, 3ª ed.).

traballo “em cujas páginas discutimos as teorías literárias da composición en prosa e verso”. Sen unha estrutura clara, ao longo e largo da obra van aparecendo análises e reflexións sobre prosa e verso, sobre movementos ou escolas literarias, sobre léxico, ritmo, puntuación, modos e tempos verbais etc. Tamén, xa ben avanzada a obra, se define o estilo como “a proxección da personalidade do individuo através dos meios oferecidos pelo idioma” (Bueno 1964: 43); isto é, a lingua ofrece o material, mais será o talento da escritora o que atinxa o obxectivo, de modo que se non dominar perfectamente todos os segredos do idioma, o escrito por ela será imperfecto aínda que a súa concepción mental sexa excelente.

Outro profesor brasileiro, Gladstone Chaves de Melo, publicará en 1976 un *Ensaio de Estilística da Língua Portuguesa* que tres anos despois tamén será editado en Portugal. O autor cita como precedentes as estilísticas de Rodrigues Lapa e de Silveira Bueno –obvia por tanto a de Mattoso Câmara–, mais considera que ningunha das dúas responde ao que na altura se entende por estilística e que máis ben son “dois compêndios dos recursos da língua” (Melo 1979: 12), a se declarar el seguidor da escola francesa de Marouzeau, Cressot e Guiraud, autor este que segundo o seu criterio puxo orde na bibliografía estilística. Considera tamén que a estilística é unha disciplina paralela á gramática e situábel na lingüística sincrónica descritiva ou normativa; e igualmente é da opinión de que “as modernas correntes deixam intocada a Estilística da linha de Bally e ameaçam obscurecer e avelhantar a da linha Vossler-Spitzer” (Melo 1979: 40). Sitúase, pois, no ámbito da estilística lingüística e estrutura a súa obra, após as “nocões propedéuticas” iniciais e seguindo ese declarado paralelismo coa gramática, en estilística fónica, estilística sintáctica e estilística da palabra, cun breve “intermezzo sobre a morfoestilística” onde mostra as súas dúbidas a respecto dunha morfoloxía en perspectiva estilística por ser “a parte mais resistente da língua, a mais característica, aquela em que mais fortemente se manifesta o *sistema*, a travacção interior, a estrutura” (Melo 1979: 115).

Só un ano após a publicación da obra anterior, aparece tamén no Brasil en 1977 a primeira edición de *Aspectos Estilísticos da Língua Portuguesa*, de José Brasileiro Vilanova, que en 1984 terá unha terceira edición “revista e melhorada”. A se apoiar en Ullmann, concibe a estilística como unha ciencia irmá da lingüística, con que debe traballar conxuntamente seguindo uns mesmos propósitos e con métodos coordinados, aínda que definidas ambas como disciplinas independentes. De aí deduce que a estilística debe ter as mesmas subdivisións que a lingüística, embora advirta das graves confusións entre estilística e gramática, pois “muitos fatos caracteristicamente gramaticais são, sem motivo, incorporados às pesquisas estilísticas, numa intromissão totalmente perniciosa e nociva” (Vilanova 1984: 9). Mais tamén recoñece noutro lugar que nin sempre “é fácil distinguir fatos estilísticos e fatos lingüísticos, mesmo porque estes últimos é que, em determinadas condições, se tornam matéria definidora de estilo” (p. 17). Fai súa a definición de estilo de

Guiraud⁷, cuxa obra *La stylistique* reconece que inspira a súa do punto de vista teórico, e divide o libro en cinco capítulos: estilística fonética, léxica, morfolóxica, sintáctica e linguaxe figurada.

Neste repaso polas principais estilísticas brasileiras debe citarse outra obra, a *Introdução à Estilística* de Nilce Sant'Anna Martins, de 1989, se callar a máis completa de todas e tamén a máis actualizada entre as publicadas no noso ámbito lingüístico durante o século XX, que leva por significativo subtítulo *A expressividade na língua portuguesa*. Após unha ampla introdución sobre a conceptualización da estilística, a obra organizase en estilística do son, estilística da palabra, estilística da frase e estilística da enunciación, coas subseccións correspondentes, que contribúen para conformar unha estrutura clara, coherente e achamos que acaída. Como se pode ver, é a primeira das analizadas que incorpora a estilística da enunciación, isto é, que presta atención ao texto/discurso como nivel máis alto de análise, neste caso estilística, o que parece necesario e fundamental á luz sobre todo dos avances producidos nas últimas décadas nos estudos sobre lingüística textual. Segundo declara a autora, o propósito da obra é ofrecer ás persoas falantes ou que escriben os medios de que a lingua portuguesa dispón para elas “manifestarem estados emotivos e julgamentos de valor, de modo a despertarem em quem ouve ou lê uma reação também de ordem afetiva”, embora reconeça que presenta só unha parte do universo expresivo da lingua, pois resulta imposible presentar a (case) totalidade dos recursos que constitúen o seu potencial, “mesmo porque esse potencial está em constante renovação”. Tamén se declara a autora seguidora da liña descritiva iniciada por Bally, “com aproveitamento das lições de mestres diversos, especialmente Jakobson”; e aínda que con certa frecuencia examina feitos da linguaxe común, os exemplos tómaos nomeadamente dos textos literarios. Sitúase, por tanto, no ámbito da estilística lingüística, mais coa ollada posta na literatura, de maneira que a súa meta final é “despertar maior consciência das imensas possibilidades de expressão” da lingua portuguesa, pois o “conhecimento da língua do ângulo da expressividade constitui o passo inicial para a compreensão e valoração dos textos literários” (Martins 1989: 23).

Pouco despois, en 1991, publica o tamén profesor brasileiro José Lemos Monteiro *A Estilística*, interesante contributo ao estudo desta disciplina no noso ámbito lingüístico. Tal obra, alén de establecer como postulado básico a ligazón entre a expresividade da lingua e a noción de contexto, visa o propósito de descubrir e interpretar os trazos estilísticos que aparecen en todos os niveis da linguaxe e encerra

7 Nun intento por reducir as diferentes concepcións do estilo a un denominador común, este autor propón a seguinte definición: “El estilo es el aspecto de lo enunciado que resulta de una elección de los medios de expresión determinada por la naturaleza y las intenciones del sujeto que habla o escribe” (Guiraud 1960: 120).

un conxunto de reflexións sobre a dimensión expresiva da actividade lingüística, segundo declara o autor na súa presentación. O primeiro capítulo (“Os limites da estilística”) é de carácter introdutorio e contén relevantes consideracións sobre o estilo, norma e desvíos, emotividade e expresividade, denotación e connotación, e funcións da linguaxe. No segundo capítulo, intitulado “O desvío estilístico”, analiza as ‘figuras ou metáboles’, mais a partir da crítica aos excesos da retórica tradicional na acumulación de figuras inventariadas, “muitas delas tão semelhantes que as diferenciações parecem sibilinas e desnecesárias”, para cuxa demostración achega a figura da repetición de palabra, que “poderá ser designada como anáfora, epístrofe, diácope, epizeuxe, anadiplose, homoptoto, epanáfora, epanalepse, epanadiplose, epanástrofe, epânodo, diáfora, mesoteleuto, poliptoto etc., conforme o local ou a forma em que aparece a palavra repetida” (Monteiro 1991: 27); neste sentido, considera que non serve de nada en termos de análise estilística identificar unha figura se non se descobre o seu potencial expresivo. Outros capítulos son: “A escolha estilística”, baseado nos aspectos morfosintácticos; “O simbolismo fonético” e “As vogais e as cores”, ambos no ámbito da fonoestilística; “Algúns problemas do significado”, sobre semántica e estilo; e, por último, “As virtudes (e vícios) do estilo”, onde trata sobre corrección gramatical, clareza, harmonía, concisión e propiedade. En conxunto, esta obra sitúase na órbita da estilística retórica de Dubois, como atesta mesmo o uso dos termos ‘metaplasmos’, ‘metataxes’, ‘metasememas’ e ‘metaloxismos’ para a denominación das figuras.

En conclusión, no Brasil publicáronse durante o século XX varias obras que tratan directamente sobre estilística da lingua portuguesa, a súa maioría na esteira da estilística lingüística desenvolvida, como pioneiro, por Charles Bally. Aquí repasamos só algunhas delas, aquelas que coñecemos porque tamén tiveron unha maior repercusión na Europa e na Galiza. Alén destas, haberá outras que traten sobre o mesmo tema, ben de maneira central ou de modo parcial⁸. Entre elas poderíanse citar moitas gramáticas brasileiras, pois tamén fai parte da súa tradición prestaren atención á estilística, como se dixo. Sen ánimo de nos determos neste punto, darei só dous exemplos: a *Moderna Gramática Portuguesa* de Bechara (2002), publicada en 1967 e que xa chegou á 37ª edición no inicio do século XXI, con capítulos específicos dedicados á estilística e teorización a respecto dela, a combinar o vello discurso da tradición gramatical co novo discurso da modernidade dos estudos lingüísticos (Moralis 2008); e a *Nova Gramática do Português Contemporâneo*,

8 Aínda na actualidade continúan a se realizar traballos nesta liña, como *Aspectos Estilísticos e Pragmáticos da Língua Portuguesa*, material didáctico da autoría de Sylvia Maria Campos Teixeira, de 2014, dispoñíbel en http://nead.uesc.br/arquivos/Letras/aspectos_linguisticos/Modulo_aspectos_linguisticos.pdf, que ten unha primeira unidade co título de “Aspectos estilísticos da Língua Portuguesa”, pp. 13-47 (Letras, Módulo 6, vol. 4, EAD-UAB/UESC, Editus - Editora da Universidade Estadual de Santa Cruz).

de dupla autoría brasileira e portuguesa (Cunha & Cintra 1991, 8ª ed.), que se pode considerar unha simbiose de gramática e estilística da lingua portuguesa tanto pola súa sistemática exemplificación literaria, con incidencia nos valores expresivos do idioma, como por conter capítulos específicos máis propios da estilística, como “Figuras da sintaxe” (pp. 613-627) ou “Noções de versificação” (pp. 665-711), entre outros que se sitúan nun camiño intermedio entre ambas as disciplinas, con todo sempre próximas e complementares.

Esta tradición continúa no presente século, como demostra a *Gramática Houaiss* de José Carlos Azeredo (2008), que dedica a sétima e última parte aos usos expresivos da lingua co título explícito de “Estilística” (pp. 473-516). Persiste, por tanto, a atención á estilística nos estudos lingüísticos brasileiros, segundo tamén poñen en relevo algúns traballos académicos (véxase, por exemplo, Fragozo 2008), mais tamén no ensino da lingua portuguesa nas aulas brasileiras, cal reflicte un traballo que leva por título “Ensino de lingua portuguesa sob bases estilísticas...”, inserido no proxecto de pesquisa *Matrizes técnico-teóricas para uma estilística semiótico-funcional: modelo aplicado* (Paiva 2009).

6. Gramática normativa e estilo no ámbito lingüístico galego-portugués

Existen, evidentemente, notábeis diferenzas lingüísticas e sociolingüísticas entre a Galiza, Portugal e o Brasil, a comezarmos polo feito de o galego se achar nunha posición minorizada a respecto do español, lingua con que compite desvantaxosamente e que está a interferir gravemente as súas estruturas internas en todos os planos (fónico, léxico, morfosintáctico, pragmático, estilístico)⁹. En liña con isto, pódese dicir que en termos xerais esa lingua común galego-portuguesa en Portugal e no Brasil está socialmente normalizada, en canto na Galiza vive unha situación de minorización que pon en perigo o seu futuro. No entanto, tamén entre Portugal e o Brasil existen diferenzas canto á situación sociolingüística: o primeiro goza dunha posición máis estábel e cohesionada lingüisticamente tanto polas dimensións do país como pola súa propia conformación histórica, de maneira que o portugués presenta aí unha situación que entra dentro dos parámetros das linguas normalizadas dos estados europeos, mesmo sen a presenza doutras linguas minoritarias no seu interior (o caso do mirandés ten escasa relevancia sociolingüística na actualidade); o Brasil, en troca, presenta unha situación sociolingüística moito máis complexa, tanto polas súas enormes dimensións, que propician un forte variacionismo lingüístico, como

9 Véxase neste sentido o recente volume editado por Sánchez Rei (2014a), onde varios autores e autoras analizan desde diferentes ámbitos o dificultoso proceso de construción dun modelo de lingua culto e de calidade para o galego, libre de interferencias castelanzantes.

pola súa historia, pois o portugués foi alí unha lingua de conquista e imposición sobre outras linguas autóctones, algunhas das cales aínda sobreviven en estado de grande precarización; ao mesmo tempo, o portugués falado no Brasil non presenta o mesmo grao de cohesión interna que ten en Portugal nin a forma culta ou estándar mostra a mesma relación coas diversas modalidades da fala popular; isto é, a norma culta do Brasil tórnase un elemento de discriminación social para as clases populares en canto en Portugal tal factor está moito máis aminorado. En resumo, a comunidade lingüística portuguesa é a máis homoxénea lingüisticamente, en canto a galega e a brasileira presentan unha maior complexidade en termos sociolingüísticos, con certas semellanzas mais tamén con grandes diferenzas. En ambas as comunidades de falantes a gramática normativa e a estilística posúen particularidades, distintas en cada caso, que en Portugal non se dan, cando menos na mesma medida.

6.1. Relación entre gramática e estilística

En xeral pódese afirmar que a gramática estuda o que é sistemático na linguaxe, aquilo que a lingua ten de orde ou de sistema; con palabras de Mattoso Câmara (1982: 11), a gramática é o estudo do mecanismo polo cal unha determinada lingua funciona nun determinado momento como medio de comunicación entre os/as falantes e a análise da estrutura ou configuración formal que a caracteriza nese momento. A verdadeira gramática é, pois, descritiva e, nun sentido amplo, tamén se lle pode chamar funcional ou estrutural polo seu carácter estático ou sincrónico. Sincrónica é igualmente a gramática normativa, presente dalgunha forma desde a existencia dos primeiros estudos lingüísticos. Así, a gramática greco-latina definíase como a arte de falar e escribir correctamente, a se converter por conseguinte en gramática normativa, como o é tamén a gramática tradicional. A gramática descritiva fai parte da lingüística pura, en canto a normativa fai parte da lingüística aplicada a un fin de comportamento social; isto é, vén imposta por razóns de orde práctica dentro da sociedade. Mais non se debe confundir unha con outra, aínda que a segunda deberá basearse na primeira, pois, como Mattoso Câmara (1982: 16) afirmara, a norma non pode ser uniforme e ríxida, mais elástica e continxente, de acordo con cada situación específica. Con todo, cando se tratar dos recursos estilísticos da lingua ambas as perspectivas deberán ser consideradas, sobre todo tendo en conta que unha das nocións básicas do estilo é a de desvío a respecto do que é norma xeral. Neste sentido, o propio Câmara (2004: 176) definira a estilística como “a parte do estudo da linguagem que se opõe à gramática, a qual trata da língua representativa”.

Certamente, hai unha evidente relación entre gramática e estilística, até ao punto de que é posíbel preguntarnos se a estilística constitúe unha parte da gramática ou se inclusivemente se pode considerar esta unha parte daquela. Sabemos que tradicionalmente as gramáticas das diferentes linguas incluíron aspectos estilísticos ben na descrición de cada unha das partes ou en capítulos particulares.

Mais aínda na actualidade a gramática de Azeredo (2008), por exemplo, inclúe un extenso capítulo que leva o título de “Estilística”, como se viu anteriormente. Se callar, deberase falar máis ben dunha relación de complementariedade entre gramática e estilística (Agustini 2004: 13). Cando falamos de gramática dunha lingua referímonos a unha rede complexa de categorías, unidades e estruturas entrelazadas que enforma as regras desa lingua; estas regras, seguindo Simpson (2004: 9-10), constitúen unha colección aleatoria de estruturas preconcebidas acerca do uso da lingua, da mesma forma que as regras do tenis ou do xadrez constitúen os principios organizativos deses xogos. Isto converte a gramática nunha área de análise un tanto intimidante para quen se iniciar na estilística, porque nin sempre resulta doado determinar que aspectos gramaticais son estilisticamente salientábeis nun texto. Este autor trata de desenvolver algúns bloques seguros para o estudo da gramática e o estilo e para iso acepta que as unidades gramaticais están organizadas xerarquicamente nunha *rank scale* que vai desde a máis grande á máis pequena e que está formada pola sentenza (ou cláusula complexa), a cláusula, a frase, a palabra e o morfema. A cláusula é para el a máis importante unidade da escala porque é onde conflúen varias funcións importantes da linguaxe (tempo, polaridade, modo, núcleo etc.) e por iso centra nela e na combinación dos seus catro elementos estruturais básicos (suxeito, predicado, complemento e adxunto) o foco do interese estilístico (Simpson 2004: 13-14).

Declaraba Chaves de Melo (1979: 43) na explicación do seu método estilístico que non vía outro mellor que seguir as divisións clásicas da gramática –fonoloxía, morfoloxía e sintaxe–, que el defende face a aqueles que queren excluír a fonoloxía ou a fonética dos estudos gramaticais. Entende a estilística, por tanto, como un camiño “paralelo à gramática” seguindo esa división tripartida, de maneira que se a gramática fai a “anatomía da lingua”, á estilística correspóndelle a fisioloxía, “com vistas à expressividade, à impressividade e ao ajustamento do enunciado e do discurso com a situação lingüística concreta”. Porén, formula dúbidas a respecto da existencia dunha morfoloxía en perspectiva estilística por ser a morfoloxía a parte máis resistente e característica da lingua, nomeadamente nunha lingua tan flexiva como a portuguesa, onde “ou o sujeito faz os femininos e os plurais e conjuga os verbos, ou não fala português” (Melo 1979: 115).

Na realidade, o problema que levanta este autor é o da dificultosa separación entre morfoloxía e sintaxe, pois cando se trata de analizarmos o uso das formas (morfoloxía) xa entramos no dominio sintáctico. Silveira Bueno (1964: 108) tamén subliña que a morfoloxía ofrece poucos recursos estilísticos por ser “justamente a parte fixa do idioma e qualquer extravagância neste capítulo gramatical poderá transformar-se em êrro”. Na importancia estilística da sintaxe incide tamén Mattoso Câmara (1978: 65) cando, perante as “preceituações rígidas” no ensino escolar, mesmo chega a suxerir a substitución da gramática pola estilística, pois

as gramáticas normativas presentan unhas regras sintácticas en exceso estritas que só conseguen suprimir arbitrariamente variantes lexítimas, sen teren en conta consideracións estilísticas, e crearen “uma norma artificial no seu carácter rígido e surda às injunções da expressividade”. Sobre isto afirma Rodrigues Lapa (1979: 216) que unha das cousas que máis profundamente distingue a gramática da estilística é o concepto de erro: “ao contrário do que sucede na Gramática, em Estilística não há propriamente erros, porque para os maiores desvios é achada uma determinante psicológica, natural. A Estilística tem por missão explicar, esclarecer; a Gramática sistematiza e impõe normas, muitas vezes com rigidez excessiva”. E acrecenta que a teoría da concordancia, nomeadamente perspectivada na súa evolución histórica, “demonstra perfeitamente esta diferença fundamental entre as duas disciplinas”.

En síntese, pódese afirmar que a relación entre gramática e estilística é moito estreita, como así se ten constatado nomeadamente desde a lingüística brasileira e como demostra a tradición gramatical galego-portuguesa, posta de modo especial en relevo nas gramáticas publicadas no Brasil. Se esa vinculación é grande en termos xerais, pódese dicir que no ámbito lingüístico galego-luso-brasileiro tal feito fica especialmente en evidencia após unha ollada á traxectoria seguida polos estudos filolóxicos de aquí e alén mar.

6.2. Norma gramatical e estilo no Brasil en confronto coa Galiza

Entre a Galiza e o Brasil prodúcense certas similitudes e tamén grandes diferenzas canto ao papel da norma e aos recursos expresivos da lingua popular. En canto no país americano Marcos Bagno (2001a) alerta sobre o excesivo peso no ensino do portugués da gramática normativa, utilizada mesmo como elemento de exclusión social, na Galiza a forte interferencia do español nas estruturas lingüísticas do galego fai que os desvíos da norma non teñan o mesmo significado, pois máis do que obedeceren a fenómenos de natureza socioeconómica en relación coas persoas utentes, responden á interferencia castelanizadora da lingua tradicionalmente de poder; e, en consecuencia, moitos dos trazos lingüísticos afastados do modelo normativo, que no Brasil se poden interpretar como propios da expresividade da lingua popular, na Galiza son maioritariamente castelanismos (Freixeiro 2014, Sánchez Rei 2014b), sen con isto negarmos a funcionalidade expresiva que en determinados contextos estes puideren cumprir. Mais os castelanismos non son exclusivos da fala popular; inclusive poden ter maior presenza na fala galega de persoas non estritamente pertencentes ás clases populares. O que acontece é que o propio uso da lingua galega está socialmente estigmatizado, salvo en reducidos ámbitos culturais e políticos, pois polo xeral as clases sociais acomodadas desertaron da lingua propia. Con isto non negamos tampouco que existan algúns trazos da fala popular especialmente estigmatizados.

Por tanto, a diferenza co Brasil é bastante grande, a pesar dunhas raíces históricas con base en procesos de dominio político en ambos os caos e de tamén se producir unha “baixa auto-estima lingüística dos brasileiros” en opinión de Bagno (2005: 75), que en todo o caso non é da mesma natureza que a das persoas galegas. Tampouco foi igual, de certo, o contexto histórico-social, xeográfico e político en que a imposición lingüística se levou a cabo na Galiza e no Brasil, o que explica que hoxe o galego aínda continúe a ser a lingua falada por unha parte importante dos habitantes do seu territorio orixinario, en canto no país americano a substitución das linguas autóctones polo portugués está case completada. Como di Bagno (2005: 74), o “português brasileiro é, indiscutivelmente, a língua hegemônica em todo o território nacional, e hoje constitui, indiscutivelmente, a nossa identidade lingüística mais íntima”, aínda que esa hexemonía “foi conseguida, historicamente, a ferro e fogo: com decretos e proibições, exclusões e prisões, perseguições e massacres”. Para unha boa parte das persoas galegas o español, de momento, aínda non fai parte da súa identidade lingüística.

No relativo á gramática –entendida como instancia normativa institucional e tradición gramatical–, cómpre dicir que tamén posúe unha grande relevancia social, alén de propiamente lingüística. Segundo Agustini (2004: 16), a gramática é parte da constitución dun saber lingüístico que fai historia e que afecta as formas da sociedade, de modo que non só é un manual de aplicación de regras lingüísticas, mais igualmente lugar de interpretación do proceso de constitución da identidade nacional e da produción de sentidos das institucións sociais e nas institucións sociais. No caso concreto do Brasil, considera esta autora que a construción dunha gramática como instrumento tecnolóxico de gramatización do portugués-brasileiro fai parte do modo como a sociedade brasileira se constitúe historicamente. De trasladarmos estas consideracións ao caso da Galiza, achamos que a nosa serodia e escasa tradición gramatical (Sánchez Rei 2005) comeza a se desenvolver na segunda metade do século XIX, xusto cando, so as denominacións de ‘provincialismo’ primeiro e ‘rexionalismo’ despois, emerxe lentamente o proceso de construción da identidade política da Galiza. E, en certo modo, non deixa de ser verdade que cada paso que se foi dando no afianzamento da tradición gramatical do galego supuxo máis un chanzo nesa construción identitaria. Algo similar se podería dicir de Portugal, mais alí ese percurso comezou moito antes, coas gramáticas quíntistas. Porén, débese acrecentar que no caso galego a tradición gramatical non tivo o grao de institucionalización e socialización que se deu en Portugal e no Brasil por razóns de orde sociolingüística ben coñecidas.

Marcos Bagno (2001a: 15) reaxe contra a gramática normativa no Brasil, embora desde unha perspectiva un tanto diferente, e por extensión contra a ideoloxía gramatical. Para el a gramática tradicional é a ideoloxía que dá alento e vigor a un

“gênero literário conhecido como *gramática normativa*”¹⁰, unha “coisa material” que podemos adquirir, apalpar e someter aos nosos sentidos. Na realidade, trataríase dunha inversión da realidade histórica, pois as gramáticas xurdiron precisamente para describiren e fixaren como regras e padróns as manifestacións lingüísticas utilizadas espontaneamente polas escritoras e escritores considerados dignos de admiración e imitación nunha época determinada. Neste sentido, a gramática normativa é consecuencia do uso da lingua, ao cal está subordinada e de que depende; no entanto, converteuse nun mecanismo ideolóxico de poder e de control “de uma classe social dominante sobre as demais” (Bagno 2001a: 39). Arremete este autor contra a gramática como causante do preconceito lingüístico no Brasil e como elemento de exclusión social, temas a que ten dedicado outras obras (Bagno 2001b, 2003 ou 2005), chegando a substituír, nun intencional xogo de palabras, a expresión ‘gramática da lingua portuguesa’ por ‘dramática da lingua portuguesa’; como afirma na obra que leva este título, “as pessoas excluídas do poder político e do poder aquisitivo também são excluídas do poder falar” (Bagno 2005: 75).

O que na realidade pretende é romper a “falsa sinonímia” entre ensino da lingua e ensino da gramática, entendida esta como “mera prescrição de normas arcaicas” e “conceito empobrecido e empobrecedor” (Bagno 2001a: 306). A se apoiar en Bourdieu, considera esta concepción tradicional da gramática como unha institución “que estabelece e santifica a distinção entre o *certo* e o *errado*, entre o que ‘se deve’ e o que ‘se não deve dizer’, explorando as diferenças objetivas entre as variedades lingüísticas, tal como a instituição religiosa define o *sagrado* e o *profano*”. En canto a lingüística insiste en mostrar a lingua como un *contínuum* de variedades, a gramática enfatiza o discontinuo e establece radicais diferenzas dicotómicas entre a ‘lingua lexitima’ ou ‘exemplar’ e os *patois*, de modo que instituír, consagrar ou abenzoar unha norma lingüística padrón se converte, segundo o autor, en sinónimo de destituír, execrar, excomungar ou anatemizar as variedades, “lançadas –e seus usuários com elas– no purgatório do não-poder-dizer que, quando contemplado mais de perto, se revela, na verdade, o *inferno do não-poder-ser*” (Bagno 2001a: 312-313). Semella claro que esta concepción rixida da gramática normativa, no sentido de que o que ela expresamente non recolle fica excluído da lingua, a converte en inimiga declarada da estilística, sexa entendida como aproveitamento de todos os recursos expresivos do idioma ou como variación sociolingüística. E, evidentemente, ningunha razón estilístico-expresiva pode xustificar a exclusión social e todos os estilos de lingua asociados ao rexistro popular ou culto deberán gozar da mesma presunción de lexitimidade.

10 Neste caso e nas sucesivas citacións do mesmo autor, ou de calquera outro, a letra itálica corresponde sempre ao texto orixinal, da súa responsabilidade.

Por outro lado, Agustini (2004) analiza o papel da estilística no discurso da gramática e considera que esta –entendida como a gramática tradicional– traballa na institución da unidade imaxinaria dunha lingua, dunha nación, dun estado, de maneira que a lingua nacional non se define institucionalmente en relación ás persoas que a falan, mais en relación aos obxectos simbólicos socio-históricos que a representan, a gramática un deles. É, por tanto, a gramática un obxecto simbólico que se referencia na escrita, o que permite establecer unha relación entre gramática e literatura: “a literatura aparece na gramática como práctica languageira legítima e correcta de que se vale o gramático para instituír/legitimar as regras gramaticais via os exemplos” (Agustini 2004: 11). Ao mesmo tempo, esta relación entre gramática e literatura funciona segundo ela nunha dupla dirección: a literatura produce unha realidade lingüística para a gramática, que por súa vez produce para os autores e autoras que aparecen nela a imaxe modélica que institúe ou lexitima unha regra, a consagrar deste modo a literatura como un espazo discursivo marcado pola posibilidade de transgredir regras gramaticais por motivos estético-expresivos. Así, a gramática adquire importancia na consagración dun autor ou autora, xa que o/a converte en modelo de comportamento lingüístico correcto “e, mais que isso, estilístico”; e, por súa vez, esa consagración “dá credibilidade á gramática, o que produce unha circularidade” (Agustini 2004: 12). Desta relación entre gramática e literatura emerge outra relación de complementariedade entre gramática e estilística: esta comparece nos textos gramaticais para lexitimar ou garantir a autoridade e a supremacía da literatura como práctica lingüística correcta cando as regras gramaticais son transgredidas por autoras e autores consagrados.

A complementariedade entre gramática e estilística pode presentarse de dúas maneiras. Nunha primeira, a textualidade gramatical separa o que é de orde gramatical e o que é de orde estilística, con lugares específicos na organicidade dos textos gramaticais: a estilística, como parte complementar ou apéndice, ocupa unha posición externa ao corpo da gramática. Na outra maneira, hai no corpo da gramática unha secuencia que circunscribe a presentación da regra, a súa exemplificación e explicación, seguida dos casos en que a regra é transgredida por cuestións estético-expresivas, a ocupar por tanto así a estilística unha posición interna. En canto a parte complementar externa dedicada á estilística pon en escena só os casos reincluídos por motivos estético-expresivos, a parte complementar interna á gramática pode presentar outras posibilidades de análise das construcións lingüísticas. Estas “partes complementares” externas ou internas a autora denomínaas ‘transbordamento da regra’, unha vez que “mostran a existencia de posibilidades de dizer que ficaram do lado de fora da gramática, apuntando para o carácter normatizador (e, portanto, político) da gramática” (Agustini 2004: 13). No referente á literatura, a estilística comparece na gramática como argumento para instituír ou lexitimar unha regra a que o gramático achega exemplos literarios na procura de xustificar a súa gramaticalidade. Instáurase desta forma unha literatura consagrada na gramática e pola gramática, aínda que a relevancia social da literatura podería levar

ao rexeitamento da regra proposta e ao descrédito do gramático, obrigándoo a enunciar o transbordamento da regra, que existe porque o gramático o enuncia. Segundo a autora, as regras prescritivas da gramática xeran residuos –posibilidades de dicir que non caben na gramática por transgrediren regras instituídas– que o gramático non pode ignorar porque comprometería a eficacia ideolóxica do discurso da gramática (Agustini 2004: 14).

Porén, nin a situación lingüística do Brasil é equiparábel coa da Galiza nin a gramática normativa é a única gramática. De facto, aínda non existe propiamente unha gramática prescritiva para o galego, segundo afirman Álvarez & Xove (2002: 21), entendemos que no sentido de non emanar dunha autoridade legalmente recoñecida para os efectos, pois na limitada tradición gramatical galega o ton prescritivo é dominante, como costuma acontecer con todas as linguas. En calquera caso, aínda que a gramática normativa ten como propósito dar regras de uso da lingua a partir dunha previa descrición –dunha gramática descritiva–, establecendo por consecuencia o grao de corrección ou incorrección, estes mesmos autores entenden como ‘incorrecto’ só “o que non pode ser descrito como galego, en ningunha das variedades do diasistema” (Álvarez & Xove 2002: 20), definición que parece moito acertada para o caso, tendo en conta o alto grao de interferencia lingüística existente. Aliás, ao ser o galego unha lingua minorizada no seu propio territorio, a literatura vehiculizada nel non goza da difusión e socialización que ten nas linguas normalizadas, de modo que a lingua literaria das autoras e autores non cumpre na mesma medida con ese grao de exemplaridade; tal carencia de socialización e, por consecuencia, de autoridade tamén a tiveron, e aínda a teñen, as gramáticas galegas. Isto é, ao contrario do que aconteceu no Brasil, e tamén en Portugal, as obras literarias en galego e as gramáticas sobre este idioma nunca foron referentes de autoridade e de prestixio para unha maioría social porque é o propio idioma o que estivo, e aínda está, socialmente desprestixiado.

Nesta mesma dirección, se no Brasil é a gramática normativa a que se utiliza como arma de exclusión social, na Galiza é a propia lingua galega –e as persoas que a falan– a que, en termos xerais, é obxecto de exclusión, con matices en que agora non podemos aprofundar por falta de espazo. A norma lingüística do galego, en todo o caso, desempeña diferentes funcións transversais na sociedade, que inclusivemente poden chegar a ser contraditorias: tanto pode servir como factor de prestixio social para quen a utilizar acadaidamente por se converter nun sinal de cultura, como de desprestixio por se asociar con posicionamentos ideolóxicos estigmatizados polo poder dominante, segundo os contextos. Digamos que na sociedade galega o dominio do estándar do galego non presupón un capital simbólico semellante ao que se produce nas linguas normalizadas, embora poida ser significativo en determinados ámbitos sociais; historicamente ese capital simbólico achegouno na Galiza o dominio do estándar do español.

Por outro lado, en canto no Brasil a defensa da gramática normativa pode resultar excesiva, excluínse e ameazante para a enriquecedora variedade expresiva do idioma, na Galiza a defensa e potenciación dunha gramática normativa flexíbel mais auténtica tórnase imprescindible para a propia sobrevivencia do galego, lingua en perigo que está a ser vítima dun lento e progresivo proceso de erosión interna por parte do español, a súa lingua teito (Freixeiro 2009 e 2014). A realidade sociolingüística galega é tan complexa que a vinculación entre gramática normativa e estilística adquire aquí dimensións peculiares; así, o uso dun plural do tipo *animais* ou *animales* pode darse nun mesmo falante en función da situación comunicativa (formalidade ou informalidade, condición do alocutario etc.) e, por tanto, por razóns no fondo estilísticas; e un fenómeno fonético como a gheada pode constituír unha variación diatópica (propia dunha rexión concreta), diastrática (dun grupo social), diafásica (usada nunha determinada situación) ou inclusive diacrónica (propia só de persoas idosas), segundo sinalan Álvarez & Xove (2002: 17); e pode servir tanto como factor de inclusión social nuns casos, por se converter en marca de identificación grupal, como de exclusión noutros polo desprestixio e má reputación que historicamente vén arrastrando.

7. Conclusión

Existe un tronco lingüístico galego-portugués que, estendido ao longo e largo de varios continentes, presenta múltiples variedades lingüísticas coas súas peculiaridades fónicas, léxicas, pragmáticas e gramaticais, e igualmente con recursos estilístico-expresivos particulares. Mais tamén é certo que existen moitos elementos partillados que permitirían a construción dunha gramática e dunha estilística de base común, á cal habería que acrecentar os trazos singulares de cada variedade. Nesta liña de traballo, sería tamén de interese unha estilística comparativa entre as modalidades galega, lusa e brasileira, na perspectiva dun mellor coñecemento mutuo e mesmo dun posíbel aproveitamento de recursos expresivos que fan parte desa base lingüística galego-portuguesa partillada, a comezarmos pola lingua da lírica trobadoresca.

Pódese optar pola vía de aprofundarmos nas diferenzas que conducen a unha separación cada vez maior entre as distintas variedades; ou pódese tentar por o acento nos trazos comúns e no enriquecemento mutuo, sen renunciar nunca aos caracteres singulares, como acontece coas variedades lingüísticas derivadas do inglés ou do español, cuxa unidade non costuma someterse a debate, cando menos na mesma medida. En principio, para o galego parece ser un elemento positivo a súa mellor incardinación nun ámbito lingüístico que ten nel as súas raíces históricas, pois socialmente está nunha posición subalterna a respecto do español, lingua que ameaza a súa viabilidade futura, e precisa desa alianza para sobrevivir. Non é este o caso das modalidades lusa e brasileira –sobre todo esta–, que teñen viabilidade

en calquera caso. Mais nun mundo globalizado como o actual a unión preséntase como un valor a potenciar, nomeadamente cando no mercado lingüístico mundial hai competidores que así o fan. Na súa modestia hodierna o galego pode achegar ao tronco común unhas raíces históricas que son seiva de vida para que a árbore medre de forma máis cohesionada e harmónica, alén dalgúns recursos talvez perdidos ou esquecidos noutras modalidades.

Para a hipótese da construción desa base estilística común, e tamén da comparación de recursos do repertorio expresivo de cada variedade, referenciáronse nas páxinas precedentes diferentes traballos que poden constituir un punto de partida importante. De todas as formas, os estudos estilísticos non pasaron de moda tampouco no ámbito lingüístico galego-portugués e con seguranza virán outros traballos que han contribuír para un mellor coñecemento dos recursos expresivos dunha lingua común e diversa, tal como a entendeu o grande filólogo e amigo da Galiza Manuel Rodrigues Lapa, mestre no estudo da estilística, no saber filolóxico e no compromiso coa causa pangalaica.

Referencias bibliográficas

- Agustini, C. L. Hernandez (2004): *A estilística no discurso da gramática* (São Paulo: Pontes).
- Álvarez Blanco, R. & Xove, X. (2002): *Gramática da Lingua Galega* (Vigo: Galaxia).
- Álvarez Blanco, R. *et al.* (1986): *Gramática Galega* (Vigo: Galaxia).
- Auer, P. (ed.) (2007): *Style and Social Identities. Alternative Approaches to Linguistic Heterogeneity* (Berlin & New York: Mouton de Gruyter).
- Azeredo, J. C. de (2008): *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa* (São Paulo: Publifolha).
- Bagno, M. (2001a) [2000]: *Dramática da língua portuguesa. Tradição gramatical, mídia & exclusão social* (São Paulo: Edições Loyola).
- Bagno, M. (2001b) [1997]: *A língua de Eulália. Novela sociolingüística* (São Paulo: Contexto).
- Bagno, M. (2003) [1999]: *Preconceito lingüístico. O que é, como se faz* (São Paulo: Loyola).
- Bagno, M. (2005) [2003]: *A norma oculta. Língua & poder na sociedade brasileira* (São Paulo: Parábola).
- Bechara, E. (2002) [1967]: *Moderna Gramática Portuguesa* (Rio de Janeiro: Lucerna).
- Black, E. (2006): *Pragmatic Stylistics* (Edinburgh: Edinburgh University Press).

- Blakemore, D. (1992): *Understanding utterances. An introduction to Pragmatics* (Oxford: Blackwell).
- Bueno, S. (1964): *Estilística brasileira. O estilo e a sua técnica* (São Paulo: Edição Saraiva).
- Câmara Jr., J. Mattoso (1978) [1952]: *Contribuição à Estilística Portuguesa* (Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico).
- Câmara Jr., J. Mattoso (1982): *Estrutura da Língua Portuguesa* (Petrópolis: Vozes).
- Câmara Jr., J. Mattoso (1989) [1941]: *Princípios de Lingüística Geral* (Rio de Janeiro: Padrão Livraria Editora).
- Câmara Jr., J. Mattoso (2004) [1972]: *Dispersos de...* Organizado por Carlos Eduardo Falcão Uchôa (Rio de Janeiro: Editora Lucerna).
- Carballo Calero, R. (1979) [1966]: *Gramática elemental del gallego común* (Vigo: Galaxia).
- Carballo Calero, R. (1981): *Historia da literatura galega contemporánea* (Vigo: Galaxia).
- Citelli, A. (1994): *Linguagem e Persuasão* (São Paulo: Ática).
- Crystal, D. & Davy, D. (1969): *Investigating English Style* (London: Longman).
- Cunha, C. & Cintra, L. F. Lindley (1991) [1984]: *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (Lisboa: Sá da Costa).
- Darbelnet, J. (1983): “Comparative stylistics as a linguistic discipline”, *Multilingua* 2/3, 127-133.
- De Fina, A. (2007): “Style and stylization in the construction of identities in a card-playing club”, en Auer, P. (2007), 57-84.
- Dieste, R. (1971): *A vontade de estilo na fala popular* (A Coruña: O Castro).
- Dieste, R. (1981): *Antre a terra e o ceo* (Sada-A Coruña: O Castro).
- Eckert, P. & Rickford, J. R. (eds.) (2001): *Style and sociolinguistic variation* (New York: Cambridge University Press).
- Estrela, E. & Pinto-Correia, J. D. (2001) [1994]: *Guia Essencial da Língua Portuguesa para a Comunicação Social* (Lisboa: Editorial Notícias).
- Estrela, E. & Soares, M. A. & Leitão, M. J. (2004): *Saber Escrever Saber Falar* (Lisboa: Dom Quixote).
- Feixó Cid, X. (2002): *Ortografía e estilo da lingua galega* (Vigo: Edicións do Cumio).
- Fragoso, É.A. (2008): “O discurso da estilística na história da produção gramatical e na constituição da língua nacional”, *Sínteses* (UNICAMP) 13, 85-96. Disponível em <http://www.iel.unicamp.br/ojs-234/index.php/sinteses/article/view/825/576>.

- Freixeiro Mato, X. R. (1994): *Sebastián Martínez-Risco na cultura galega* (Santiago de Compostela: Laiovento).
- Freixeiro Mato, X. R. (2006): *Gramática da Lingua Galega*. Vol. I. *Fonética e fonoloxía*; Vol. II. *Morfosintaxe*; Vol. III. *Semántica*; Vol. IV. *Gramática do texto* (Vigo: A Nosa Terra).
- Freixeiro Mato, X. R. (2009): *Lingua de calidade* (Vigo: Xerais).
- Freixeiro Mato, X. R. (2013): *Estilística da Lingua Galega* (Vigo: Xerais).
- Freixeiro Mato, X. R. (2014): “Lingua oral, calidade da lingua e futuro do galego”, en Sánchez Rei, X. M. (ed.), 13-84.
- Freixeiro Mato, X. R. & Sánchez Rei, X. M. & Sanmartín Rei, G. (2005): *A lingua literaria galega no século XIX* (A Coruña: Universidade da Coruña).
- Galvão, J. Belo (1967): *Língua e Expressão Artística. Subconsciência e Afetividade na Língua Portuguesa* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira).
- Garvins, J. & Steen, G. (eds.) (2002): *Cognitive Poetics in Practice* (London: Routledge).
- Graña Núñez, X. (1993): *Vacilacións, interferencias e outros “pecados” da lingua galega* (Vigo: Ir Indo).
- Guerra, A. (1971): *Estética da Língua Portuguesa* (Porto: Imprensa Social).
- Guerra da Cal, E. (1969): *Língua e Estilo de Eça de Queirós* (Rio de Janeiro & São Paulo: Tempo Brasileiro & USP).
- Guiraud, P. (1960): *La estilística*. Trad. de Marta G. de Torres Agüero (Buenos Aires: Nova).
- Hamilton, C. (2007): “The Cognitive Rhetoric of Arthur Miller’s *The Crucible*”, en Lambrou, M. & Stockwell, P. (eds.), 221-231.
- Kabatek, J. (1996): *Os falantes como lingüistas. Tradición, innovación e interferencias no galego actual* (Vigo: Xerais).
- Koch, I. Villaçã (2004): *Introdução à lingüística textual* (São Paulo: Martins Fontes).
- Lambrou, M. & Stockwell, P. (eds.) (2007): *Contemporary Stylistics* (London & New York: Continuum).
- Lambrou, M. & Stockwell, P. (2007a): “Introduction: The State of Contemporary Stylistics”, en Lambrou, M. & Stockwell, P. (eds.), 1-4.
- Lapa, M. Rodrigues (1979) [1945]: *Estilística da Língua Portuguesa* (Coimbra: Coimbra Editora).
- Lapa, M. Rodrigues (2001): *Cartas a Francisco Fernández del Riego sobre a cultura galega* (Vigo: Galaxia).

- Lorenzo, R. (1986): “A lingua literaria na época de Rosalía”, en *Actas do Congreso Internacional de Estudos sobre Rosalía de Castro e o seu Tempo* (Santiago, 1985), vol. 3, 7-41 (Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega & Universidade de Santiago de Compostela).
- Lugris Freire, M. (1931) [1922]: *Gramática do Idioma Galego* (A Coruña: Moret).
- Malblanc, A. (1968) [1944]: *Stylistique comparée du français et de l'allemand* (Paris: Didier).
- Mariño, R. (2003): *O idioma galego no limiar da súa renacemento*. Monografía 2 da *Revista Galega de Filoloxía* (A Coruña: Área de Filoloxías Galega e Portuguesa da Universidade da Coruña).
- Martín, J. L. (1973): *Crítica estilística* (Madrid: Gredos).
- Martins, N. Sant’Anna (1989): *Introdução à Estilística. A expressividade na língua portuguesa* (São Paulo: T. A. Queiroz).
- Mascarenhas, A. A. Torres de (1920) [1883]: *Noções Elementares de Estilística* (Lisboa: A. Ferreira & C^a).
- McIntyre, D. (2006): *Point of View in Plays: A Cognitive Stylistic Approach to Viewpoint in Drama and Other Text-types* (Amsterdam: John Benjamins).
- Melo, G. Chaves de (1979) [1975]: *Ensaio de Estilística da Língua Portuguesa* (Albufeira: Poseidon).
- Monteiro, J. Lemos (1991): *A Estilística* (São Paulo: Ática).
- Monteiro, J. Lemos (1998): “O Percurso da Estilística”, en Valente, A. (org.), *Língua, Lingüística e Literatura*, 173-198 (Rio de Janeiro: EdUERJ).
- Moralis, E. Gimenes (2008): “Evanildo Bechara: entre a tradição gramatical e a nova corrente gramatical”, *Sínteses* (UNICAMP) 12, 227-247.
- Mounin, G. (1997) [1968]: *Introdução à Linguística* (Lisboa: Livros Horizonte).
- Nascentes, A. (1929): *Noções de estilística e de literatura* (Rio de Janeiro: Francisco Alves).
- Paiva, M. Maia S. (2009): “Ensino de língua portuguesa sob bases estilísticas: por uma aproximação entre gramática e estilística”, *Anais do XIII CNLF*, 1827-1838 (Rio de Janeiro: CIFEFIL).
- Reis, C. (1981): *Técnicas de Análise Textual* (Coimbra: Almedina).
- Ribeiro, J. (1964): *Estética da Língua Portuguesa* (São Paulo: J. Ozon+Editor).
- Rodríguez Fer, C. (1989): *Poesía galega. Crítica e metodoloxía* (Vigo: Xerais).
- Rodríguez Fer, C. (1991): *Arte literaria. Catálogo, descrición e teoría crítica para a comprensión e comentario dos textos* (Vigo: Xerais).

- Saco Arce, J. A. (1868): *Gramática gallega* (Lugo: Imprenta de Soto Freire).
- Sánchez Rei, X. M. (2005): “Trazos xerais da tradición gramatical galega”, *Revista Galega de Filoloxía* 6, 93-121.
- Sánchez Rei, X. M. (2006): *A lingua galega no cancioneiro de Pérez Ballesteros* (Santiago de Compostela: Laiovento).
- Sánchez Rei, X. M. (2011): *Lingua galega e variación dialectal* (Ames: Laiovento).
- Sánchez Rei, X. M. (ed.) (2014a): *Modelos de lingua e compromiso* (A Coruña: Baía).
- Sánchez Rei, X. M. (2014b): “A preocupación por unha lingua de calidade: aproximación histórica ao caso do galego nos anos finais do século XIX e nos inicios do XX”, en Sánchez Rei, X. M. (ed.), 85-149.
- Schwarze, S. (2008): “Introduction. La notion de ‘style’ par rapport au discours scientifique”, en Reutner, U. & Schwarze, S. (eds.), *Le style, c’est l’homme. Unité et pluralité du discours scientifique dans les langues romanes*, 1-21 (Frankfurt am Main: Peter Lang GmbH).
- Semino, E. & Culpeper, J. (eds.) (2002): *Cognitive Stylistics: Language and Cognition in Text Analysis* (Amsterdam: John Benjamins).
- Silva, V. Manuel de Aguiar e (1996) [1967]: *Teoria da Literatura* (Coimbra: Livraria Almedina).
- Simpson, P. (2004): *Stylistics. A resource book for students* (London & New York: Routledge).
- Sperber, D. & Wilson, D. (1986): *Relevance. Communication and Cognition* (Oxford: Basil Blackwell).
- Stockwell, P. (2002): *Cognitive Poetics: An Introduction* (London: Routledge).
- Venâncio, F. (1998): *Estilo e preconceito. A língua literária em Portugal na época de Castilho* (Lisboa: Edições Cosmos).
- Vilanova, J. Brasileiro (1984) [1977]: *Aspectos Estilísticos da Língua Portuguesa* (Recife: Casa da Medalha).
- Vinay, J.-P. & Darbelnet, J. (1995) [1958]: *Comparative Stylistics of French and English. A methodology for translation* (Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins).

Revista GALEGa
de filoloxía

monogRAFía 10

Novas perspectivas
linguísticas

no espaço
galego-português

Maria Aldina Marques
Xosé Manuel Sánchez Rei
(editores)

A inflexão erudita do português clássico segundo fontes metalinguísticas monolíngues e multilíngues: restauração de sequências consonânticas etimológicas

Anabela Leal de Barros
Universidade do Minho

1. Introdução

A *relatinização* do português a partir do século XVI é facto conhecido. Com o desenvolvimento da escrita em língua portuguesa, da tradução e particularmente da literatura, tornou-se evidente a entrada maciça de termos cultos no português, introduzindo forte, e nem sempre pacífica, variação e mudança relativamente a outras formas que a língua já tinha em uso. Todavia, é no âmbito da fonética que a inflexão erudita que se verificou na história da língua portuguesa mostra toda a sua amplitude: com consequências nas áreas do léxico e da morfologia, quer as mudanças fonéticas características do galego-português e do português médio, operadas ao longo de mais de sete séculos, quer o seu desprezo e, em muitos casos, abandono durante os séculos XVI a XVIII, tiveram um papel importante na conformação mista do português clássico, depois predominantemente latinizante e culta.

Se o estudo estatístico das obras gramaticográficas e lexicográficas monolíngues já permite ilustrar esta situação, a análise das gramáticas e dicionários bilingues e multilíngues com participação do português oferece-nos uma faceta complementar e enriquecedora, porque menos preocupada com o discurso em língua portuguesa, já que o seu objetivo pragmático, centrado nas línguas estrangeiras que se impunha descrever, nos deixa observar lemas e definições ou equivalentes com grafias que denunciam aspetos de mudança fonética e mesmo morfológica.

Se é verdade que a variação gráfica e fonética também surgia espelhada nas gramáticas portuguesas antigas, e sobretudo em lemas diferentes representando um mesmo lexema ou combinatória lexical, na antiga lexicografia portuguesa monolíngue, essa variação atinge um nível muito superior na lexicografia e gramaticografia bilingues e multilíngues, não somente porque os autores se achavam fora do meio académico português e mais despreocupados em relação ao mesmo, em pontos longínquos do império, não curando de normalizar na escrita o português real e quotidiano, mas também porque, em muitos casos, falavam diariamente um português já com

alguma variação, que não era, ou nem sempre era, eliminada ou conscientemente incluída na escrita e nas publicações. Por um lado, tratava-se da própria variação diatópica habitual em português europeu, tendo em conta os locais de naturalidade e vivência de cada um dos autores em questão; por outro, importava igualmente a variação diatópica e diacrónica relativa ao território no qual tais obras foram sendo compostas, em estreito contacto com as línguas locais.

A leitura superficial de obras manuscritas e impressas dos séculos XVI a XIX deixa aflorar abundantes fenómenos dessa mudança latinizante, de regresso à conformação etimológica do latim, que desprezou as realizações fonéticas (e as atestações gráficas correspondentes) resultantes da evolução popular característica do galego-português, e em uso durante todo o período arcaico. Um bom exemplo desse regresso ao passado é o desprezo da assimilação ou redução de numerosas sequências ou grupos consonânticos a uma só consoante (dv > v, gn > n, etc.), abrangendo um leque muito amplo de termos portugueses cujas variantes antigas foram sendo paulatinamente abandonadas entre os séculos XVI e XIX, em benefício das sequências etimológicas, as quais, em muitos casos, chegaram já sem alternância ao português contemporâneo. Sendo muitas formas actuais em português europeu mera reprodução das latinas quanto à manutenção dessas sequências consonânticas, os vestígios e provas da antiga evolução fonética comum por via popular ficaram encerrados nos textos antigos sem exigências e preocupações de manutenção da grafia culta e latinizante (a qual pode também, naturalmente, esconder uma eventual realização fonética diferente da evidência gráfica), e muito em particular nos manuscritos para uso pessoal (sem intentos de publicação imediata) e nas obras metalinguísticas bilingues e multilingues elaboradas fora do espaço continental e longe dos círculos eruditos mais seguidores da ortografia latinizante.

Começaremos por observar evolutivamente o fenómeno da assimilação ou redução de grupos consonânticos, entretanto restaurados, a partir do discurso das gramáticas portuguesas quinhentistas de Fernão de Oliveira (1536) e João de Barros (1540), da seiscentista de Amaro de Roboredo (1619) e das setecentistas de Jerónimo Contador de Argote (1725) e António José dos Reis Lobato (1770), ou seja, apreciando a mudança ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII.

Gramáticas portuguesas/monolingues:

- Oliveira, Fernão de (1536), *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*, Lisboa: Germão Galhardo.
- Barros, João de (1540), *Grammatica da lingua Portuguesa*, Lisboa: Lodouicum Rorigiũ.
- Roboredo, Amaro de (1619), *Methodo Grammatical para todas as Linguas*, Lisboa: Pedro Craesbeeck.

- Argote, Jerónimo Contador de (1725), *Regras da Lingua Portugueza, Espelho da Lingua Latina* [...], Muyto accrecentada e correida. Segunda impressao. Lisboa: Officina da Musica.
- Lobato, António José dos Reis (1770), *Arte da Grammatica da Lingua Portueza*, Lisboa: Regia Officina Typografica.

Compararemos seguidamente esses dados com os patentes em obras lexicográficas e gramaticográficas bilingues e multilingues, aqui representadas pelo manuscrito inédito do vocabulário de português-chinês, de finais do século XVI, conhecido como *Dicionário de português-chinês de Ricci e Ruggieri*, embora nele tenham trabalhado muitas mãos, incluindo certamente, para as entradas ou lemas, as de padres portugueses; pelo Dicionário manuscrito de Chinês-Português actualmente depositado na Biblioteca de Livros Antigos de Pequim (ms. 22.658), do século XVII, anónimo (por extravio do primeiro fôlio); pelo códice anónimo do século XVIII posteriormente intitulado *Prosodia ou Dictionario da [lingua] chineza e portueza*; pelo *Vocabulario em Idioma Bengalla, e Portueze* de Fr. Manoel da Assumpçam, Religioso Eremita de Santo Agostinho da Congregação da India Oriental, obra publicada em 1743 que se inicia com um breve compêndio da gramática bengala, seguido do vocabulário em bengala-português, e que se encerra com o português-bengala, cada um deles rematado por algumas páginas de vocabulário organizado por áreas temáticas; pelos manuscritos do *Vocabulário português-malaio*, organizado e várias vezes passado a limpo por Elias José do Valle, uma delas a bordo de um navio que se dirigia à China, em 1777; pela *Arte China*, gramática e manual em português e chinês que lidera o trio didáctico composto em Macau pelo padre lazarista Joaquim Afonso Gonçalves (1829), que se completa com o *Diccionario Portueze-China* (Gonçalves 1831) e o *Diccionario China-Portueze* (Gonçalves 1833), num total de quase 3000 páginas. Com respeito às obras impressas de Gonçalves, e particularmente à *Arte China*, apresentar-se-ão ainda alguns dados sintomáticos de variação e mudança entre essa obra e um manuscrito autógrafo prévio de Joaquim Gonçalves, o códice 7975 da Biblioteca Nacional de Portugal, no qual identifiquei coincidências de conteúdo com aquela obra impressa que me levaram a efectuar a edição crítica do manuscrito (Barros e Ng Cen 2014), que permaneceu inédito até ao século XXI, tal como numerosas outras obras metalinguísticas bilingues e multilingues participadas pelo português.

Dicionários bilingues e multilingues:

- *Dicionário português-chinês, de Ricci e Ruggieri* (1583-98?; manuscrito; ed. facsimilada de Witek, 2001, dir. de edição).
- *Dicionário Chinês-Português* (ca. 1612; 1660-1661?) [ms. 22.658 da Biblioteca Nacional de Pequim; impresso, anónimo, s/d, sem título, 666 pp.]
- *Prosodia, ou Dictionario / da / Chineza e Portueza*. (cód. 3306 da Biblioteca Nacional, anónimo; s/d, séc. XVIII)

- *Assumpçam, Fr. Manoel da (1743), Vocabulario em Idioma Bengalla, e Portuguez*, Lisboa: Offic. de Francisco da Sylva.
- *Valle, Elias José do (1777), Diccionario / Portuguez e Malayo / Parte I / Desde a Letra A até S / Collegido / por Elias José do Valle / a instancias / Do Doutor Antonio Ribeiro* (código 3050 da BN)
- *Valle, E. J. (1777), Continuação / Do Diccionario / Portuguez e Malayo / Parte II / Desde a Letra S até Z / Collegido / por Elias Jozê do Valle / á instancias / Do D.^{or} Antonio Ribeiro* (código 3051 da BN).
- *Valle, Elias José do (1777), Diccionario / Malayo, e Portug.^s / P.^r / Elias Joze Francisco do Valle, Sobre Carga /do Navio Principe da Beira, na Viagem / que fez á China, no anno de / 1777 // P.^a seu uzo, e proveito dos q' frequentarem o Commercio utilissimo das Costas Malayas* (código 3142 da BN)
- *Gonçalves, Joaquim (1831), Diccionario / Portuguez-China / No estilo vulgar Mandarin e Classico Geral / Composto Por / J. A. Gonçalves. / Sacerdote da Congregação da Missão. / M.R.S.A. / Impresso Com Licença Regia No Real Collegio de S. Jose. / Macao. / Anno de 1831.*
- *Gonçalves, Joaquim (1833), Diccionario / China-Portuguez / composto por J. A. Gonçalves. Sacerdote da Congregação da Missão. M.R.S.A. Impresso com Licença Regia no Real Collegio de S. Jose. Macao. Anno de 1833.*

Gramáticas e manuais bilingues:

- *Gonçalves, Joaquim (1829), Arte China constante de Alphabeto e Grammatica Compreendendo Modelos das Differentes Composições* composta por J. A. Gonçalves, Macao: Real Collegio de S. Jose. Anno de 1829.
- inclui ainda: *Arte china sem letras chinas. Com a pronuncia mandarina, e de Cantão.*
- Código 7975 da Biblioteca Nacional de Portugal, sem título, s/d, editado como *Gramática e diálogos em português e chinês: um manuscrito inédito do P.^e Joaquim Afonso Gonçalves* (Barros & Ng Cen).

2. A assimilação, ou redução a uma só consoante, de sequências consonânticas nas gramáticas portuguesas

A assimilação de sequências consonânticas, ou redução a uma só consoante, comum desde o latim vulgar e a formação do galego-português (dependendo dos grupos de consoantes em questão), e responsável pela existência no português contemporâneo de numerosas formas com consoante simples resultante de sequência consonântica no latim (por ex., **signale** > *sin*al, *persona* > *pe*ssoa), pode observar-se nas gramáticas

do século XVI mesmo em terminologia gramatical não submetida a uso pela generalidade dos falantes do português (o que se torna especialmente significativo), como é o caso de *ajectivo*, *ajetivar-ajetivado* (com *dj > j*); *sustantivo*, *sustantivado*, *sustância*, *sustancial*, *sustancialmente* (com *bs > s*), *avêrbio*, *averbial* (com *dv > v*) ou *sinificar*, *sinificação*, *sinificado* e *sinificativo* (com *gn > n*). Observemos as atestações concretas nas obras em estudo¹.

a) dj > j:

Vocábulos	Ocorrências	1536 Oliveira	1540 Barros	1619 Roboredo	1725 Argote	1770 Lobato
aietiuo	17		17			
aietiuos	9		9			
ajetiuo	3	3				
ajetiuos	2	2				
adiectivo	2			2		
adiectivos	24			24		
adjectivado	1			1		
adjectivo	191			51	79	61
adjectivos	138			49	45	44

Podemos constatar que ambos os gramáticos do século XVI empregam exclusivamente formas assimiladas de *ajetivo* (5 em Fernão de Oliveira; 26 em João de Barros), enquanto os gramáticos seguintes, tendo abandonado por completo essas formas, registam exclusiva e muito frequentemente as etimológicas, recuperando a sequência consonantal ou, pelo menos, a grafia conservadora. A existência exclusiva das formas cultas no português contemporâneo comprova o arrear de caminho feito pelos gramáticos e intelectuais humanistas, afastando definitivamente a língua de alguns dos caminhos que a mudança fonética estava a trilhar desde o latim vulgar e a formação do galego-português.

b) bs > s

Se observarmos outro termo metalinguístico com que *adjetivo* costuma andar a par, *substantivo*, o resultado torna-se curioso, estendendo ao século XVII o

1 Ao estudo de aspectos fonéticos espelhados no discurso metalinguístico, nas primeiras gramáticas do português, dediquei-me mais demoradamente, embora não em exclusivo no âmbito da mudança que aqui nos ocupa, no artigo intitulado “Variação fonética no discurso metalinguístico e fixação do texto: a edição de obras gramaticais dos séculos XVI-XVIII” (Barros 2012).

momento da mudança, mas mantendo como exclusivas do XVI apenas as formas assimiladas:

Vocábulos	Ocorrências	1536 Oliveira	1540 Barros	1619 Roboredo	1725 Argote	1770 Lobato
sustâciál	1		1			
sustancia	4			4		
sustância	6		6			
sustancialmente	4			4		
sustantiuo	15	3	12			
sustantiuos	9		9			
sustantivado	1			1		
sustantivo	65			65		
sustantivos	31			31		
sustâtiuo	8	4	4			
sustâtivo	5			5		
sustâtivos	1			1		
substancia	2					2
substancivo	1				1	
substancia	1			1		
substantivado	1				1	
substantivo	167			1	83	83
substantivos	62				27	35
substâtivo	2				2	
substâtivos	3			1	2	

c) dv > v

No caso de *advérbio/avérbio*, apenas uma forma em João de Barros (1540) anuncia já a mudança, sendo definitivo o retorno ao latinizante *advérbio* a partir do século XVII:

Vocábulos	Ocorrências	1536 Oliveira	1540 Barros	1619 Roboredo	1725 Argote	1770 Lobato
auerbiães	1		1			
auérbiães	4		4			
auerbio	6	4	2			
auérbio	10		10			
auérbio	1		1			

Vocábulos	Ocorrências	1536 Oliveira	1540 Barros	1619 Roboredo	1725 Argote	1770 Lobato
auebrios	5	4	1			
auérbios	5		5			
averbio	1		1			
averbios	1	1				
adverbiaes	1			1		
adverbial	1			1		
adverbio	64			31	19	14
adverbios	60			20	28	12
aduérbio	1		1			
aduerbiũ (latim)	1		1			

d) gn > n:

Veja-se, por fim, um último exemplo mais abrangente em termos de utilização e de atestações, o de *significar*, *significação*, *significado*, *significativo*:

Vocábulos	Ocorrências	1536 Oliveira	1540 Barros	1619 Roboredo	1725 Argote	1770 Lobato
sinifica	9	7	2			
sinificaça	3		3			
sinificaçam	3		3			
sinificaçám	3		3			
sinificação	7	7				
sinificações	1		1			
sinificado	6	5	1			
sinificádo	1		1			
sinificãdo	1		1			
sinificados	2	2				
sinificádos	6		6			
sinificam	4		4			
sinificamos	1		1			
sinificámos	1		1			
sinificão	10	10				
significar	5	5				
significár	2		2			
significássem	1		1			
significatiua	1		1			

Vocábulos	Ocorrências	1536 Oliveira	1540 Barros	1619 Roboredo	1725 Argote	1770 Lobato
sinificatiuas	1	1				
sinifique	2	2				
sinifiquem	1	1				
significa	200		3	32	87	78
significaça	1		1			
significaçam	1		1			
significaçaõ	13				13	
significaçaõ	1			1		
significação	84			54	3	27
significaçoens	2				2	
significações	8			8		
significada	1			1		
significadas	1			1		
significado	7			3	4	
significádo	1		1			
significados	8			8		
significam	1		1			
significamos	5			5		
significando	8			4	1	3
significandose	2			2		
significaõ	45				45	
significaõ	1			1		
significação	53			38		15
significar	79			12	24	43
significár	1		1			
significarem	9			2	1	6
significat	1			1		
significativa	2				1	1
significes	1			1		
significo	1			1		
sinifique	3				1	2
sinifiquem	4				1	3

Conforme se pode observar, surgem registadas na gramática de Oliveira (1536) somente formas com assimilação ou redução a uma consoante, estando atestadas 40 formas da flexão de *sinificar* e da família deste verbo e nenhuma apontando

para uma realização etimológica de *gn*, já que esta grafia nunca surge. Em Barros (1540), contudo, surpreende-se a mudança, com 31 formas de *sinificar* e 8 revelando grafia conservadora, já eventualmente anunciando o retorno culto à própria realização fonética de *gn*, que passaria nos séculos seguintes a ser a exclusiva até ao português contemporâneo, não se limitando, pois, a ser uma grafia conservadora sem concretização oral.

3. A assimilação ou redução de sequências consonânticas cultas em obras metalinguísticas bilingues e multilingues

Centremo-nos agora nos manuscritos e impressos bilingues e multilingues, redigidos nos territórios ultramarinos, provavelmente menos centrados no português, e achando-se os seus autores mais afastados da acção normativa e uniformizadora da metrópole. Ao contrário do que naturalmente sucede com qualquer outro tipo de documento histórico, os impressos e manuscritos metalinguísticos oferecem maior garantia de intencionalidade em cada um dos subcódigos linguísticos que conformam o seu discurso, já que os gramáticos e lexicógrafos colocavam garantidamente uma maior atenção na língua que utilizavam como instrumento para descrever e explicitar as regras dessa mesma entidade linguística. Por outro lado, os glossários e dicionários são peças ainda mais fiáveis e precisas, já que a sua ordenação alfabética é garantia de intencionalidade no tocante à grafia utilizada e aos aspectos fonéticos que esta deixa espelhar. Isto apesar de se tratar de obras cuja ordenação manual de milhares de verbetes deixou marcas na relativa desordem em que alguns lemas se acham apresentados, pelo menos a partir da segunda ou terceira letras, mas, muitas vezes, mesmo a partir da letra inicial (com verbetes registados em secções de letra diferente nas quais ainda havia espaço para acrescentos). Gradualmente passados a limpo, estes manuscritos, em geral muito volumosos, eram necessariamente objecto de cópias sucessivas até chegarem a ter uma apresentação mais ou menos definitiva, organizada e apresentável, o que nem sempre significava que atingissem uma ordenação alfabética rigorosa e sistemática, até à última letra de todos os lemas. Por outro lado, a inclusão de certas entradas com grafias que deixam entrever mudanças e variantes fonéticas de relevo em alinhamentos alfabéticos diferentes (que se justificam se o leitor tiver em conta, não a forma efectivamente realizada pelo autor ou pelo copista, mas sim a forma etimológica) é igualmente significativa, sobretudo quando o responsável pelo código regista vários lemas seguidos, da mesma família, espelhando graficamente o mesmo fenómeno fonético ou morfológico². Estas

2 No *Vocabulário em idioma Bengalla e Portuguez*, de Fr. Manuel da Assunção, obra impressa de 1743, pode achar-se, na parte em português-bengala, o lema **Aquirir**, *Paite*, entre os lemas **Aquietar-se** e **Aquillo** (327), o que garante a intencionalidade gráfica e a realização fonética sem a sequência consonântica [dk]. Em obras manuscritas, veja-se, por exemplo, a sequência de lemas **enterrogação**,

peculiaridades das obras lexicográficas raramente se reúnem noutro tipo de textos, achando-se no seu melhor nos dicionários e glossários bilingues e multilingues, que não têm como foco a língua portuguesa, mas sim as outras que cada autor pretendia descrever, e que se afastam com mais despreocupação dos círculos eruditos da metrópole, evidenciando ainda, muito provavelmente, maior liberdade no registo de formas com variação diatópica, tanto a nível fonético como morfológico e lexical. Essa liberdade e despreocupação eram certamente maiores nas obras manuscritas, ainda não submetidas a uma reflexão e acção correctora ou normalizadora tendo em vista a publicação, à excepção dos casos em que serviriam de versão prévia para impressão, o que não parece ser o caso de nenhum dos amplos códices que estudámos neste trabalho, e que editámos para publicação e disponibilização em base de dados. São, pois, de especial importância para o estudo de certos aspectos de variação e mudança, como aquele que aqui nos ocupa.

3.1 Atestações de formas com sequências consonânticas assimiladas, ou reduzidas a uma só consoante, nos séculos XVI a XIX

O vocabulário manuscrito de português-chinês (em alguns fôlios quadrilíngue) conhecido como *Dicionário português-chinês de Michele Ruggieri e Matteo Ricci*, não sem polémica, a primeira, ou seguramente uma das primeiras obras lexicográficas entre uma língua europeia e a língua chinesa, logo seguida de muitas outras que deixam bem evidente o pioneirismo do padroado e dos missionários portugueses no âmbito da descrição das línguas asiáticas, africanas e sul-americanas, teve apenas direito, entre o século XVI e o século XXI, a uma edição facsimilada (Witek 2001), facto a que certamente não são alheias as dificuldades de leitura do manuscrito³.

enterromper e enterromper a prática, na secção da letra *E* do *Diccionario da [língua] chinesa e portugueza* (ms. 3306 da BN), do mesmo século, ou então, ainda nessa obra, os lemas sequenciais **fleima** e **fleimatico**, intrusivamente integrados na sequência das formas em *f*re- (precedidos de **freguezia** e seguidos de **freira**), a denunciar uma realização fonética com rotacismo (tal como **frauta**, **frecha**, **frecheiro**). No mesmo manuscrito podem ler-se como lemas as formas de origem popular entretanto desprezadas **lagrimal**, **lagrimar** e **lagrimar os olhos**, claramente ordenadas depois de **lagrima** e antes de **lama**; por outro lado, a labialização em **vespora** fica confirmada com a inclusão de uma sequência de 3 lemas, já que esse verbete vem acompanhado de mais dois com o mesmo fenómeno assimilatório, **vespora do santo** e **vesporas**.

- 3 São vários os erros de leitura que podem apontar-se na simples referência às entradas em português nos estudos introdutórios e anexos de Paul Fu-Mien Yang e de John Witek (2001), o que bem evidencia os desafios que a tarefa impõe a investigadores não familiarizados com o português clássico manuscrito. Vejam-se, por exemplo, *Abarcar-s-tomar-luda*; *A barcar-s-tomar-luda* e *Abarcar-s-tomar luda* (Witek 2001: 20; 158; 509), em vez do que se lê claramente no manuscrito, *Abarcar -s- tomar tudo* (fl. 32); ou ainda *Abertura da carta* (509) por *Abertura de carta* (fl. 32v); *Aguoa de frol* (?) (510) por *Agua de frol*; *Aguoa salabra por Aguoa salobra* (fl. 37v), ou *Carusciro* (511) pelo bem claro *caruoieiro* (fl. 58), *darem comêdas* (531) por *dar encomêdas* ou *Dar um a tti* (531) por *Dar rematte* (fl. 73). A fixação do texto português foi por mim efectuada em 2012, no âmbito do Projecto *Tesouro Lexicográfico e*

Nesta obra lexicográfica quinhentista é especialmente notória a abundância e variedade das formas com assimilação ou redução de sequências ou grupos consonânticos a uma só consoante:

bd > d **Sudito**

bm > m **Sum'eter** *vide* Sogetar

bs > s **Ostinado**
Asoluer; Asolto; Asolução
Sustantia

bt > t **Sotttil** [veja-se antes o lema **Sotterrar**]
Sutil *vide* Sotil

bv > v **Souerter**

dm > m **Amiração**
Amoestar; Amoestador; Amoestação

dv > v **Aversario; Auersaria** [mas também, como lema, **Adeuercidas**]

gn > n **Benina** cousa; **Beninidade**
Pronostico

mb > m **Comater** (mas **Conbate**)
Cameador (mas **Cambar – permuta**)

nd > n Andar **Vaguabuno**

rs > s **Casereiro; Casere**
Cosairo
Pessico⁴; **Pessiqueiro**
Posseueio [na secção do POR-, entre **porselana** e **porfia**]
Ussu [forma que se emendou de imediato sobre *Urso*]

Gramaticográfico do Oriente, de que sou investigadora responsável, com Carlos Assunção. Embora a transcrição do texto romanizado me tenha imposto algumas dificuldades, exigindo um trabalho interlinguístico com os investigadores de língua materna chinesa responsáveis pela transcrição dos caracteres chineses, o texto acha-se actualmente pronto para publicação e disponibilização em base de dados.

4 Mas este mantendo até hoje a assimilação de *-rs*, embora neste dicionário com manutenção da consoante surda latina e da vogal etimológica, **persicum** > *pêssego*, tal como também se observa no lema seguinte, *pessiqueiro*, reforçando a intencionalidade de ambas as formas.

sc > s **Deçer**
Deçendentes [mas figura também o lema **Desce'dim.**¹⁰ Catarrão]
Deçida – ladeira
Remaneçer
Paser. pasco
Resplendeçe'te; Resplendecer

sl > l **Trflado** vide tra'su'to
Treladar

Sintomaticamente, o substantivo *Amiração* surge posicionado como lema na secção de *ad*, e precedido por *administrar* e outras formas da mesma família, nas quais, em vez da assimilação ou redução do grupo consonântico, temos anaptixe para desfazer a sequência consonântica culta (*dm* > *dem*):

Ademinar
Ademinarador
Ademinarada faz^a
Amiração
Adobis

Tal como refere John Witek logo no início da sua Introdução à apresentação facsimilada do códice (Jap.-Sin. I, 198 do ARSI, ou Archivum Romanum Societis Iesu, fls. 32-169), “Writers of dictionaries faced the arduous task of equating pronunciation with spelling” (Witek 2001: 151)⁵. Se bem que esta evidência se conforme especialmente bem com as dificuldades dos primeiros lexicógrafos para representar ou romanizar os sons do chinês, neste caso o mandarim, certamente que o mesmo problema afectava a representação gráfica de qualquer das línguas presentes nestas obras, incluindo a portuguesa, só parcialmente facilitada por uma já relativamente longa tradição ortográfica, mas com normas que iam oscilando entre as fonéticas e as conservadoras e latinizantes (quer individualmente, quer em termos diacrónicos).

É legítimo, e cientificamente recomendável, sendo reconhecida a intervenção dos padres Michele Ruggieri (1543-1607) e Matteo Ricci (1552-1610) na elaboração deste dicionário (Witek 2001: 156-157), que o investigador coloque a hipótese de interferência fonética e gráfica do italiano. Todavia, também é amplamente sabido que o padroado português trabalhava muitas vezes conjuntamente, e também por etapas, ao longo do tempo, na preparação de certas obras metalinguísticas, devido à sua grande extensão, e ao enorme desafio que impunha a descrição de línguas

5 Não cito a tradução portuguesa, apresentada em primeiro lugar no livro, por me parecer que deturpa a ideia originalmente redigida em inglês: “Os autores de dicionários enfrentaram a árdua tarefa de adequar a pronúncia à ortografia” (Witek 2001: 13).

asiáticas como a chinesa; ora, em Macau e na China não faltavam padres portugueses que registassem previamente as entradas ou lemas a considerar num dicionário de português-chinês, não sendo certamente esperável que a obra tenha sido feita sem o seu contributo. A comprová-lo existe o facto de não serem nem da mão de Ricci nem da de Ruggieri as entradas de *a* a *c* (fls. 32-66v), enquanto se atribuem a este último as de *d* a *z*, nos fls. 72-156 (Witek 2001: 156-157), e ainda a constatação deste director da edição facsimilada de que os próprios caracteres chineses (à excepção dos posteriormente acrescentados, de traço mais incipiente) reflectem a colaboração de uma experiente mão chinesa, de um calígrafo igualmente anónimo, como os portugueses que hão-de ter contribuído para a definição das entradas a incluir, necessariamente influenciados pela realidade chinesa e do chinês. O próprio John Witek, confrontado com a contestação de Luís Filipe Barreto a respeito da autoria italiana do dicionário, reconhece no seu texto introdutório à edição facsimilada que a obra poderá ser devedora de várias mãos e ter passado por várias etapas: “Assigning a name to a dictionary does not mean that the person wrote the work, but that he edited it since he set out to compose it based on a past exemplar” (Witek 2001: 159). Por outro lado, a presença de numerosas formas similares (com as mesmas assimilações ou reduções de sequências consonânticas) também noutras obras até ao século XVIII, e posteriores, faz desvanecer a importância dessa tese de interferência, ainda que alguma possa efectivamente haver ocorrido, em certos lexemas. Veja-se, aliás, que os casos de redução ou assimilação de sequências consonânticas acima coligidos se disseminam de modo bastante uniforme pelas duas partes do códice acima referidas, com entradas portuguesas de mãos diferentes.

Num precioso códice da Biblioteca de Livros Antigos de Pequim a cuja transcrição me tenho dedicado, o ms. 22658 – actualmente anónimo, por falta do primeiro fólio, mas encerrando um compacto e amplo dicionário de chinês-português do século XVII⁶,

6 Embora nenhum investigador lhe tenha até hoje atribuído uma data mais específica, para além do século XVII apontado no próprio catálogo da Biblioteca de Livros Antigos de Pequim, da leitura superficial que aí tive ocasião de fazer de todo o códice, a cuja transcrição comecei a dedicar-me em 2013, pude deduzir que se tratará de cópia a limpo de um texto original que poderá haver sido redigido por volta das primeiras décadas desse século, já que em um dos seus fólhos finais inumerados, após as 624 páginas numeradas do dicionário propriamente dito, pode ler-se esta frase, a propósito de cálculos de equivalências entre calendários: “sabendo o anno que / corre, vg o de 1612” (fl. 6v). A edição da obra continua, contudo, dificultada pela impossibilidade de se obter qualquer tipo de reprodução do manuscrito, já que, sendo um pequeno mas volumoso códice de costuras muito apertadas, com quase setecentas páginas, a fotografia integral dos seus fólhos implicaria a destruição da integridade do livro. Tenho aguardado, por isso, a oportunidade de licença sabática e de financiamento para, numa estada de pouco mais de um mês (calculada com base nos fólhos já transcritos), poder fixar o texto para edição, com a colaboração de uma doutoranda de língua materna chinesa, que se ocupará da fixação dos caracteres chineses. Nos últimos fólhos do códice, [9-12v], copiou-se uma curiosa listagem dos 50 padres chegados à China desde S. Francisco Xavier, incluindo o seu nome chinês, a nacionalidade e, em alguns casos, o local de sepultura, entre outras informações. A lista abrange os anos de 1552 a 1660. Após dois fólhos em branco, naqueles que seriam os fls. (inumerados) 15-15v, uma pequena

cuidadosamente passado a limpo, com caracteres chineses em tamanho destacado, acompanhados da respectiva romanização e dos equivalentes portugueses numa escrita culta, bem desenhada mas praticamente microscópica –, podem igualmente ler-se abundantes formas com assimilação ou redução de sequências consonânticas, mas em vários casos evidenciando alternância com as variantes cultas. Vejamos apenas alguns exemplos presentes nos primeiros fólhos:

dinidade [3] (mas também *dignidade* [5, 10])

sujuntar [3] (mas *substancia*) [3]

decer [4] (mas *descendentes*); *nacim.*¹⁰ (8)

florecentes [10]

acrecentar [12]

exeder [11] (mas *escelente* [14])

Para alargarmos o estudo também às fontes impressas, apresentarei alguns exemplos do *Vocabulário em idioma Bengalla e Portuguez*, de Fr. Manuel da Assunção, de 1743, que tornam evidente como a língua efectivamente falada, com reflexo na escrita, terá mantido ainda por muito tempo, e pelo menos até meados do século XVIII, numerosas formas assimiladas como as que no discurso gramatical monolíngue perduraram até ao século XVI, e que viriam a ser substituídas, no português europeu, pelas restauradas e latinizantes.

Parte em bengala-português:

bs > s	Xinigdota,	Sustancia. [272]
	Xinigdhô,	Sustancial. [272]
	Bixixtto	Sustituto. [63]
	Bodol,	Sustituto. [69]
	Bodol dite,	Sustituir. [69]
	Xttana	Sustituto. <i>[sic]</i> [287]
bv > v	Xttana corité	Sustituir. [287]
	Tol hoíte	Soverter-se. [250]
	mas, na parte em português-bengala,	Sobverter-se , Tol hoíte;
	Ddubitê, [550]	

listagem similar, mas sem indicação dos anos, regista mais 16 nomes, todos de *Irmãos*, dos quais 14 apresentam como nacionalidade *Macao*, e somente 2, Portugal (Ir. Belchior Ribeiro e Ir. Manoel Carualho). Tive ocasião de editar estas listas e de me debruçar sobre elas na palestra intitulada “As obras metalinguísticas como fonte de material histórico (sécs. XVI-XIX)”, *Curso de Formação Avançada Memória e Testemunho: Metodologias de Análise de Oralidade, de Escrita e de Imagem (II)*, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, a 9 de Maio de 2014.

sc > s	Barité, v. Borohoité. Bara, v. Boro,	Crecer. [52] Crecido.
--------	---	--

Parte em português-bengala:

bt > t	Sotil, Sotileza Sutração,	Chõqha. [550] Choqhai. Cuxil; Cuprocrithi.
bs > s	Sustancia, Sustancial, Sustituto, Sustituir,	Xinigdotá. [551] Xinigdho. Bodol Xtтанá, Bixixttó. Bodol dite.
dq > q	Aquirir,	Paite. [327, entre os lemas Aquietar-se e Aquillo]
dv > v	Averso , i, adverso,	Xotru; Dduxpon. [335; entre Aver frio e Avexar]
rs > s	Cossario.	Ddacaité. [374]
sc > s	Conciencia, Remorço da conciencia, Crecer Crecido, Decer por si, Decer a outrem, Decida, Nacente, Nascimento, Nacer, Nacer o Sol, Nacer hervas, Nacer fazer,	Iman; Poromarth. [368; entre Concertar e Concha] Praner betha. [529] Barité, Boro hoite. [376] Bara, Boro. [373] Lamité; Lâbité, Utorité. [381] Lamaité, Lâbaité, Utoraité. Laman, Laban, Utoran. Pub, Purbó. [485] Zormon, v. zormo. Zormité. Xurzio utthité, v. zormité. Bon utthité. Zormaite.
mas	Descendentes, Descender , i, proceder. Parte do nacente, Renacer,	Dharae; Bongxo. [381] Axite, Upostit hoité. [381] Purbo digue, Pub digue. [497] Phiria zormité, Puner zormo hoite. [529]

No pequeno vocabulário manuscrito de português-malaio criado em 1777 por mão leiga – a de Elias José do Vale, provavelmente um negociante ou habitante de Malaca, com objectivos declaradamente práticos (“P.^a seu uzo, e proveito dos q’ frequentarem o Commercio utilissimo das Costas Malayas”), cuja edição crítica preparei a partir dos quatro códices conhecidos (3050, 3051 e 3142 da Biblioteca Nacional e ainda o já editado por Vasconcellos 1909: 268-281) – regista-se como lema sempre *sutil*, em todas as cópias, tal como ainda perdura no português do Brasil, com assimilação em finais do século XVIII, embora posteriormente abandonada no português europeu a favor da forma restaurada *subtil*:

Sutil Aluz

No amplo códice 3306 da Biblioteca Nacional, que contém a *Prosodia ou Dicionario da [língua] portugueza e chinesa*, manuscrito do século XVIII cuja edição estou a preparar (com a colaboração de Ana Ng Cen e Wang Xiao para a fixação dos caracteres chineses), pode ler-se um leque ainda muito variado de lemas com evidências de redução de numerosos grupos cultos, em significativa ordenação alfabética (embora não rigorosa, sobretudo a partir da segunda letra), e que entretanto foram recuperados no português europeu, no que toca a essas palavras:

- bm > m **somerg**er e **someter** (entre **somente** e **sondar**)
souerter (entre **souela** e **suar**)
 (mas **subdito**)
- bs > s **corpo** s’: **sustancia**
sustancia **incorporea** ou **corporea**; **sustancial**; **sustituir** (entre **suspirar** e **sutil**)
- dj > j **coajutor** (entre **clima** e **coalhar**)
- bt > t **dito** **sutil**
sutil (entre **sustituir** e **tabalião**)
- d[k] > [k] **aquirir** (entre **a que proposito** e **aqui**)
- dv > v **auerso** (entre **auerse bem** e **auexar**)
auogado e **auogar** (entre **auó da parte de mai** e **a uontade**)
- sc > c/s **acresentar** (entre **açoutes** e **acreditado**)
acresentar o Rey algu’ mandarim de de mais (“
acresentar hu’ pedaço a outro p.^a ficar mais comprido (“
acresentar; diminuir (entre **acredor** e **acudir p’ alguem**)
emcarecer **acresentar o preço**
conualecer
decer de mandarins

decer Deos, ao mundo (mas precedidos do lema **descer**)
decendente
descarregar-se de consientia (mas também os lemas **agradar s'**:
a consiencia; consiencia; não tem consiencia; remorder a
consiencia)
nacida maldita e nacida escama (mas entre **nascer** e **nascim.**)⁷
paçer (entre **pa de remo** e **paciencia**)
pisina (entre **pisar co' os pes** e **pítima**)
remanecente
reminicencia
resucitar
 (mas **crescer**, com 5 verbetes)

xc > s/c **ecentrico e pronostico** (entre **e, ou** e **eclipse**)
 gn > n **pronosticar e pronostico** (entre **promulgar** e **pronto**)
 resinar-se ao sup.^{or} (entre **resina** e **resistir**)
 mas **significar**
 ns > s **tresbordar** (entre **tresandar** e **tres dobras**)
 pt > t **setro**
 tm > m **arimetica; arimetico**

Entre o vocabulário solto que serve de restrição semântica a alguns lemas, pode ainda ler-se mais um caso de redução de um grupo culto:

gm > m **anam** s: 'pimeo

Existem neste código numerosas formas cuja grafia fonética permite deduzir que a realização seria efectivamente aquela que se lê, e não já a etimológica (observe-se, por exemplo, o lema **exceção**), o que poderá levar a pensar na possibilidade inversa de se realizarem com as sequências consonânticas lemas de grafia latinizante como **descripção, discripção, somno, fructo** (mas vejam-se as entradas **frutificar** e **frutificar pregando**, figurando também o lema **fruta**, por semivocalização regular de [k] antes de [t]), **sanctificar** e **sancto**.

7 Veja-se, contudo, que a forma etimológica **nascere** surge como lema antes de **nacida maldita** e **nacida escama**, e que **nascimento** figura depois deles, no entanto, acham-se todos integrados na secção do *nac-/nad-*, imediatamente precedidos de **Nação** e seguidos de **Nada, Nadar**. Assim, podemos deduzir que a realização fonética poderia ser ainda, e sempre, a assimilada, *nacer*, embora se apresente em dois casos grafia conservadora e latinizante, em alternância com a grafia fonética. A própria alternância gráfica poderá ter alimentado por mais tempo a variação, conduzindo ao desaparecimento das formas assimiladas que não vingaram até ao português contemporâneo.

No século XIX as formas com sequências consonânticas assimiladas ou reduzidas a uma só consoante podem observar-se em muito menor número, embora ainda se mantenham algumas que no século XX passariam a contar apenas com a sua variante culta, com recuperação ou manutenção das sequências consonânticas etimológicas.

Na *Arte China*, ampla gramática e manual para o ensino do chinês do padre lazarista Joaquim Afonso Gonçalves, obra publicada em 1829 no Colégio de S. José, em Macau, onde vivia e leccionava (Barros 2014), a maioria das formas assimiladas frequentes nos séculos anteriores prima já pela ausência, embora surjam esporadicamente atestações como as seguintes:

- gn > n *pronostico*, com 5 atestações (duas na p. 17; 34; 399; 414)
- sc > s *florecer* (70); *conciencia* (282)
- rs > s *pessuadia* (337), mas também *persuadia* (350)
- dv > v *aversa* (“a estrella viajante aversa a elle”, 370)
- ns > s *trasbordar* (41), *trasborde* (414); *demonstração* (427)

As formas assimiladas alternam, contudo, com um leque muito amplo e frequente de outras graficamente conservadoras; para além do par divergente acima referido (*pessuadia/persuadia*), registam-se outras palavras com sequências consonânticas, como *descendência* (41), *nascer* (9, 12, *passim*), *acrescentar* (309), *condescêder* (42), *resuscite* (415); *advertir* (44); *signal* (211), *signais* (259), *benignos* (40), *signête* (262); *outomno* (406); *calumniar* (94, 123), *calumnia* e *calumniador* (307), *calumnia-me* (234), etc.; *descrição* (428) ou *assumpto* (271, 355), *captivado* (65, 140), *ótimo* (255), podendo algumas destas grafias latinizantes implicar ou não uma efectiva realização fonética restaurada (por exemplo, a mesma forma *directamente* que podemos ler na *Arte China* chegou à actualidade sem que a grafia implique a realização fonética de [k], podendo suceder do mesmo modo com qualquer das sequências de grafemas acima referidas).

O códice 7975 da Biblioteca Nacional de Portugal, cuja edição crítica publiquei com o título de *Gramática e diálogos em português e chinês: um manuscrito inédito do P.^e Joaquim Afonso Gonçalves* (Barros e Ng Cen 2014), contendo numerosas passagens comuns às duas obras, permitiu reunir, entre manuscrito e impresso, ampla variação gráfica, fonética, morfológica, sintáctica e lexical, entre outra relativa a aspectos pragmáticos e socioculturais (com provável interferência diafásica, já que nos achamos diante de uma obra manuscrita, aparentemente para uso próprio na leccionação do chinês, e de outra publicada, com opções ortográficas certamente mais ponderadas e uniformizadas, mas também diacrónica, já que o manuscrito aparenta ser anterior ao impresso). Observa-se, contudo, entre as duas obras muito rara alternância individual ao nível das sequências consonânticas cultas, já que a grafia tende, em ambos os casos, a ser conservadora a esse respeito. Assim, também

no manuscrito avultam formas opacas como *calumniastello* (3v), *calumnia* (153v, 171), *calumniador* (172), *damno* (11v), *damnificado* (14v), *acrescentar* (182), *optima* (88v), *prompto* (118v), *signaes* (94v), *assignei* (99v). O autor revela, por isso, mesmo no manuscrito, a sua preocupação com a manutenção, pelo menos ortográfica, das sequências consonânticas latinas, o que poderá também denunciar o cuidado que os falantes e utilizadores cultos da língua oitocentista colocavam no regresso às realizações fonéticas etimológicas, ainda que elas não tenham chegado a vingar em muitas das formas acima inventariadas. É caso excepcional a variação, no mesmo (con)texto, entre *consciencia*, no manuscrito (fl. 134), e *conciencia*, na *Arte China* (282), ou, podendo relevar apenas da grafia, *fructos* (fl. 29v), no primeiro, e *fruta* (150), no impresso; ao contrário, no manuscrito escreveu-se *sono* (56) onde no impresso se preferiu *somno* (233).

No seu *Diccionario Português-China* (Gonçalves 1831) podem ainda achar-se lemas como os seguintes, de realização fonética segura, tendo em conta a sua ordenação alfabética:

ds > s	astringente (em <i>ast-</i> , entre astéria e astrolábio)
gn > n	pronosticar e pronóstico (entre promulgar e pronúncia)
sc > c	recender (entre recem e recente)
ns > s	trasbordar (entre traquinas e trasfegar)

No alinhamento alfabético de *sub-*, pode ler-se o lema intrusivo **suscripção**, cuja eventual realização fonética com assimilação de *-bs-* não é, por isso, segura, já que rodeado de numerosas formas conservadoras ou de grafia conservadora, como **submitter-se** (“Ve *sobmetter-se*”), **subscrever** (“Ve *assignar-se*”) ou **substancia**. A grafia etimológica da entrada **subtil** tampouco nos garante a persistência da variante assimilada. Do mesmo modo, a redução de *ns*, com alguma fortuna até aos nossos dias (**mensa-** > *mesa*, **mense-** > *mês*), pode ainda estar presente no lema **trasmigração** “(he doutrina de Fo)”, ainda que se ache etimologicamente ordenado entre **transitório** e **transmittir**.

A ortografia das obras de Joaquim Gonçalves revela-se, todavia, conservadora e latinizante em muitos casos, que poderão mascarar realizações fonéticas como aquelas que outros lemas e formas nelas atestadas ainda evidenciam; além dos casos acima referidos, veja-se, por exemplo, após o lema **adquirir**, a entrada **adquisição**. Apesar da presença bem ordenada alfabeticamente de formas como **pronóstico** e **pronosticar**, já não fica evidente a mesma redução de *-gn-* a *n* em lemas com grafia conservadora como **dignamente**, **dignar-se**, **dignidade**, **digno**.

A assimilação de *-sc-*, que vingou no Brasil até ao português contemporâneo, pode ainda observar-se no registo solto de formas como *florece* (s.v. **conformar-se**) ou *dicipulos* (s.v. **adiantar**, colocação *Adiantar os dicipulos*), mas em clara alternância

com a entrada (de grafia) conservadora **discípulo**, sob a qual se lêem ainda – *de Fo; Fazer* **discipulos**, e que é precedida de **disciplina rigorosa e disciplinar**.

Na terceira obra que compõe o tríptico de cerca de três mil páginas para ensino do chinês da autoria do mesmo padre e ilustre sinólogo, o *Dicionário China-Portuguez* (Gonçalves 1833), surpreende-se a resistência ainda no século XIX, pelo menos no português de Macau, de algumas formas com esse tipo de assimilação entretanto totalmente substituídas no português europeu pelas variantes cultas, com as sequências consonantais do latim; é o caso de *florecente* ou *pronóstico* e *pronosticar*:

Abundante. **Florecente**, *fig.* [83]

Que bello! que governo tão **florecente**. [83]

Quem quer **pronosticar** pela astronomia as seccas, e inundações, deve primeiro entender a paz procedida dos lucros da terra. [27]

O dragão, aguia, tartaruga, e veado unicornio chamaõ-se os 4 **pronosticos**. [63]

Hum milhaõ. **Pronostico**. [92]

Grande povoação. Bom **pronostico** [92]

Os flocos de neve de 6 dentes, **pronosticaõ** bom anno. [92]

O seu **pronostico** sera bom. [92]

A ortografia frequentemente culta e conservadora que Joaquim Gonçalves evidencia também nesta obra (vejam-se *prompto*, *assumpto*, *signal*) pode, contudo, mascarar a persistência de outras realizações fonéticas com redução das sequências cultas.

4. Conclusão

Muitos outros fenómenos de mudança, e mais precisamente de inflexão no caminho de evolução fonética característico do galego-português, durante o período clássico, há ainda a estudar, como os do abandono da dissimilação vocálica (como em *vezinho*), do rotacismo em *pl, cl, fl > pr, cr, fr* (como em *craro, freima*), ou das metáteses tão características do período medieval, como as que ocorreram no sufixo latino *-arium*, para *-airo*, depois assimilado em *-eiro* (por exemplo, *boticaio* e *botiqueiro*, tal como, ainda, *solitário* e *solteiro*).

Muitas outras obras monolingues, bem como bilingues ou multilingues com base no português, podem e devem ser convocadas para esta investigação, devendo os seus dados sistemáticos ser acrescentados àqueles que acima se tratam a partir de algumas das gramáticas portuguesas monolingues. Por outro lado, a sistematização dos mesmos dados nos dicionários portugueses monolingues até ao século XIX poderá consolidar as linhas de interpretação que aqui apenas

começam a desenhar-se. O que creio ficar, contudo, desde já evidente é a clara tendência dos autores das gramáticas portuguesas monolíngues, desde o século XVII, para o abandono das formas populares ou modificadas, como é o caso das assimiladas acima descritas, e para o restauro das cultas ou latinizantes, num processo que culminou na total extinção de muitas das primeiras até ao português europeu do século XXI. Pelo contrário, os gramáticos e lexicógrafos que trabalhavam e viviam em contextos menos intelectuais, de acção evangelizadora e lectiva, longe da pátria, parecem revelar por mais algum tempo uma língua mais dinâmica e menos latinizante, dando continuidade às mudanças medievais, ou ao menos com maior índice de variação até mais tarde. Merece, todavia, estudo esta hipótese de trabalho, que não cabe na economia deste artigo aprofundar.

Referências bibliográficas

- Argote, J. C. (1725): *Regras da Lingua Portuguesa, Espelho da Lingua Latina* [...], Muyto accrecentada e correida. Segunda impressao (Lisboa: Officina da Musica).
- Assumpçam, M. (1743): *Vocabulario em Idioma Bengalla, e Portuguez* (Lisboa: Offic. de Francisco da Sylva).
- Bacellar, B. L. M. (1783): *Diccionario da Lingua Portuguesa* [...] (Lisboa: Jozé de Aquino Bulhoens).
- Barros, J. (1540): *Grammatica da lingua Portuguesa* (Lisboa: Lodouicum Rotorigiũ).
- Barros, A. L. (2012): “Variação fonética no discurso metalinguístico e fixação do texto: a edição de obras gramaticais dos séculos XVI-XVIII”, *Revista Portuguesa de Humanidades. Estudos Linguísticos* 16 (1), 83-112.
- Barros, A. L. (2014), “Referências interculturais oitocentistas nas obras metalinguísticas em português e chinês do P.^o Joaquim Gonçalves”, *Diacrítica* 28 (1), 103-133.
- Barros, A. L., & Ng Cen, A. (2014): *Gramática e Diálogos em Português e Chinês: um manuscrito inédito do P.^o Joaquim Afonso Gonçalves*. Introdução e Edição crítica de Anabela Leal de Barros, com fixação dos caracteres chineses por Ana Ng Cen (Braga: Instituto Confúcio / Edições Húmus).
- Dicionário Chinês-Português (ca. 1612; 1660-1661?) [ms. 22.658 da Biblioteca Nacional de Pequim; impresso, anónimo, s/d, sem título, 666 pp.].
- Gonçalves, J. (1829): *Arte China / constante de / Alphabeto e Grammatica / Compreendendo Modelos das Diferentes Composições / composta por J.[joaquim] A.[ffonso] Gonçalves / Sacerdote da Congregação da Missão. / Impressa com Licença Regia / No Real Collegio de S. Jose. / Macao. / Anno de 1829.*

- Gonçalves, J. (1831): *Diccionario / Portuguez-China / No estilo vulgar Mandarim e Classico Geral / Composto Por / J. A. Gonçalves. / Sacerdote da Congregação da Missão. / M.R.S.A. / Impresso Com Licença Regia No Real Collegio de S. Jose. / Macao. / Anno de 1831.*
- Gonçalves, J. (1833): *Diccionario / China-Portuguez / composto por J. A. Gonçalves. Sacerdote da Congregação da Missão. M.R.S.A. Impresso com Licença Regia no Real Collegio de S. Jose. Macao. Anno de 1833.*
- Lobato, A. J. R. (1770): *Arte da Grammatica da Lingua Portuguesa* (Lisboa: Regia Officina Typografica).
- Oliveira, F. (1536): *Grammatica da Lingoagem Portuguesa* (Lisboa: Germão Galhardo).
- Prosodia, ou Diccionario / da / [língua] Chinez e Portuguesa.* (cód. 3306 da Biblioteca Nacional, anónimo; s/d, s/l).
- Roboredo, A. (1619): *Methodo Grammatical para todas as Linguas* (Lisboa: Pedro Craesbeeck).
- Valle, E. J. (1777): *Diccionario / Portuguez e Malayo / Parte I / Desde a Letra A até S / Collegido / por Elias José do Valle / a instancias / Do Doutor Antonio Ribeiro* (código 3050 da BN).
- Valle, E. J. (1777): *Continuação / Do Diccionario / Portuguez e Malayo / Parte II / Desde a Letra S ate Z / Collegido / por Elias Jozè do Valle / á instancias / Do D.^{or} Antonio Ribeiro* (código 3051 da BN).
- Valle, E. J. (1777): *Diccionario / Malayo, e Portugu.s / P.r / Elias Joze Francisco do Valle, Sobre Carga /do Navio Principe da Beira, na Viagem / que fez á China, no anno de / 1777 // P.^a seu uzo, e proveito dos q' frequentarem o Commercio utilissimo das Costas Malayas* (código 3142 da BN).
- Vasconcellos, J. L. (1909): "Diccionario português-malaio", *Revista Lusitana* 12, 268-281.
- Witek, J. W. (dir.) (2001): *Dicionário Português-Chinês, Michele Ruggieri & Matteo Ricci* (Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal / Instituto Português do Oriente e Ricci Institute for Chinese-Western Cultural History).

Revista GALEGa
de filoloxía

monogRAFía 10

Novas perspectivas linguísticas

no espaço
galego-português

Maria Aldina Marques
Xosé Manuel Sánchez Rei
(editores)

O Discurso Direto em interações orais coloquiais

Maria Aldina Marques
CEHUM/Universidade do Minho

1. Introdução

1.1. Discurso Relatado e ensino do Português

O Ensino do Português a estrangeiros, no que concerne aos usos e funcionamentos da língua, assenta quase exclusivamente, ou mesmo inteiramente, numa gramática da escrita.¹ Daí a dificuldade sentida por um aprendente de Português quando em situação de imersão em contexto de uso da língua. Com efeito, entre as regras da escrita e as regras do oral há divergências que é preciso considerar, na atenção, nomeadamente, às situações de interação que impõem restrições à construção discursiva.

O Discurso Relatado (DR), em particular, apresenta-se como uma área crítica do ensino/aprendizagem do Português Língua não Materna (PLnM). Uma das razões tem a ver com a perspetiva algo redutora dada pela gramática tradicional.

Considerando a *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara, (1999; 37ª edição, pp. 481-482) e a *Gramática do Português Contemporâneo*, de Cunha e Cintra, pp. 629-635, sobressaem as seguintes características (Marques 2006):

- a. Redução da ocorrência de DR ao texto escrito e literário.
- b. Restrição do processo à retoma de palavras de um interlocutor.
- c. Perspetiva realista, que pressupõe a existência efetiva do discurso citado. Só o discurso literário suspenderia essa característica.
- d. Transposição do DD a DI: um processo mecânico, descontextualizado, que impõe mudanças automáticas ao nível das pessoas gramaticais, tempos verbais, pronomes demonstrativos e advérbios.

1 Esta é uma situação comum ao ensino de outras línguas. Veja-se o caso do Francês, em que “Dans les méthodes de FLE, les dialogues sont en fait essentiellement traités sur le mode des discours écrits. Au-delà de caractéristiques de surface – présence de plusieurs locuteurs et alternance de prise de parole – le fonctionnement de l’interaction n’y est pas fondamentalement présent ” (Parpette1997: 127).

Ora, os manuais e outros materiais de apoio à aprendizagem do Português como Língua não Materna (PLnM) seguem, basicamente, este modelo. Uma rápida consulta de alguns manuais torna evidente essa filiação. A atenção é dirigida para o processo de transformação do Discurso Direto (DD) em Discurso Indireto (DI). De facto, em todos os manuais consultados, o DD é dado como um processo adquirido ou, talvez, como um “não assunto” no quadro do ensino-aprendizagem do PLnM.² Prak-Derrington (2004:2) coloca esta questão, noutros termos é certo, a propósito do DD e do texto literário, lembrando um estereótipo de “transparência” que, creio, ultrapassa os limites do discurso literário e se torna uma questão fundamental do DD:

Avec le discours direct, au contraire, on se trouve confronté à un système (apparemment) ancré dans la transparence: en lieu et place d’une superposition des voix, une succession des voix, et un dialogisme non plus implicite, mais qui s’exhibe, se montre, dans une évidente simplicité, qui découpe, linéairement, le dit de “l’autre” dans celui de “l’un” (itálico meu).

Assim, o manual *Aprender Português 3*, nível B2 (p.166-167), aborda a questão nesta perspectiva tradicional, de que sobressai a apresentação de quadros sintetizadores dessas transformações. A mesma metodologia é usada na *Gramática Aplicada. Português língua estrangeira* (níveis B2 e C1), p. 82-83; é a alternância morfológica verbal que é considerada, mas apenas a propósito do DI, ainda que o título do capítulo englobe DI e DD. O manual *Português Mais*, na p.134-135, aborda também a questão do DI e apresenta uma mera lista de verbos introdutórios, sem qualquer reflexão sobre o seu funcionamento discursivo, e os seus valores pragmático-enunciativos. Terminámos com a referência à *Gramática Aplicada. Nível elementar*, em que mais uma vez encontramos o título “Discurso Directo e Discurso Indirecto”, ainda que o capítulo se restrinja, na realidade, a algumas particularidades do DI, no processo de transformação em que o DD é apenas ponto de partida:

No discurso indirecto usam-se verbos declarativos para reproduzir indirectamente o que se disse anteriormente. Os verbos que introduzem o discurso indirecto usam-se no Pretérito Perfeito Simples do Indicativo ou no Pretérito Imperfeito do Indicativo (dizer que, pensar que, contar que, afirmar que, perguntar se, ...

Gramática Aplicada. Nível elementar, p. 46

Entre outras questões, sistematicamente olvidadas ou insuficientemente apresentadas, torna-se necessário perspetivar a abordagem do relato de discursos na atenção

2 Só no livro de exercícios *Vamos lá continuar!* (2008: 57) se encontra uma curta referência ao DD: “O Discurso Direto é marcado pela presença dos verbos de *dizer*, *afirmar*, *ponderar*, *perguntar*, *responder* que podem introduzi-lo, concluí-lo ou nele se inserir”.

aos géneros, da escrita e da oralidade, e aos parâmetros da enunciação, pois são heterogeneidades que é forçoso ter em conta.

Não existe, para o Português Europeu, uma gramática do oral à semelhança do que existe, por exemplo, para o Português do Brasil, de que sobressai o *Projeto Gramática do Português Falado*, da responsabilidade inicial de Fernando Tarallo e Mary Kato, desenvolvido na Unicamp, apesar da importância de que se reveste o conhecimento das características da oralidade, na sua complexidade e heterogeneidade, para estudantes de Português Língua não Materna. A análise que realizámos, para além da importância para a descrição do português oral, pretende contribuir, desde logo pelo *corpus* constituído, mas também pelos resultados obtidos, para o ensino/aprendizagem do PLnM.

O Discurso Relatado tem sido objeto de investigação em Português Europeu, mas são análises que privilegiam a escrita e o texto literário; dão conta das suas especificidades com destaque para a categoria dos verbos introdutores do discurso, cuja riqueza e variedade é assinalável: Duarte (2003: 326), por exemplo, lista 192 verbos introdutores de relato de discurso no romance *Os Maias*.

Numa redução assumida, face ao que é um fenómeno discursivo complexo, como refere Duarte (2003)³, o trabalho aqui apresentado pretende discutir ocorrências de DD, em situação de interação verbal coloquial, de que é exemplo o excerto seguinte:

A minha avó foi a que me contou. • • Ela assim/ a minha avó era assim: • •
—É o que diziam os os antigos. • • É o que dizia os antigos. ((risos))

01H1B

2. Quadro teórico-metodológico

Privilegiámos uma perspetiva interdisciplinar, suportada pelos desenvolvimentos teóricos no âmbito da organização enunciativa dos discursos, em particular no que concerne às vozes do discurso (Bakhtine, 1977; Brès, 2005), ao dialogismo, de que o Discurso Relatado é integrante, com contributos da análise dos discursos em interação, quanto à estruturação discursiva e nomeadamente aos turnos constituídos por intervenções iniciativas e reativas.

O conceito de género discursivo é teórica e metodologicamente central para a nossa análise. O *corpus* selecionado faz parte dos géneros do oral, marcados pela

3 “...é uma constante de qualquer discurso citar palavras de outros ou de si próprio, de modo directo, indirecto, ou através de formas mais subtis e menos visíveis, como alusões, ecos irónicos, negação, reprodução de léxico alheio, pressuposições, etc.” (Duarte 2003: 37).

coloquialidade. Neste quadro, e na esteira da afirmação de Bakhtine (1977: 161) de que o Discurso Relatado é “un phénomène discursif particulier, qui construit un discours sur un discours, une énonciation sur une énonciation.”, a investigação realizada ater-se-á, especificamente, à análise da integração do discurso direto no discurso citante pela análise das características do discurso atributivo, definido por Prince (1978: 307) como um procedimento discursivo de integração do discurso do outro no discurso próprio⁴.

2.1. Objetivos

A partir do inventário das ocorrências de DR no *corpus* selecionado, o objetivo é determinar as suas características, num género oral coloquial, a entrevista sociolinguística. Em particular, pretende-se determinar a relação entre DR, na modalidade de DD, e coloquialidade pela atenção:

- às marcas de construção do DD
- ao modo como o locutor integra o discurso citado no seu próprio discurso
- aos modos específicos de introdução do DD, isto é, ao discurso atributivo e às suas estruturas lexicais e sintáticas.

2.2. Corpus

O *corpus* considerado para análise é um conjunto de interações verbais orais autênticas, constituído por entrevistas sociolinguísticas (Labov, 1972); foi elaborado no âmbito de um projeto de investigação, denominado, *Perfil sociolinguístico da fala bracarense*, com a referência FCT PTDC/CLE-LIN/112939/2009, realizado por uma equipa de investigadores maioritariamente do Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho (CEHUM). São entrevistas presenciais, semidirigidas e registadas em gravação áudio. Os participantes, entrevistadora e falante/informante, não partilham nenhuma história discursiva⁵, mas constroem, apesar dessa constrição, uma relação discursiva que se pretende informal; os lugares interacionais ocupados são assimétricos; os objetivos da entrevista –pré-negociados– visam a colaboração entre os dois interlocutores; a entrevistadora tem como função guiar a entrevista, para levar o informante a falar, durante uma hora, a fim de recolher o maior número de dados de fala bracarense. É uma amostra estratificada, em função das 3 variáveis consideradas: sexo, idade e nível

4 Uma questão a que voltaremos com mais pormenor.

5 Algumas das entrevistas registam informações relativas a esta situação, como é o caso da 88M4D: “Este foi o segundo contacto que tivemos com a senhora.”

de escolarização de que dá conta o Quadro I, abaixo apresentado⁶. Cada entrevista tem a duração de cerca de uma hora. O registo e transcrição dos dados⁷ foram realizados no programa Exmaralda. Da totalidade de entrevistas já realizadas e disponíveis (cerca de 80), consideramos apenas 30 entrevistas, que exemplificam os diferentes parâmetros, assim organizadas:

	1. 15 – 25 anos	2. 26 – 59	3. 60 – 75	4. +75
A. analfabeto – 3ª classe	0+0	12H2A+55M2A	22H3A+67M3A	34H4A+79M4A
B. 4º - 9º anos	01H1B+46M1B	13H2B+58M2B	25H3B+70M3B	37H4B+82M4B
C. 10º - 12 º anos	04H1C+49M1C	16H2C+61M2C	28H3C+73M3C	31H3D+85M4C
D. licenciado	07H1D+52M1D	19H2D+64M2D	31H3D+76M3D	43H4D+88M4D
TOTAL	30			

Quadro I: Corpus considerado para análise de acordo com as variáveis pré-determinadas

2.3. Entrevista sociolinguística, linguagem oral e coloquialidade

O termo *Linguagem oral* veicula uma perspetiva abrangente e homogeneizadora de uma situação profundamente heterogénea. Daí a importância teórico-metodológica de considerar a oralidade a partir dos géneros orais. A coloquialidade (que também pode ocorrer, claro, nos géneros da escrita) caracteriza alguns géneros orais do quotidiano, entre eles a entrevista sociolinguística aqui em análise.

Quanto ao registo coloquial, tomo como parâmetros de categorização, seguindo aqui autores como Briz (2009), (a) a relação de igualdade funcional entre os interlocutores; (b) a proximidade vivencial, nomeadamente o conhecimento mútuo; (c) a planificação simultânea da interação e verbalização marcada pela espontaneidade; (d) o tom informal.

No *corpus* da fala bracarense, o registo coloquial é predominante, apesar das constrições resultantes da relação entre os participantes e da finalidade da interação, criadas com o objetivo específico de constituir o *corpus* da fala bracarense.

6 Assim, uma entrevista identificada como 12H2A é a entrevista nº 12, com um falante do sexo masculino, de idade compreendida entre 26 e 59 anos, analfabeto.

7 Como sinais convencionais de transcrição, salientam-se: indicações não verbais, paraverbais, passagens incompreensíveis, onomatopeias: ((onomatopeia)); passagem duvidosa: (acho que); pausa breve (até um segundo): • •; pausa longa: • ••; reformulação: ele/ela; repetição: na na na; sinais de pontuação: . ? , !; discurso direto: : - ; ênfase: BEM; interrupção: ...; enumeração: é assim: dois livros, um lápis; sobreposição de falas: sublinhado; cortes nos exemplos: [...]; participantes: F: falante, E: entrevistadora; estruturas em análise: itálico;

O exemplo seguinte ilustra quer as características do registo coloquial da entrevista quer as constrações acima referidas, de que os participantes dão conta numa sequência de natureza metadiscursiva, iniciada pelo falante, preocupado com o registo de linguagem que está a usar (*falar mal*) e que tenta controlar em consequência do juízo de formalidade que atribui à interação e que marca, aliás, o início da sequência:

- (1) F: ••Eu, se estivesse/ não estivesse assim, eu até havia de estar a ((hesitação)) a falar mal. Porque senão já tinha falado mal •• como o diabo já.
 E: Ai é?
 F: Mas já é o o coiso da pessoa já de natureza da pessoa.
 E: ••Hum hum. Então o senhor agora tentou não dizer muitos palavrões.
 F: Sim, sim, sim, sim! Penso que evitei todos,
 E: ((risos))
 F: evitei tudo. Já podia ter fugido algum.
 E: Pode falar à vontade
 F: Mas se calhar disse mesmo.
 E: que ninguém o censura
 F: Não, pois. Mas é por causa disso que, normalmente, é assim: ((hesitação)) palavrões abaixo, palavrões acima. Não sei. Não é com aquele rancor, não é?

13H2B

Apesar destas constrações, quer este exemplo quer o seguinte são marcados por características textuais-linguísticas da coloquialidade⁸, de que se salientam: a sintaxe “não convencional” (*Foi •• desde berrar, desde eles mandarem-me ((hesitação)) ((hesitação)) •• ir*); os recursos deícticos abundantes (*Eu, se estivesse ; eu eu fiz coisas*); as elipses (*Tipo •• na boa.*); as interrupções/ repetições (*E eu ia e não tipo, no início, podia ficar*); os comentários metadiscursivos (*se estivesse/ não estivesse assim, eu até havia de estar a ((hesitação)) a falar mal.*); os relatos dramatizados (ex.3); o léxico marcado pela vaguidade, o registo familiar, o calão/palavras-tabu⁹ (*Mas já é o o coiso da pessoa*) a dispersão e mudança de temas e os temas pessoais (“Ei, não vou que *vergonha*”):

8 Sobre as marcas de coloquialidade, ver Briz (2009).

9 Em Braga, como noutras regiões do norte de Portugal, há uma “tolerância” social ao uso dos *palavrões* (item lexical obsceno, tabu linguístico). São marca de um registo familiar. Sem fazerem necessariamente parte de atos ameaçadores da face, são muitas vezes meros pontuadores discursivos e marcas da relação interpessoal muito próxima e informal. É a esse estatuto social que se refere o falante no exemplo (1): “F: ••Eu, se estivesse/ não estivesse assim, eu até havia de estar a ((hesitação)) a falar mal. Porque senão já tinha falado mal •• como o diabo já. [...] normalmente, é assim: ((hesitação)) palavrões abaixo, palavrões acima. Não sei. Não é com aquele rancor, não é?”.

- (2) •• *Ó pá*, mudou no sentido em que *eu eu* fiz coisas que nunca pensei fazer. Eu dizia: - Não, nunca vou fazer uma coisa daquelas •• que eu não tenho feito para isso. •• E mudou-me. Porque eu fazia as coisas •• e pensava: “*Ei! Que cena* estou a fazer isto.” •• *Mas ao mesmo tempo sentia-me feliz por [...] Foi •• desde berrar; desde eles mandarem-me ((hesitação)) ((hesitação))* •• *ir*: - (Vai) à beira de uma pessoa e vai fazer uma declaração de amor ou... Assim do nada. Ou: - Vai ali e *faz qualquer coisa* ou: - *vai pedir não sei o quê*. •• *E eu ia e não tipo, no início*, podia ficar: •• “*Ei, não vou que vergonha*”. Mas depois: “*Oh, sou caloira. Quero lá saber*”. ••• *Tipo* •• *na boa*.

49M1C

3. O DD no falar bracarense

3.1. DD e narrativas conversacionais

A construção do DR não é alheia a estas dimensões da coloquialidade, apresentando especificidades que não ocorrem em géneros discursivos formais como refere Maingueneau (2002: 195): “La manière dont une parole est attribuée à une autre source énonciative est solidaire des caractéristiques de l’ensemble du discours citant.”

Na fala bracarense, o DD é a forma de DR predominante. O seu contexto preferencial de ocorrência são as narrativas conversacionais ou narrativas de experiência de vida, encaixadas na intervenção do locutor¹⁰. A finalidade determinada para estas entrevistas sociolinguísticas, de recolha de um *corpus* da fala bracarense propicia a ocorrência de narrativas conversacionais, na medida em que o falante-entrevistado relata a sua experiência de vida¹¹.

O excerto seguinte pertence a uma sequência narrativa, de experiência de vida, onde o DD é um mecanismo de relato central, quer como autorrelato quer como relato dialogado:

- (3) [...] seis rapazes! •• E vimos um carro no escuro. *Digo assim*: •• - *Canalha. •• Vamos ver! Oh Oh •• vamos ver! ••• Quem era? Era um polícia. •• Eu: - Fugi, caralho, que é a polícia! •• E dizia o gajo, o tal parece o polícia:*

10 Esta é a definição proposta por Vincent e Brès (2005: 8): «récit conversationnel “dans lequel un locuteur, en situation d’interaction verbale, met en récit un élément quelconque de son vécu)”.

11 “A narrativa tem funções discursivas nucleares que devem ser relacionadas com o género discursivo; segundo Vincent e Brès (2005: 9) citando Sacks: “Toutes les activités conversationnelles ne sont pas également propices à l’émergence de récits. Sacks l’a bien montré : *ne raconte pas qui veut quand il veut*. Des plus saugrenus à première vue (dans les transactions commerciales) aux plus favorables (dans les interactions entre pairs), *les contextes d’émergence de récits méritent qu’on s’y attarde*.”

- *Anda cá, ó Pentena! Anda cá, ó Pentena!* • • Que era eu. Filho da Pentena, o Piri. - *Anda cá, ó Pentena!* Oh minha Nossa Senho... - *Fugí que é a polícia!* • • Tive que fugir. • • Eu não disse nada à minha mãe. Também cheguei a casa a transpirar. Nada! • • *O polícia vai dizer à minha mãe: - Olhe, Pentena, • • • olhe que um colega meu diz que vai apertar o papo ao seu filho. • • • - Apertar o papo ao meu filho, porquê?* • • - *Não sei.* • • E ele lá contou. - *Ouve lá, o que é que tu fizestes? - O que é que eu fiz? Nada.* • • - *Nada!* • • *Se tu...* • • *Diz que um polícia vai/ ia-te apertar o papo. - A mim?* • • E depois teve que cair, tive que que dizer a verdade. • • - *Olhe, passou-se isto assim assim assim e e ((hesitação)) • • • e ((hesitação)) • • • e vamos a ver, era um polícia. • • - Já sei quem é.*

13H2B

3.2. DD e literalidade

A análise das ocorrências permite repensar as características do DD tal como são apresentadas nas gramáticas e manuais.

Assim, a primeira das características a considerar é a literalidade do DD como característica que o distinguiria do DI, segundo as gramáticas. Esta é uma questão central na abordagem do discurso direto (Marques 2006, 2014; Marques & Ribeiro 2011; Prak-Derrington 2004; Rosier 2008). O Discurso Direto é tradicionalmente associado a um pressuposto de verdade e objetividade (como *se diz*, são as próprias palavras do locutor citado), que desconsidera a globalidade discursiva na construção do sentido. O *corpus* em análise dá conta dessa diferença não só pela necessária recontextualização, mas também pela manipulação “das próprias palavras”. Os exemplos seguintes mostram a dissociação entre literalidade e DD, pela presença de expressões resumitivas ou “vagas”:

- (4) Eu disse: - *Ó senhora Doutora, vou falar com o meu pai e tal e de momento.* • • • Ela: ((hesitação)) - *Senão aqui não andam a fazer nada. Não sei quê, não sei que mais.*

16H2C

- (5) tive lá o professor, • • tipo, • • para aí um mês, • • no laboratório comigo a dizer: - *Pegas nisto, fazes aquilo, pegas nisto, fazes aquilo,*

17H2C

- (6) - *Não andes com/ triste, • • não andes assim, não andes assado.* Isso é que são amigas!

55M2A

O exemplo (4) tem como núcleo informacional, na segunda intervenção, o enunciado “Senão aqui não andam a fazer nada.”; é um ato de advertência que ocorre num

contexto discursivo mais alargado mas irrelevante para os objetivos do locutor. Por isso o resume no enunciado “Não sei quê, não sei que mais.”. O mesmo procedimento ocorre em (6). O essencial do conselho relatado é “não andes triste”. A expressão vaga resume uma interação mais longa de reforço do ato inicial.

De facto, não se trata de fazer a restituição fiel das palavras do locutor citado. O locutor citante, como refere Muñoz (1994-19995) para o DI, mas que é válida também para o DD, “est loin de prétendre être un magnétofone”. Embora seja a atualização de uma enunciação anterior, o DD não carrega um pressuposto de literalidade (ou de factualidade); sobrepõe-se outra função discursiva, nomeadamente a de constituir um fator de verosimilhança, por um *efeito de real*, que serve os objetivos comunicativos do locutor. No relato em DD, há sobretudo uma “fidelidade” ao que o locutor crê ser verdade e é relevante para os objetivos discursivos¹². Por isso, no exemplo (5), todo o relato em DD é vago, resumativo: serve o relato de uma experiência frustrante para o locutor.

Esta adequação global aos sentidos do discurso citante torna o DD compatível com a iteratividade:

- (7) Por exemplo, no/ lá no consultório e tal •• *em que me chamam* com...e (dizem): - É urgente. Anda aqui! Não sei quê.

07H1D

- (8) Então eu *ligo sempre* lá para a STCP ou lá o que é dos autocarros, que não faço ideia, ••e •• *pergunta*: - Olhe, preciso de ir daqui até aqui, qual é o autocarro que tenho de apanhar?

58M2B

A habitualidade da ocorrência do evento discursivo sobrepõe-se ao valor informativo da troca verbal e à necessária variabilidade de cada interação. Ocorrendo em experiências de vida, a habitualidade veicula, tal como as expressões resumitivas ou vagas, um juízo de valor”.

Uma outra questão, ainda relacionada com a “literalidade” do DD, tem a ver com a ocorrência de interjeições no início do DD, mas que, de facto, não fazem parte do

12 Duarte e Carvalho (2013) concluem: “Dans des contextes informels, quand le locuteur parle et argumente à propos d’un sujet donné et qu’il rapporte les paroles d’un autre locuteur, *il résume souvent la partie du DR qui n’est pas considérée comme essentielle*. Il la résume à travers un ensemble d’expressions de vague, de flou, d’imprécision informative, qui dévalorisent ce qui a été dit par le locuteur premier, dont il est en train de rapporter le discours. Soit ces informations *sont insignifiantes à un certain moment discursif*, soit il veut les omettre intentionnellement, voire, ce qu’il résume est facilement déductible par l’allocataire, parce que ce sont des informations du monde partagé, d’un script commun que les interlocuteurs n’ont pas besoin de développer dans un contexte précis étant donné qu’ils partagent une culture commune”.

relato de palavras. São marcadores de DD, sinalizadores ou sinais de ajustamento para que o alocutário o identifique¹³:

- (9) •• E depois eu fui reclamar à/ lá •• ((hesitação)) à junta/ ((hesitação)) à câmara e na câmara disseram: - *Ah...* Uma de/ uma uma das meninas, que é como tudo, •• disse: - *Ai* ((onomatopeia)) ((incompreensível)) fez a obrigação dele.

79M4A

- (10) •• e é o que eu digo a muita gente: •••• Tipo: - *Ai!* Devia haver cortes tipo

07H1D

- (11) E é isso que eu, é isso que eu faço. ••• Quando eu digo uma coisa: - Isto é cimento. - *Ah*, isso é madeira. E eu a saber que aquilo é madeira. O gajo é mesmo burro. •• - Então, leva a madeira, leva o cimento, leva o raio que te... •• Desaparece da minha frente! •• Acabou. Não vale a pena ter convívio com essa gente.

12H2A

As interjeições não são, aliás, os únicos sinalizadores de DD. Os marcadores fáticos, bem como as formas de tratamento nominal, parecem ter também esta função:

- (12) •• E então ((risos)) eu contei-lhe, digo assim: •• - *Olhe*, eu aborreci-me, porque eu tinha muitos pretendentes.

85M4C

- (13) e o meu pai chegou a casa e disse assim: - *Ó Aninhas*, •• para a minha mãe, •• será que os nossos filhos agora com a adolescência •• estão a perder a confiança nos pais?

88M4D

3.2. DD e deixis

Uma segunda característica saliente no *corpus* em análise tem a ver com as categorias deícticas. Numa reflexão sobre os géneros da escrita, Muñoz (1994-1995) afirma que nos casos mais frequentes de DR, L₁ e L₂ não coincidem há, portanto, de modo prototípico, uma alternância entre a primeira e terceira pessoa¹⁴. Esta é claramente uma questão que não pode ser dissociada do género discursivo em que o DR ocorre.

13 Morais (2011: 434) fala de fronteiras internas dos segmentos textuais em DD.

14 “La personne qui rapporte (Le locuteur L1) et la personne dont le discours est rapporté (le locuteur L) sont d’habitude deux êtres distincts”.

O DD na fala bracarense é massivamente uma situação de autorrelato ou autocitação, uma característica a reportar à finalidade que caracteriza este género interacional. Predominam, assim, marcas deícticas de primeira pessoa:

- (14) Como não está na lista nem lhe toco sequer. Depois *cheço* à à diálise (perguntaram-me se isto): - Ó senhora doutora, •• isto assim assim *posso* comer? •• Ela: - Pode à vontade! *E eu assim*: - Olhe, mas *eu* não comi. •• *Eu*, ao princípio, agora pronto, mas *na/* ao princípio: •• - Ó senhora doutora, *posso* comer atum? •• Aquelas latinhas de atum. *Eu*, no verão, gosto muito de/ com salada russa e... •• - *Posso* comer? - Pode. Mas não exagere. - Pronto. ••• - E *posso* comer salsichas? •• *Eu* não comia ••• sem perguntar à médica

16H2C

Este predomínio de autorrelato tem a ver com o facto de serem narrativas conversacionais a que Shank (1990) chamou de *narrativas experienciais em primeira mão* (“*firsthand experiential stories*”). Daí o facto de estes relatos serem entremeados de comentários explicativos:

- (15) •• eu **disse** assim a essa pessoa: - Olhe, •• ó Mariazinha, *que é uma senhora que já partiu* •• *para aí há dois anos*. •• ((*tosse*)) •• *E ela aí teve muita razão*. •• Ela/ eu digo assim: - Ó ó dona Mariazinha, olhe, •• fulano disse-me que ((hesitação))

67M3A

4. Características e funções do discurso atributivo na fala bracarense

4.1. Um lugar de subjetividade

O discurso atributivo é definido por G. Prince (1978 : 305) a propósito do DD em narrativas literárias escritas, como aliás ele faz questão de explicitar: “Les locutions et les phrases qui, dans un *récit* (*je pense au récit écrit*), accompagnent le *discours direct* et l'*attribuent* à tel personnage ou à tel autre...”. Duarte (2003 : 108), também no âmbito da análise linguística de textos literários, destaca a importância desta categoria descritiva para a construção do DD: “A importância do discurso atributivo para a elucidação das intenções, gestos, posições, tom de voz, silêncios, olhares dos locutores que dialogam torna o DD inseparável do marco narrativo que o introduz.”.

Contudo, o discurso atributivo não é apenas fundamental para a análise de textos literários ou dos textos escritos; é uma dimensão fundamental do discurso relatado,

do encaixe do discurso citado no discurso citante e da natureza do DR, como refere Bakhtine¹⁵. A dimensão enunciativa, de “um discurso sobre um discurso” é trazida pelo discurso atributivo. E, por isso, é sobretudo um lugar de subjetividade:

Para além dos segmentos discursivos relatados, o discurso atributivo, restitui (parte de) o quadro comunicativo, de uma forma que é indissociável da relação que o locutor estabelece com o discurso que convoca. No que agora nos concerne, o discurso atributivo é um procedimento discursivo pelo qual o locutor se relaciona, distancia ou aproxima do discurso relatado, integrando-o no próprio discurso.”

(Marques 2014)

Os exemplos seguintes dão conta, na escolha lexical realizada, dessa relação que o locutor estabelece com o discurso que relata:

(16) *Então um gajo diz de lata: - ((incompreensível)) cair ao chão. Está mal, dava-as.*
12H2A

(17) •• Eu digo assim ao meu/ *na brincadeira*: - Olhe, eu não tenho dinheiro para me tratar, tenho de cuidar de mim.
67M3A

(18) •• E sempre a dizer/ *a dar os bons conselhos*: •• - Cabeça erguida, não não te metas a magicar, não chores, porque as pessoas depois •• são capazes de futurar que é outra coisa.
55M2A

4.2. Delimitar o DD

O discurso atributivo tem como função discursiva a delimitação das fronteiras do discurso relatado, enquanto explicitamente assinala a presença de um outro locutor e as circunstâncias da sua enunciação:

(19) •• *Há pessoas que às vezes se admiram se admiram*: - Quanto é que custou o carro? - Custou-me cinco euros.
43H4D

15 A mesma posição é assumida por Prak-Derrington (2004 : 15), ao salientar que este conceito : « ...recouvre, tout d'abord, la dimension verbale du dit: désignation de la source énonciative et, éventuellement, du destinataire (Qui parle à qui ? syntagme introducteur avec nom du personnage, verbe de parole...), mais aussi sa dimension para-verbale: contexte (quand, où ?...) et conditions d'accomplissement (gestes, regards, intonation...) . »

Como acima apontado, esta função delimitadora não é exclusiva do discurso atributivo. Para além de marcas verbais de que salientei as interjeições e os marcadores fáticos, a prosódia é também fundamental.

4.2. Estruturação sintática

No corpus oral da fala bracarense, o discurso atributivo é mais sucinto do que nos textos literários que tomámos como exemplo. Nas ocorrências registadas a identificação do locutor citado é uma das funções fundamentais do discurso atributivo

- (20) *Eu quando disse*: - Ó professor, disquetes, ainda? E *ele*: - Ai, esta máquina é muito cara. E *eu*: • • - E onde é que vou encontrar disquetes?

17H2C

Para além da identificação do locutor, são ainda explicitadas outras referências quer ao contexto situacional (21) quer a comportamentos dos participantes (22) quer à interpretação que o locutor faz do discurso que relata, em particular, dos atos realizados (23):

- (21) Eu lembro-me que *estava nas aulas e ouvia*: - Bom dia doutor xis. • • E eu não preciso saber o nome do gajo

17H2C

- (22) E ele *começou-se a rir*: - Muito bonita, senhor Machado? - Sim. • • **Diz** ele: - Aquela eira? - Eira porquê, senhor Brandão?

22H3A

- (23) *e foi tão infeliz a fazer-me a pergunta, uma falta de caridade*: • • - Ó Marília, não tens filhos, de quem é o defeito?

82M4B

Mas é um discurso atributivo reduzido, que aparece como uma característica das narrativas de experiência de vida, que pode ir até à elipse total, nos relatos dialogados¹⁶. De facto, no DD dialogado, o discurso atributivo é suprimido com frequência. O conteúdo do excerto relatado, bem como a ocorrência de marcas de delimitação como a interjeição ou as formas de tratamento asseguram a identificação de cada intervenção:

- (24) *E ele*: - Ai, este é o teu horário? Mostra. • • Onde é que não tens aulas? • • Sempre a riscar. - Isto é para estudar, para estudar, para estudar, para estudar. •

16 Esta ausência está marcada nos exemplos pelo sinal Ø.

- Ø - Ó professor, e vida pessoal? • • Ø - Ah, tens aqui uma horinha à segunda e outra • • ((hesitação)) não sei quando para ir ao ginásio.

17H2C

4.3. Estruturação textual

Sobressai, assim, a estruturação textual da interação, em intervenções iniciativas e reativas, como determinante das características do discurso atributivo. A análise das ocorrências permite determinar três contextos interacionais que condicionam as estruturas do discurso atributivo: intervenções iniciativas absolutas, isto é, uma intervenção iniciativa em início absoluto de DD, intervenções iniciativas não absolutas, ou seja, integradas num diálogo relatado e intervenções reativas.

(a) Intervenções iniciativas absolutas:

Neste tipo de intervenções, predominam estruturas sintáticas que integram uma forma verbal. Da variedade de estruturas presentes no *corpus*, considere-se como exemplo: *a minha avó era assim; as amigas dizem assim; eu pensei; enquanto perguntas; Eu disse logo, ...*

- (25) Era era assim. • • • *Digo assim:* - Ó pá, és de Braga, eu sou de Braga também, pá. De onde é que tu és? – Sou de Maximinos. – Eu sou da Sé, pá

13H2B

(b) Intervenções iniciativas não absolutas

Em intervenções iniciativas não absolutas, integradas num relato de diálogo, a estrutura sintática elidida é característica da construção do DR:

- (26) Espreitei pela janela, • • por assim ((incompreensível)). - Não, não vou à porta eu • • o meu irmão... - Ø Vai lá tu. • • Ele: - Porquê? - Partimos o bar todo. - Ih! • • Ø - Vai lá tu. • • ((incompreensível)) • • - Boa noite! - Boa noite! Ø Olhe, está aí o seu irmão? • • Ø - Qual deles? • • - Um baixinho gor/ forte. • • - Não. • • Ø - Para onde é que foi? - Foi para o rio. Ø - Com quem? - Com os amigos.

12H2A

(c) Intervenções reativas:

Nas intervenções reativas predominam as estruturas nominais, do género: *Ela;*; *E eu;*; *Ele assim;*; *Tipo;*; *E eu;*; *E nós;*; *nós;*; *nós;*; *Ele;*; *A minha mãe;*; *Um gajo;*; ou a elisão total:

- (27) – Oh, senhora doutora, • • isto assim assim posso comer? • • *Ela:* - Pode à vontade!

16H2C

- (28) • • • O meu pai andava muito triste e assim: - Ó pai, ((incompreensível)).
- Ah caramba, o que é que eu vou fazer agora sem o empregado e tal? Ø -
Deixe lá aguento mais estes dois meses que • • eu vindo da tropa vou trabalhar consigo.

16H2C

4.4. Verbos introdutores de DD

A determinação dos *verbos introdutores do discurso relatado* (VIDR)¹⁷ coloca a questão das tipologias de VIDR existentes e que se evidenciam pela sua natureza frágil (Duarte 2003: 344 e 353), dada a variabilidade dos critérios considerados. Uma das questões fundamentais decorre da necessidade de estabelecer limites à categorização, o que leva à discussão sobre se se está, em determinados contextos, perante a ausência de verbos de locução ou se as formas verbais que aí ocorrem são usos contextuais como VIDR. Na linha de outros investigadores (Duarte 2003: 328) e de trabalhos que já realizámos (Marques & Ribeiro 2011), adotamos uma conceção não restritiva dos VIDR, porque se trata de relatar uma enunciação e não meras palavras, porque a enunciação é multimodal¹⁸. Falar é agir por palavras, gestos, mímicas, movimentos. Os VIDR mostram assim dimensões verbais e não verbais do dizer.

No *corpus* da fala bracarense, encontramos algumas categorias de VIDR de que salientamos, pelas especificidades que apresentam:

(1) Verbos de locução/verbos *dicendi*

Estes verbos exprimem as atitudes especificamente comunicativas dos sujeitos falantes.

Sobressai, aqui, o verbo *dizer*, como o verbo de locução com um singular destaque na lista, bastante modesta, dos verbos usados pelos falantes entrevistados. Considerado em diferentes trabalhos de investigação como um verbo de locução não marcado, *dizer* é aqui um verbo plurissignificativo, em que sobressai o valor de pergunta:

- (29) • • e eu dizia assim: - O que levas aí, Manel, na saca?

82M4B

17 Para além de classificações variadas, baseadas em diferentes critérios semânticos e pragmáticos, esta categoria discursiva tem designações variadas. Apesar desta designação não estamos a considerar uma perspetiva topológica restritiva, antes se considera a sua função atributiva.

18 A mesma posição é defendida em Duarte (2001: 128) "...por meio dos verbos introdutores de relato, é verbalizado o que o locutor percebe da situação de enunciação relatada, do enunciado, das relações entre o locutor citado e o respectivo alocutário, dos acordos e desacordos entre eles..."

- (30) • • Ao fim, a minha mãe preocupada foi lá à médica e *disse*: - Ó senhora médica, isto vai sair?

01H1B

- (31) O o gajo: - Ó ó minha senhora, olhe que isto não tem não tem produtos nenhuns, não tem químicos nenhuns. - Ai, mas não *pre/* é feio mas assim assado. *Diz* assim: - Ai é assim? Então vamos lá ver agora. • • Pronto, injetou injetou a hortaliça.

13H2B

Outros verbos de locução dão conta da cronologia da interação discursiva, como *responder*, *perguntar*, *mandar* ou da estruturação temática, como *vir à baila* ou *virar-se*, que dão conta de uma situação de oralidade coloquial:

- (32) • • Olha, foi um dia que o meu/ um doutor meu se **virou**... Foi num dia em que íamos ao Celta. • • E nós fomos jantar, por acaso, e ele **virou-se**: • • - Ei, • • tu tens cara de Mini.

49M1C

(2) Verbos de pensamento

Esta categoria surge com frequência associada a narradores oniscientes, no DR em texto literário. Nas interações orais do quotidiano, é a característica já assinalada de autocitação que justifica a ocorrência de verbos como *pensar*:

- (33) Porque eu fazia as coisas • • e *pensava* “Ei! Que cena estou a fazer isto.”

49M1C

- (34) E eu pus-me a *pensar* assim: • • - eu quero realmente o bem-estar dele, mas também não quero que ninguém morra. • • •

79M4A

(3) Verbos copulativos

Uma última categoria a assinalar é constituída pelo verbo copulativo *ser*, em estruturas do tipo: *E é assim o mais novo*; *a minha falecida mãe era*. A frequência das ocorrências permite considerar que este é um verbo característico deste género de interação verbal:

- (35) • • ((hesitação)) É a nossa pronúncia. Eles *é* logo: - Ai *é* do Norte. ((risos)) ((tosse))

70M3B

- (36) Tenho que ir dar uma voltinha, mal diga: ((hesitação)) - Vamos dar uma voltinha? Ela *é* logo: - Vamos avó, vamos avó.

70M3B

- (37) •• A diretora é: - Ó dona Marília, venha comer alguma coisinha. •• - Dona Manuela, eu já comi na minha casa.

82M4B

(4) Verbos cotextualmente introdutórios de discurso

A atenção aos elementos situacionais torna explícitas dimensões proxémicas, de movimentação dos interlocutores; mimogestuais, como a direção do olhar ou ainda outros factos desencadeadores da enunciação, de que destacamos: *a gente chegava lá e;*; *os pais recebiam os contrafês;*; *E eu chego à beira;*; *E eu fiquei a olhar para ele tipo;*; *e eu vou ver;*; entre outros:

- (38) Havia um lavrador à nossa beira, a gente *chegava* lá e: - Olhe, •• dê-nos pêras.
•• - Ai, não dou. - Olhe que elas vão-lhe cair ao chão.

12H2A

- (39) Ao fim, a minha mãe *acorda* assim: - Ó Filipe, porque é que estás a berrar?
O meu pai também se chama Filipe

01H1B

4.5. Verbos introdutórios do discurso e tempos verbais

Ocorrendo em narrativas experienciais, os relatos em discurso direto têm como tempos verbais preferenciais os tempos do passado, o pretérito imperfeito no relato de situações iterativas ou durativas, e o pretérito perfeito com valor episódico ou singulativo:

- (40) Eu lembro-me que estava nas aulas e *ouvira*: - Bom dia doutor xis. •• E eu não preciso saber o nome do gajo

17H2C

- (41) E a minha avó *perguntava*: - Ó Álvaro, o que é que estás a ver e não sei quê. ••

46M1B

- (42) e o meu pai ((hesitação)) *disse*: - Olha, a avó tem um cãozinho.

49M1C

No entanto o uso de formas de presente do indicativo é também frequente. Ocorre com diferentes valores temporais, modais e aspetuais/quantitativos:

a) valores iterativos:

- (43) [...] há momentos que eu digo que não vou, mas *há outros momentos* que eu *penso*: - Não. •• Vou acabar com isto de vez.

16H2C

- (44) • • É o que eu *digo* à minha mãe, *quando (ouvir) a minha mãe a queixar-se*, •
• a única coisa que eu *digo* é tipo: • • - Esquece.

07H1D

- (45) Ai, *digo, eu digo, eu digo muitas vezes*: • • - Põe-me um bocado de travão nesta rapariga ou põe-me um travão neste rapaz. - Vai-te dar que fazer! • •

73M3C

b) valores episódicos:

- (46) • • E então ((risos)) eu contei-lhe, *digo* assim: • • - Olhe, eu aborreceu-me, porque eu tinha muitos pretendentes.

85M4C

- (47) *eu disse-lhe* logo: - Olha, eu nisso me meto. Não me meto, porque isso não são assuntos que os pais se deve meter.

25H3B

c) valores hipotéticos:

- (48) [...] • • E então a minha mãe disse: - Ó senhor comissário, agradecia se ele não tivesse pai nem mãe. • • *Como quem diz*: - Se não tivesse pai nem mãe, agradecia que fosse para esse colégio, mas enquanto tiver pai e mãe ...

13H2B

O presente do indicativo cria um efeito de dramatização. São “histórias” em que o locutor se envolve, muitas vezes emocionalmente. A forma verbal de presente atualiza o relato, “finge” uma sobreposição da situação relatada relativamente ao momento da enunciação.

Por outro lado, é de assinalar a alternância de tempos verbais no mesmo relato dialogado:

- (49) e o meu pai chegou a casa e *disse* assim: - Ó Aninhas, • • para a minha mãe, • • será que os nossos filhos agora com a adolescência • • estão a perder a confiança nos pais? • • *Diz* assim a minha mãe: - Mas porquê? • • E *diz* assim o meu pai: - Olhe, • • disseram-me isto assim assim. • • *Disse*: - O quê? • • Um namorado? ((risos)) • • Ela ficou muito séria, claro. • • E *diz* assim: • • - Oh, quem é que te disse isso?

88M4D

- (50) • • E depois eu fui reclamar à/ lá • • ((hesitação)) à junta/ ((hesitação)) à câmara e na câmara *disseram*: - Ah... Uma de/ uma uma das meninas, que é como tudo, • • *disse*: - Ai ((onomatopeia)) ((incompreensível)) fiz a obrigação dele. • • *Diz* assim outra: - Bem, a obrigação dele, não, porque vai... *Digo* assim: - Mas eu tenho visto aqui tanta gente a vir buscar esses papéis e não vejo trazer os doentes às costas.

79M4A

5. Conclusão

A análise do Discurso Relatado em interações verbais orais da fala bracarense tornou evidente o predomínio do DD, e neste modo de relato, a ocorrência do DD dialogado.

A atenção ao discurso atributivo mostrou que este não apresenta a riqueza de pormenores e estruturas que o discurso literário, por exemplo, evidencia, mas destaca-se por estruturas que lhe são próprias e têm de ser (re)conhecidas. É de salientar a ocorrência de estruturas reduzidas, muitas de caráter exclusivamente nominal, verbos privativos da oralidade coloquial ou ainda a relação entre a estrutura dialogal da interação e as características do discurso atributivo, determinadas pela ocorrência em intervenções iniciativas e intervenções reativas.

Os tempos verbais em que ocorrem os verbos introdutores do discurso direto e nomeadamente a variação entre formas do passado e do presente do indicativo são uma questão fundamental que merece ser analisada em profundidade.

É clara a necessidade de, a par dos materiais disponibilizados nas gramáticas e manuais de PLnM, introduzir novos materiais sobre o funcionamento do DR na oralidade.

Mais ainda, a abertura aos géneros do oral apresenta novos desafios para a análise do DR e do ensino do PLnM, que não foram aqui esgotados. Fica, em primeiro lugar, como questão a ter em conta, o aspeto parcelar do estudo, limitado ao falar bracarense.

Referências bibliográficas

- Bakhtine, M. (1977): *Esthétique de la création verbale* (Paris: Gallimard).
- Bechara, E. (1999) [1961]: *Moderna Gramática Portuguesa*, (S. Paulo: Cultrix).
- Brès, J. (2005): “Savoir de quoi on parle : dialogue, dialogal, dialogique ; dialogisme, polyphonie”, em Brès, J. & Haillet, P. & Mellet, S. & Nolke, H. & Rosier, L. (ed.), *Dialogisme et polyphonie, approches linguistiques. Actes du colloque de Cerisy*, 47-62 (Bruxelles: De Boeck-Duculot).
- Briz, A. (2009) : *Español coloquial en la conversación. Esbozo de pragmagramática* (Madrid: Ariel Lingüística).
- Cunha, C. & Cintra, L. L. (1984): *Gramática do português Contemporâneo* (Lisboa: Caminho).

- Duarte, I. M. (2001): “Do saber ao ensinar: em torno dos verbos introdutores de discurso relatado”, em Fonseca, F. I. & Duarte, I. M. & Figueiredo, O. (eds), *A Linguística na formação do professor de Português*, 125-134 (Porto: CLUP).
- Duarte, I. M. (2003): *O Relato de discurso na ficção narrativa: contributos para a análise da construção polifónica de Os Maias de Eça de Queirós* (Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian - Fundação para Ciência e Tecnologia).
- Duarte, I. M. & Carvalho, A. (2013): “Discours rapporté dans l’oral informel: l’imprécision” (poster) 27^e Congrès de Linguistique et Philologie Romanes, Nancy.
- Marques, M. A. (2006): “Debate político e discurso relatado – dimensões de uma ficção”, em *Actas do VII Congrès de Linguística General* CD-ROM (ISBN 84-475-2086-8) (Barcelona: Universidade de Barcelona).
- Marques, M. A. (2014): “Como é que uma voz tão crítica dos políticos resolve ir parar à política?: Ler os políticos na mediatização jornalística”, em Momesso, M. R. *et al.* (org.), *Das práticas do ler e escrever: ao universo das linguagens, códigos e tecnologias* (Porto Alegre: CirKula).
- Marques, M. A. & Ribeiro, A. (2011) : “‘Dire’ ou ‘bruire’: les introducteurs de discours rapporté dans *Aventuras de João Sem Medo*”, em Jaubert, A. & López Muñoz, J. M. & Marnette, S. & Rosier, L. & Stolz, C. (dirs.), *Citations I. Citer à travers les formes intersémiotiques de la citation*, 79-94 (Paris: L’Harmattan).
- Morais, A. (2011): “A Simulação do Oral na Oralidade”, em *Textos Seleccionados, XXVI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, 433-445 (Lisboa: APL).
- Munõz, J. M. (1994-1995) “Pour une typologie des verbes introducteurs de Discours Indirect”, *Estudios de lengua y Literatura francesas* 8-9, 149-167.
- Neves, M. H. Moura (1999): *Gramática de usos do Português* (São Paulo, Unesp).
- Parpette, Ch. (1997) : “Le Discours Oral: des représentations à la réalité”, em *Actes du colloque Les linguistiques appliquées et les sciences du langage* 14-15, 126-134 (Strasbourg : Université de Strasbourg).
- Prak-Derrington, E. (2004) : “La fausse simplicité du discours direct. Propriétés de la parole alternée dans le dialogue romanesque”, *Cahiers d’études germaniques* 2004, 19-32. Disponível em: <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00425291v2/document>. Consultado em 12. 01. 2014.
- Prince, G. (1978) : “Le discours attributif et le récit”, *Poétique* 35, 305-313.
- Rosier, L. (2008) : *Le discours rapporté en français* (Paris : Ophrys).
- Schank, R. C. (1990): *Tell Me a Story: Narrative and Intelligence* (Evanston, Illinois: Northwestern University Press.).
- Vincent, D. & Brès, J. (2001): “Présentation : pratiques du récit oral”, *Revue québécoise de linguistique* 29,1, 7-10.

Manuais consultados:

- Antunes, F.& Cleto, A. & Matos, M. I. (1994): *Português Mais* (Lisboa: Livros Oriente).
- Oliveira, C. & Coelho, L. (2007a) *Gramática Aplicada*. Português Língua Estrangeira (Níveis inicial e elementar A1, A2 e B1) Coordenação: Prof. Doutor Malaca Casteleiro (Lisboa: Texto Editores).
- Oliveira, C. & Coelho, L. (2007b): *Gramática Aplicada*. Português Língua Estrangeira (Níveis intermédio e avançado B2 e C1). Coordenação: Prof. Doutor Malaca Casteleiro (Lisboa: Texto Editores).
- Oliveira, C. & Coelho, L. (2007c): *Aprender Português*. Nível B2. Coordenação: Prof. Doutor Malaca Casteleiro (Lisboa: Texto Editores).
- Rosa, L. (2008): *Vamos lá continuar !* Explicações e exercícios de Gramática e Vocabulário (edição revista) (Lisboa-Porto: Lidel).

Revista GALEGa
de filoloxía

monogRAFía 10

**Novas perspectivas
linguísticas**

**no espaço
galego-português**

*Maria Aldina Marques
Xosé Manuel Sánchez Rei
(editores)*

Achegamento ás implicacións sintácticas da escrita electrónica en lingua galega

Estefanía Mosquera Castro
Universidade da Coruña
Grupo ILLA
e.mosquera@udc.es

1. A Lingüística da Internet e o discurso electrónico

As investigacións sobre a Internet e o contexto electrónico xa non representan necesariamente unha novidade, dado que tal e como os coñecemos levan máis de trinta anos existindo. E se ben que en moitos ámbitos aínda é moi común que reciba o nome de *nova* tecnoloxía, o certo é que xa fai parte da nosa ecoloxía comunicacional e na actualidade goza dun importante protagonismo (Gómez & Galindo 2005). O novo espazo dixital tivo un desenvolvemento en moitos niveis e a grande escala e a súa utilización tornouse tan complexa que resulta difícil pensarmos nel tan só como un medio ou como unha tecnoloxía. E de entre todas as tendencias que teñen lugar nesta esfera, cobra grande relevancia do punto de vista comunicativo e lingüístico a Comunicación Mediada, relacionada co modo en que as persoas interaxen unhas coas outras a través dos soportes electrónicos e dunha serie de conexións e protocolos. Así as cousas, o discurso electrónico sería, pois, a comunicación producida cando as persoas se interrelacionan por medio de mensaxes transmitidas en formato dixital. Para Herring (2001) o seu estudo constitúe unha especialización dentro do marco da Comunicación Mediada “distinguished by its focus on language and language use in computer networked environments, and by its use of methods of discourse analysis to address that focus”.

Por tanto, de repararmos no potencial comunicativo do medio dixital, a análise lingüística deste fenómeno vira imprescindible; a maioría dos usos actuais da comunicación mediada está baseada no texto, que se materializa en diversas modalidades discursivas (SMS, redes sociais, mensaxaría instantánea etc.) que, por súa vez, manifestan certas particularidades lingüísticas para se adaptaren aos condicionamentos técnicos do soporte e ás novas necesidades comunicativas. A Internet e a telefonía móbil propiciaron a aparición de medios de comunicación alternativos e máis rápidos que provocaron múltiples innovacións en materia de lingua e, neste sentido, foise tornando gradualmente evidente que no contexto

electrónico estaba a se manifestar algo máis do que unha nova variedade estilística da linguaxe. A necesidade de abordarmos desde unha focaxe filolóxico-gramatical este fenómeno deu orixe a unha nova esfera de reflexión, a Lingüística de Internet, que estuda os novos modos de interacción que se producen no contorno dixital e as súas propiedades lingüísticas (Crystal 2011: 2). Cómpre sinalarmos, con todo, que aínda a día de hoxe non existe un acordo xeral sobre a súa denominación, do mesmo modo que tamén non contamos cun termo consensuado para referenciar a variedade de lingua que se manifesta neste contexto e que no presente traballo denominamos “escrita electrónica”¹.

2. A simplificación e a expresión na escrita electrónica en lingua galega

E embora sexan múltiples e moi variadas as formas en que as persoas podemos interaxir no soporte electrónico, existen diversos factores que afectan todas elas en maior ou menor medida e que determinarán unha modalidade lingüística particular que, en liñas xerais, está presente en todas elas, desde as máis tradicionais como as mensaxes de texto até os recentes sistemas de mensaxaría instantánea como *Galegram*. No referente ao espazo, as interaccións electrónicas configúranse como unha comunicación *in absentia*, onde as persoas participantes no intercambio non partillan un lugar de enunciación común, mais encóntranse distanciadas no espazo. Esta ausencia dos interlocutores ten como consecuencia a falta de elementos non verbais prototípicos da comunicación presencial, como a entoación ou os xestos. No relativo ao seu desenvolvemento cronolóxico, cómpre indicarmos que existen dúas modalidades, a sincrónica e a asincrónica, se ben que as recentes tipoloxías electrónicas integran ambas as posibilidades de interacción difuminando as fronteiras entre unha e outra. A construción dun diálogo interactivo textual quase-simultáneo² permite desenvolver unha situación de copresenza no espazo virtual que sitúa estes intercambios comunicativos próximos temporalmente da conversa oral presencial,

1 Crystal (2006: 19) dá conta das causas e das orixes desta multiplicidade de termos: “the term ‘Netspeak’ is an alternative to ‘Netlish’, ‘Weblish’, ‘Internet language’, ‘cyberspeak’, ‘electronic discourse’, ‘electronic language’, ‘interactive written discourse’, ‘computer-mediated communication’ (CMC), and other more cumbersome locutions. Each term has a different implication: ‘Netlish’, for example, is plainly derived from ‘English’, and is of decreasing usefulness as the Net becomes more multilingual (p. 229); ‘electronic discourse’ emphasizes the interactive and dialogue elements; ‘CMC’ focuses on the medium itself”

2 Convén repararmos en que na comunicación mediada a interacción nunca é completamente simultánea, xa que vira imposible salvarmos o espazo temporal que media entre o momento de envío e o de recepción. Outrosí, na comunicación virtual o soporte é a pantalla e nela todos os elementos comunicativos teñen de aparecer de modo linear, á diferenza da conversa presencial en que podemos transmitir diversos estímulos a un tempo: palabras, xestos etc. (Yus 2001: 123-124).

aínda que a clave interactiva e o vehículo principal de identidade se basea no texto que as persoas usuarias escriben desde os seus dispositivos electrónicos (Álvarez Martínez 2008: 114).

Son estas características comúns a todas as modalidades textuais do soporte dixital as que modelaron a lingua presente no discurso electrónico, unha variedade en alza e imbuída dun espírito forte e creativo. Conforme sinalamos en Sánchez Rei & Mosquera Castro (2013:193), as persoas están continuamente a procurar mecanismos e estratexias para captaren a natureza do mundo electrónico e para superaren as limitacións comunicativas que presenta a tecnoloxía. Sobre esta cuestión, Fiormonte (2003: 114) indica que, por tanto, é a lingua a que ten de se adaptar aos novos espazos por que transita. Así, por unha parte, a necesidade de aproximar as interaccións da conversa presencial e as particulares características técnicas da pantalla –que condiciona a lectura impedindo visualizar longos fragmentos de texto como unha unidade– ou da aplicación –que nalgún caso presenta limitacións espaciais³– implica que o modo de interacción se caracterice por producións discursivas máis breves e directas, en contraposición á maior extensión e elaboración dos medios escritos tradicionais. Por outra parte, a ausencia de información paralingüística conduciu a que, ao tempo que deseñaban estratexias de simplificación, as persoas usuarias desenvolvesen ao máximo a súa creatividade lingüística, de forma que puidesen compensar as limitacións de tipo contextual. E ao se tratar dunha comunicación estritamente gráfica, os únicos recursos expresivos con que contan para interaxiren son os caracteres do teclado. Sobre este particular, Vela Delfa (2005: 74) salienta que o aspecto físico dos signos gráficos non perdeu interese, mais antes ben todo o contrario, pois o soporte dixital ofrece unha grande cantidade de recursos tipográficos que permitiron desenvolver toda unha variedade de convencións para expresaren a información paralingüística, como a utilización de maiúsculas nos casos en que se pretende elevar o ton.

Nos textos que se producen cando nos comunicamos a través dos sistemas de interacción electrónica podemos observar unha ampla gama de rexistros da lingua galega escrita: desde os textos máis formais, escritos segundo a normativa ortográfica e morfolóxica vixente, até aqueles textos de natureza informal en que se desenvolveron certas licenzas lingüísticas coas finalidades anteriormente mencionadas. Mais en calquera caso, a tendencia que se observa en liñas xerais é que

3 A respecto das restricións espaciais é necesario salientarmos o xénero das mensaxes de texto, cuxa extensión máxima permitida é de 160 caracteres e a rede social *Twitter*, que tan só permite mensaxes de 140 caracteres. En ambos os casos, estas limitacións provocaron o aparecemento de determinadas propiedades lingüísticas, en moitos casos partilladas. Véxase Mosquera Castro (2012) e Tascón & Abad (2011), respectivamente.

fronte ao prescriptivismo tradicional que privilexia a escrita sobre a fala e a formalidade sobre a espontaneidade, as novas necesidades comunicativas provocaron unha certa relaxación a respecto da lingua estándar non só por motivos funcionais, mais tamén expresivos. E independentemente dos condicionamentos que operen en cada caso –restricións técnicas do soporte, circunstancias en que se establece a comunicación etc.–, o certo é que as implicacións lingüísticas do soporte electrónico afectan todas as áreas da descrición gramatical, isto é, non só os aspectos lexicais ou os pragmáticos, mais tamén os morfosintácticos e sobre todo os ortotipográficos (Sánchez Rei & Mosquera Castro 2013: 195).

3. A escrita electrónica e a sintaxe

Unha panorámica xeral sobre un corpus de textos procedentes de interaccións electrónicas (mensaxes de texto, chats ou redes sociais) permite observar que, na liña do sinalado polos antecitados autores, a esfera en que se detectan maiores alteracións lingüísticas é sen lugar a dúbidas a ortográfica e a fonética: elisión de vogais, uso de números e símbolos con valor fonolóxico, puntuación expresiva, estiramentos gráficos etc⁴. Non obstante, a compoñente morfosintáctica non fica allea á dita transformación e tamén para este ámbito se desenvolveron diversas estratexias lingüísticas que poden ser adscritas aos principios de simplificación e expresión sinalados en 2. En concreto, cómpre salientarmos as implicacións sintácticas desta variedade gráfica, en que son frecuentes os enunciados truncados ou incompletos e a sintaxe elíptica. Quere dicir, a sintaxe manifesta unha grande fragmentación e resulta pouco elaborada, nuns casos como estratexia para manter o turno de fala e noutros para as persoas usuarias se adaptaren ao ritmo da conversa, sobre todo se interaxiren con máis dunha persoa.

Neste sentido, e seguíndomos Gómez Torrego (2001), as producións lingüísticas son breves, a subordinación é escasa, as cláusulas aparecen con frecuencia desprovistas de conectores ou no caso de se empregaren estes son exclusivos da lingua oral, de forma que os modelos sintácticos documentados son máis característicos de rexistros coloquiais, máis propios da conversa face a face. Con todo, é a súa natureza gráfica a que vira posíbel acharmos certas estruturas que non poderíamos documentar na oralidade, caso da sintaxe telegráfica. Para esta aproximación contamos cun corpus lingüístico que consta de 800 mensaxes de texto e que, ocasionalmente, será confrontado cun corpus, aínda en construción, de mensaxes procedentes dos sistemas de mensaxaría actuais para verificar o mantemento das estratexias analizadas nas

4 De acordo con Crystal (2011: 67), o nivel grafolóxico e o lexical son aqueles en que resulta máis doado introducir innovacións e desviacións, de aí que sexan estes os contextos onde as diferenzas da linguaxe electrónica fican máis patentes.

tipoloxías textuais electrónicas máis recentes. Para as diferenciarmos, utilizaremos a numeración árabe para a citación das primeiras e reservaremos a romana para exemplificarmos coas segundas.

3.1. Fonética sintáctica

Un medio de comunicación que se caracteriza fundamentalmente polo emprego de mecanismos de redución lingüística encontrará nas crases e nas contraccións máis un modo de condensar as mensaxes. De acordo con Otemuyiwa (2011: 65) “this affords texters opportunity to maximize texting advantage over calls to its fullest by contracting all that needs to be said into a single SMS so it could be sent once”. Neste sentido, as elisions vocálicas tan características dos xéneros electrónicos nin sempre se xustifican por dedución contextual como xa indicamos en Mosquera Castro (2012), mais tamén existen casos –menores do punto de vista cuantitativo– en que se suprimen debido ao contacto vocálico entre dúas ou máis palabras, equiparábeis aos fenómenos de fonética sintáctica que se producen nunha conversa coloquial na modalidade oral. Sobre este particular, Freixeiro Mato (2006, I: 113) afirma que existe unha tendencia xeral no sistema lingüístico galego ao enxordecemento ou ao enfraquecemento das vogais átonas finais, o que acaba por provocar a súa elisión cando a seguinte palabra tamén comeza por vogal. Trátase, pois, da realización fonética propia da lingua falada –que como norma manifesta preferencia pola elisión– que, nalgúns casos, se traslada tamén á escrita, sobre todo nestes medios en que a oralidade é tan valorizada⁵. O antecitado autor documenta este fenómeno xa desde a época medieval, o que evidencia non só a súa rendibilidade, mais tamén a súa antigüidade, en contraposición a outras estratexias máis innovadoras da escrita electrónica.

Así pois, veremos como o usuariado galego aproveita as características morfosintácticas da súa lingua para mitigar no posíbel ás limitacións comunicativas do novo soporte, trasladando unha estratexia propia da modalidade oral para a escrita. De feito, nas mensaxes electrónicas manexadas documentamos diversas clases de contraccións, de igual forma que diversos graos de simplificación. Algunhas delas adscribíense máis estritamente á esfera morfolóxica, caso das elisións vocálicas que provocan crase no interior dunha única palabra. Neste punto son moi frecuentes aquelas que envolven determinadas preposicións, como acontece con *para* que aparece baixo a forma *pra*⁶

5 Di tamén Freixeiro Mato (2006, I: 194): “Os fenómenos de fonética sintáctica producidos por encontro de dúas vogais, unha final de palabra e outra inicial da seguinte, na cadea falada, que se dan en todas as linguas, son especialmente significativos no galego pola súa secular condición de lingua oral, até hai pouco tempo non regulado por leis da escrita”.

6 Non resulta inusual a súa aparición, xa que para alén da rendibilidade da que goza na oralidade, até non hai moito a forma *pra* estaba recollida xunto con *para* na lista de preposicións do galego. Véxase ILG (1980: 51).

–por enxordecemento da vogal átona–, a variante *pa* –con certeza debido á influencia do español– ou a forma sintética *p* –onde tan só se conserva o elemento consonántico inicial. Vexamos algúns exemplos:

- 1) **Pra** min tb es increíble e spero q nos vaia xenial xuntos. Tesm aki **pra** o q necesites! Es o + imxtant da miña vida! Qtm8 kari. Xps. Boteite m8 d-! Stou dsxando vrt
- 2) Boas noits fea! Q tal o día? Eu + ou -! Kmpreivs lcpioy d dnts **pa** q tñads na miña ksa. XDD nktrom lpouk mal! Spro q sts bn! Qtm8m8m8m8 pk! Q dskanss
- I) Saio agora pa coruña
- 3) Ola...estas aí???? Si keres mandoche 5 euros **p** cntstar!!!!

Con todo, o realmente interesante desde a perspectiva sintáctica non son as crases que afectan o marco da palabra, mais aquelas que se producen entre as diversas unidades gramaticais. Nesta liña, a preposición *para* tamén presenta na escrita electrónica unha forte tendencia para contraer cando vai seguida por un determinante, nomeadamente na súa forma en masculino (Freixeiro Mato 2006, I: 202). Por esta razón, achamos casos de crases con calquera das anteriores solucións. Eis varias mensaxes en que as anteditas formas contraen co artigo, tamén en feminino:

- 4) Grazs! Xa vou vey a pa clbracions subidits d ton! XD a vr se vou x ai **pra** semna q ven!
- 5) S a flicidad s pdse rgalm eu farío sn vgar xq son flz vndot disfrutr. Flz Ndl e 365 ilusions **pro** 2011!!!
- II) Vou **pa** cama...estallar a cabeza
- 6) Ola!!!! o cmple cmbiamlo **po** domingo 12... nn m daba conta k o sabado trabayo...ok!!!!

Os exemplos en que contrae co artigo feminino son moito menores, na medida en que esta solución coincide coa adoptada para representar a preposición. Por tanto, o máis frecuente é que nestes casos non se produzan contraccións, como acontece no seguinte exemplo: *Grazas pelexa! Kncretams para a semna! XD* (49). Razóns similares son as que motivan o pouco uso da solución *pro* para o encontro entre a preposición e o artigo masculino, dado que tamén constitúe a forma en que se representa a conxunción adversativa *pero*; será, na nosa opinión, este duplo condicionamento o que explique en parte o predominio asoballador das formas *pa* e *po* sobre *pra* e *pro* para este tipo de crases, cando menos nas mensaxes de texto, onde aparecen nun 76,7% dos casos. Esta tendencia cara á simplificación da escrita electrónica podería levarnos á conclusión de que no tocante á preposición *a* seguida do determinante masculino, a opción preferencial será aquela en que se produce a crase. Porén, ambos os corpus ilustran a hipótese contraria, de forma que a maioría das persoas usuarias prefere o emprego da forma completa *ao*. Esta situación pode

estar motivada pola recomendación que figura na última revisión das normas e que establece esta como a forma recomendábel na escrita –non na oralidade– e tamén pola necesidade de a desambiguar a través dun acento gráfico, recurso lingüístico ausente na maioría das interaccións electrónicas, inclusive naquelas en que as mensaxes se escriben na lingua estándar. A seguir vemos algún caso de manutención da forma sen crase:

- III) **ao** odontólogo
- 7) Era as 5.30! As 5.30 en laurence west! Qdamos xusto **ao** baixar do mtro no andn! Vmonos
- 8) **Ao** final nn qdei cn marina oxe pro vou ir as 6.30 ao cort ingles como vexas!

No entanto, algunhas das mensaxes de texto si que se aproveitan das vantaxes espaciais que se derivan da forma reducida e mesmo documentamos exemplos en que alternan as dúas solucións:

- 9) Ola. Xamaxesm? E q levo unha semana moi dura d curro e staba durmindo. Cara a noite estarei na casa, se eso xamot **o** fixo q m sae gratis. Bks
- 10) Chiki, spero q ests mllor... Nn m gusta vrt asi! eu nn tño nada d sono... votams lpartidiña **o** trivial? jejeje! mañan voum arreptntir disto... boas noits! durm bn! bks!
- 11) spero k m conozas spero k m km8 sempre **o** teu lao sempre **ao** meu caron. moitos bks cn paixon spero k xe guste

Para alén das contraccións entre as preposicións *para* e *a* cos artigos, achamos moitas mostras en que a relaxación do vocalismo átono provoca crases entre varios elementos lexicais. Esta serie de contraccións aparece por analoxía con aqueles casos en que as elisións vocálicas pasaron a ser sistemáticas, caso de *dalgunha*, *neste* ou *coa*. De acordo con Freixeiro Mato (2006, I: 195), tal fenómeno non se marca graficamente no modelo actual de lingua escrita, se ben que nas transcricións de textos orais se utiliza o apóstrofo para rexistrar a elisión. Na escrita electrónica este sinal gráfico goza de escasa produtividade debido á dificultade de accedermos a el no teclado dos terminais móbeis e, por tanto, a maioría dos casos de crase adoita aparecer redixida sen ningún tipo de indicación ou espazo⁷. Neste punto, documentamos exemplos en que as ditas contraccións gráficas están formadas pola fusión de varios elementos gramaticais ou ben casos en que a crase se produce pola converxencia de palabras gramaticais e palabras lexicais, sendo estes últimos os máis numerosos:

7 Nestes casos a supresión de espazos non pode ser explicada unicamente como un recurso de simplificación –tamén frecuente nos contextos electrónicos–, mais debe ser xustificada con base nos fenómenos de fonética sintáctica que, como xa se puido observar, tamén operan nesta modalidade comunicativa (Morala 2001).

- 12) Tou n1 stio q nn cñezo. Sbes x nde se sae **daqi**?
- 13) Ola son maria deíxeixe 1 pm n face pro rsumindo q podo qdar hoxe xla tard pq nn qdei ata a noit q che parc qdar as 6 **onda** a fnac?
- 14) Oes q falei coa sñora e me dixo que era myor qdar as 5 n st laurence west dam n toq se stas **dacordo**
- 15) Moits grazs ricura! E+ x faclo atopndot ml! Qdou moi bn envlto! No coxe nn via **patras**! Nn o recrdab tn grnd! Tiveno q subir xa pa casa! Damsllo mña xla mña! Bks! Qtm8!
- 16) Bs dias princesa! Km tas? Parc q o dia pinta soleado, asiq (s m ska a roupa) pdms ir ao knrcto. alex dixo **dir** ao roxa, pdms ir dspois nn? Vou facr algo.. xadiras!
- 17) Tou mpaxadisima! a partr **dagora** vou facr peqnas catas da cmida q m ofrezas! a miña bedroom cheira a 1 mistura ntr pintura e dtrxnt (xa tño cortinas!!!!). Boas noits!

En moitos casos os fenómenos que pretenden dotar de expresividade e, consecuentemente, de maior oralidade os textos electrónicos entran en contradición coa necesidade de economía, como os estiramentos gráficos ou a puntuación expresiva (véxase Mosquera Castro 2012). Non obstante, os fenómenos de fonética sintáctica poñen de relevo a confluencia de ambas as finalidades: por unha parte favorecen un achegamento á modalidade oral ao tempo que permiten aforrar tempo e espazo, o que os converte nun mecanismo rendíbel nuns sistemas de interacción condicionados tanto do punto de vista tecnolóxico como pragmático.

3.2. Simplificación da sintaxe

Será precisamente a inmediatez comunicativa que prima neste tipo de soportes o condicionamento que máis afectou a sintaxe, onde se detecta —como xa se intúe en 3.1— unha preferencia pola redución da complexidade sintáctica e unha propensión ao uso de enunciados simples. De acordo con Vela Delfa (2005: 667), observamos que a escrita electrónica das mensaxes do corpus presenta unha organización sintáctica moi particular en que se supedita a corrección a outros obxectivos, cal a transmisión de información e a expresividade. Pensemos que a redución do tempo de transmisión, de lectura e de escrita das mensaxes xunto coas limitacións no número de caracteres —no caso de as haber— condicionan en certo modo a sintaxe dos textos e provocan unha preferencia polas SMS de tamaño reducido —sempre que for posíbel. Trátase de textos concisos en que prevalece o desexo de transmitir información sobre calquera outra finalidade de natureza formal, o que explica, igualmente, a ausencia de marcas de cortesía e das categorías de abertura e encerramento en moitos dos exemplos de escrita electrónica. As seguintes mensaxes configúranse como claros exemplos de brevidade:

- IV) socioloxía entón?
- V) stou
- VI) oki
- 18) Paréceme ben! ;)
- 19) Carta no buzón
- 20) Parabéns no teu día. Bks

Porén, as restricións na complexidade sintáctica das mensaxes electrónicas non están condicionadas só polas características do programa que as xestiona, mais tamén por outros factores, entre os cales convén salientarmos a modalidade de interacción en que se integrar a mensaxe. Noutras palabras, as condicións en que se enmarcar a enunciación tamén determinarán a estrutura sintáctica escollida. Nesta liña, nos textos electrónicos que seguen esquemas de interacción continua as dimensións do texto serán máis reducidas, dado que o intercambio nestes casos adoita organizarse arredor de unidades temáticas –e consecuentemente tamén sintácticas– simples que se van completando coas seguintes intervencións. Neste sentido, os novos sistemas de mensaxaría instantánea revelan unha tendencia máis acusada cara a este tipo de esquemas interactivos, embora tamén aparezan nas mensaxes de texto tradicionais:

Interacción 1

- VII) Ola! Nos xa estamos
- VIII) Estamos saíndo
- IX) Oki
- X) Imos andando
- XI) Valep

Interacción 2

- 21) Mlir ás 11.30?
- 22) ok!

Como podemos observar, as anteriores intervencións son moi curtas e en xeral non se chega a esgotar –para o caso das mensaxes de texto– a limitación de caracteres por SMS. Non obstante, a fragmentación do discurso ao longo de varias intervencións é, como xa indicamos e a concordarmos con Álvarez Martínez (2008), máis propia de sistemas de comunicación simultáneos como a mensaxaría instantánea ou os chats, en tanto que estratexia para narrar un suceso longo e conseguir manter a posesión do turno de intervención. Para as mensaxes de texto a alternativa máis habitual a este mecanismo adoita ser a condensación de numerosas cláusulas independentes, fundamentalmente simples ou compostas en que se dá conta de forma sintética de diversas cuestións relacionadas co universo das persoas interlocutoras:

- 23) Hi baby! Nvieich mail! Falei kn ela xo nn sobr iso! Kdms oxo! Knd m vs visitr? I miss u! Maña dou klass! Jeje! Bks fea

- 24) Boas noits pk! Km stas? Q tal o dia? Eu akbo d chgar e vou dirkta pa kma. Stou morta! Vaia smaniña! Weno, flams maña!Bks
- 25) Nn psa nda! Eu tivn l dia kmpltito! En ferrol ben! Stivemos mirando mobles! jeje! Pois falamos maña

A natureza interaccional deste tipo de sistemas de comunicación favorece un maior predominio das cláusulas interrogativas, pois adoitan ser o medio de continuidade dos intercambios⁸. E embora aínda non teñamos datos estatísticos para o corpus da mensaxaría instantánea, o 26,3% das SMS presentan cando menos un enunciado deste tipo, se ben que o tratamento de varios tópicos conversacionais nunha mesma mensaxe provoca tamén en moitas ocasións un maior número de cláusulas interrogativas e, neste sentido, sobresaen as mensaxes iniciáticas:

- 26) Ei? km stas? Pasou algo ont? xq xamaxs a alx? Q tal o knerto? Eu creo q stou piyand algo xq m nknto fatal!
- 27) km stas person? Q tal twd? Deux tmpo a velo todo? Maña kdamos ou prefirs dsknsar? Q dsknses! Eu stou molida! Vou mimir

No tocante ao predominio de cláusulas compostas, convén sinalarmos que dentro desta categoría son moi habituais as adversativas con *pero* e as copulativas con *e*, para alén das xustapostas, o que demostra esa tendencia de simplificación sintáctica que estamos a analizar:

XII) Deixochos listo **e** cando chegues enchufas sandwichera

XIII) **pero** quero ver tele

28) Pois teño libre o venres **pero** a partir das 5 ou x ai. **Pero** senn kmpra crema ou algo **e** faino ti!

29) Nn fagas nda! Xa falei kn ela **e** + ou – arrglams, **pero** grazs d tdas formas, Bikos. **E** gardam o scrto. XDD

Galán Rodríguez (2007: 71) constata no conxunto de mensaxes electrónicas que analiza unha tendencia redutora que nalgúns casos é levada ao límite⁹, mais tamén ilustra en ocasións o uso de estruturas sintácticas máis complexas, entre as cales destacan as cláusulas completivas desiderativas con *que*, as causais e as finais. As mensaxes electrónicas manexadas para este traballo non constitúen unha

8 Na opinión de Álvarez Martínez (2008:3 38), o sistema de interacción está moito máis próximo ao dunha conversa oral do que a un intercambio escrito, de modo que as frases son máis ben sintéticas e directas e o contido tende a ser improvisado. E, por esta razón, predomina o esquema interaccional pregunta-resposta.

9 Nas súas palabras, “será inevitable que las frases sean cada vez más breves y se limiten a la expresión de la mera acción o estado y, en consecuencia, se suprimirán las oraciones más complejas” (Galán Rodríguez 2007: 71).

excepción e tamén nelas podemos achar mostras de subordinación. Con todo, mesmo nos enunciados máis elaborados do punto de vista sintáctico podemos observar a primacía da tendencia simplificadora sinalada para os enunciados simples. Así, por exemplo, en *XIV* e *30* as cláusulas adoitan aparecer xustapostas ou coordinadas e en *31* e *32* omítese os nexos subordinados onde a ligazón semántica é evidente e estes poden sobreentenderse:

- XIV) E as zapas servenche? Eu ia coller a L e a tipa dixome q non, q coa tua talla a m sobrada, **pero** xa me parecían moi pequenas
- 30) Nn gro “dsktir” x sms, parcem asurd, s qrs qdams pa falar ou chamamns. **Xo** creo q nn son a unik q fai as kousas mal. **E** stou knsa d skoitir kntinuumnt q sn smpr a mala, q so m prokpo x min **e** q nn m ntro dnad xq nn e crto! Eu qtm **e** si q m imxtas **xo** nn t pdo obrigar a nda, **e** star así nn e sano xa ningl..
- 31) Non pdo {**porque**} tño kousas q facer pa klas!
- 32) Stamos no sminario no 2 andar {**así que**} vn ou lvas

Así as cousas, os modelos sintácticos preferidos polo usuariado das tipoloxías textuais electrónicas son –como puidemos observar– aqueles máis propios da interacción oral. Deste modo, é frecuente acharmos enunciados simples, ás veces truncados e cunha tendencia cara ás estruturas sintácticas menos complexas, isto é, coordinación e xustaposición; non obstante, existen tamén casos en que a sintaxe é máis elaborada, a depender tamén da complexidade temática e dos subtemas que completaren as mensaxes do punto de vista informativo, se ben que non constitúe a norma xeral.

3.3. Escrita telegráfica

Os condicionamentos espaciais e sobre todo os de inmediatez presentes na escrita electrónica non só provocaron unha predilección polas estruturas sintácticas simples e oralizantes como as analizadas en 3.1 e 3.2, mais tamén favoreceron o desenvolvemento doutro tipo de estratexias cuxa finalidade é, igualmente, a condensación da sintaxe; porén, neste caso o usuariado aprovéitase da natureza gráfica do soporte dixital e, por tanto, os mecanismos desta clase afástanse en menor ou maior medida da tendencia oralizante presente noutro tipo de recursos lingüísticos. Así, na liña contraria ao que marcan as regras textuais de cohesión, conexión e coherencia, o usuariado destes medios elimina, en moitos casos, todos aqueles elementos que poden sobreentenderse polo contexto –esencialmente textual: conxuncións e nexos, preposicións e mesmo verbos¹⁰. E, aínda que pareza algo máis propio da necesidade

10 Sobre este particular, Anashia Ong’onda & Maina Matu & Anyango Oloo (2011:4) achan resultados similares no seu corpus: “Variation analysis of SMS discourse shows that there are many possibilities of the syntax of the language to vary. This is especially so in the way the sentence structure is formed. The structural representation of syntactic variant is based on the assumption that variants have an identical underlying structure. Syntactic variations were found in text messages as reflected in the

de aforrar caracteres das SMS, é un fenómeno de grande rendibilidade nos novos sistemas de mensaxaría instantánea, como teremos oportunidade de observarmos. Neste sentido, é moi habitual a elisión de determinadas partículas gramaticais, como acontece cos artigos determinados, elementos de doada recuperación a través do núcleo da frase nominal:

XV) cando quitas [a] moa?

XVI) a que vas [ao] medico?

33) Pois cas prfiro [o] venrs. Asi xa x cont todo cmpltó ao vir d Madri! Dime [a] hora e [o] sitio e xa cncretms! S qrs vou x ti! Bks!!

34) Vou para [a] fnca kn alx. Lvo o meu car asi q se queres kdar dame 1 xamada e xa m volvo! Bikos

Neste punto, cómpre destacarmos como un mecanismo recorrente a súa ausencia cando o substantivo a que acompaña corresponde a un día da semana¹¹ como en 33, ao igual que se detecta no galego popular¹². Eis máis algúns casos presentes no corpus de SMS:

35) Peque! q tl? dieg marxa [o] mercors pa canad. so pod qdar maña a maña, asi q qdams 11.30 no meu prtal pa tmar kfe (tm cn san) podes vir? senn pdms qdar ns knnd digas! Bsit

36) Jaja! Nn t ekivkxs nn!! Esta semana vai sr dficl! O mrkrs vou pa Santiago e vlv [o] sabad. [O] Luns e [o] marts tño kurs Kufie! Grazas x akrdart! Bikos

E un fenómeno similar acontece cando o artigo vai seguido dun determinante posesivo, onde o primeiro elemento pode ser elidido. No modelo de lingua estándar, a frase formada por posesivo e substantivo tende a ir precedida de artigo e a súa supresión só se xustifica en casos onde a identificación é máxima, como nos nomes de parentesco próximos (Freixeiro mato 2006, II: 213). Na escrita electrónica, o usuariado galego aproveita a dita licenza e, en ocasións, amplía os usos deste procedemento, consciente de que se trata dunha característica con que os seus interlocutores están familiarizados. A seguir mostramos algún caso:

following ways: omission of pronouns and auxiliary verbs, omission of objects, omission of articles, omission of *to* infinitive, grammatical agreements, contractions and different word orders. Syntactic variation is systematically influenced by a range of factors such as the technical attributes of the mobile phone and shared background or context of the situation”.

11 Crystal (2008: 51) salienta para o inglés un fenómeno de redución tamén no tocante aos días da semana en que “the day element is regularly omitted from the days of the week (mon, tues, sat) as are the various month endings (jan, feb, dec)”.

12 Sobre este particular, convén citarmos un dos múltiples exemplos contidos nos cancioneros populares: “Moito me tarda **domingo**, / **domingo** moito me tarda; / moito me tarda **domingo** / por ver a Manuel del alma” (CPG, II: 13).

- 37) wapo, dmasiado, biks bn, stou agusto cntigo, pgamos bn, o azl d [os] teus oyos cmbina k miña pl moRna, [os] teus ddos fanm voar, ti s a coca coLa e eu o xeo, dbmos star xunts
- 38) Nas nbes, ti m dexas, cad vez q t mro, crgado d aug. Vexo [os] teus ollos n dstncia q m dex moit trstra. ktm wapa

Na escrita electrónica é habitual utilizar o numeral 1 para representar os artigos indeterminados; no entanto, ás veces estes tamén poden elidirse dado que os procesos inferenciais que operan non exixen un alto custo cognitivo. Esta tendencia á supresión aparece mesmo nas mensaxes de tipo comercial que se reciben a través dalgúns medios electrónicos:

- 39) Estaba na kama! As maletas non xo os biyetes xa os temos! Vale pois ali staremos! A ver se maña fago [unha] visita! Stads?
- 40) Grazas! Nn puxron mh a ningn pro saqi [un] 10
- 41) NCGalicia informa: efectuouse coa sua tarxeta Visa n. **** [unha] retirada de efectivo de 300 EUR.

Para alén dos artigos, outras partículas gramaticais que sofren tamén frecuentes elisións son os elementos de enlace, isto é, as preposicións e dentro delas convén facermos referencia fundamentalmente a tres: *a*, *de* e *en*. Canto á primeira destacan as seguintes mostras:

- XVII) Vou [a] alita e [a] toy rus
- XVIII) jajaja vou agora [ao] medico
- 42) Hi baby! Pois nos x aki, inkumprnd a diet! Xa m sint mal! ☹ sakad m8 fotos e pasadeo bn! Tamos xgand [ao] pokr! Q tal lvads iso d nn dspegarvos? jeje! Biks chorvi

Como vemos, a supresión desta partícula ten lugar en contextos onde a valencia do verbo principal permite a súa recuperación; así, nos exemplos anteriores a rexencia dos verbos *ir* e *xogar* é doadamente deducíbel ao se manifestaren uns determinados complementos e non outros. Por tanto, elidir o elemento de enlace nestes casos constitúe un mecanismo perfectamente rendíbel para os obxectivos da escrita electrónica. Unha situación similar prodúcese para as preposicións *de* e *en*, como se pode observar:

- XIX) Fun comer [á] casa [dos] avos
- XX) hoxe tas [en] amergin?
- XXI) Tou [na] cafeteria q morria d fam
- XXII) [no] Nadal durmo [en] montealto

Mais a pesar de seren as preposicións máis elididas en ambos os corpus, tamén non son as únicas, de forma que podemos documentar igualmente outros elementos de enlace como acontece nas seguintes mensaxes:

- XXIII) Falei [con] mama
 XXIV) vou [para a] titoría e logo [para a] casa
 XXV) tu x dd vas andar? [Por] Filo?

E se ben que se manifestan nunha porcentaxe certamente inferior á dos elementos anteriormente analizados, tamén achamos mensaxes en que se elide un pronome átono e mesmo o núcleo da cláusula, caso dos exemplos que figuran a seguir:

- XXVI) Eu non [quero] bebe
 XXVII) jajajaa! Alegro[me] un montón

En todo o caso, as mensaxes recollidas nesta epígrafe demostran que as elisións non operan, por regra xeral, de forma isolada, mais que habitualmente converxen varias nun mesmo texto, o que en ocasións crea mensaxes máis propias da escrita telegráfica doutras épocas. Os exemplos que documentamos neste sentido varían dun caso para outro, tanto no grao de redución como no texto sobre o que operan. Así, observamos por unha parte, mensaxes en que as elisións afectan tan só unha parte do texto e que, desde a nosa perspectiva, están fundamentalmente motivadas por razóns espaciais, de aí que sexan máis comúns nas SMS:

- 43) Ola! Ktl vai todo? Q tal cris Falch cn ela? Eu n gym. Hox foi outr dia d non parar! **Colexio,cmida tutor.ivan.rosals.gym**. Non sei s baixarei, avísote! N galgo!
 44) **stou kasa. Klqra kousa mbl**. Tño q lr e nn m aptcia ir xa ali. Bks
 45) Q tal d kmpras? Kurraxe m8? Dsknsa l pk anda, q o merecs! **Eu tou pntdeume e logo irei ksa papa!** Muaka baby! Sta smana cofe?

Por outra parte, tamén achamos mensaxes en que a simplificación da sintaxe non pode explicarse por razóns espaciais, dado que se trata de interaccións breves que non exceden as limitacións impostas por algúns dos soportes electrónicos. Neste sentido, xulgamos máis acertado pensar que a escrita telegráfica xorde condicionada pola necesidade dunha comunicación áxil, ao non lle podermos dedicar –polas circunstancias que foren– máis tempo ao intercambio. Como se pode observar nas seguintes mostras, as reducións afectan toda a mensaxe:

- 46) kbp spzo cruñ ;)
 47) Fatura lixo buzón
 48) Q tal vas? Qtm8! No calls!
 XXVIII) clase ata as 3

E será a nova tendencia comunicativa que prima a celeridade e a inmediatez por riba de todo a que xustifique interaccións completas deste tipo en modalidades textuais electrónicas que non presentan limitacións espaciais –como si acontece nas

SMS ou en Twitter– e onde, xa que logo, non esperaríamos achar intercambios tan simplificados como o que segue, tirado de Whatsapp:

Interacción 3

XIX) Gloria sabe xa?

E teu pai?

Q din?

XX) Todos saben xa
contentos

Nesta sección, portanto, puidemos notar que a escrita electrónica presente nos sistemas de interacción dixital se beneficia non só das particularidades morfosintácticas da lingua galega –fundamentalmente oral– mais tamén aproveita as vantaxes que lle ofrecen estes medios en tanto que soportes gráficos; así, o usuariado desenvolve ou adapta, nalgúns casos, estratexias de simplificación que só se conciben nun contorno de comunicación escrito e cuxas implicacións gramaticais son, como observamos, de grande importancia, especialmente na esfera sintáctica.

4. Conclusión

A modalidade lingüística que se utiliza nos medios dixitais, como vimos, manifesta certas similitudes con outras formas de comunicación, mais é esencialmente diferente de todas elas. Non constitúe nin unha conversa escrita nin unha escrita oralizante, senón que aproveita esta natureza híbrida para se comunicar eficazmente a pesar dos condicionamentos –de partida adversos– do soporte en que se emprega. Deste modo, as características técnicas das aplicacións, as limitacións de espazo, o tamaño dos dispositivos electrónicos e, sobre todo, as necesidades do usuariado –que cada vez valoriza máis a rapidez nas comunicacións– serán os principais condicionantes desta revolución gráfica. A nova dinámica interactiva virará, con certeza, a máis relevante na actualidade, pois en moitos casos as carencias técnicas xa foron superadas e, no entanto, as prácticas discursivas que se crearon inicialmente aínda perduran. Así, para moitas das persoas que mudaron das SMS para os novos sistemas de mensaxaría electrónica ou que aínda alternan ambos os medios de interacción esta variedade gráfica é aínda enormemente pragmática.

Neste sentido, ao longo das páxinas que preceden tivemos oportunidade de observarmos que as estratexias lingüísticas de redución con implicacións no ámbito da sintaxe continúan a ser, na maior parte dos casos, rendíbeis nas tipoloxías textuais máis recentes, se ben que, como é obvio, tamén manifestan certas particularidades propias da necesaria adaptación ao novo medio. As perspectivas de futuro e de

sobrevivencia desta modalidade gráfica son difíceis de determinar, sobre todo porque no ámbito tecnolóxico as transformacións son continuas e o que a certa altura nos parece unha innovación acaba por ficar obsoleto nuns anos ou inclusive nuns meses, o que do punto de vista lingüístico supón un desafío constante. En calquera caso, os mecanismos lingüísticos analizados como as crases e as contraccións, os recursos de simplificación sintáctica ou a tendencia cara á escrita telegráfica son tamén máis unha proba de que os principios de simplificación e de expresión constitúen aínda as máximas comunicativas das tipoloxías textuais electrónicas. Será necesario continuarmos a investigar as recentes modalidades discursivas para determinarmos se existen novas implicacións lingüísticas, mais no momento actual a escrita electrónica segue a gozar de boa saúde, sexa cal for o sistema de comunicación en que esta é vehiculada.

Referencias bibliográficas

- Álvarez Martínez, S. (2008): *Interacciones sincrónicas escritas en línea y aprendizaje del español: caracterización, perspectivas y limitaciones*. Tese de doutoramento. Universidade de Lleida. Dispoñíbel en http://www.galanet.eu/publication/fichiers/Alvarez2008_tesis.pdf. Consultado en 30.12.2014.
- Anashia Ong'onda, N. / Maina Matu, P. / Anyango Oloo, P. (2011): "Syntactic Aspects in Text Messaging". *World Journal of English Language*, 1 (1). Dispoñíbel en www.sciedu.ca/journal/index.php/wjel/.../83. Consultado en 22.12.2014.
- CPG = Pérez Ballesteros, J. (ed.) (1979) [reproducción facsimilada da edición de 1885-1986]: *Cancionero popular gallego y en particular de la provincia de la Coruña por José Pérez Ballesteros. Con un prólogo del ilustre mitógrafo portugués Théophile Braga*. 3 vols (Madrid: Akal).
- Crystal, D. (2006): *Language and the Internet* (Cambridge & New York: Cambridge University Press).
- Crystal, D. (2008). *Txtng: The Gr8 Db8* (Oxford: Oxford University Press).
- Crystal, D. (2011): *Internet Linguistics: a student guide* (Abingdon & Oxon & New York: Routledge).
- Fiormonte, D. (2003): *Scrittura e filologia nell'era digitale* (Milano: Bollati Boringhieri Editore).
- Freixeiro Mato, X. R. (2006) [1998, 2000, 1999, 2002]: *Gramática da lingua galega*. Vol. I. *Fonética e Fonoloxía*. Vol. II *Morfosintaxe*. Vol. III *Semántica*. Vol. IV *Gramática do texto* (Vigo: A Nosa Terra).
- Galán Rodríguez, C. (2007): "Cncta kn nstrs: los SMS universitarios (Conecta con nosotros: los SMS universitarios)", *Estudios de Juventud* 78, 63-73.

- Gómez, E. & Galindo, A. (2005): “Los estudios de comunicación mediada por computadora: una revisión y algunos apuntes”. *Razón y Palabra*, 44. Dispoñíbel en <http://www.razonypalabra.org.mx/anteriores/n44/gomergalindo.html>. Consultado en 17.12.2014.
- Gómez Torrego, L. (2001): “La Gramática en Internet”. *II Congreso Internacional de la Lengua Española. Nuevas fronteras del español: Lengua y escritura en Internet*. Dispoñíbel en http://congresosdelalengua.es/valladolid/ponencias/nuevas_fronteras_del_espanol/4_lengua_y_escritura/gomez_l.htm. Consultado en 14.02.2014.
- Herring, S. C. (2001): “Computer-Mediated Discourse”. Tannen, D. & Schiffrin, D. & Hamilton, H. (eds.): *Handbook of Discourse Analysis*, 612-634 (Oxford: Blackwell).
- ILG [Instituto da Lingua Galega] (1980): *Bases prá unificación das normas lingüísticas do galego* (Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela).
- Morala, J. R. (2001): “Entre arrobas, eñes y emoticones”. *II Congreso Internacional de la Lengua Española. Nuevas fronteras del español: Lengua y escritura en Internet*. Dispoñíbel en http://congresosdelalengua.es/valladolid/ponencias/nuevas_fronteras_del_espanol/4_lengua_y_escritura/morala_j.htm. Consultado en 14.02.2013.
- Mosquera Castro, E. (2012): “Novos retos da Lingüística: as textualidades electrónicas. Consideracións sobre a escrita dos chats e das SMS”, *LLJournal*, 7 (1).
- Otemuyiwa, A. (2011): “The emergence of New Linguistic Features in SMS Text Messages among University Undergraduate Students in South/western Nigeria”. *International Journal of African Studies* 4, 61-69.
- Sánchez Rei, X. M. & Mosquera Castro, E. (2013): “Os factores socioculturais e tecnolóxicos como explicación para a variación lingüística: algunhas fenomenoloxías para o caso do galego”, *Revista de Linguas y Literaturas Catalana, Gallega y Vasca* XVIII, 179-205.
- Tascón, M. / Abad, M. (2011): *Twittergrafía. El arte de la nueva escritura* (Madrid: Catarata).
- Yus, F. (2001): *Ciberpragmática* (Barcelona: Ariel).

Anexos

1. Mensaxes de texto citadas

- 1) Pra min tb es increíble e spero q nos vaia xenial xuntos. Tesm aki pra o q necesites! Es o + imxtant da miña vida! Qtm8 kari. Xps. Boteite m8 d-! Stou dsxando vrt
- 2) Boas noits fea! Q tal o día? Eu + ou -! Kmpreivs lcpioy d dnts pa q tñads na miña ksa. XDD nkntrm lpouk mal! Spro q sts bn! Qtm8m8m8m8 pk! Q dskanss
- 3) Ola...estas ai???? Si keres mandoche 5 euros p cntstar!!!!
- 4) Grazs! Xa vou vey a pa clbracions subidits d ton! XD a vr se vou x ai pra semna q ven!
- 5) S a flicidad s pdse rgalr eu fario sn vgar xq son flz vndot disfrutr. Flz Ndl e 365 ilusions pro 2011!!!
- 6) Ola!!!! o cmple cmbiamlo po domingo 12... nn m daba conta k o sabado trabayo...ok!!!!
- 7) Era as 5.30! As 5.30 en laurence west! Qdamos xusto ao baixar do mtro no andn! Vmonos
- 8) Ao final nn qdei cn marina oxe pro vou ir as 6.30 ao cort ingles como vexas!
- 9) Ola. Xamaxesm? E q levo unha semana moi dura d curro e staba durmindo. Cara a noite estarei na casa, se eso xamot o fixo q m sae gratis. Bks
- 10) Chiki, spero q ests mllor...Nn m gusta vrt asi! eu nn tño nada d sono...votams lpartidiña o trivial? jejeje! mañan voum arreptnr disto...boas noits! durm bn! bks!
- 11) spero k m conozas spero k m km8 sempre o teu lao sempre ao meu caron. moitos bks cn paixon spero k xe guste
- 12) Tou n1 stio q nn cñezo. Sbes x nde se sae daqi?
- 13) Ola son maria deíxeixe 1 pm n face pro rsumindo q podo qdar hoxe xla tard pq nn qdei ata a noit q che parc qdar as 6 onda a fnac?
- 14) Oes q falei coa sñora e me dixo que era myor qdar as 5 n st laurence west dam n toq se stas dacordo
- 15) Moits grazs ricura! E+ x faclo atopndot ml! Qdou moi bn envlto! No coxe nn via patras! Nn o recrdab tn grnd! Tiveno q subir xa pa casa! Damsllo mña xla mña! Bks! Qtm8!
- 16) Bs dias princesa! Km tas? Parc q o dia pinta soleado, asiq (s m ska a roupa) pdms ir ao knrto. alex dixo dir ao roxa, pdms ir dspois nn? Vou facr algo.. xadiras!

- 17) Tou mpaxadisima! a partr dagora vou facr peqnas catas da cmida q m ofrezas!
a miña bedroom cheira a l mistura ntr pintura e dtrxnt (xa tño cortinas!!!!).
Boas noits!
- 18) Paréceme ben! ;)
- 19) Carta no buzón
- 20) Parabens no teu día. Bks
- 21) Mllr ás 11.30?
- 22) ok!
- 23) Hi baby! Nvieich mail! Falei kn ela xo nn sobr iso! Kdms oxo! Knd m vs
visitr? I miss u! Maña dou klass! Jeje! Bks fea
- 24) Boas noits pk! Km stas? Q tal o día? Eu akbo d chgar e vou dirkta pa kma.
Stou morta! Vaia smaniña! Weno, flams maña!Bks
- 25) Nn psa nda! Eu tivn l día kmpltito! En ferrol ben! Stivemos mirando mobles!
jeje! Pois falamos maña
- 26) Ei? km stas? Pasou algo ont? xq xamaxe a alx? Q tal o knrcto? Eu creo q stou
piyand algo xq m nknto fatal!
- 27) km stas person? Q tal twd? Deux tmpo a velo todo? Maña kdamos ou prefirs
dsknsar? Q dsknses! Eu stou molida! Vou mimir
- 28) Pois teño libre o venres pero a partir das 5 ou x aí. Pero senn kmpra crema ou
algo e faino ti!
- 29) Nn fagas nda! Xa falei kn ela e + ou – arrglams, pero grazs d tdas formas,
Bikos. E gardam o scrto. XDD
- 30) Nn qro “dsktir” x sms, parecm asurd, s qrs qdams pa falar ou chamamns. Xo
creo q nn son a unik q fai as kousas mal. E stou knsa d skoitar kntinuamnt q
sn smpr a mala, q so m prokpo x min e q nn m ntro dnad xq nn e crto! Eu qtm
e si q m imxtas xo nn t pdo obrigar a nda, e star asi nn e sano xa ningl..
- 31) Non pdo tño kousas q facer pa klas!
- 32) Stamos no sminario no 2 andar vn ou lvas
- 33) Pois cas prfiro venrs. Asi xa x cont todo cmplto ao vir d Madri! Dime hora e
sitio e xa cncretms! S qrs vou x ti! Bks!!
- 34) Vou para fnca kn alx. Lvo o meu car asi q se queres kdar dame 1 xamada e xa
m volvo! Bikos
- 35) Peque! q tl? dieg marxa mercors pa canad. so pod qdar maña a maña, asiq
qdams 11.30 no meu prtal pa tmar kfe (tm cn san) podes vir? senn pdms qdar
ns knnd digas! Bsit
- 36) Jaja! Nn t ekivkxs nn!! Esta semana vai sr dficl! O mrkrs vou pa Santiago e
vlv sabad. Luns e marts tño kurs Kufie! Grazas x akrdart! Bikos

- 37) wapo, dmasiado, biks bn, stou agusto cntigo, pgamos bn, o azl d teus oyos cmbina k miña pl moRna, teus ddos fanm voar, ti s a coca coLa e eu o xeo, dbmos star xunts
- 38) Nas nbes, ti m dexas, cad vez q t mro, crgado d aug. Vexo teus ollos n dstncia q m dex moit trstra. ktm wapa
- 39) Estaba na kama! As maletas non xo os biyetes xa os temos! Vale pois ali staremos! A ver se maña fago visita! Stads?
- 40) Grazas! Nn puxron mh a ningn pro saqi 10
- 41) NCGalicia informa: efectuose coa sua tarxeta Visa n. **** retirada de efectivo de 300 EUR.
- 42) Hi baby! Pois nos x aki, inkumprnd a diet! Xa m sint mal! ☹ sakad m8 fotos e pasadeo bn! Tamos xgand pokr! Q tal lvads iso d nn dspegarvos? jeje! Biks chorvi
- 43) Ola! Ktl vai todo? Q tal cris Falch cn ela? Eu n gym. Hox foi outr dia d non parar! Colexio,cmida tutor.ivan.rosals.gym. Non sei s baixarei, avisote! N galgo!
- 44) stou kasa. Klqra kousa mbl. Tño q lr e nn m aptcia ir xa ali. Bks
- 45) Q tal d kmpras? Kurraxe m8? Dsknsa l pk anda, q o merecs! Eu tou pntdeume e logo irei ksa papa! Muaka baby! Sta smana cofe?
- 46) kbp spzo cruñ ;)
- 47) Fatura lixo buzon
- 48) Q tal vas? Qtm8! No calls!
- 49) Grazas pelexa! Kncretams para a semna! XD

2. Mensaxes instantáneas citadas

- I) Saio agora pa coruña
- II) Vou pa cama...estallar a cabeza
- III) ao odontólogo
- IV) socioloxía entón?
- V) stou
- VI) oki
- VII) Ola! Nos xa estamos
- VIII) Estamos saindo
- IX) Oki
- X) Imos andando
- XI) Valep

- XII) Deixochos listo e cando chegues enchufas sandwichera
XIII) pero quero ver tele
XIV) E as zapas servenche? Eu ia coller a L e a tipa dixome q non, q coa tua talla a m sobrada, pero xa me parecían moi pequenas
XV) cando quitas moa?
XVI) a que vas medico?
XVII) Vou alita e toy rus
XVIII) jajaja vou agora medico
XIX) Fun comer casa avos
XX) hoxe tas amergin?
XXI) Tou cafeteria q morria d fam
XXII) Nadal durmo montealto
XXIII) Falei mama
XXIV) vou titoría e logo casa
XXV) tu x dd vas andar? Filo?
XXVI) Eu non bebe
XXVII) jajajaa! Alegro un montón
XVIII) clase ata as 3
XIX) Gloria sabe xa?
E teu pai?
Q din?
XX) Todos saben xa
contentos

Revista GALEGa
de filoloxía

monogRAFía 10

**Novas perspectivas
linguísticas**

**no espaço
galego-português**

*Maria Aldina Marques
Xosé Manuel Sánchez Rei
(editores)*

Hiperestrutura em textos mediáticos de divulgação científica para crianças

Rui Ramos

CIEC – Universidade do Minho

Maria Aldina Marques

CEHUM – Universidade do Minho

Isabel Margarida Duarte

CLUP – Universidade do Porto

1. Âmbito científico, objetivos e *corpus*

O presente artigo analisa aspetos da estrutura e do funcionamento de textos de divulgação científica mediática destinados a crianças¹, publicados em duas revistas generalistas visando este público, em Portugal.

O campo científico de trabalho é o das Ciências da Linguagem, no quadro teórico-metodológico da Análise do Discurso. Especificamente, a pesquisa encontra as suas bases fundamentais nos estudos de Charaudeau (2006, 2008, 2008a) e de Moirand (1992, 1997, 1999, 2006) sobre a divulgação científica nos media, nas propostas de Adam (1997, 2011) / Adam & Lugrin (2000) e Lugrin (2001) sobre a estrutura ou composição dos textos e nos estudos de Giering (2008a, 2008b, 2009, 2010, 2012), Souza & Giering (2008, 2009), Souza (2013) e Jacobi (2005) sobre a divulgação científica mediática destinada a crianças.

No caso presente, o da divulgação científica operada através da imprensa periódica e destinada a este público concreto, o “contrato de comunicação” (Charaudeau 2008a) estabelecido apresenta características peculiares. Entre outros aspetos, o enunciador ativa um conjunto de estratégias verbais e iconográficas para informar e explicar (fazer-saber e fazer-compreender), mas também para captar e manter a atenção do leitor (Giering & Souza 2013).

A análise aqui apresentada centra-se sobre a interação entre vários destes aspetos verbais e iconográficos: a composição global do texto e do paratexto (hiperestrutura)

1 Em rigor, no conceito de criança incluímos, neste texto, crianças e adolescentes, sensivelmente entre os 8 e os 12 anos. Por razões de economia e simplicidade, referir-nos-emos sempre a “crianças”, mantendo em mente este grupo etário.

(Adam & Lugrin 2000; Lugrin 2001; Moirand 2006; Giering 2008a, 2009, 2012; Souza & Giering 2009; Souza 2013). A opção por uma organização hiperestrutural produz um efeito disruptivo que contrasta fortemente com o modelo organizacional típico, com novas potencialidades ao nível linguístico e visual. Mas nem sempre, nem de forma semelhante nas duas revistas, esta é a opção. As estratégias adotadas exigem análise e descrição, tendo em vista o objetivo final de compreender a estrutura e o funcionamento comunicativo destes textos.

O *corpus* de análise é composto por artigos de divulgação científica publicados nas revistas *Mega Power* (MP) e *Visão Júnior* (VJ), duas revistas generalistas portuguesas destinadas a crianças, ao longo do primeiro trimestre de 2014, nas suas edições 43, 44 e 45 e 116, 117 e 118, respetivamente. Trata-se de um conjunto de 40 artigos que, de alguma forma, incluem uma componente de divulgação científica, considerando sob esta designação não só conhecimentos científicos em várias áreas, das ciências humanas às ciências naturais e às tecnologias, mas também a apresentação de inovações científicas ou práticas. Entre todos, por motivos de funcionalidade, foram selecionados alguns, mais representativos, para serem objeto de análise e descrição mais detalhadas neste artigo.

Como se depreende, as revistas são mensais; apresentam um perfil generalista e alcançam difusão alargada no panorama editorial português. Note-se que não há, em Portugal, revistas especializadas de divulgação científica destinadas a crianças com difusão nacional e historial consistente. Contudo, algumas revistas generalistas contemplam a divulgação científica. De acordo com informações prestadas pelas respetivas redações, os conteúdos de ambas as revistas são sobretudo produzidos localmente, sendo alguns deles comprados no mercado internacional, traduzidos e adaptados. As tiragens mensais, segundo pode ler-se nas respetivas fichas técnicas, foram de 12.000 exemplares no caso da MP e de 24.900 no caso da VJ. A diferença poderá explicar-se, provavelmente, pelo facto de a segunda pertencer a um grupo empresarial de comunicação que também detém outras revistas, um canal de televisão, um jornal semanário e, mais relevante para o caso presente, a revista *Visão*, um semanário informativo de qualidade e grande difusão nacional, e de ser possível explorar sinergias que geram mais vendas, pois a VJ surge como produto associado a esta publicação.

Há que assinalar, igualmente, que, enquanto a VJ é vendida por assinatura ou à unidade, nas bancas, apresentando-se sem mais adereços, a MP é sobretudo vendida nas bancas, oferecendo cada exemplar um brinde (bonecos miniatura, DVD com jogos para computador, etc.), surgindo cada exemplar sobre um cartão com cerca do quádruplo da área da revista, um fundo ilustrado, o brinde e um revestimento de plástico fino que tudo envolve. É razoável concluir que esta variação da apresentação reflete duas estratégias comerciais diferentes, mas também duas linhas editoriais divergentes e mesmo dois estatutos diversos junto do público leitor: a VJ

tendencialmente mais “séria” e ortodoxa, a MP tendencialmente mais inovadora e radical. Esta diferença reflete-se, pelo menos, na composição dos conteúdos, com a MP a apresentar-se com traços de mais expressiva modernidade, com uma conceção mais arrojada e próxima das modernas formas de comunicação eletrônica e virtual familiares aos seus leitores potenciais.

2. O discurso de divulgação científica mediática para crianças

2.1. Segundo Charaudeau (2006), o discurso de divulgação científica, seja destinado a crianças ou a adultos, desenvolve-se num quadro de referências associado a um “contrato de comunicação”. Nesse quadro, há “um conjunto de convenções” (2006: 12) socialmente assumidas e que permitem certas escolhas e a realização de determinados atos linguísticos, enquanto interditam outros.

No que respeita especificamente à divulgação científica destinada a crianças e veiculada pela imprensa escrita, Giering & Souza (2013) referem um objetivo ilocutório dual: o de informar o leitor (fazer-saber e fazer-compreender), para o tornar mais competente, mas também, e necessariamente, o de captar o seu interesse, atraí-lo para a leitura.

2.1.1. Associam-se neste ponto dois objetivos próximos entre si, mas distinguíveis: o de fazer-saber e o de fazer-compreender. Sumariamente, assinala-se que o primeiro pode realizar-se fornecendo informações sobre “o quê”, disponibilizando um saber pela simples transmissão de dados, materializado habitualmente em sequências textuais descritivas e expositivas, enquanto tipicamente o segundo se realiza mostrando “como” ou “porquê”, interferindo de forma mais complexa no conhecimento do leitor acerca de um assunto, materializado habitualmente em sequências textuais explicativas (cf. Adam 2001, Giering 2011).

2.1.2. O objetivo ilocutório de fazer-saber / fazer-compreender, ou tornar o leitor mais competente, constitui uma das três componentes (a “funcional”) que Moirand (1992) aponta como definidoras da didaticidade dos textos. As restantes são:

- a) situacional: que prevê a existência de um quadro de comunicação em que o locutor é detentor de um saber superior ao do seu alocutário e está disponível para o partilhar;
- b) formal: que remete para as marcas linguísticas presentes na superfície textual como definições, exemplificações, explicações, etc., assim como elementos paralinguísticos ou não linguísticos, como mapas, esquemas, ilustrações, etc.

As três dimensões elencadas interseccionam-se nos textos de divulgação científica para crianças presentes nos *media*. Neste quadro de comunicação, o enunciador apresenta-se como absoluto garante da verdade, possuindo um saber estável, definitivo, não problemático, inquestionável, num discurso que *o representa*, o que contrasta com o cenário próprio do saber da investigação, que é assumidamente instável, provisório, problemático, discutível². A este propósito, Giering e Sousa referem que a identidade dos intervenientes na troca comunicativa é “acentuadamente assimétrica” (2013: 208)³. Quer isto dizer que o enunciador se apresenta competente e credível, seja em função de um *ethos* prévio (por exemplo, em função de condições situacionais e do reconhecimento antecipado da mestria do enunciador), seja em função de um *ethos* construído no discurso (por exemplo, resultando de questões formais, como a clareza da explicação, a solidez dos argumentos ou a adequação das exemplificações) (Amossy 2010).

2.1.3. A captação do interesse do leitor é fundamental. A imprensa escrita vive, necessariamente, de uma lógica comercial e, para vender, para ser eficaz na atração do público e na manutenção e do interesse, recorre a múltiplas estratégias verbais e visuais, muitas vezes rompendo a barreira que separa o jornalismo sério da tabloidização dos eventos brutos.

No campo da divulgação científica mediática (não necessariamente para crianças), é comum identificar um conjunto de traços mais ou menos recorrentes caracterizando este tipo de discurso: a simplificação excessiva, a criação de contrastes e de binarização, a conceção de cenários agónicos, a focalização nas conclusões e correspondente depreciação dos procedimentos, o uso frequente da quantificação absoluta descontextualizada, a narrativização, etc. (Ramos 2009, 2011; Ramos & Carvalho 2008). O enunciador dá curso, desta forma, à espetacularização do discurso, ou, recorrendo à formulação de Charaudeau (2008a), apresentada no ponto seguinte, enfatiza a restrição de emocionalidade.

Na divulgação científica para crianças, a imprensa tem em especial consideração os conhecimentos e as experiências de vida delas, com um grau de diferenciação específico face aos equivalentes adultos. Aspectos como a dimensão lúdica, o humor ou a transgressão, por exemplo, ganham relevo e funcionalidade. No que respeita à organização interna dos textos, a interação entre texto verbal e imagem assume um papel fundamental, com contornos próprios, que importa analisar e descrever e que confere aos artigos um perfil marcado (cf.: ponto 2.2).

2 Para além das três dimensões de didaticidade apontadas por Moirand (1992), Brasquet-Loubeyre (1993) assinalará uma quarta, a dimensão “representacional”, correspondente a um saber divulgado e apresentado como estável e definitivo, não sujeito a contestação ou contraditório.

3 Ver também Giering (2012).

2.1.4. Charaudeau (2008a) sistematiza as restrições associadas ao contrato de comunicação que se estabelece pela troca comunicativa de seguinte forma:

- a) restrição de visibilidade, que incide sobre as seleções temáticas da imprensa, levando a que sejam escolhidos temas com reconhecimento e repercussão social;
- b) restrição de legibilidade, que exige simplicidade ao nível discursivo e apoio iconográfico eficaz;
- c) restrição de seriedade, associada a autoridade e à credibilidade de que o enunciador é alvo previamente e/ou que constrói no seu discurso;
- d) restrição de emocionalidade, manifestada nos recursos capazes de emocionar, chocar, surpreender ou, de alguma forma, envolver afetivamente o leitor.

Do conjunto destas restrições resultam as possibilidades temáticas, as escolhas textuais, a composição, o *ethos* do enunciador, os efeitos que os textos materializam. Sobressai daqui a aparente contradição entre cumprir, simultaneamente, as restrições de seriedade e de emocionalidade, informando e captando a atenção (Charaudeau 2008a, Giering & Sousa 2013). O recurso à interação entre texto verbal e imagem poderá resolver, em parte, esta contradição, na medida em que a imagem confere aos textos um grau de credibilidade relativamente sólido, pela expectativa de veracidade ou verosimilhança que lhe estão associadas (nomeadamente, se se tratar de fotografias ou de representações figurativas), ao mesmo tempo que ganha em termos de atrativo visual/estético.

2.2. Na divulgação científica mediática, a relação texto-imagem não se restringe, por norma, a uma mera presença de uma componente visual a ilustrar o que é verbalizado.

É verdade que as ilustrações, que constituem, para Moirand (1992) uma das marcas de didaticidade formal, surgem por vezes na sequência e tradição da ilustração científica, “mostrando” o real, reconstruindo-o pelo desenho e até reforçando a autoridade do enunciador pela criação de uma “retórica da evidência” (Ramos 2009). Mas o que estes artigos oferecem como efetivamente inovador e marcante, e que é o objeto privilegiado da presente análise, é a organização hiperestrutural (Adam & Lugin 2000, Lugin 2001) que adotam.

Esta prevê um leitor capaz de gerir formas de comunicação escriptovisuais próximas das que se realizam em ambiente virtual, como é o caso das crianças que são nativas digitais e frequentam com naturalidade estes espaços – também chamadas “geração Google”, familiarizadas com o tipo de leitura próprio da *internet*, uma leitura descontínua e não linear, tipicamente incidindo sobre textos

curtos e fragmentados e onde cada leitor pode facilmente construir o seu próprio percurso de leitura.

Adam & Lugin (2000) propõem a seguinte definição de hiperestrutura:

l’hyperstructure est un élément de structuration de l’information, intermédiaire et facultatif, situé entre le journal et l’article. Elle trouve son origine dans un processus d’éclatement ou de réunion et est formée d’un regroupement d’articles et d’images graphiquement et thématiquement liés, bornés par la double page. Ce regroupement, qui doit être à l’origine d’un dédoublement symbolique et non seulement indiciel, aboutit à un processus de scénarisation de l’information.

Tipicamente, a hiperestrutura inclui infografias⁴, “uma manifestação sincrética de imagem e verbo” (Souza 2013: 239). Este recurso não é propriamente novo, como assinala Souza (2013): já na antiguidade, fixadas em pedra, couro, cerâmica ou outros materiais, imagens acompanhavam texto – seja em composições textuais destinadas à leitura, seja ilustrando obras de arte, por exemplo. Contudo, a confluência de representações visuais, com ícones, pictogramas, diagramas, gráficos, ilustrações e/ou fotografias e texto verbal ganhou grande relevo na imprensa e, em particular, naturalizou-se com o advento da *internet*.

Pelo uso da hiperestrutura, a entidade enunciativa (a “redação” como entidade coletiva e polifacetada) assume um estatuto ampliado enquanto mediador da informação, acrescentando à função de gerir o fio condutor das ideias dos textos, como acontece no modelo tradicional de escrita, a função de gerir novas formas de focalizar a atenção, de orientar o olhar e de comunicar.

No que respeita à divulgação científica mediática, a hiperestrutura e a infografia dão materialização a uma lógica referida por Dondis (2007, *apud* Souza 2013: 230) em que “ver passou a significar *compreender*” e que pode ser reformulada, alterando a focalização do enunciatário para o enunciativo, como “mostrar é explicar”. De facto, e na sequência do que já foi afirmado para a fotografia, a imagem figurativa, o gráfico ou outras formas visuais de apresentar informação recebem uma dose acrescida de credibilidade, dando a ver “o real” e, aparentemente, ultrapassando a palavra no exercício de mostrar não só “o quê”, mas igualmente “como” e “porquê”.

Nota-se, contudo, que a imagem sem texto que lhe confira sentido nem sempre cumpre cabalmente a missão de explicar. O discurso confere às informações visuais *um* sentido, orientando o leitor na sua interpretação.

4 “Infografia” é o termo mais comum em Portugal; no Brasil, é mais frequente “infográfico”.

3. Evidências do *corpus*

O conjunto de artigos que foi possível recolher permite elaborar três agrupamentos de textos, de acordo com o modelo de interação entre texto verbal e ilustrações.

3.1. O primeiro grupo recebe os artigos em que a imagem se limita a ilustrar o texto, desempenhando o papel de adorno, eventualmente evocação visual e limitado acréscimo informativo, elemento adicional e, portanto, subordinado ao verbo. Estes são igualmente os casos de textos onde a componente de fazer-compreender será mais superficial ou ténue e onde os segmentos expositivos coabitam com segmentos descritivos ou narrativos. As imagens 1 e 2, abaixo, ilustram dois desses casos:



Imagem 1 – MP 43, 18-19

Nesta ocorrência, o título da secção é “10 factos e curiosidades vários” e cada par texto-imagem é acompanhado por algarismos de 1 a 10. Ao mesmo tempo, esse facto sugere uma ordem de leitura, ainda que cada par seja independente dos restantes. As imagens encerram algum poder impactante e cobrem a totalidade da dupla página, numa profusão de cor com capacidade de cumprir as restrições de emocionalidade e de legibilidade (Charaudeau 2008a) e atrair o leitor, mas limitado poder de complementar o texto verbal com informação relevante.

De qualquer modo, conferem alguma credibilidade ao que é afirmado, colaborando no cumprimento da restrição de seriedade (Charaudeau 2008a). Note-se que várias das afirmações configuram estados de coisas extremados, insólitos ou mesmo de duvidosa credibilidade. Por exemplo, o texto 3 faz referência à baixa altitude do solo nas Maldivas e é mostrada uma fotografia aérea de uma das ilhas que compõem este arquipélago, onde é possível verificar que a altitude do ponto mais elevado face ao nível do mar é muito reduzida; da mesma forma, o texto 9 refere a existência de uma galáxia em forma de retângulo, contrariando a habitual forma em espiral, e a imagem confirma a asserção, mostrando o formato em causa e dando materialidade à componente linguística.



Imagem 2 – VJ 116, 10

Neste exemplo apresentado na imagem 2, o artigo em causa tem como título “Arrotos de vaca dão muuuuuuita energia” e dá conta de uma descoberta científica – em particular, dos efeitos práticos de uma experiência, isto é, da possibilidade de captar o metano produzido pela digestão de vacas e de o utilizar como combustível. O artigo apresenta segmentos expositivos, com reformulações de termos menos comuns, dados quantificados e a explicação sumária do que é o metano, qual o seu efeito na atmosfera e quais os benefícios práticos de um possível aproveitamento desse gás.

Como se pode verificar, há alguma exploração da componente visual, pela forma como o quantificador “muita” se encontra grafado, evocando implicitamente a onomatopeia que representa o mugido da vaca. Mas a insólita informação apresentada é, de alguma

forma, confirmada pela não menos insólita fotografia de uma vaca com um depósito sobre o dorso. Também aqui, a imagem colabora no cumprimento das restrições de legibilidade, de emocionalidade e de seriedade, ainda que pareça estabelecer uma relação de submissão face ao texto e se limite, no essencial, a ilustrá-lo.

3.2. O segundo grupo recolhe textos em que os aspetos visuais são determinantes para a construção do todo, mas o texto verbal ainda detém claramente a primazia. O artigo abaixo apresentado (imagens 3) ilustra este caso.

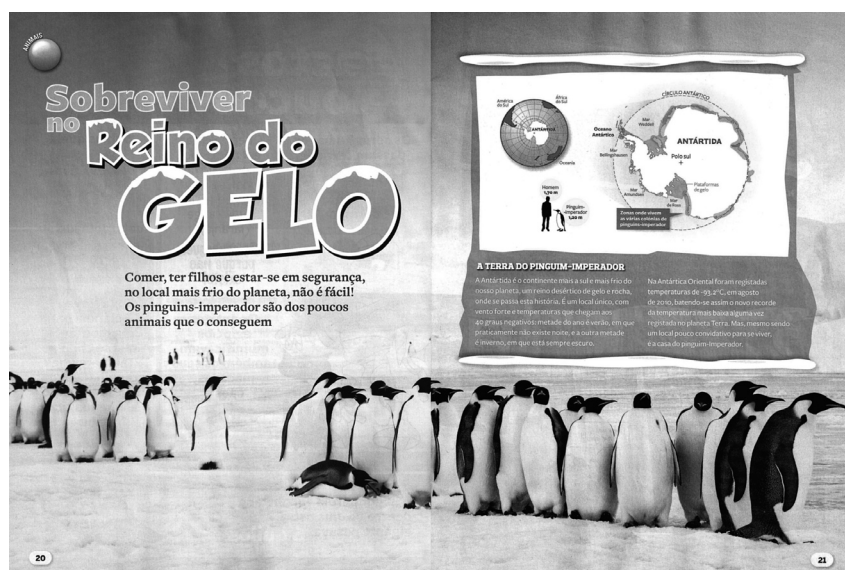


Imagem 3 – VJ 116, 20-21

A imagem 3 apresenta uma dupla página com um artigo que se estende por seis páginas. Neste caso, a informação linguística é relativamente reduzida e encontram-se dados presentes na infografia da página da direita que não seriam passíveis de transmitir com eficácia senão pela imagem – não só a representação geográfica através dos mapas, mas também a relação proporcional de tamanho entre um humano e um pinguim, que fica bem mais evidente se for mostrada por uma forma visual do que se se limitar à informação linguística (restrição de legibilidade).

Os mapas, tipicamente associados a um saber consolidado, e constituindo traços evidentes de didaticidade, conferem ao artigo credibilidade, colaborando na resposta à restrição de seriedade. A desolação da paisagem onde são inseridos os pinguins, ampliada pela larga perspetiva da dupla página, é coerente com o cenário extremo

desenhado pelo título do artigo, “Sobreviver no reino do gelo”, e pelo segmento inicial do texto, que insiste nas difíceis condições de vida “no local mais frio do planeta” e onde poucos animais conseguem viver – o que constitui mais um elemento de extremação. A opção pelo verbo “sobreviver”, em detrimento de um eventual “viver”, é, desde o início do artigo, um indicador de expectativas, modalizando o discurso e colaborando na construção dos estados de coisas espetaculares. Naturalmente, esta espetacularização, assente sobre o insólito e o extremado, estará ao serviço da restrição de emocionalidade, constituindo um atrativo à leitura, em particular dos jovens leitores a quem a publicação se dirige.

Acresce que o tom azul que impera na dupla página, sendo esta uma cor fria, é facilmente associado ao cenário e à temática, colaborando igualmente na coerência global.

3.3. O terceiro grupo de textos é constituído por aqueles em que há um efetivo sincretismo entre aspetos verbais e componente visual. Nestes casos, a imagem, ao contrário de ser um simples adorno ou um facilitador da leitura, acaba mesmo por ser um complexificador, portador de informação essencial e exigindo mesmo habilidades de leitura específicas em ordem à integral compreensão da mensagem.

A imagem 4 apresenta uma banda desenhada (BD). Por definição, este é um modelo textual onde texto verbal e imagem interagem fortemente. O que aqui é relevante é que a restrição de emocionalidade está fortemente envolvida neste modo de apresentar conceitos científicos, visto ser comum o atrativo da BD junto do público previsto.

Além disso, a presente BD estabelece um jogo interdiscursivo com a saga “Guerra das Estrelas”, através do epíteto “padawan”, na segunda vinheta, dirigido ao interlocutor da formiga-mestre, e que significa “discípulo”. Este é um termo acessível a leitores familiarizados com aquela saga e manifesta o quadro conceptual em que o produtor insere o artigo: não se trata de divulgação científica tradicional, não se trata de um discurso didático típico e muito menos de algo que, ainda remotamente, evoque o contexto escolar; trata-se de



Imagem 4 – MP 45, 40

divertimento, de fruição, assim como os filmes (e jogos, miniaturas, construções Lego, etc.) da “Guerra das Estrelas”.

Acresce o fator humor que marca esta BD, pelo cômico de caráter associado à formiga que pretende ocupar o lugar do seu mestre, fator que confirma a dimensão lúdica referida.

Finalmente, sublinhe-se a última vinheta da BD, composta por uma imagem semelhante a uma carta de jogar, apresentando simultaneamente traços de ficha taxonômica, à semelhança do discurso científico, e traços de jogo, com atribuição de determinado número de pontos.

A conjugação destes fatores confere a esta composição uma forte atratividade e a ficha taxonômica cumpre a restrição de seriedade. Além disso, a restrição de legibilidade é cumprida de forma muito eficaz, tornando o conceito a ser divulgado perfeitamente acessível ao público. A restrição de visibilidade, que incide sobre as escolhas pertinentes para o público, é contemplada pelo *frame* construído, facilmente incorporado pelas crianças através da evocação da experiência pessoal: é comum que as crianças sejam vistas (inclusivamente pelas próprias) como seguidoras ou discípulas de alguém (pais, professores...) e não é estranho que se idealizem no papel do seu mestre. Este é o quadro onde se introduz um segmento de conhecimento acerca da larva da formiga-leão.



Imagem 5 – MP 43, 32-33

A imagem 5 mostra um texto fortemente atomizado, impossível de entender se eventualmente fosse apresentado sem as imagens. Neste caso, a interação entre a componente verbal e a icónica é constitutiva do artigo. Trata-se de um típico modelo de organização hipertextual, com efetivo sincretismo verbo-imagem. Não há necessariamente uma ordem de leitura e cada segmento, ainda que se integra num todo, conserva algum grau de independência.

No caso presente, o título do artigo assume em pleno o seu papel catafórico, na medida em que faz uma pergunta e esta é respondida no corpo do artigo, o maior segmento de texto. Mas cada um dos restantes textos, ou segmentos de texto, independentes entre si, complementam a explicação disponibilizada naquele, estando fortemente associados a uma parte da ilustração. Tal associação é explicitada pela presença de setas, elementos icónicos de orientação da interpretação.

Cada um destes breves textos é formado por um lexema ou uma lexia composta (“cílios”, “vasos sanguíneos”, “células calciformes”, etc.), sobre uma banda amarela, e uma sequência textual, abaixo desse lexema ou lexia, em cor diferente. Esta organização assemelha-se à que se encontra em dicionários ou enciclopédias: uma entrada e a respetiva glosa. De facto, as “entradas” correspondem a termos técnicos e a “glosa” à sua explicação. Trata-se, então, de operações de reformulação, com valor explicativo – configurando, desta forma, um evidente traço de didaticidade.

A didaticidade está também presente numa outra dimensão: como foi referido, o artigo organiza-se numa sequência elementar pergunta-resposta, num jogo entre título e corpo (segmentado e disperso). Na medida em que se destina a leitores jovens e assume os objetivos pragmáticos de fazer-saber e fazer-compreender, pode interpretar-se como respondendo a uma pergunta que o locutor adivinha, ou supõe, ser potencialmente feita pelo alocutário, num processo que Moirand (1999) designa como dialogismo interacional constitutivo, característico da comunicação didática. A resolução do “vazio cognitivo” que o locutor supõe no seu alocutário é devedora não só da informação verbal, mas também da que é veiculada pelas ilustrações.

Finalmente, sublinhe-se que o tema escolhido se integra no que normalmente é considerado incómodo, desagradável, repulsivo, e não costuma ser objeto de atenção nos discursos “sérios” ou de adultos. Por esse mesmo motivo, torna-se atraente para o olhar infantil, inscrevendo-se numa opção pela genérica abordagem de assuntos transgressores. No *corpus* recolhido, a MP, revista de onde foi retirada a imagem 5, encontra-se o tratamento com formato semelhante, nas edições dos restantes meses, das urtigas e das guitarras elétricas, dois temas que, por motivos diferentes, são enquadráveis na temática da transgressão. E, mais uma vez, o efeito de transgressão não decorre somente da componente verbal, mas as ilustrações também mostram um estado de coisas algo repulsivo.

Cumprem-se, desta forma, pelo sincretismo verbo-imagem, as restrições apontadas por Charaudeau (2008a): a de visibilidade, na medida em que o artigo aborda os fundamentos científicos de uma experiência que todos os indivíduos já tiveram; a de legibilidade, pela eficácia discursiva e iconográfica na transmissão do saber; a de seriedade, pelo caráter científico conferido pelos termos técnicos e sua explicação, assim como pela ilustração; e a de emocionalidade, pela capacidade de envolver a curiosidade do leitor e de o atrair para a leitura.



Imagem 6 – VJ 116, 34-35

A imagem 6 apresenta mais um artigo com estrutura hipertextual e com recurso a infografias. Muito do que foi acima afirmado sobre os exemplos 4 e 5 é válido também neste caso – sincretismo texto-imagem, dupla página, fracionamento e descontinuidade textual, orientação sinóptica conferida por elementos visuais, etc. O que aqui é saliente é o tratamento direto do alocutário, numa modalidade alocutiva de interpelação que recorre à segunda pessoa do singular (“sabias que...”, “recicla...”), traço exclusivo e distintivo de artigos destinados a leitores jovens (também identificável, mas com menor relevo, em outros artigos); a insistência no uso do verbo “saber” em frases interrogativas dirigidas ao leitor; e a dimensão diretiva que acompanha os objetivos ilocutórios de fazer-saber e fazer-compreender. O tratamento direto do alocutário é reforçado pela presença da fotografia de uma criança, no centro da dupla página e segurando na mão várias pilhas, tornada ativa na tarefa de reciclar estas componentes depois de esgotada a sua energia. Mas o efeito perlocutório não é buscado pela simples

imposição, antes pela competencialização do leitor, assumindo que, se um indivíduo souber e compreender que as pilhas constituem resíduos perigosos se derramados no ambiente e, inversamente, matérias-primas úteis se recicladas, só poderá aderir ao posicionamento e à linha de ação do enunciador.

Neste caso, não se explora a ideia de transgressão como estratégia de atratividade, mas cumpre-se a restrição de visibilidade pela óbvia familiaridade com o tema que qualquer criança da “geração Google” tem com estes equipamentos, as de legibilidade e emocionalidade pela clara apresentação que decorre da interação texto-imagem e a de seriedade pela apresentação de um texto coerente, com afirmações adequadamente ilustradas por elementos visuais que orientam a leitura.

4. Conclusões

De forma breve, apontar-se-á, como síntese final, que os artigos analisados recorrem a estratégias genericamente semelhantes para cumprir o contrato de comunicação que estabelecem tacitamente com o leitor, respondendo às restrições de legibilidade, visibilidade, seriedade e emocionalidade (Charaudeau 2008a).

Os textos selecionados são marcados por traços de didaticidade e um deles reside na presença de ilustrações, esquemas, mapas, etc. (Moirand 1992). A opção por uma organização hipertextual e por infogravuras manifesta a presença do alocutário no processo de produção, na medida em que este promove um condicionamento prévio não só dos conteúdos a abordar, mas também dos modos de organização e dos objetivos pragmáticos visados. Considerando que o público tem a característica específica de ser composto por crianças, o produtor da mensagem adequa-a às possibilidades de leitura, aos interesses, às vivências e aos conhecimentos desse público. O facto de nunca serem feitas referências a fontes externas que credibilizem o dito ou o dizer mostra que o locutor se apresenta como dominando o campo, no referido quadro de comunicação assimétrico. Mais uma vez, a presença de imagens assume, entre outros, o papel de credibilizar o dito, “mostrando a verdade” , tornando-a perceptível e portanto, num certo sentido, dispensando outras formas de credibilização do dizer e do dito.

Nesse quadro de comunicação, a competência do produtor que mais visivelmente é posta em jogo ou em causa será a capacidade de captar a atenção do público, usando as estratégias mais eficazes para fazer-saber e fazer-compreender sem perder o leitor no processo, tornando a leitura suficientemente aliciante para que crianças tenham a iniciativa de iniciar e manter o contacto e suficientemente informativa para poderem modificar as suas perceções (Giering 2011), isto é, para fazê-las incorporar conhecimentos. No cumprimento desse objetivo, a utilização de imagens em sintonia com o material verbal é uma estratégia central.

Paralelamente, o recurso à modalidade alocutiva de interpelação, tratando o leitor por “tu” e inserindo imagens de crianças nos artigos, e o uso do Imperativo promovem a interação explícita com o leitor. A criação de *frames* em que se valoriza o saber, a descoberta, a revelação de verdades ocultadas, desconhecidas ou insólitas promove a proximidade com o universo de experiências com o leitor-criança, numa fase da vida em que a descoberta do mundo ocupa lugar central das vivências e anseios.

O recurso à dimensão lúdica, ao humor e à transgressão é outra estratégia fundamental para o sucesso da comunicação. Este efeito é conseguido, ainda e sempre, não só pelo material verbal, mas também pelas imagens e pela interação entre ambos os modos de significar. O recurso ao hipertexto aproxima o discurso de divulgação científica do leitor e fá-lo de forma aprazível, oferecendo à leitura um modo de composição quase orgânico dos nativos digitais, com texto breve, fragmentado, claro, em perfeita simbiose entre verbo e imagem.

Assim, os textos assumem que “mostrar é explicar” e que do sincretismo texto-imagem resulta uma estratégia eficaz de fazer-saber e fazer-compreender.

Referências bibliográficas

- Adam, J.-M. (1997): *Les textes: types et prototypes. Récit, description, argumentation, explication et dialogue* (Paris: Nathan).
- Adam, J.-M. (2011): *A linguística textual*. Introdução à análise textual dos discursos. 2 (São Paulo: Cortez).
- Adam, J.-M. & Lugin, G. (2000): “L’hyperstructure : un mode privilégié de présentation des événements scientifiques? ”. *Les Carnets du Cediscor (en ligne)* 6, 133-149. Disponível em <http://cediscor.revues.org/327>. Consultado em 22.01.2014.
- Amossy, R. (2010) : *La présentation de soi. Ethos et identité verbale* (Paris: Presses Universitaires de France).
- Charaudeau, P. (2006): *Discurso das mídias* (São Paulo: Contexto).
- Charaudeau, P. (2008): *La médiatisation de la science* (Bruxelles: De Boeck).
- Charaudeau, P. (2008a). *Linguagem e discurso: modos de organização* (São Paulo: Contexto).
- Dondis, D. A. (2007): *Sintaxe da linguagem visual* (São Paulo: Martins Fontes).
- Giering, M. E. (2008a): “Gênero de discurso artigo de divulgação científica para crianças: estratégias retóricas e estrutura composicional”, *Investigações* 21 (2), 241-259. Disponível em http://www.revistainvestigacoes.com.br/Volumes/Vol.21.2/Maria_Giering.pdf- Consultado em 12.09.2013.

- Giering, M. E. (2008b): “A divulgação científica midiática para crianças e os fins discursivos”, *Revista do Gel* 5 (1), 181-195. Disponível em http://www.gel.org.br/revistadogel/volumes/5/RG_V5N1_11.pdf. Consultado em 12.09.2013.
- Giering, M. E. (2009): “A organização retórica de artigos de divulgação científica midiática e a organização sequencial do texto”, *Desenredo* 5 (1), 78-99. Disponível em <http://www.upf.br/seer/index.php/rd/article/view/920>. Consultado em 12. 09. 2013.
- Giering, M. E. (2010): “Semiolinguística, enunciação e contrato de comunicação: o caso da notícia de divulgação científica dirigida a crianças”, *Cadernos de pesquisa em Linguística*, 126-137 (Porto Alegre: PUCRS).
- Giering, M. E. (2011): “Explicar temas científicos para crianças: regulações descendentes e ascendentes sobre a macroorganização do texto”, *Revista Diadorim / Revista de Estudos Linguísticos e Literários do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro* 10, 110-124. Disponível em <http://www.revistadiadorim.letras.ufrj.br>. Consultado em 12.09. 2013.
- Giering, M. E. (2012): “Referenciação e hiperestrutura em textos de divulgação científica para crianças”, *Linguagem em (Dis)curso* 12 (3), 683-710. Disponível em http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/1219
- Giering, M. E & Souza, J. A. C. (2013): “Informar e captar: objetos de discurso em artigos de divulgação científica para crianças”, em Cavalcante, M. & Lima, S. (eds.), *Referenciação: teoria e prática*, 205-232 (São Paulo: Cortez).
- Jacobi, D. (2005): *Les sciences communiquées aux enfants* (Grenoble: Presses universitaires de Grenoble).
- Lugrin, G. (2001): “Le mélange des genres dans l’hyperstructure”, em *Annales Littéraires de l’Université de Franche-Comté*, 61-90 (Presses Universitaires de Franche-Comté).
- Moirand, S. (1992): “Autour de la notion de didacticité”, *Les carnets du CEDISCOR* 1 (Un lieu d’inscription de la didacticité. Les catastrophes naturelles dans la presse quotidienne), 9-20 (Paris: Presses de la Sorbonne Nouvelle). Disponível em <http://cediscor.revues.org/600>. Consultado em 09. 10. 2013.
- Moirand, S. (1997): “Formes discursives de la diffusion des savoirs dans les médias”, *Hermès* 21, 33-44. Disponível em http://documents.irevues.inist.fr/bitstream/handle/2042/15040/HERMES_1997_21_33.pdf?sequence=1. Consultado em 09.10.2013.
- Moirand, S. (1999): “Les indices dialogiques de contextualisation dans la presse ordinaire”, *Cahiers de praxématique* 33, 145-184.
- Moirand, S. (2006): “De l’aire de la page a l’hyperstructure et a l’écran: comment lire et analyser la presse quotidienne ordinaire”, *Revista Internacional de Filologia y su Didáctica* 29, 295-320. Disponível em http://cvc.cervantes.es/literatura/cauce/pdf/cauce29/cauce29_14.pdf. Consultado em 09.10.2013.

- Ramos, R. (2009): *O discurso do ambiente na imprensa e na escola. Uma abordagem linguística* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia).
- Ramos, R. (2011): “Contributos para a caracterização da retórica ambiental na imprensa generalista portuguesa”, *Revista Galega de Filoloxia* 12, 155-176. Disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/15320>
- Ramos, R. & Carvalho, A. (2008): “Science as Rhetoric in Media Discourses on Climate Change”, em Dam, L. & Holmgreen, L.-L. & Strunck J. (eds.), *Rhetorical Aspects of Discourses in Present-Day Society*, 223-247 (Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing).
- Souza, J. A. C. (2013): “Texto e discurso no infográfico de Divulgação Científica Disponível em <http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/cld.2013.113.01/3760>. Consultado em 12.09.2013.
- Souza, J. A. C. & Giering, M. E. (2008): “Lendo e escrevendo divulgação científica: fazer-saber e fazer-sentir”, em *Anais do III Simpósio Internacional sobre Análise do Discurso*, v. 1, 1-9 (Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais),
- Souza, J. A. C & Giering, M. E. (2009): “O infográfico: a multimodalidade e a semiolinguística”, *Revista da ANPOLL* 27 (2), 73-98. Disponível em <http://www.anpoll.org.br/revista/index.php/revista/article/viewFile/144/154>. Consultado em 12.09.2013.

Revista GALEGa
de filoloxía

monogRAFía 10

**Novas perspectivas
linguísticas**

**no espaço
galego-português**

*Maria Aldina Marques
Xosé Manuel Sánchez Rei
(editores)*

Os inicios da investigación sobre a variación lingüística no galego*

Xosé Manuel Sánchez Rei

Universidade da Coruña

Grupo ILLA

sanrei@udc.es

1. Introducción

Desde tempos antigos, o fenómeno da variación lingüística, e en particular a xeográfica, foi percibido polo ser humano de diversas formas e, de feito, existen algúns apuntamentos ou comentarios ben anteriores á nosa era. Porén, non será até aos anos finais do século XIX cando, no ambiente xerado arredor do Romantismo, comece a dar os seus primeiros pasos na Europa a reflexión dialectal efectuada cun certo rigor. No tocante á Galiza, os resultados de investigacións lingüísticas levadas a cabo sobre o galego resultan intimamente dependentes do percurso histórico que atravesou o país, tamén no caso do estudo sobre a variación. As primeiras informacións sobre a diversidade lingüística da Galiza remontan aos ilustrados galegos, continúan na segunda metade do século XIX e seguen, ao longo da centuria seguinte, un camiño arrítmico até á súa consolidación definitiva, por volta da década de 70, en que a lingüística galega tamén comeza a contar con relevantes contributos. Comparados, por tanto, co desenvolvemento da dialectoloxía a nivel europeo, os estudos centrados no galego participan dunha demora notoria, cando menos se falamos de cuestións de método, xa que, como sinala Carballo Calero (1981: 122-123, n. 1), a maioría das propostas de clasificación feitas en finais do século XIX e na primeira metade do XX caracterizouse pola falta de rigor. Neste traballo imos centrarnos nun longo período de tempo que parte do século XVIII e que chega até á Guerra Civil do ano 1936, unha época que, como temos dito noutro lugar (Sánchez Rei 2011: 315), se caracteriza por os seus protagonistas elaboraren comentarios ou aproximacións á realidade dialectal normalmente carentes de fiabilidade.

Durante esa primeira etapa da reflexión dialectolóxica sobre o galego, e con contadas excepcións, á falta de preparación dalgunhas das persoas que principian as pesquisas lingüísticas únfaselle unha escaseza de traballos que, como resulta obvio,

* O presente traballo desenvolveuse no marco do proxecto de investigación FFI2012-32801, subsidiado polo “Ministerio de Ciencia y Tecnología” e o “Ministerio de Economía y Competitividad”, a través da “Subdirección General de Proyectos de Investigación”

pouco ou nada coaduxvou a que aqueles fosen garantes dunha mínima veracidade. E esta escasa produción de obras consagradas á análise da lingua galega obriga a termos aquí presentes contributos que non son estritamente de natureza dialectal; así, xunto a informacións dispersas en diversas obras, debemos contar coa irregular información que figura en cancioneiros, gramáticas, obras descritivas, prólogos etc.

2. Os inicios da dialectoloxía galega

Embora se teña constancia dalgúns datos isolados de épocas anteriores¹, o certo é que as variedades dialectais non comezaron a suscitar interese no concerto europeo até aos anos finais do século XVIII, o que debe pórse en relación coa orientación historicista e comparativista dos estudos lingüísticos que posteriormente había dominar as pesquisas científicas neses ámbitos. Xa J. Grimm ou R. K. Rask notaron axiña o valor dos diversos falares rexionais para as súas propias investigacións, mais non deixaron de facer parte dunha minoría, de forma que unha grande cantidade de traballos continuou a ignorar as análises dialectais. Na Galiza, na liña do sinalado máis arriba, é tamén no século XVIII que principian as impresións sobre o fenómeno do variacionismo dialectal, e fano da man de dous ilustrados, como eran o P. Sarmiento e o P. Sobreira: aquel sinalaba que a comprensión entre falantes de Ortegal, Fisterra, A Limia, Ourense etc. non era posíbel, e o padre Sobreira, por súa vez, recoñecendo porén a existencia de unidade idiomática aplicábel a todo o territorio lingüístico galego, participa igualmente da idea dunha división dialectal acusada: “nos diferenciamos de legua a legua, así en el tonillo como en el acento, y en el valor de las letras, y en la propiedad de los vocablos [...]”. Realmente, no nos entendemos muchas veces, aunque todos hablemos en buen gallego” (en Pensado 1974: 210).

A partir de afirmacións como as dos dous eruditos da Ilustración, ao longo do século XIX foi cobrando corpo a idea de que a lingua se achaba moito fragmentada do punto de vista dialectal, como se indica en Freixeiro Mato & Sánchez Rei & Sanmartín Rei (2005: 633), mesmo se afirmando que tal diversidade lingüística podía chegar a impedir a intercomunicación entre habitantes das distintas rexións do país. Unha das primeiras manifestacións sobre este sentimento no século XIX localízase na temperá data de 1810 e figura á guisa de “Advertencia” nas *Proezas de Galicia* de Fernández Neyra, xa que, na opinión do autor, a diversidade na pronuncia e na significación de certos termos en cada unha das sete provincias do “Reyno de Galicia, me ha precisado omitir muchos, que ciertamente no se entenderían, y solo

1 Véxase Pop (1950, II: 783) cando sinala que no “début du XVI^e siècle le mathématicien et hébraïsant allemand SÉBASTIEN MUNSTER (né en 1489, mort en 1552) mentionna quelques mots appartenant aux parlers saxons de Transylvanie afin de mettre en lumière la communauté linguistique existant entre ces parlers et les idiomes allemands appartenant au francisque de Moselle”.

me valí de aquellos mas claros aunque del país, á fin de que con la mayor facilidad puedan todos comprender su lectura” (Fernández Neyra 1984: 4).

Deixándonos de marxe estas impresións, o certo é que corresponde aos ilustrados dezaoitescos principiaren, embora rudimentariamente, os estudos de lingüística galega, mesmo tamén na análise dialectal. Mariño Paz (1996) encarregouse de estudar a información que proporcionan os traballos de Sarmiento e de Sobreira e, ao paso que salienta certas correspondencias e equivalencias xeográficas que fai este último, tamén pondera como tivo Sobreira o acerto de case sinalar cinco áreas dialectais, cada unha nucleada á volta dunha diocese, cal é o caso de Tui, Santiago de Compostela, Mondoñedo e Ourense e unha outra de transición arredor de Ribadavia (Mariño Paz 1996: 80). A información lingüística que fornece Sobreira xa permite perspectivarmos que, cientes de que as isoglosas son inestábeis e de que están suxeitas a diversas alteracións, algúns dos datos que achega resultan ser, con todas as cautelas precisas, bastante veraces se confrontados coa realidade dialectal de hoxe en día. Os dous clérigos case chegaron a intuír aproximativamente a división dunha Galiza bipartida do punto de vista dialectal, unha faixa occidental e unha outra oriental, o que tamén se pode deducir xa desde o cotexamento de determinados textos baixomedievais; en suma, a tal perspectiva resulta en certa medida harmónica coas análises actuais, pois nelas destácase como a noción de verticalidade domina o tracexado das isoglosas galegas. Recóllense a seguir os datos detectados por Sarmiento ou por Sobreira:

1	Resultados dos grupos latinos -ÖRI- e -ÖRI- (<i>vasoura, vasoira, vasuira</i>)
2	Alternancia dos ditongos [aw], [ow], [oj] (<i>outro / autro, poutega / poitega</i>)
3	Resultados de antigas vogais nasais (<i>gando / gado</i>)
4	Labialización de /e/ pretónico
5	Epéntese de [o], [w], [j] ou [β] antihiáticos (<i>a o-auga / a u-auga / a i-auga / a b-auga</i>)
6	Ausencia / presenza de /θ/ en posición explosiva
7	Resultados das terminacións -ANU, -ANA (<i>chan / chao / chau, chan / cha</i>)
8	Resultados da terminación -ENES (<i>bens / bes</i>)
9	Resultados de -ONES (<i>abellóns / abellós / abellois</i>)
10	Resultados de -ONU (<i>bon / bo</i>)
11	Plurais das palabras acabadas en -I (<i>animás / animais / animales</i>)
12	Terminacións -zo / -cio e -za / -cia (<i>andazo / andacio</i>)
13	Terminación -ade (<i>metade / metae / metai / metá</i>)
14	Rotacismo
15	Apócope de -e na terminación en -ense (<i>Ouréns / Ourense</i>)
16	Pronome persoal suxeito masculino de P3 (<i>el / il</i>)
17	Pronomes demostrativos <i>este / iste, ese / ise, aquel / aquil</i>
18	VR para a P2 do imperativo dos verbos da CII que teñen VR /ε/ ou /i/ no presente do indicativo (<i>el b[ʰ]e, b[ʰ]e ti / b[ʰ]e ti</i>)

19	VT para a P3 do pretérito do indicativo da CII e da CIII (-eu / -iu)
20	MNP -n para a P1 dos pretéritos e dos futuros do indicativo e do presente de <i>haber</i> e <i>saber</i> (<i>canté(i)n</i> , <i>cantaré(i)n</i> , <i>he(i)n</i> , <i>se(i)n</i>)
21	MNP -o / -u para P3 do pretérito do indicativo dos verbos da CII e CIII (<i>colleo</i> / <i>colleu</i> , <i>partío</i> / <i>partiu</i>)
22	Pretérito do indicativo de <i>andar</i> (<i>andou</i>)
23	Adverbios de lugar absolutos (<i>aquive</i> , <i>alive</i> , <i>aquí</i> , <i>eiquí</i> etc.)

Figura 1. Fenómenos dialectais rexistrados por Sarmiento ou por Sobreira

Ao longo do século XIX non hai contributos salientábeis en materia dialectolóxica para o galego e, de acordo co exposto en Freixeiro Mato & Sánchez Rei & Sanmartín Rei (2005: 629-635), o máis destacábel é notarmos como, con diferentes vernices, se vai afianzando a idea de que a lingua se achaba notabelmente dialectalizada. Cada un desde un punto de vista singular, Arévalo, Cubí i Soler, Cuveiro Piñol, Lois Vázquez, Martínez Salazar, Pesqueira Crespo, Roque Grilo ou Soto Campos son autores que partillan a idea dunha acusada división lingüística na Galiza², a continuaren así a liña iniciada por Sarmiento e por Sobreira.

Noutros países europeos, como sinala Iordan (1982: 65), xa se contaba desde os inicios desa centuria con algúns traballos esporádicos sobre dialectos populares, aínda que se trata, en xeral, de contributos pouco representativos. Habería, pois, que agardar algún tempo a que chegase, en primeiro lugar, a figura de Graziado Isaia Ascoli (1829-1907)³, que funda en 1873 a revista *Archivio Glottologico Italiano*, publicación destinada, conforme figura no seu primeiro número, a “promuovere l’esplorazione scientifica dei dialetti italiani ancora superstiti”. Como produto dos seus traballos, fica a relevancia do rexistro oral como fonte inicial para a observación lingüística, ben como o recorrente e probado feito de que o estudo das falas populares pode render un grande servizo á lingüística xeral; o volume oitavo desa publicación, correspondente aos anos 1882-1885, contén o artigo “L’Italia dialettal”, que estableceu os principios e os métodos da dialectoloxía italiana que perdurarían durante moito tempo.

En segundo lugar, tamén merece terse en conta o abade Jean Pierre Rousselot (1846-1924), autor do traballo *Les modifications phonétiques du langage étudiées dans le patois d’un famille de Cellefrouin (Charente)*, dada a lume en 1891. Tratouse dunha obra certamente pioneira centrada nun colectivo humano pequeno, un grupo

2 Véxase, a este respecto, Freixeiro Mato & Sánchez Rei & Sanmartín Rei (2005: 629-635), traballo en que se recollen as distintas impresións destes autores sobre a diversidade dialectal do galego na altura.

3 A importancia deste lingüista enténdese ben ás claras con só lermos as palabras de Iordan (1982: 64) cando sinala que só “com Ascoli a dialectologia se torna uma disciplina certamente científica. Numerosos discípulos seus meteram mãos à obra com entusiasmo”.

familiar determinado, no cal puido detectar diferenzas de diversa índole (como certas pronuncias da lateral palatal, presentes na xente idosa mais inexistentes nos membros máis novos da familia). Sobre ese contributo escribe Viaplana (2002: 53) as seguintes observacións:

Es tracta d'una obra excepcional en què s'exhibeixen amb profusió de detalls les diferències que es donen en l'ús lingüístic d'una sola familia en un mateix moment, i sobre la base de paràmetres diferents: edade, sexe, ocupació, etc. Les conclusions que en resulten són al·licionadores: la parla humana és diversa i ho és, fins i tot, dins la comunitat natural més reduïda de les societats occidentals, que és la família.

E, en terceiro lugar, un outro autor que se dedicou á análise dialectal e que resulta digno de nota foi o alemán Georg Wenker (1852-1911), que, influído polas ideas da escola neogramática, como Rousselot, decidiu probar a existencia de variedades e de fronteiras dialectais en 1876. Para esta finalidade, partiu nomeadamente dos aspectos fonéticos da lingua e elaborou un inquérito de 40 cláusulas que foi enviado a persoas instruídas de certas comunidades rurais, aínda que entre 1877 e 1878 realizou máis envíos que deron abranxido todo o país. Os individuos que participaban como informantes tiñan de lle enviar o cuestionario debidamente cuberto coas súas correspondentes pronuncias rexionais, as cales serían os datos que el ía manexar. Após as sucesivas recepcións, Wenker comezou a preparar os mapas dialectais, mais “circunstancias que não importa referir impediram a publicação do projectado atlas” (Jordan 1982: 200), do cal saíu do prelo un único fascículo en 1881: *Sprachatlas von Nord – und Mitteldeutschland, auf Grund von systematisch mit Hilfe der Volksschullehrer gesammelten Material aus circa 30.000 Orten, bearbeitet, entworfen und gezeichnet von Dr. G. Wenker*. Porén, os resultados a que chegou non foron os inicialmente esperados, pois puido constatar que non existen as fronteiras dialectais ríxidas, de forma que, sen o saber, se aproximou da noción dos continuos xeolectais.

Para a situación do noso país, non será até á segunda metade do século XIX cando se ache a primeira tentativa de subdividir as falas galegas de acordo cos trazos lingüísticos particulares de cada rexión. Esa proposta débese a Saco Arce (1868: 231-234), autor que, non contándonos co deficitario traballo de Mirás (1864), tamén inicia a tradición gramatical galega coa súa obra. O clérigo de Toén, que outramente se dedicou á recollida de cantares tradicionais e á composición poética en galego e en español, coidaba que a Galiza, como produto de diversas causas⁴,

4 Afirmaba o autor que a “configuración del territorio galaico, poco favorable á la reciproca comunicación, la diversidad de climas y de ocupaciones, y el carácter harto individual de sus habitantes, bastante propensos al aislamiento y á las rivalidades, han fomentado hasta lo sumo estas diferencias subdialecticas, que por otra parte son inevitables en todo territorio de una regular extensión, mientras no hay literatura y ciencias que fijen el idioma” (Saco Arce 1868: 231).

podía subdividirse en dúas rexións do punto de vista dialectal, isto é, unha parte setentrional ou norteña e unha outra meridional ou sureña. As dúas variedades non lle resultan doadas de seren delimitadas, aínda que sinala que a primeira é falada nunha extensión territorial maior do que a segunda; isto último é o que leva Santamarina (1982: 159) a considerar que os límites entre ambas as variedades debían correr paralelos ás fronteiras cara ao sur das provincias da Coruña e Lugo. Obsérvese, porén, que o propio relixioso é sabedor de que o idioma é “uno é idéntico en lo esencial”, a pesar de ofrecer esas “diferencias locais de no mucha importancia que dan orígen á outros tantos subdialectos”.

Para levar a cabo esa subdivisión, o presbítero ourensán declara que as fontes en que se baseou son as escritas, atendendo “al lugar de nacimiento ó residencia de sus autores” (Saco Arce 1868: 233, n. a). E, nesa declaración da singular metodoloxía, o autor non dubida en afirmar que se outras persoas tivesen a ben comunicaren as particularidades máis importantes do galego sobre as súas variedades sería, como vira lóxico, máis fiábel. Dedúcese de aquí, por tanto, que Saco Arce asume que a súa proposta de clasificación é imprecisa e que, xustamente por este motivo, ficará suxeita a futuras revisións e matizacións, aínda que non por iso deixa de ter en conta certos fenómenos lingüísticos rexionais⁵, tal como se ve a seguir:

	galego setentrional	galego meridional
1	<i>aquí, aí, ali, así</i>	<i>eiquí, ei, elí, esí</i>
2	<i>perdechesh</i>	<i>pirdichesh</i>
3	<i>recebeu</i>	<i>recibiu</i>
4	<i>el, eles</i>	<i>il, iles</i>
5	<i>este, ese, aquel</i>	<i>iste, ise, aquil</i>
6	<i>froito, loito</i>	<i>fruto, luto</i>
7	<i>acó, aló</i>	<i>alá, acá</i>
8	<i>bon, mañán</i>	<i>bo, mañá</i>
9	<i>livián</i>	<i>liviau, liviá</i>
10	<i>chan, man</i>	<i>chao, mau</i>
11	<i>uns, cans, ilusiós</i>	<i>us, cas, ilusiós</i>
12	<i>grasia, naser</i>	<i>gracia, nacer</i>
13	<i>ós homes, ás mulleres, estim 'a, pr 'o compor</i>	<i>aos homes, aas mulleres, estímaa, pra o compor</i>

Figura 2. Fenómenos dialectais sinalados por Saco Arce (1868)

5 A ortografía que figura no traballo de Saco Arce para todas estas formas e tamén a dos fenómenos que consideran outros estudiosos galegos posteriores foi adaptada ás convencións ortográficas presentemente en vigor.

Os 13 fenómenos aparecen agrupados por Saco en catro grupos, a saber: (i) trazos vocálicos, en que a variedade setentrional tendería máis ao uso das vogais abertas, en canto o sureño optaría polas vogais fechadas (casos de 1, 2, 3, 4, 5 e 6); (ii) trazos consonánticos relacionados coas nasais, nos cales o galego norteño mostra certo “gusto por la *n*”, evitada polo galego sureño (fenomenoloxías de 8, 9, 10 e 11); (iii) trazos consonánticos vinculados ao que se chama hoxe *seseo*, isto é, á ausencia do fonema interdental xordo /θ/ ou á súa presenza (caso 12); e (iv) trazos relacionados coa fonética sintáctica (fenómeno 13). Obsérvase que do confronto destes trece supostos saltan á vista varias evidencias: en primeiro lugar, é notábel unha certa descompensación, pois o primeiro e o segundo grupo aglutinan a maior parte dos trazos lingüísticos, ao paso que o terceiro e o cuarto apenas contan cunha única tipoloxía de fenómenos.

E, en segundo lugar, paga a pena salientarmos que o que Saco Arce parece estar a confrontar non son dúas modalidades de galego harmónicas meridianamente, mais o galego da faixa occidental e a lingua da rexión lucu-auriense, isto é, unha variedade nucleada en Santiago de Compostela e unha outra circundante sobre a cidade das Burgas. De feito, conforme se recolle en estudos especializados, estamos diante de fenomenoloxías lingüísticas en xeral verificábeis presentemente: os trazos numerados como 1, 2, 4, 5, 7, 6, 9, 10, 11 e 12, por exemplo, marcan contrastes entre as falas occidentais e unha boa parte das centrais. Outros casos, como os fenómenos recollidos en 3, 6, 8 e 13, resultan algo máis problemáticos de corroborar: a alternancia entre *receber* e *recibir*, que se proxecta mesmo no século XX, corresponde non exactamente a unha diferenza dialectal, mais a unha neutralización na VT operante nalgúns casos cara á segunda conxugación, seguindo así a tradición galego-portuguesa, e noutros cara á terceira; no referente á documentación de *froito* e *loito* face a *fruto* e *luto*, trátase de formas documentábeis tamén na actualidade, en que a segunda parella parece firme candidata a provir dun españolismo; no tocante a *bon* e *mañán* e *bo* e *mañá*, só resulta asumíbel a documentación do segundo elemento de cada par, pois nas zonas en que se detecta *mañán* (e *irmán*, *livián* etc.) non se atesta o resultado *bon*, en canto que nas áreas en que a solución é *mañá* (e *irmao* etc.) o correspondente adxectivo rexistrado é *bon*; e, finalmente, os exemplos de 13 aparecen en xeral de maneira regular por todo o dominio lingüístico galego, de forma que neste caso o máis probábel é que se trate do máis evidente caso de preitesía de Saco a respecto da lingua escrita da altura.

Como queira que sexa, dado o prestixio da súa gramática, a visión que achega o clérigo ourensán foi asumida por parte dalgúns intelectuais e eruditos na altura, embora ás veces con certa sorte de matizacións. É o caso do polígrafo Pérez Ballesteros, que, nos rodapés do seu *Cancionero popular gallego*, dado a lume entre 1885 e 1886, acata con total naturalidade a proposta de Saco: de acordo con este estudioso do folclore galego, unha das diferenzas que contribúen para afastar os “sub-dialectos gallegos es la *n* en lugar de la *u*. El sub-dialecto septentrional dice

hirmán, man, chan, y los plurales en *uns, cans*; mientras que el meridional prefiere decir *hirmau, mau, chau* ó *chao, us, cas* (CPG I, 38, n. 1). Igualmente, no traballo de Joseph Cornu, estudioso que leu con atención o que expuxo o presbítero⁶, lense claras referencias á división dialectal do clérigo de Toén: na tradución do seu orixinal alemán, realizada por Martínez Morás, sinálase que “*Irmá irmás, irmau irmaus, mau maus, bó bós, us, algus, pás, afás, bés, sartés, barós, comus* son del gallego del Sur (Orense)” (Cornu 1906a: 9); “En el Sur de Galicia suena la tercera persona *il (el) ela (ila), elo, dil dela, a il a ela, co il o cu il co ela, nil nela*; en el Norte, *el ela elo, del, co el, nel*” (Cornu 1906b: 28); etc. Vasconcellos (1987: 164), por seu turno, parece ter bebido nas fontes proporcionadas por Saco Arce, cando menos no referente a certas consideracións morfolóxicas: así, nos inicios do século pasado, afirmaba que o “galicien ne se parle pas d’une manière uniforme dans toute son aire géographique: au Nord, on dit *el, este, uns*; au Sud, on dit *il, iste, us*”. Eis, finalmente, máis un exemplo de preitesía filolóxica con Saco Arce: Santiago Gómez (1918: 267-272), que defende unha sorprendente división entre un galego berciano, un bracarense e un outro lucense, segue de perto as impresións do presbítero, tanto no tocante á existencia de falaes norteños e sureños canto na exemplificación procurada (*aquí, aí, alí e así / eiquí, ehí, elí e esí; perdeches / perdiches; el, eles / il, iles*; etc.). Voltaremos máis adiante sobre este autor.

Outros responsábeis de traballos gramaticais ao longo do século XIX repararon na existencia de certas diferenzas rexionais no galego, aínda que non chegaron a proporcionar ningunha clasificación como fixo Saco Arce. Limitáanse, no xeral, a recoller diversas solucións xeográficas que puideron atestar na altura, as máis delas mesmo vigorantes na actualidade. Así, Cuveiro Piñol (1868: 8), a desenvolver como reciben o morfema de plural os nomes galegos, pondera que hai moitos casos en que non se acrecenta unicamente -s como en *home, homes*, mais que, dependendo das “respectivas comarcas”, existen varias solucións: “*manos, mas, mans, maos y maus [...]; razones, razons, razôs; manzanas, mazás, manzás y mazáns; ciudadanos, ciudadaos, ciudadás y ciudadáns; perdones, perdós, perdons, perdoes, etc.*”. De calquera xeito, non hesita en que todas estas atestacións responden a resultados galegos que non desafinan na harmonía xeral da lingua.

Canto a Valladares, o estradense facilita igualmente algúns datos que din respecto á diferenciación xeográfica da lingua, aínda que en poucas ocasións os localiza xeograficamente: a tratar o xénero dos nomes, afirma que as voces terminadas en

6 Afirma este investigador que como “apéndice a la teoría de las formas portuguesas, añado aquí la de las gallegas actuales, de modo que, a pesar de su brevedad, contenga todo lo esencial. En su elaboración he tenido en cuenta la excelente *Gramática Gallega* de Juan Antonio Saco Arce, publicada en Lugo en 1868. Algunos preciosos datos supletorios me los proporcionó la lectura de considerable número de modernos textos gallegos, publicados en su mayor parte, en la *Biblioteca Gallega*” (Cornu 1906a: 7).

-az, -ez, -iz, -oz e -uz son “usuales en las provincias de Orense y Lugo”, mais que nas da Coruña e de Pontevedra se detecta -as, -es, -is, -os e -us (Valladares 1970: 39); non descartamos, no entanto, que na penumbra dialectal da época non brillase o mínimo embora impreciso facho de Saco Arce tamén no caso de Valladares, pois este ten claro que no galego ourensán se emprega “il, iles en lugar de eles”, mais non *ila, ilas, ilo*, xa que, segundo el, o que se podía rexistrar era “èla, èlas, èlo” (Valladares 1970: 42, n. a rodapé).

Durante os anos finais do século XIX e os primeiros anos do seguinte comeza unha nova etapa na Europa que Abad (1983: 288) denomina “gillieronana”, ao paso que na Galiza, contrastivamente, aínda os traballos que desenvolven cuestións dialectais son responsabilidade directa de autores carentes, no xeral, de (in)formación dialectal pomenorizada. Con efecto, Jules Gilliéron (1854-1926), consciente de que había que mellorar os métodos de George Wenker, comeza en 1896 as súas investigacións, para o cal idea un cuestionario que constaba de 1.500 unidades de análise. Escolleu, outrosí, un colaborador, Edmond Edmont, dotado, segundo se di, dun fino ouvido⁷ e treinado para transcribir foneticamente. E. Edmont percorreu o Estado francés durante catro anos (1896-1900) coa axuda dunha bicicleta e seleccionou un total de 700 informantes. A publicación dos resultados, que comezou en 1902 e concluíu en 1910 (volume decimoterceiro), tivo unha grande influencia nos estudos dialectais posteriores, de forma que constituíu a fonte de que tiña de beber a maior parte de persoas que quixese adentrarse no estudo das variantes dialectais: dous dos discípulos de Jules Gilliéron, Karl Jaber e Jakob Jud, principiaron a dirixir os seus propios proxectos para as variedades dialectais italianas e do sur da Suíza. En resumo, nas palabras de Neto (1977: 149), o “alcance e a repercussão desse monumento da Filologia Românica provavelmente excederam as esperanças do próprio Gilliéron. Foi un mundo novo que se abriu diante dos olhos extasiados dos filólogos”.

Polo contrario, a situación dos estudos da dialectoloxía galega no albar desa centuria pouco mellora relativamente ás aproximacións do anterior século. Aparecen algúns comentarios, mais marcados, de novo, por unha falta de concreción dialectal, como é o caso do traballo de Rodríguez (1901: 33-34). Este autor, a tratar certos pomenores da lingua atestada na *Crónica Troiana* que edita Martínez Salazar, ten en conta os descendentes de -ANA, -ANUS, -ANIS e -ONIS en galego, portugués e español. E, aínda que non localiza xeograficamente os resultados, sinala, no segundo caso, as solucións “*man ó mao*”, *chan*, “*hirmán ó hirmau*”, “*vran ó vrau*” e *marrao* cos seus correspondentes plurais “*mans ó maos*”, *chans*, “*hirmáns ó hirmaus*”, “*vrans ó vraus*” e *marraos*; no referente á derradeira das evolucións xa se mostra

7 Véxase Neto (1977: 148), que sinala de Edmond Edmont que “a pesar de não ser filólogo, tinha apurado ouvido e gosto pelas pesquisas dialetais, como o provara com a publicação de um vocabulário do seu falar natal”.

menos receptivo ao fenómeno do variacionismo, pois nas formas do plural só vai considerar *leons*, *curazons* e *calzons*, isto é, aquelas da faixa occidental; e tamén no caso dos pronomes inclúe as formas lucu-aurienses *il*, *iste*, *ise* etc. ao carón de *el*, *este*, *ese* etc., mais, como nos exemplos anteriores, non adiciona ningún dato no referente á súa distribución xeográfica. En síntese, o contributo de Rodríguez, centrado principalmente nunha visión diacrónica da lingua, non avanza a termos en conta as propostas anteriores. Na súa defensa convén sinalarmos, no entanto, que as finalidades dese traballo no eran dialectolóxicas, mais históricas, aínda que o seguinte autor que imos comentar máis abaixo, tamén se centrando no percurso diacrónico, proporciona xa máis interesantes datos.

Algún tempo despois, no ano 1907, comezan a se levar á práctica os proxectos de Menéndez Pidal no Centro de Estudios Históricos de Madrid para a realización dun Atlas Lingüístico da Península Ibérica (ALPI), cuxo labor foi encomendado inicialmente a Navarro Tomás. Con todo, como sinala Perrot (1970: 29), os inquéritos só principiarían na década de 30, para o cal o territorio do Estado foi dividido nos dominios lingüísticos galego, castelán e catalán. O cataclismo do ano 1936 e as súas posteriores consecuencias interromperon as investigacións, que non serían novamente retomadas até finais da década de 40 e primordios da seguinte, en que Zamora Vicente (1986) publicaría uns interesantes contributos con base nos inquéritos inicialmente deseñados para o ALPI.

No ámbito galego, merecen salientarse por esa época os *Elementos de gramática histórica gallega*, de Vicente García de Diego, dados a lume por vez primeira en 1909. A fiabilidade dos apuntamentos que achega non é constante: por un lado, as informacións proporcionadas sobre as falas pontevedresas costumaban ser acertadas, mais non é o caso do resto do territorio, en que a veracidade do exposto devala pola carencia de datos. Do punto de vista deste autor interesa ponderarmos, con todo, que é consciente da fundamental unidade do galego, pois, a seu ver, as diferenzas que ofrece o galego nas súas diversas rexións “no son tan profundas para poder constituir grupos dialectales” (García de Diego 1984: 155). Por outro lado, tivo tamén a feliz intuición de constatar o feito de que a toponimia reflicte, moito frecuentemente, certa sorte de variacionismo xeográfico, pois, a falar da distribución dos resultados provenientes de -ANU (> -án-, -ao), notou que, como topónimos, *chan* e *chao* se achan repartidos de parecido xeito ao do substantivo común.

En conxunto, quitando estas dúas interesantes apreciacións, as impresións de García de Diego son merecentes de se salientaren, xa que, en primeiro lugar, a maior (in) formación filolóxica que posúe a respecto dos autores do século XIX lévaos a considerar uns trazos dialectais máis notábeis, tanto do punto de vista cuantitativo como cualitativo, que mesmo os de Saco Arce; eis o cadro en que se recollen os fenómenos considerados por García de Diego:

1	Resultados de -ANU
2	Plurais das palabras acabadas en -n
3	Resultados de NIDU
4	Descendentes de HIRUNDINE
5	Resultados de FAVILLA
6	Adverbios de lugar absolutos <i>acá, alá / acó, aló</i>
7	Distribución de <i>ti / tu</i>
8	Distribución dos demostrativos <i>este, ese, aquel / iste, ise, aquil</i>
9	Distribución do MNP -u / -o
10	Distribución do MNP de P1 -n en <i>atopín</i>
11	Distribución de MNP -ron / -no
12	Distribución de <i>faguer / figuen e facer / fixen</i> (tamén <i>tanguer</i>)
13	Ausencia ou presenza de /θ/
14	Limites orientais do ditongo [ej]
15	Limites orientais do ditongo [ow]
16	Limites orientais do ditongo [oj]
17	Resultados de -CT- e -LT- > <i>it</i> (<i>feito, muito</i>)
18	Resultados de [lj] ou [kl] > [λ]
19	Limites de -INO > -iño e -ín
20	Limites orientais do MNP -ISTI (-ache, -eche, -iche)
21	Limites do MNP de P1 -n en <i>rompín, tiven, houben</i>

Figura 3. Cadro cos fenómenos dialectais tidos en conta por García de Diego (1909)

Porén, os sobreditos trazos manifestan unha certa incoherencia canto á súa escolla: se, por un lado, os descendentes de -ANU ou os plurais de palabras terminadas en -n teñen unha transcendencia notoria, outros, en confronto, cal os descendentes de HIRUNDINE ou os de FAVILLA, posúen unha relevancia máis cuestionábel, pois trátase de palabras isoladas e non dun fenómeno fonético ou morfolóxico (relativamente) constante. Por outro lado, a información que nos proporciona a propósito de tales fenómenos nin sempre resulta cuantitativamente equivalente: o trazo 1 (resultados de -ANO, *chan, chao*) conta cun número de correspondencias xeográficas relevantes, mais non así o fenómeno 7, de que se limita a comentar que ten máis uso “*tu* en Lugo, en gran parte de Orense, como en la parte oriental y en Rivadavía; de Pontevedra en Cotobad y algún otro lugar”, para concluir a afirmar que “domina *ti* en Coruña y resto de Pontevedra y Orense” (García de Diego 1984: 156).

En segundo lugar, a formación positivista deste autor español permítelle combinar a lingüística histórica coa dialectoloxía. E, finalmente, como terceiro dato que debe ser subliñado, e con todas as subsecuentes imprecisións debidas ao estado da

investigación da lingua galega na altura, tivo o acerto de se aproximar, cun relativo suceso, dos límites do galego coas falas asturo-leonesas, o que supón a primeira tentativa de marcar límites entre a nosa lingua e os falares asturianos; nótese que tamén Fernández Rei (1991: 19-23), a tratar a fronteira entre o galego e o leonés occidental, mesmo estando a súa proposta asentada en máis fenómenos lingüísticos, ten en consideración algúns dos trazos que singularizou García de Diego, como os ditongos [ej] e [ow].

A mudarmos de autor, se a visión que nos proporciona García de Diego, mesmo estando alicerzada na comparación de diversos resultados lingüísticos, resulta ás veces discutíbel por imprecisa, as opinións de Leopoldo Pedreira (1912: 65, n. 1) supoñen un retroceso con relación aos traballos anteriores e manifestan unha absoluta falta de rigor e de confrontación de datos que se detectan nelas. Após facer certas aseveracións de carácter sociolingüístico de cuestionábel subscrición⁸, afirma que o galego da provincia da Coruña é variado e que presenta catro subdialectos, que el acompaña de xuízos valorativos totalmente extralingüísticos: así, segundo el, o *mariñao* é “dulce y sencillo”, fálase nas rías coruñesas e documéntase literariamente no cancionero compilado por Pérez Ballesteros; o *bergantiñán*⁹, polo contrario, resulta “duro y áspero”, emprégase na Costa da Morte e aparece nos versos de Eduardo Pondal; o *montañés*, por seu turno, fálase a seu ver nos confins da actual provincia de Lugo e pode estudarse nas poesías de Antonio Noriega Varela; e, finalmente, o *subdialecto del Ulla* mérecelle os cualificativos de “tierno, musical, cariñosísimo” e matiza que nesa variedade escribiron na Idade Media Ruiz de Padrón e Macías e, na época contemporánea, Rosalía de Castro, responsábel das “mejores poesías líricas gallegas”.

Despois desa clasificación das falas coruñesas, Pedreira (1912: 79, n. 1) ocupariase, con similar metodoloxía, das variedades lingüísticas do resto do país, nas cales sobrancea, máis unha vez, unha adxectivación singular. Relativamente ao galego lucense, afirma que é “muy pintoresco” e que pode lerse nos versos de Xesús Rodríguez López e Antonio Noriega Varela; canto ao ourensán, conforme as súas impresións, responde ao “más rico, el más viril y el más próximo á la lengua portuguesa¹⁰”, de forma que “es el único que produjo poesía épica, sátira elevada y

8 Repárese, a modo de exemplo, no seguinte excerto: “En el Ferrol y en La Coruña se habla el castellano más correctamente que en varias capitales de la provincia de Castilla; sirvan de testimonio de este aserto las obras de la ferrolana Concepción Arenal, y las del insigne coruñés D. Manuel Linares Rivas. Sin embargo, el lenguaje popular y aun los escritos de la prensa, están en las grandes urbes llenos de americanismos y contaminados de frases regionales” (Pedreira 1912: 65, n. 1).

9 A respecto do galego de Bergantiños poden verse tamén as apresadas notas que lle dedica Parga Pondal (2010: 320-321) en finais da década de 40 do pasado século.

10 É posíbel que as opinións de Pedreira sobre as variedades ourensás recollan algunhas das ideas dos eruditos decimonónicos. Andrés Martínez Salazar publicaba en 1888 en *Galicia. Revista Regional*

seria, excelentes artigos de periódico e deliciosos cuentos en prosa”; no tocante ás variedades das “rías de Pontevedra”, trátase dun “gallego parecido al de las Mariñas” e, no tocante ás falas de Vigo, “lo mismo que en los alrededores de la Coruña”, é habitual “una graciosísima jerga que se llama *cadiceño*, mezcla de americanismos, de dialecto regional y de palabras castellanas”, que se pode ler ocasionalmente nos versos “de Manuel Martínez González”.

Obviamente, calquera procura dun mínimo de seriedade nas apreciacións de Pedreira tórnase va, agás algunhas desas ideas sobre en que autores se detectan esas variedades. Nas referencias a Pérez Ballesteros existe unha relativa coincidencia, embora non exacta, mais non tanto así nos comentarios á volta de Pondal, Noriega Varela etc.: aínda que o bardo da Ponteceso basease a súa linguaxe artística na fala de Bergantiños, a súa expresión literaria soborda con moito esa procedencia rexional coa introdución de cultismos e de voces tiradas doutras linguas; e Antonio Noriega Varela, por súa vez, é considerado modelo tanto para a variedade lucense canto para a “montañesa” da Coruña. O recuamento que antes se referiu é evidente: dos datos lingüísticos manexados por García de Diego pásase a intuicións e a correspondencias xeográficas entre unha máis que cuestionábel división provincial das variedades dialectais galegas e unha adscrición imprecisa de escritores e de escritoras naturais desas comarcas. E quizais non valla argüírmos na súa defensa que a obra non é un traballo lingüístico ou dialectal, mais unha xeografía descritiva do Estado español, pois, na procura de informacións veraces, non debería importar a natureza xeral da obra.

Do mesmo ano de 1912 data outra aproximación á realidade dialectal da lingua recollida nun manual anónimo para turistas destinado a aquelas persoas que visitaban o sur do país. Na liña do traballo de Pedreira, as apreciacións sobre variedades rexionais foxen á verdade con sorprendente evidencia, aínda que trata, como viñá sendo habitual, temas presentes noutras obras, como a distribución *chan / chao* ou o *seseo*, sen deixar de sinalar, embora dun xeito non tan explícito, os presumíbeis casos de hipercaracterización en certos pronomes (posibelmente *el / il, este / iste, esto / isto* etc.). Eis unha mostra:

La vecindad y las relaciones continuas con el reino lusitano ejercen hoy una positiva acción en el dialecto, ó si se quiere, y para que no haya disputas, en el idioma. Las disinnencias [sic] nasales aparecen casi siempre sustituidas por

un artigo intitulado “En tela de juicio”, de onde provén o seguinte fragmento, que presenta algunhas concomitancias coas impresións de Leopoldo Pedreira: “En reciente excursión que hice á Galicia, observé que existen en aquel país varios subdialectos del gallego y que en el de la provincia de Orense, merced, sin duda, á su situación topográfica, se advierte mayor influencia del castellano y del portugués que en el resto de la región” (Martínez Salazar 1981: 46).

la contracción portuguesa *ao*, aunque se pronuncia de un modo más abierto. *Chao* y *chau* se dice en Pontevedra (y en Orense); *chau*, en las tierras de Noya y Bergantiños, donde el habla gallega subsiste relativamente pura. Por motivo semejante, la vocal *i* suele reemplazar á la *e* en las raíces y en los pronombres. En cambio, se usa con regularidad la conjugación de los verbos en *or*, cosa no frecuente en las otras provincias. En el litoral predominan ciertas degeneraciones peculiares al lenguaje franco de todos los puertos. Se extrema el sonido de la *s*, y en él se confunden los de la *c* y la *z*, originando un prolongado silbido. Esto, que es gracioso en las mujeres, causa desagradable extrañeza en labios de los hombres (GT 44-45).

Por outro lado, extravagancias lingüísticas e históricas, mananciais bibliográficos conscientemente enxoiados e areoentados aleatoriedade son os trazos que serven para caracterizaren a proposta de clasificación dialectal e a percepción do fenómeno do variacionismo xeográfico na Galiza por parte de Santiago Gómez (1918: 267-272). Aínda que recoñece a unidade da lingua como primeira idea merecente de ser ponderada, o que talvez se erixa no seu máis lúcido comentario, o certo é que as opinións do autor sobre as variedades do galego continúan a liña de Pedreira por seren faltas da necesaria rigorosidade. Resultan extravagantes lingüística e historicamente porque parte da existencia de tres modalidades principais, asentadas quizais na división conventual romana: os conventos asturicense, lucense, e bracarense, por exemplo, parecen ter unha relativa correspondencia coas modalidades que el denomina a “berciana, la lucense y la bracarense”, respectivamente. E como se poderá deducir ao se falar das implicacións culturais das isoglosas, non estamos negando que a enformación social e histórica doutras épocas con diversas administracións territoriais non tivese a súa relevancia na constatación de fenómenos dialectais na actualidade, mais a equivalencia neste caso vira falaz.

Outrosí, varias son as fontes de que bebe sen as declarar explicitamente e mesmo algunhas delas acaban estando realmente moito aproveitadas. De Sarmiento extrae o seguinte comentario, cuxo orixinal xa foi exposto anteriormente:

Entre la gran variedad de subdialectos gallegos, se produce que muchas voces y frases gallegas que se usan en la comarca del cabo de Ortegal, no se entienden en el Cabo Finisterre, y vice-versa. Lo mismo sucede con las voces que se usan en tierra de Limia, Valdeorras, montañas de Lugo, las Mariñas, Túa, Orense, Santiago, etc. (Santiago Gómez 1918: 268-269).

De Cuveiro Piñol, por seu turno, tomou este excerto:

mientras en unas comarcas un vocablo expresa un concepto, y los objetos tienen un nombre general, en otras ni siquiera existe idea de él, y aun en algunas les dan un significado diametralmente opuesto. Ejemplo: el verbo *reloucar*, que significa alegrarse, enloquecer de alegría, en Pontevedra y parte

de su provincia es rabiarse y desesperarse, y así otras muchas voces” (Santiago Gómez 1918: 271-272)¹¹.

E de Saco Arce, segundo o dito máis arriba, adopta unha división entre un “subdialecto septentrional” e un outro “meridional”, co cal aparece aquí unha evidente incoherencia coa súa particular clasificación nas modalidades berciana, lucense etc.; moitos dos exemplos que cita están tirados ou inspirados directamente nos do clérigo de Toén: *aquí, aí, alí, así / eiquí, ehi, eli, esí; perdechies / perdiches; acó, aló / acá, alá; bon, mañán, irmán / bo, mañá, irmá, irmao; uns, cans, ilusiós / us, cas, ilusiós; grasia, naser / gracia, nacer*; etc.

Finalmente, a proposta de Santiago Gómez resulta tamén asaz aleatoria, pois non só combina a visión de Saco Arce coa súa propia, a tripartida, mais tamén acrecenta algúns comentarios que pouco ou nada coaduxuan na concreción xeográfica: tras sinalar que nunha mesma rexión “varían los vocablos que tienen un mismo significado”, ilustra esta impresión coas voces *hostea* e *compaña*, “*barrufa* o *brétoma*” etc. (Santiago Gómez 1918: 270), sen indicar a que zona do país se está a referir. E, após aquela dupla perspectiva, a propia e a do presbítero, vai adicionando certa sorte de datos soltos, moito particulares, como os referidos a Santa Marta de Ortigueira e Viveiro, en que declara que ouviu voces descoñecidas no resto da nación, como *aleimar*, *atricular*, *barrela* ou *dreñar*, ou como os que se centran nas aldeas inmediatas a Verín, en que, a seu ver, se emprega “el vocablo *murar* para calificar a los gatos que son buenos cazadores de ratones: dicen, *mura* ben” (Santiago Gómez 1918: 269, 270).

Con todo, a pesar de que a imprecisión vira unha das súas principais características e de que a inspiración noutros autores se erixe nun outro seu trazo, entre as súas impresións hai algúns acertos: por un lado, parece salientábel o feito de ser consciente de que as diferenzas entre unhas e outras variedades conducen “a aumentar la riqueza y variedad del lenguaje” (Santiago Gómez 1918: 271). E, por outro lado, facéndose partícipe de opinións pasadas, o autor sabe que nas rexións e nas localidades máis afastadas dos grandes centros de poboación é onde menos contaminada e máis pura se conserva a lingua, ao paso que na costa e nas cidades importantes é onde o galego tende máis facilmente á hibridación.

11 Cfr. as impresións de Cuveiro Piñol (1876: [I]) cando se refería a un dos problemas que tivo para a realización do seu dicionario: “Pero a la imposibilidad de reunirlos todos [os vocábulos] á pesar de haber recorrido el territorio gallego, escepto algunas localidades, aunque muy pocas, se añade una gran dificultad, que consiste en las diversas maneras de espresar un mismo concepto que se notan en las diferentes comarcas, pues mientras en unas tienen los objetos un nombre general, en otras ni siquiera existe idea de él, y aun en algunas les dan un significado diametralmente opuesto, como sucede por ejemplo con el vocablo *reloucar*, que es alegrarse, pero en Pontevedra y parte de su provincia, es rabiarse ó disgustarse”.

Polo contrario, xa non se poden procurar apreciacións de natureza dialectal no traballo de R. A. (1919: 8-10), siglas do pseudónimo Ramón Alvaríño empregado por Leandro Carré Alvarellos. O seu breve *Compendio* limitase a recoller algunha que outra información vaga sobre diversas fenomenoloxías locais, aínda que sen comentario ningún que posibilita calquera adscripción rexional: ten consciencia dos nomes “romatados en *an, au, ao*” como “*irmán* (ou *irmau, irmao*)”, mais non adiciona unha soa referencia xeográfica capaz de os localizar. Polo contrario, na formación das palabras terminadas en *-n*, só se decanta, posibelmente pola súa procedencia xeográfica, polos resultados centrais, como “calzón-calzós” ou “brañón-brañós”.

É esta, pois, unha época en que as pesquisas en materia dialectolóxica no país continúan a estar aínda nun estado practicamente embrionario, contrariamente ao que acontecía noutras partes do Estado español. É o caso da Catalunya, en que desde o ano 1913 Antoni Griera, xunto a M. de Montoliu e P. Barnils, funda o *Bulletí de Dialectologia Catalana*, publicación centrada inicialmente no establecemento de fronteiras dialectais entre diferentes variedades. Débese a Griera, entre outros méritos, o feito de ser o principal impulsor do ALC, que nace como unha “extensió de l’*Atlas Linguistique de la France*” (Griera 1964: 5), e a introdución do método “*Wörten und Sachen*”, ‘Palabras e cousas’, que adopta o nome da revista fundada en 1909 por Rudolf Meringer e Wilhelm Meyer-Lübke. Foi esta unha metodoloxía que asentou na combinación da dialectoloxía e da etnografía e recoñécese en F. Krüger un dos seus pioneiros, especialmente polo seu traballo *Die Hochpyrenäen*, dado a lume nos anos 1936-1939. Tivo un amplo seguimento durante unha considerábel parte do século XX, como o demostra que no derradeiro cuartel desta centuria Alvar (1983: 157) afirmase que, na altura, xa ninguén dubidaba do acerto que supuña estudar xuntas palabras e cousas.

Mais, voltando á Galiza, a escaseza de referencias dialectolóxicas fiábeis caracteriza outras obras da época¹². É o caso do curioso traballo de Gómez (1927) intitulado

12 No entanto, isto non quere dicir que se non reflectise sobre o idioma e sobre algunhas das súas variedades en medios como *A Nosa Terra*: Johán Vicente Viqueira, por exemplo, afirmaba na emblemática revista no ano 1918 que as variedades dialectais “se ageitaban para a poesía lírica”, aínda que a “língua literaria é precisa para outros fins da vida, taes como a ciencia” ou “o comercio” (EP 144); igualmente, após advogar pola aproximación ortográfica do galego á variedade lusitana en diversas ocasións, refería en 1919 que das posibilidades para a flexión de número das palabra acabadas en *-al* el prefería o resultado *-aes* e non en *-as*, xa que era a forma máis próxima do portugués e, ao seu xuízo, converteríase no resultado en que se vería reflectida “a pronuncia futura” (EP 178). Na nómina de escritores que dedicaron algún escrito á diversidade dialectal da altura merece tamén salientarse Rafael Dieste, que nas cabeceiras *Galicia* e *El Pueblo Gallego* deixaría constancia das súas opinións sobre a variedade territorial da lingua durante a década de 20 do pasado século; así, algunhas das impresións do rianxeiro a respecto dese variacionismo xeográfico poden resumirse nas seguintes epígrafes: (i) *a diversidade dialectal enriquece a lingua*: “Canto máis variedades de acentos, de maneiras de cantála fala, eistan antrén nós, máis amplexo será o circo de posibilidades de eispresión” (ATC 8); “As diferenzas conveñen e son riqueza cando xurden dun fondo común en que se lexitiman

Grafía galega e publicado na Habana. Nel as referencias á diversidade dialectal son certamente escasas a termos en conta as pretensións do autor, que tencionaba redixir unha gramática “teórico-práctico-etimológica” conforme figura no subtítulo. No entanto, nun comentario a rodapé dá conta da existencia das tres posibilidades de formación do plural para as palabras acabadas en *-n*, a defender que todas son solucións xenuínas da lingua e localizando acertadamente o resultado en *-is* (*corazois*) na zona de Becerreá:

Algúns esquireiros fallan á verdade ao dizir qu’istas terminaziós [as dos falares da faixa oriental] son portuguesismos. O partido judicial de Becerreá está moi lueñe da fronteira portuguesa; contodo eilí as devanditas terminazóns son as máis comúns, razón pel-a cal sostêmos qui as tres diferentes terminaziós qui teñen algunhas verbas, coma **nazóis**, **nazóns**, **nazós**, son porpias do noso idioma [en destaque no orixinal] (Gómez 1927: 40, n. 1).

Por esa época, en 1931 (cunha primeira edición en 1922), sae do prelo a *Gramática do idioma galego de Lugrís Freire*. Aínda que non chega a desaparecer, a coñecida débeda con Saco Arce esvaece nas apreciacións de Lugrís Freire sobre a interpretación do fenómeno dialectal, pois a información que proporciona sobre este particular o polígrafo das Mariñas contrasta coas impresións do presbítero: aparecen, en ocasións, algunhas nótulas de carácter dialectal ao longo do texto centradas máis ben en fenomenoloxías concretas, sen incidir na existencia de variedades ou falares dialectais. Mais, en todo o caso, a tal ansia prescritivista e a necesidade de escolma das variedades rexionais é o que explica o sentido fiscalizante de determinados comentarios, como o seguinte, centrado no artigo: “O artículo indeterminado decríname o mesmo que o determinado cō auxilio das preposicións, seguindo a mesma forma *para un*, *para unha* e non *pr’un*, *pr’unha*, que son dialectás” (Lugrís Freire 1931: 22). O mesmo grao de imprecisión e de similar proscrición é o que se detecta para a pronuncia da conxunción copulativa *e*, con vogal palatal semiaberta, como un iode ([j]) diante de vogal, aínda que non se identifique esta variante con ningunha área particular; tal fenómeno, aínda hoxe moito doadamente documentábel, é, máis

e avencellan (ATC 41); (ii) *é precisa unha variedade común*: “tódolos localismos hanse de someter ao imperio dunha morfoloxía coerente. Os localismos, cando non se aceitan a isa morfoloxía, son, cáseque sempre, híbridosmos” (ATC 41); “Antre as forma distintas dunha mesma verba, débese impor a que máis garbosa poida saír desa proba das convivenzas múltiples” (ATC 134); (iii) *débese contar coas variedades populares da lingua debidamente atendidas*: “pondo moito ouvido cando fala o pobo pra se apoderar do esencial, que é a sintaise, poida que un día apareza o xenio da língoa” (ATC 21); “É mester saber ben certas verbas que o pobo di tódolos días en tódolos lugares, calquera que sexa o seu xeito de vida. Sen pleo coñecimento delas o demais non terá cimentos e aboiará coa perguiza dunha melfa” (ATC 31); “Non hai millor mestre que o pobo en cousas da fala cando sabemos escoitalo e temos tino de abondo pra escolmálo bó e desbotálo refugallo. Chamamos refugallo a certas insinias de orde fuxideiro e localista que son, nunha língoa, coma os remendos, zurcidos e desfiaños dun traxe usado a cotío e mal coidado” (ATC 88). A respecto da obra e da figura de Dieste, véxase Freixeiro Mato (1995).

unha ocasión, entendido como unha pronuncia local, á marxe do que debía ser, segundo LUGRÍS, o galego común: “En certas partes de Galicia, dinantes de palabra que comence con vocal, adoitan pronunciar *i*, de maneira que din “Xan *i*-Antón”. O uso da conxunción *i* é dialectal” (LUGRÍS Freire 1931: 79).

Non faltan casos, polo contrario, en que se nos informa unicamente de que existe máis dunha única posibilidade en certas casuísticas, sen que haxa unha vontade real de condenar algunha das diversas hipóteses. Tal é o que acontece coas recorrentes regras de formación do plural das palabras terminadas en *-n*, en que o autor refire os resultados da faixa occidental do país e os das rexións centrais: “Os nomes que finan en *n* fan o prural de dúas maneiras: añadindo o *s* ou perdendo o *n* e pondo no seu lugar *s*. Exemplos: *corazón*, *corazons*, ou *corazós*; *pelengrín*, *pelengrins* ou *pelegrís*; *desdén*, *desdens* ou *desdés*; *algún*, *alguns* ou *algús*” (LUGRÍS Freire 1931: 24). Tamén hai ocasións en que se acerta a facer corresponder diferentes fenómenos locais coas áreas en que son adoito detectábeis, mesmo aínda na actualidade, acudindo aos textos medievais. A veracidade que, para LUGRÍS Freire, proporcionan as obras escritas en galego antigo permite que tales casos, desta maneira, poidan ser considerados dialectalismos, pois non se achan neses textos. LUGRÍS Freire non hesita en identificar como propias do sur do país certas formas deícticas adverbiais, seguindo aquí, cando menos aparentemente, o maxisterio de Saco Arce: “As formas *eiquí*, *ehí*, *elí*, *atrais*, non se hachan nos documentos e traballos literarios antigos; son xeitos dialectás, principalmente no sur de Galicia” (LUGRÍS Freire 1931: 73).

Desde o traballo de LUGRÍS Freire até á obra de Couceiro Freijoimil (1935) poucos ou case inexistentes son os traballos dedicados á lingua galega ou ás súas variedades dialectais. Se se quixese, podería incluírse a respecto a obra de García Rey (1986), publicada postumamente pola primeira vez en 1934, que está centrada no Berzo e non de maneira exclusiva nas falas galegas desa rexión e que consiste fundamentalmente nun vocabulario acompañado dunhas nótulas fonéticas e morfosintácticas; aínda que contén información sobre trazos lingüisticamente galegos, tamén recolle datos referidos ás falas asturo-leonesas que se detectan na zona e mesmo chega a propor unha sorte de límite entre o galego e os falares leoneses:

En contacto el Bierzo Alto con León, y con Galicia el Bierzo Bajo, hay que admitir que se repartieron en ambos el habla leonesa y el habla gallega [...]. ¿Cuál es la línea divisoria? Hay que buscarla en donde la fonética y morfología se acusen con diferentes modalidades, allí donde se observen fenómenos especiales y rasgos y voces que corresponden a un lao y a otro. Nuestras modestas observaciones la fijan en la misma línea del Sil; hasta ésta, son pocos los rasgos y voces que quedan del gallego-portugués, y pasada la línea (García Rey 1986: 21).

Mais a finalidade de García Rey non era o estudo do galego empregado no Berzo. Nesa época en que na Europa principian a ser publicados os volumes do *Sprach- und Sachatlas des Italiens und der Südchweiz* dos discípulos de Jules Gilliéron, Karl Jaberg e Jakob Jud, e en que na Catalunya comezan a saír do prelo os tomos do ALC, de A. Grieria¹³, na Galiza, en troca, mantense a inercia anterior no estudo do variacionismo dialectal, quere dicir, nada ou pouco se avanza, á excepción, como dixemos, dos traballos de García Rey (1986) ou Schneider (1938). O grao de coñecemento que por esa época se ten na Europa das variedades dialectais do galego (e até da propia lingua) é mínimo. É certo que, segundo indica Santamarina (1982: 164), entre os anos 1931-1936 e 1947-1954 se realizaron “inquéritos sistemáticos” no marco da elaboración do ALPI, mais este proxecto só chegou a ver a luz por vez primeira en 1962, cun total de 75 cartas de carácter fonético; o método xa comentado máis arriba “Wörter und Sachen”, que domina a escena europea durante esa época, demorará aínda en ser aplicado en exclusividade aos estudos lingüísticos galegos¹⁴.

Así pois, Couceiro Freijomil (1935: 15-16) encarrégase das variedades xeográficas do galego moito escuetamente, e comeza a afirmar que, a pesar de sermos unha “región tan varia en su configuración, clima, producciones, ocupaciones”, e non tendo estado “sometido el idioma a una constante fijación literaria”, as diferenzas dialectais que ofrece a lingua non son profundas até ao punto de constituíren verdadeiros subdialectos. Seguindo a liña de traballos anteriores, ten en conta varios fenómenos dialectais que localiza, en xeral con certo tino, ao longo e largo do país, para o que segue bastante de cerca as impresións de García de Diego (e mesmo de Saco Arce), como declara nos rodapés (Couceiro Freijomil 1935: 14, n. 7, e 16, n. 11). Os trazos diatópicos que contempla, con todo, resultan numericamente escasos se confrontados cos do autor burgalense, co cal se está perante un outro retroceso, aínda que non tan acusado como o protagonizado por Pedreira, R. A., Santiago Gómez ou Lugrís Freire; eis os fenómenos que singulariza o escritor de Pontedeume:

1	Resultados de -AU
2	Plurais das palabras acabadas en -n
3	Distribución dos demostrativos <i>este, ese, aquel</i> / <i>iste, ise, aquíl</i>
4	Distribución do MNP -u / -o
5	Distribución de <i>faguer</i> / <i>facer</i> e <i>tanguer</i> / <i>tanxer</i>
6	Ausencia ou presenza de /θ/

Figura 4. Cadro cos fenómenos dialectais salientados por Couceiro Freijomil (1935)

13 Véxase Gimeno Menéndez (1990: 80) ao indicar que o período “cumbre de la geografía lingüística románica ha sido el comprendido entre 1920 y 1950”.

14 Cfr. o título do traballo de Fernández González (1978): *Etnografía del Valle de Ancares. Estudio lingüístico según el método “Palabras y Cosas”*.

Con independencia do (in)certado resultado da localización xeográfica (“los plurales en *-ns* [*cans*, *calzóns*] úsanse en Pontevedra y, de la provincia de la Coruña, en Bergantiños, Arzúa y Santiago”) ou da imprecisión na localización xeográfica de certas aseveracións (“el sonido *z*, que nunca ha sido propio del gallego, domina en algunas partes, mientras que en otras se han decidido por el sonido *s*”), os breves comentarios sobre dialectoloxía galega de Couceiro Freijomil inciden nalgúns aspectos que merecen certo relevo. Por un lado, seguindo o exposto en García de Diego, reconece que dialectoloxía e toponimia constitúen ramas da filoloxía que ofrecen moitos puntos de estudo en común: os topónimos en *-án* ou en *-ao* / *-au* presentan, segundo o seu punto de vista, unha notábel coincidencia cos substantivos que se achan neses territorios (Couceiro Freijomil 1935: 15). E, en segundo lugar, tivo a oportunidade de incluír algún apuntamento, dentro das variedades dialectais, relativo á xiria dos canteiros de Cuntis, á dos cesteiros de Mondariz e á dos afiadores ourensáns de Nogueira de Ramuín (Couceiro Freijomil 1935: 16); tal proceder, así, parece lembrar os comentarios do Padre Sobreira no século XVIII a respecto deses linguaxares e as impresións de Cubí i Soler (1861: XIII-XIV) sobre tan singulares falas, mais tamén se antecipa, dalgunha maneira, á dialectoloxía social do século XX, pois considera, aínda que talvez sen maior transcendencia, “variedades dialectales” eses herméticos falares dos gremios tradicionais.

3. Conclusións

As primeiras reflexións sobre a variación lingüística de carácter local que xorden para o galego documéntanse en finais do século XVIII da man do Padre Sarmiento e do Padre Sobreira. A partir deste momento e até aos anos posteriores á Guerra Civil, comezan a aparecer diferentes opinións sobre as variedades territoriais de galego, as máis delas a faceren fincapé nun exaxerado grao de fragmentación dialectal: así, cancioneiros, gramáticas, obras literarias etc. conteñen ás veces informacións a respecto da diversidade lingüística galega, mais, normalmente, sen fundamentación epistemolóxica, guiadas só polas nin sempre acertadas intuicións dos respectivos autores e a teren en conta fenomenoloxías dunha maneira aletatoria: ao paso que houbo elementos de análise que se mantiveron cunha grande constancia (ausencia ou presenza de seseo, pronomes demostrativos, morfoloxía das marcas de plurais en certas palabras etc.), houbo, no entanto, outros que só foron considerados isoladamente por algún autor, o que parece verificar, en certa medida, esa falta de sistematización.

Obviamente, esta situación mudou notabelmente na segunda metade do século XX e en especial desde os seus anos finais, en que se dispón dun alto grao de información que nada envexa a existente para outras linguas. Mais tamén se deixa ver unha notábel demora no aparecemento e na rigorosidade dos traballos efectuados sobre variación

diatópica se comparados con outros países. Nestes medios, vira rechamante como os traballos de Wenker, Jules Gilliéron & Edmond Edmont ou Ascoli, poñamos por caso, contaban cuns equivalentes na Galiza que, con honrosas excepcións, non conseguían sobordar o simple comentario intuitivo dalgún erudito. Naturalmente, esa tal demora garda íntima relación co percurso histórico do país e co subsecuente estado da lingua, que coñecía en finais do século XIX a súa reemerxencia literaria mais non a súa recuperación noutros ámbitos da sociedade.

De todos os modos, carentes de método ou irregulares nas súas conclusións, exaxerados canto ás súas análises sobre a diversidade diatópica ou sen fundamentación epistemolóxica, todos eles, porén, posúen o seu valor particular no sentido de (i) iniciaren a reflexión sobre a variación lingüística detectábel nas falas galegas; (ii) ofreceren datos sobre a percepción social da lingua relativamente ao seu estado e á súa fragmentación; (iii) estimularen, por contestación ou por adhesión, o debate sobre a diversidade dialectal do galego; e (iv) serviren como punto de partida para posteriores traballos dotados dunha maior seriedade científica.

Referencias bibliográficas

- A., R. [=Alvariño, Ramón, pseudónimo de Leandro Carré Alvarellos] (1919): *Compendio de gramática galega* (A Cruña: Imprenta Nova).
- Abad, F. (1983): “Variedades dialectales y literarias de la lengua”, en Abad, F. & García Berrio, A. (coords.), *Introducción a la Lingüística*, 285-313 (Madrid: Alhambra).
- ATC = Dieste, R. (1981): *Antre a terra e o ceo. Prosas de mocidade (1925-1927)* (Sada / A Coruña: Ediciós do Castro).
- Carballo Calero, R. (1981): *Problemas da Língua Galega* (Lisboa: Sá da Costa).
- Cornu, J. (1906a): “Morfología del gallego moderno. A) Sustantivos y adjetivos” [tradución realizada por F. Martínez Morás da parte correspondente ao Apéndice á Morfoloxía do Portugués que aparece na segunda edición da *Grammatik der Portugiesischen Sprache*], *Boletín de la Real Academia Gallega* 1, 7-9.
- Cornu, J. (1906b): “Morfología del gallego moderno. C) Pronombres” [tradución realizada por F. Martínez Morás da parte correspondente do Apéndice á Morfoloxía do Portugués que aparece na segunda edición da *Grammatik der Portugiesischen Sprache*], *Boletín de la Real Academia Gallega* 2, 28-29.
- Couceiro, J. L. (1976): *El habla de Feás*. Anejo 5 de *Verba* (Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela).
- CPG = Pérez Ballesteros, J. (ed.) (1979) [1885-1986]: *Cancionero popular gallego y en particular de la provincia de la Coruña por José Pérez Ballesteros. Con un prólogo del ilustre mitógrafo portugués Theóphilo Braga*. 3 vols. (Madrid: Akal).

- Cubí i Soler, M. (1861): “Introducción”, en Fernández Y Morales, A., *Ensayos poéticos en dialecto berciano*, III-XXXV (León: Establecimiento tipográfico de la Viuda é Hijos de Miñón).
- Cuveiro Piñol, J. (1868): *El habla gallega. Observaciones y datos sobre su origen y vicisitudes* (Pontevedra: Imprenta de José Antúnez y Cía Editores).
- Cuveiro Piñol, J. (1876): *Diccionario gallego* (Barcelona: Establecimiento tipográfico de N. Ramírez y C^ª).
- EP = Viqueira, X. V. (1974): *Ensaio e poesías* (Vigo: Galaxia).
- Fernández González, J. R. (1978): *Etnografía del Valle de Ancares. Estudio lingüístico según el método “Palabras y Cosas”*. Anexo 10 de *Verba* (Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela).
- Fernández Neyra, J. (1984) [1810]: *Proezas de Galicia* (Pontevedra: Bibliófilos Galegos).
- Fernández Rei, F. (1991) [1990]: *Dialectoloxía da lingua galega* (Vigo: Xerais).
- Freixeiro Mato, X. R. & Sánchez Rei, X. M. & Sanmartín Rei, G. (2005): *A lingua literaria galega decimonónica* (A Coruña: Universidade da Coruña).
- Freixeiro Mato, X. R. (1995): *Rafael Dieste. Vida, personalidade e obra* (Santiago de Compostela: Laiovento).
- García de Diego, V. (1984) [1909]: *Elementos de gramática histórica gallega (Fonética-Morfología)*. Anexo 23 de *Verba* (Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela).
- Gimeno Menéndez, F. (1990): *Dialectología y sociolingüística españolas* (Alicante: Universitat de Alicante).
- Gómez, F. G. (1927): *Grafía galega* (Habana: Rambla, Bouza y Cía).
- Griera, A. (1964): *Atlas Lingüístic de Catalunya (Introducció explicativa)* (San Cugat del Vallès: Instituto Internacional de Cultura Románica).
- GT = (1912): *Mondariz – Vigo – Santiago. Guía del turista* (Madrid: Sucesores de Rivadeneyra).
- Iordan, I. (1982) [s.d.]: *Introdução à Lingüística Românica* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian).
- Lugrís Freire, M. (1931) [1922]: *Gramática do idioma galego* (A Cruña: Imprenta Moret).
- Mariño Paz, R. (1996): “Aproximación ó mapa dialectal galego dos séculos XVIII e XIX”, en Lorenzo, R. & Álvarez, R. (coords.), *Homenaxe á profesora Pilar Vázquez Cuesta*, 77-105 (Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela).

- Martínez Salazar, A. (1981): *Algunos temas gallegos*. Vol. II (A Coruña: Gráficas do Castro / Moret).
- Neto, S. da Silva (1977) [1952]: *Manual de Filologia Portuguesa* (Rio de Janeiro: Presença).
- Parga Pondal, S. (2010): *Comarca natural de Bergantiños* (Malpica de Bergantiños: Asociación de Desenvolvemento da Comarca de Bergantiños).
- Pedreira, L. (1912) [na portada 1913]: *Descripción de España. Nociones elementales de Geografía Nacional* (A Coruña: Zincke Hermanos).
- Pensado, J. L. (1974): *Opúsculos lingüísticos gallegos del siglo XVIII* (Vigo: Galaxia).
- Perrot, J. (1970): *La lingüística* (Barcelona: Oikos Tau).
- Pop, S. (1950): *La dialectologie. Aperçu historique et méthodes d'enquêtes linguistiques*. Vol. I. *Dialectologie romaine*. Vol. II. *Dialectologie non romaine* (Louvain: Chez l'Auteur / Imprimerie J. Duculot).
- Rodríguez, M. R. (1901): “Apuntes gramaticales sobre el romance gallego de la Crónica Troyana”, en Martínez Salazar, A. (ed.), *Crónica Troyana*. Códice gallego del s. XIV de la Biblioteca Nacional. Vol. 1, 3-85 (A Coruña).
- Saco Arce, J.A. (1868): *Gramática gallega* (Lugo: Imprenta de Soto Freire).
- Sánchez Rei, X. M. (2006): *A lingua galega no cancioneiro de Pérez Ballesteros* (Ames: Laiovento).
- Sánchez Rei, X. M. (2011): *Lingua galega e variación dialectal* (Ames: Laiovento).
- Santamarina, A. (1982) “Dialectoloxía galega: historia e resultados”, en Kremer, D. & Lorenzo, R. (eds.), *Tradición, actualidade e futuro do galego. Actas do Coloquio de Tréveris*, 153-187 (Santiago de Compostela: Xunta de Galicia).
- Santiago Gómez, J. DE (1918): *Filología de la lengua gallega* (Santiago de Compostela: El Eco Franciscano).
- Schneider, H. K. (1938): “Studien zum Galizischen des Limiabeckens (Orense-Spanien)”, *Volkstum und Kultur der Romanen. Sprache, Dichtung, Sitte* 11, 69-145, 193-281.
- Schroeder, W. (1937): “Die Fischerbote von Finisterre”, *Volkstum und Kultur der Romanen. Sprache, Dichtung, Sitte* 10, 157-211.
- Schroeder, W. (1938): “Hausbau en NW-Spanien (Finisterre)”, *Travaux du Premier Congrès International de Folklore (Pasi, 1937)*, 62-78 (Tours).
- Vasconcellos, J. Leite de (1987) [1901]: *Esquise d'une Dialectologie Portugaise* (Lisboa: Instituto de Investigação Científica).
- Viaplana, J. (2002): *Dialectologia* (València: Universitat de València).

Revista GALEGa
de filoloxía

monogRAFía 10

**Novas perspectivas
linguísticas**

**no espaço
galego-português**

*Maria Aldina Marques
Xosé Manuel Sánchez Rei
(editores)*

Mecanismos linguísticos em publicidade: a construção dos conceitos de perfeição e de eternidade

José Teixeira

CEHUM-Universidade do Minho

1. Publicidade, uma nova religião

1.1. O “desencantamento do mundo”: do encanto religioso para o encanto consumista

É a obra de Max Weber *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*¹ e o respetivo conceito de “desencantamento do mundo” que relaciona a perda da influência da estruturação religiosa da sociedade e a consolidação de uma estrutura económica capitalista em que o referido conceito de desencantamento desagua numa visão do mundo que dispensa referência a entidades sobrenaturais². O material e o consumo são a nova religião e a publicidade irá ser o porta-voz deste novo encantamento para o Homem das sociedades de consumo:

Nesse lento processo de desencantamento, percebe-se um ser humano desejoso de encantamento, afinal, trata-se de um ser simbólico, que precisa encontrar na vida a “magia” que em grande parte deixou de existir nos moldes em que conhecia. Assim, a propaganda assume um papel fundamental, pois é com sua capacidade de construir e associar simbolismos aos produtos que o encantamento pode realizar-se, por meio do consumo (Silva 2009: 8).

Assim, e ao contrário do que poderá parecer, talvez, estranho ou original, é quase um dado transversal a muitíssimos estudos estabelecerem uma relação de muitas equivalências entre publicidade e religião³:

-
- 1 O texto da obra foi escrito entre 1904 e 1905 como ensaios. Mais tarde, em 1920, estes foram publicados em livro.
 - 2 Embora o âmbito deste texto não seja o debate filosófico e por isso, a este nível, se lhe possam apontar levezas de análise ou faltas de aprofundamento, agradeço ao colega João Mendes as sugestões e comentários trocados que me deram a possibilidade de verificar as ramificações que o tema pode ter no âmbito da Filosofia.
 - 3 O termo “religião”, como é compreensível, envolve um conjunto de realidades diferentes. Judaísmo, catolicismo, cristianismo, islamismo, budismo e tantos outros termos referindo correntes religiosas

Uma parte comum entre a publicidade e a religião é que ambas tendem a erigir-se como construtoras dos pilares da sociedade. Elas acarretam valores, sugerem princípios, orientações e estilos de vida que tendem a tornar-se (ou a querer tornar-se) transversais e dominantes numa sociedade:

para apartar la publicidad, o disminuir seriamente su papel, incluso en un ejercicio hipotético, se requeriría una reestructuración de todo el entramado social, que incluiría todas las formas de comunicación: literatura, arte e incluso lenguaje. Sería más o menos como querer hacerse una idea de la sociedad medieval sin la influencia de la Iglesia (Qualter 1994: 94).

Na verdade, se é inconcebível pensar a sociedade medieval sem a organização social, simbólica, de valores e crenças transmitidos pela religiosidade do tempo⁴, também não se pode pensar em sociedades como as atuais sem a publicidade: é ela que suporta financeiramente quase todos os espetáculos, o desporto, os meios de comunicação social; é ela que é o correio dos valores ligados aos objetos de prestígio e consumo que se erigem como objetos simbólicos para os componentes humanos destas mesmas sociedades:

Se a religião surge como o elo de ligação entre o homem e Deus, a publicidade surge como o vínculo entre o homem e os objectos. Nos dois casos, a mesma relação simbólica, a mesma expressão de fé. Na mesma perspectiva, Jhally (1995: 259) justifica a relação entre publicidade e religião pelas alterações sociais e culturais que conduziram a este novo estágio civilizacional: o vazio de tradição e valores operado pela transição para uma sociedade de consumo foi preenchido pelos conteúdos do discurso publicitário. Atenta observadora da cultura em que se inscreve, a publicidade reproduz as práticas sociais que lhe servem de ponte até ao consumidor, fomentando uma nova forma de ritualização através dos objectos de consumo. Religião e publicidade pertencem ao domínio do simbólico, dos significados codificados, das aparências. São ambas do domínio da sedução (Silva *et alii* 2011:304).

Parte importante desta visão que apresenta a publicidade como nova forma de religião assenta no facto de a publicidade fazer dos objetos do quotidiano objetos mágicos, objetos que atribuem um estatuto de prestígio ao consumidor e funcionam para ele com o mesmo poder de encantamento e milagre que outrora eram atribuídos

menores em número de fiéis (seitas, como por vezes se designam) cobrem este conceito, o que não significa que sejam “religião” nos mesmos moldes. Ao falar aqui de “religião e publicidade”, estamos sobretudo a considerar as religiões que têm ou tiveram mais influência nas sociedades onde a publicidade é estruturante, como as sociedades ocidentais, ou seja o cristianismo e, concretamente na sociedade portuguesa, o catolicismo.

4 “Las agencias de publicidad tienen una influencia moral tan poderosa como la Iglesia medieval” (Qualter 1994: 72).

aos objetos sagrados, dotados de poder de comunicação: “a publicidade equiparase a uma forma de religião perante as novas tribos do consumo, elevando meros produtos a objectos mágicos e transformando rituais de aquisição em rituais de comunicação” (Silva *et alii* 2011: 301).

Uma bolsa ou mala Chanel poderá parecer, a um leigo, igual a tantas outras (ou até mais feia), mas uma verdadeira “especialista” sente que a posse da referida bolsa lhe acarreta um prestígio e um estatuto social reservado apenas a poucos eleitos. As marcas e o seu poder baseiam-se nesta relação de encantamento e de simbolismo que a publicidade impõe aos objetos:

Acredita-se que na relação capitalismo-publicidade exista uma espécie de simbiose ao compreender-se que um precisa e depende do outro para atribuir valor simbólico aos objetos, e por consequência ao consumo.

A construção de significados se ancora nas ferramentas que a publicidade desenvolveu para dar sentido a parte de um mundo que tende ao desencantamento. Adotamos a idéia de que através da publicidade desenvolvida pelos investimentos capitalistas se ressignifiquem sentidos para a vida através do consumo.

Dessa forma, produtos e serviços podem se tornar fragmentos do projeto de felicidade e, lentamente, ingressaram na esfera de significação da vida humana que durante séculos havia se sustentado, quase que exclusivamente, no universo religioso.

[...] Ao se adquirir um objeto, pode-se supor que se compre toda a carga simbólica que a publicidade foi capaz de associar a ele (Silva 2009:11).

Não será, assim, de estranhar que o consumo seja percebido como a comunhão social dos tempos modernos e que os sítios mais icônicos desse consumo sejam, apelidados de “catedrais”. Na verdade, a expressão “Catedral de Consumo” para referir os centros comerciais é a prova dessa associação sentida entre o culto religioso e o culto dos objetos. E sendo a publicidade o canal de divulgação desses objetos de consumo, ela tende a aparecer como a responsável por tal doutrinação, pela *religião do consumo*.

1.2. O conflito publicidade-religião: corpo, beleza e sexo

No entanto, a questão da interseção entre a publicidade e a religião deve ser vista como dotada de mais complexidade do que a simples associação de alguns aspetos comuns entre as duas.

Ver apenas identidades entre religião e publicidade é muito redutor.

A publicidade não tem a estrutura de sistematicidade global da religião. Enquanto esta pretende constituir-se como um conjunto de normas, valores e crenças do todo social

e humano, dotado de coerência entre os valores que defende e propõe, a publicidade sabe que assenta em valores voláteis, transitórios, que não buscam cobrir de maneira uniforme os vários aspetos das vivências humanas. A publicidade não assenta num sistema coerente de valores, mas procura servir-se dos valores que numa dada altura (na altura em que funciona) a mesma sociedade (explícita ou implicitamente) tem como atrativos. E, assim, não é difícil descobrir na publicidade, de tão vastos e variados campos que cobre, valores e perspectivas entre si diferenciados ou mesmo contraditórios.

Por tal motivo (e por isso é que é uma percepção intuitiva generalizada) há aspetos que põem publicidade e religião em campos opostos. Por exemplo, as percepções relativas ao corpo enquanto componente do ser humano “total” poderão, muito esquematicamente, ser, em grande parte, apresentadas como antitéticas:

Publicidade	Religião
corpo, essência do eu	“alma”, essência do eu
prioridade ao corpo	prioridade à alma
beleza é física	essência da beleza é “interior”
finalidade básica, sobrevivência, salvar o corpo	finalidade básica, salvar a alma
ser humano situado no presente	ser humano projetado para o futuro
ser humano temporal, finito	ser humano intemporal, infinito
defender o bem estar corporal	martirizar o corpo pode beneficiar a alma (os sacrifícios, os “mártires”)

1.3. O aproveitamento do choque concetual

É notório, em variadas campanhas, como a publicidade aproveita este conflito ideológico sobre as conceções do corpo, beleza e sexo. Porque sabe que sempre terá sucesso em captar a atenção (primeiro e fundamental passo nos seus mecanismos de funcionamento) tanto pode apresentar o produto como metonímia implícita da perspectiva religiosa, como da própria religião em si mesma considerada. Quando a Benetton põe dois jovens (mesmo muito jovens, adolescentes –Figura 1) vestidos de padre e freira a beijarem-se na boca, busca essencialmente o choque de apresentar uma violação à percepção religiosa (da religião católica) sobre o corpo e o sexo.

Ou então, muito explicitamente, o confronto é assumido com a essência da religião, quando para se anunciar roupa (*jeans*) se apresenta, por contraponto, o corpo (quase) despido metonimizando a atividade sexual e se chama ao produto a “Verdadeira Religião” (*TRUE RELIGION*, Figura 2), querendo substituir, naturalmente, a “outra”, supostamente a “falsa religião”.



Figura 1



Figura 2

2. Perfumes, tentação e pecado: a construção do mito do “anjo pecador”

Não admirará, portanto, que os produtos que têm por finalidade tornar o corpo objeto de desejo e sexualmente mais atrativo apareçam anunciados com marcas de conflito com várias concetualizações religiosas.

Esse conflito é particularmente visível nos perfumes. Sendo este produto destinado a destacar, de forma especialmente notória, a presença do consumidor que o usa, é natural que as marcas queiram fazer que o mesmo consumidor se sinta único, que sinta que é o centro das atenções. É por esta razão que muitos dos nomes de perfumes se colam aos conceitos de egoísmo (*Égoïste, Ego, Ego Man, Ego Woman*), de vaidade (*Vanitas*, da Versace) e outros do gênero, conceitos esses que a tradição religiosa aponta como negativos e fontes de pecado. Mas estes produtos querem precisamente isso, transformar o consumidor num objeto de desejo carnal, num objeto capaz de provocar o pecado e, por isso, frequentemente adotam também palavras desta área lexical como marca: *Tentación, MySin, Seven Sins, RedSin, Delight Sins, Pecatto, Pecatto Originale, LePéché, Doce Pecado*, são tudo nomes de perfumes conhecidos (uns mais do que outros...). O anúncio da DKNY (Figura 3) é um protótipo bem representativo. Intitulado “BE DELICIOUS/ o perfume para mulher” quer acionar precisamente o mito da Eva pecadora: uma jovem, muito despida e de longos cabelos, com uma maçã na mão. Em primeiro plano, a embalagem do perfume, muito semelhante à maçã trincada que está ao lado.

O valor sedutor do corpo e do pecado são, assim, apresentados, como valores apetecíveis para o consumidor e, nesta perspectiva, podemos dizer que, nestes contextos (pecado sexual, mas não só: egoísmo, vaidade, ...), a publicidade apresenta como atrativos valores antirreligião. No entanto, é fácil de perceber que a perspectiva apresentada se destina sempre não a questionar a religião em si mesma, mas a apresentar o produto

como fornecedor de uma áurea apetecível que transforma o simples mortal num objeto irresistível de deliciosa tentação (*BE DELICIOUS*). Ou seja, o produto, conotando aspetos “pecaminosos”, não é para transformar pessoas normais em más pessoas, mas para transformar pessoas normais em “anjos tentadores/ anjos pecadores”.

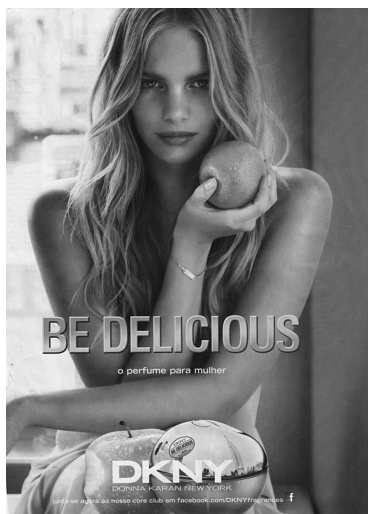


Figura 3



Figura 4

Este mito do *Anjo Pecador* (ou seja, um anjo que renega a religião) que subjaz a muitas campanhas de perfumes e produtos afins é particularmente evidenciado na campanha *Axe Excite* em que vários anjos caíam à terra à procura do jovem que usava *Axe Excite* e ao sentir o poder de atração do produto (usado pelo jovem) partiam as suas auréolas, atirando-as para o chão, mostrando, assim, que renunciavam a continuar a ser anjos. O título/slogan da campanha era “NEM OS ANJOS RESISTEM” (Figura 4): ou seja, quem usa o produto transforma-se num “anjo” irresistível, a que “NEM OS (verdadeiros) ANJOS RESISTEM”, mesmo que isso implique deixar de ser anjo “verdadeiro”.

3. O ser humano perfeito: da essência-alma à essência-corpo

O mito do Anjo Pecador é um dos eixos que evidenciam a substituição do ideal religioso pelo ideal consumista. A tão referida morte de Deus da sociedade de consumo substituiu as mitificações da “outra vida” futura por mitificações da corporalidade do presente. O corpo, no quadro presente, absorve as mais importantes dimensões religiosas atribuídas à alma, no quadro religioso.

Na realidade, o corpo passa a ser perspectivado como a essência do ser humano. Enquanto no quadro religioso cristão o Homem é um ser (“criado à imagem e semelhança de Deus”), cuja essência (a alma) se situa fora de um corpo perecível e passageiro, no enquadramento da sociedade de consumo o Homem identifica-se praticamente com a sua corporalidade, com a sua existência como ser corpóreo. O corpo passa a ser a “alma” do ser humano. Por isso, nesta mudança de enquadramentos, o corpo tem de herdar da alma a garantia (presente) de felicidade (futura) que esta prometia.

Sendo assim, transformando-se o corpo no instrumento humano através do qual podemos obter a felicidade, é importante, para a publicidade, reformular a visão religiosa do corpo como “contentor da alma” imperfeito e transitório. Optando pelo culto do corpo em detrimento do religioso culto da alma, o ser humano sabe que, cá, na vivência terrena, não pode esperar os ideais prometidos na “outra vida”: a perfeição e a eternidade. E como não pode esperar por essa “vida eterna” para obter a felicidade imaginada, a publicidade promete-lha já nesta vida, transformando esses ideais absolutos (perfeição e eternidade) em ideias possíveis.

É por isso que serão precisamente os conceitos de perfeição e eternidade aqueles que mais recorrentemente são expressos na componente verbal dos anúncios publicitários aos cosméticos e produtos para o “corpo perfeito”.

4. O papel da linguagem na construção dos mitos da perfeição e da eternidade

4.1. Magia simbólica e magia utilitária

Quando se diz que a publicidade carrega de simbolismo mágico os objetos que promove, ter-se-á que ter em conta que os objetos promovidos não constituem um todo homogêneo e a magia também não é toda do mesmo tipo. Embora, realmente, a publicidade sirva, essencialmente, para transformar produtos/serviços em objetos de alguma forma mágicos, essa magia adquire cores diferentes em virtude de serem também diferenciadas as finalidades e funções dos produtos promovidos.

Neste aspeto, os produtos de aperfeiçoamento corporal (digamos assim), como os cosméticos, possuem idiossincrasias que os distinguem da generalidade dos outros, especialmente daqueles que se destinam a serem portadores de simbolismo por funcionarem como produtos-etiqueta, produtos identificadores (moda, produtos de prestígio como carros, etc.).

Na realidade, nestes últimos a publicidade destina-se a fazer de mediadora e portadora do valor simbólico que a compra e uso do objeto vai proporcionar:

a publicidade actua como manipuladora dos signos de consumo e mediadora entre o homem e os objectos. Este poder conciliador atribuído à publicidade nas sociedades modernas, e que advém da própria necessidade humana de simbolismo, é também o que confere à publicidade um papel que era prestado pela religião nas sociedades tradicionais. Uma religião que reforça finalidades nos indivíduos, que reduz os medos e alimenta a fé. Se bem que as directrizes desta nova “religião” sejam as do consumo, o tecido simbólico em que se envolvem confere aos indivíduos uma porta aberta de significados que preenche as suas vidas (Silva *et alii* 2011: 303).

Efetivamente, os produtos podem passar a ser vistos como objetos mágicos tendo, frequentemente, por função essencial mais a finalidade da comunicação com os outros do que propriamente uma dimensão utilitária. É nesta interação que jogam (e querem fazer jogar) as marcas: uma mala Louis Vuitton não é desmesuradamente mais útil que uma mala “anónima”, mas é desmesuradamente mais cara. Transporta, contudo, uma dimensão mágica para determinado grupo de consumidores, dimensão essa que só se cumpre plenamente ao ser percecionada pelos outros⁵.

Nos produtos de beleza, o funcionamento dessa dimensão mágica é essencialmente para o próprio: podemos dizer, portanto, que são produtos percecionados prioritariamente como de funcionalidade utilitária para o consumidor. Eles não são adquiridos para os outros verem a marca, mas porque a marca é entendida como garantia de qualidade e eficiência. Daí que enquanto os produtos de moda/luxo não sejam acompanhados por argumentação justificativa da áurea mítica que supostamente transportam, os produtos de beleza têm que o ser, porque o argumento para os adquirir não é o olhar do outro, o reconhecimento do produto em si, mas o efeito que promete ter no consumidor. Neste sentido é quase uma antimarca: uma marca como Louis Vuitton só vale se os outros perceberem que o consumidor está a usar Louis Vuitton; os produtos de beleza, ao inverso, valerão tanto mais quanto menos se notar que o consumidor os usa, quanto mais “naturais” eles forem, produzindo resultados “sobre-naturais”.

4.2. Perfeição e eternidade: o milagre e o possível

Transformar os ideais absolutos da religião relativamente à alma (perfeição e eternidade) em ideais possíveis relativos ao corpo é a tarefa que, na sequência lógica do que se disse até aqui, intenta cumprir a publicidade dos cosméticos.

5 Como os fenómenos da moda implicam concepções de representação e simbolismo em sociedade, o exibicionismo ostensivo da marca leva, por vezes, ao aparecimento de um *lifestyle* inverso: alguns consumidores optam por produtos de marcas prestigiadas mas sem a exibição pública habitual, como que revalorizando a discrição e o antiexibicionismo. Esta discrição, contudo, é mais aparente que real, na medida em que, no seu círculo social, estes consumidores sabem que os outros sabem do seu comportamento, visto como denotando superioridade em relação ao “outro” exibicionista.

Assim, às evidências físicas do corpo, vai procurar contrapor ideais de que os produtos promovidos se constituem referências. Se para todos é um dado que a passagem do tempo é inexorável, com o creme X o tempo (quase que) “pode não passar”, porque os sinais da passagem do tempo podem não existir. E se os ciclos de vida naturais são nascimento-morte, com o creme Y a pele pode rejuvenescer, pode “nascer uma nova pele”, ou seja, podem alterar-se os ciclos naturais *nascimento > morte*, substituindo-os por *morte > renascimento / ressurreição*.

São relativamente diversificadas, embora bastante reiteradas, as lexicalizações que transportam estas concetualizações:

- o tempo “pode não passar”: *dominar o tempo; anti-age, anti-idade; anti-envelhecimento; tratamento reversivo anti-idade; forever; juventude eterna; mudança para sempre*.
- os sinais da passagem do tempo podem não existir: *pele imaculada; pele perfeita; perfeição infinita; tez ideal; idade perfeita; resistir aos efeitos do tempo*.
- podem alterar-se os ciclos naturais nascimento > morte com morte > ressurreição: *mais jovem amanhã; aperfeiçoador; regenera; nova pele desperta; pele renasce*.

A religião não tinha problemas nestas promessas de eternidade e renascimento —só que eram para a “outra vida”. Nesta, só por milagre.

A publicidade não fica atrás. Dentro do possível, também promete “milagres”, que quase dotam os humanos de características super-humanas (ver Figura 5). Só que agora, os milagres são apoiados pela ciência (daí a profusão de argumentação de aspeto científico). E reiteradas lexicalizações como *extraordinário, anti-imperfeições, milagre, ideal, sublime, mítico, deslumbrar, eclipsar, brilhar* procuram transmitir esta dimensão que ultrapassa a dimensão humana normal e que nos leva para uma dimensão mítica, como muitos nomes de produtos e respetivas referências tentam engatilhar (*anjos, aliens, elixir anti-idade > elixir da eterna juventude...*).

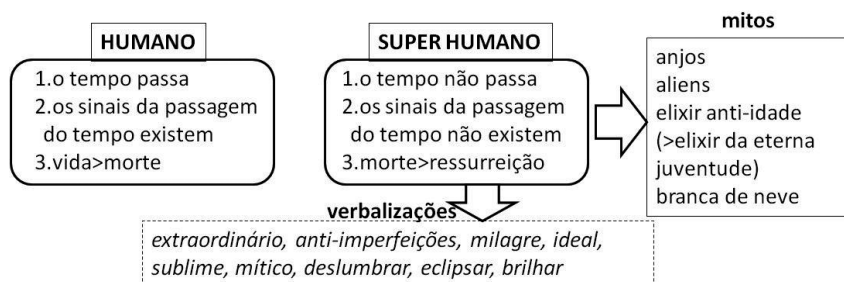


Figura 5

O conceito básico que suporta toda a estrutura concetual PERFEIÇÃO-ETERNIDADE é o conceito do domínio do tempo. E se, como é já um dado trivial afirmar-se, a publicidade não vende produtos mas vende ideias através dos produtos, *dominar o tempo* é essencialmente a ideia que se vende (Figura 6, com destaque do título do anúncio, à direita). As omnipresentes inovações lexicais, variantes de *anti-idade* / *anti-age*, que identificam os produtos servem de alicerce à construção do conceito.



Figura 6 (anúncio e destaque do título)

Note-se que, a nível de informação, através do uso linguístico, podemos dizer que estamos numa etapa de verbalização não meramente informativa, mas com desvio 1: a linguagem utilizada “passa” eficientemente no critério interpretativo do consumidor. Parece ser, apenas, uma questão de neologismos ou estrangeirismos em si mesmos prestigiados (*anti-idade* / *anti-age*) ou de metaforização (*dominar o tempo*).

Mas, na realidade, não é apenas isto.

Estes dois conceitos são fundamentais para acionarem o conceito de juventude (que se pode “adquirir”), valor de referência que se quer colar ao produto; e, como consequência, apoiando-se nos estereótipos das sociedades em que vivemos (tão acentuados pela publicidade), acionando o conceito de juventude, aciona-se o de beleza (esquema da Figura 7):

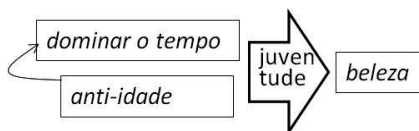


Figura 7

Ora o desvio informativo era necessário para possibilitar este esquema, já que sem estes conceitos (como veremos a seguir) não se pode aceder à concetualização final que se quer colar ao produto. E onde é que houve o desvio informativo?

Na realidade, a consumidora (permita-se a especificação), se racionalizar, sabe que o produto não diminui a idade que ela tem. Portanto, em rigor, não é *anti-idade*. O que faz, quanto muito, é disfarçar, esconder os sinais da passagem do tempo, da idade. Só que verbalizar a informação real torna mais difícil dar o passo seguinte, fazer com que a consumidora experimente alguma sensação de domínio da passagem do tempo. Mostrar o produto como sendo *anti-idade* (*anti-age*) relacionando esta faceta com *dominar o tempo* é muito mais atrativo do que se o anúncio apresentasse a informação real, indicando que “escondia os sinais da idade / passagem do tempo” e era um produto “anti-sinais da idade” (esquema da Figura 8). Esconder os sinais (da idade) não implica dominar o tempo. Mas se algo for *anti-idade*, isso sim, isso é, de alguma forma, *dominar o tempo*.

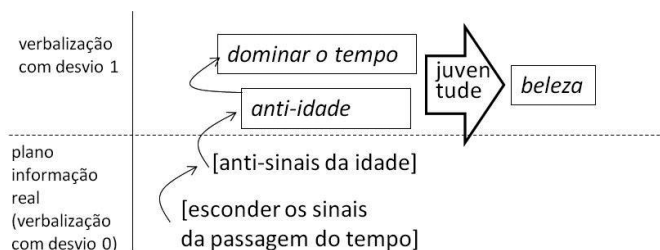


Figura 8

É esta promessa de domínio do tempo que, acionando o conceito de (permanente) juventude e, por implicação estereotípica, de beleza, permite passar ao domínio mítico-religioso. Os produtos que possibilitam dominar o tempo prometem o acesso (possível) a este plano mítico-religioso, a “eternidade” e a “perfeição” (esquema da Figura 9). Aqui, a verbalização ganha uma dimensão hiperbólica, havendo, por conseguinte, um ainda maior grau de desvio entre os referentes das palavras (as pessoas) e o significado dos termos utilizados (*anjo*, *perfeição divina*, *milagre*, *juventude eterna*...).

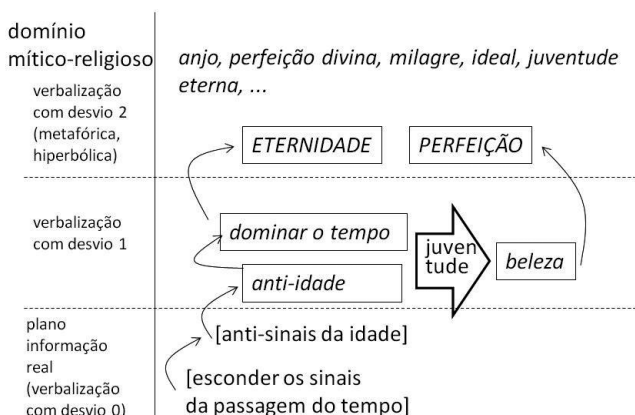


Figura 9

Não admira, por isso, que a linguagem deste tipo de produtos utilize precisamente palavras deste domínio: *Eternia, juventude eterna* (Figura 10), *Miracle, perfeição visível* (Figura 11), *Anjo, Angel, idéal, forever, cabelo mítico, pele imaculada, Perfeição infinita, Conforto divino* (Figura 12).



Figura 10



Figura 11

O título deste anúncio (*Perfeição infinita. Conforto divino*, Figura 12) expressa o ideal que resume a conceitualização utilizada por estes produtos: “juventude” sugerindo “perfeição” até à divindade. Aceitar que os produtos contribuem para a aparência de juventude, implica aceitar que contribuem para a perfeição possível, sendo esta a dimensão experienciável e atingível do divino.



Figura 12 (anúncio e destaque do título)

As campanhas destes produtos não querem convencer que com eles se atinge o divino, mas que contribuem para a experiencição mais perto possível do divino, da perfeição o mais infinita a que se pode ter acesso. Só assim se atinge a satisfação máxima possível, o conforto máximo, (quase) divino. Aquilo que a religião promete para a outra vida, o produto garante ser já possível experimentar um pouco.

4.3. O poder da metáfora nos mitos do renascer

Se, tal como globalmente em toda a língua, a metaforização concetual é um dos mais eficazes mecanismos linguístico-cognitivos, na publicidade e neste tipo de campanhas a metaforização joga um papel fundamental ao tentar retirar toda a vertente negativa que apresentam as palavras ligadas à idade. Assim, sendo no anúncio da Figura 6 apresentado um creme para pessoas com a pele mais idosa, a expressão da idade é substituída pela metaforização dos frutos: *pele madura*. É um bom exemplo de como o muito célebre título de Lakoff & Johnson (1980), *Metaphors we Live By* (as metáforas pelas quais vivemos) pode ser substituído por *Metaphors we Lie By* (as metáforas pelas quais mentimos)⁶.

Na realidade, esta metaforização retira à passagem dos anos a vertente percetiva de negatividade. A metáfora dos frutos, para a pele, desloca a positividade para o avançar da idade. É que se nos animais (e muito mais nos humanos), o máximo da positividade do conceito se situa antes do meio da vida (juventude), nos frutos situa-se no fim da vida (quando estão maduros): um fruto maduro é (entendido como)

6 Ver Teixeira (2013).

“melhor” do que um fruto não maduro (esquema da Figura 13)⁷. Por isso, é muito mais positivo dizer *pele madura* do que *pele idosa / velha*.



Figura 13

Outro domínio metafórico que, na publicidade a estes produtos, costuma aparecer ligado à passagem do tempo e ao rejuvenescimento é o domínio dia/noite, associando os conceitos de *nascer o dia* e *nascer de novo* de que o anúncio da Figura 14 (*DURANTE A NOITE UMA NOVA PELE DESPERTA.*) é um bom exemplo.



Figura 14

7 É cognitivamente muito interessante verificar como através da metaforização conseguimos perspetivas diferenciadas sobre a mesma realidade. Concretamente, neste caso, ao simpatizarmos mais com *peles maduras* do que com *peles idosas* o que estamos a fazer é ver apenas a parte positiva para nós, seres humanos, da metaforização que compara antropocentricamente dois conceitos e não uma comparação real e rigorosa “dos traços comuns” como defendia a teoria da Retórica sobre a metáfora. Na realidade, o aspeto positivo de “maduro” não tem muito a ver com a idade do fruto, mas com o facto de ele estar “bom” para ser comido. Em muitos frutos, estar maduro não implica muita idade (relativamente ao seu tempo de vida) porque pode conservar-se maduro durante muito tempo. Pela lógica da Retórica (das características comuns), se fosse assim que o processo metafórico funcionasse, uma *pele madura* deveria significar “pele boa para ser comida”, ou seja, uma pele na idade ideal para terminar a sua existência.

O facto de vários destes produtos implicarem ser usados à noite, sendo os resultados esperados para depois (para o “dia”), facilita a associação. E o que se faz é, essencialmente, conseguir mudar o paradigma da percepção do tempo.

Na verdade, quando referimos a passagem do tempo, globalmente entendemos o fluir entre um antes, passado, e um depois, futuro, numa *perspetiva linear*: o tempo move-se na nossa direção (*O Natal está a chegar*) ou nós movemo-nos em direção ao futuro (*Estamos a chegar ao Natal*). É assim que habitualmente concebemos o tempo, como uma linha que vamos percorrendo até a um fim existencial, sendo nestes moldes que percebemos a nossa idade.

Diferente é a *perspetiva cíclica* do tempo: este é entendido não como uma linha, mas como um ciclo, continuamente repetido e renovado, sem um ponto final. Os ciclos do dia, do ano, das estações, entram neste enquadramento perceptivo. Aqui não há fim, há renovação, renascimento, eternidade cíclica.

A lógica e a racionalidade ocidental relativamente à concetualização da existência humana só admitem a *perspetiva linear*; as religiões tendem a optar pela *perspetiva cíclica*.

Ora é precisamente isso que procura fazer a concetualização metafórica usada na publicidade dos cosméticos: estes não são apresentados como atuando na linearidade temporal (*atrasar o envelhecimento, prolongar a vida da pele*) mas como se possibilitassem que o tempo funcionasse ciclicamente (*renovação, rejuvenescimento, renascer da pele*). Um novo dia não é mais um a somar ao anterior, mas um tempo em que se nasce novamente: o tempo não é apresentado como sumativo, mas cíclico.

Quando, como no anúncio da Biotherm, se usa a metáfora do acordar (“nova pele desperta” por “nova pele nasce”) está-se a mudar da *perspetiva linear* do tempo para a *perspetiva cíclica*, “religiosa”. A pele é apresentada como adormecendo e despertando num ciclo de noite-dia e, tal como este ciclo é eterno, a pele também o pode ser. É por isso cognitivamente muito agradável aceitar a metáfora do *despertar* da pele *adormecida*.

4.4. Vaguidade semântica

As metaforizações assentes no renascer cíclico podem ser potenciadas por vaguidades semânticas que deixem o/a consumidor(a) escolher a interpretação mais atrativa (ver Figura 15, anúncio *L'Óreal*).

Ao não usar uma frase completa, mas apenas sintagmas sem um verbo de ligação, a estrutura linguística, ficando semanticamente vaga, permite as interpretações mais desejadas pelo consumidor, mesmo que não correspondam à realidade. O título

do anúncio *4 MILHÕES DE NOVAS CÉLULAS TODOS OS DIAS* imediatamente seguido do subtítulo *A SUA PELE “RENASCE”*, favorece a interpretação de que a pele renasce no ciclo dia-noite por causa do produto, responsável pelo nascimento diário dos 4 milhões de novas células.



Figura 15 (anúncio e destaque do título e subtítulos)

Obviamente que esta possível interpretação não corresponde à verdade: não é o creme de beleza que faz nascer por dia os 4 milhões de células⁸. Nem o anúncio afirma isso taxativamente, apenas a sua vaguidade possibilita essa associação. O testemunho apresentado pela atriz “Aos 50 anos tudo recomeça” reforça a plausibilidade dessa interpretação: é possível “renascer” quando já se caminha para o fim da idade adulta (velhice, para quem não precisar do eufemismo).

Porquê as aspas em *A SUA PELE “RENASCE”*?

Aparentemente, para mostrar que o renascer é metafórico. Mas vendo bem, o que é indicado como renascendo é a pele. Ora se é verdade que há uma parte da pele que é renovada (=reposta) todos os dias (e é deste facto real que o anúncio parte), o renascimento da pele não é metafórico, mas real. Não havia necessidade de usar as aspas. Pode estranhar-se, até, o escrúpulo do rigor aqui mostrado, quando

8 O nascimento de células para renovar a pele morta da epiderme é um processo natural que acontece diariamente em todos os seres humanos.

habitualmente a mensagem publicitária utiliza palavras da mesma família de *renascer* e outras como *divino*, *perfeito*, *celestial*, *eterno*, sem nenhuma aspas.

Aqui as aspas não são para suavizar a palavra, mas para a destacar. É a ideia de “renascer” que se quer colar ao produto. Por isso, toda a mensagem aponta para essa colagem, incluindo as aspas (desnecessárias semanticamente) que destacam a palavra “RENASCE”. Porque o que verdadeiramente se quer inculcar, não é o facto de uma parte da pele realmente nascer de novo todos os dias, mas a impressão de que essa pele que nasce de novo nasce “renascida”, ou seja, mais jovem do que o que realmente é: a pele de uma mulher de 50 anos nasce, não como pele de pessoa de 50 anos, mas pele “renascida”, como se fosse uma pele de uma jovem. A afirmação da atriz de que “aos 50 anos tudo recomeça” orienta esta interpretação. O “RENASCE” fica, assim, associado, através do produto anunciado, à globalidade da pessoa (“É você quem «renasce»”) e não apenas aos fragmentos da pele substituída todos os dias.

O esquema da Figura 16 procura representar a relação entre a vaguidade semântica possibilitada pela estrutura discursiva e a construção do modelo mental que o anúncio quer produzir. Parte-se da sugestão de uma relação de causalidade inexistente (entre o produto e o nascer de novas células na pele substitutas da pele morta), sugere-se essa causalidade (produto $\Rightarrow$ renovação celular) e a partir daí a metáfora do *renascer* completa o modelo mental que implica um tempo cíclico, de tal modo que “a pele renasce” “aciona” o conceito “você renasce”, justificando, assim, o testemunho apresentado: “Aos 50 anos tudo recomeça”.

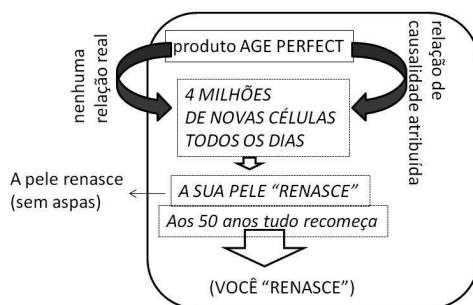


Figura 16

4.5. O mito da função informativa e a síndrome do Photoshop

Associa-se, frequentemente, na tradição estruturalista, *comunicação*, assinalada como função primordial da linguagem, com *informação*, de tal forma que os dois termos são muitas vezes apresentados como equivalentes. Ou então, se não vistos como idênticos, considera-se que a informação é a função predominante, é a função da linguagem

“normal”, apelidada de denotativa. A linguagem é entendida como um sistema, sobretudo com finalidade informativa, de transmitir informação entre um emissor e um recetor.

Ora a publicidade adora que acreditemos que a função prioritária da linguagem é esta, a de *informar*. Aliás, os próprios publicitários gostam de apresentar a sua atividade como essencialmente informativa e de divulgação de produtos e serviços.

Contudo, as mais recentes perspetivas teóricas sobre o funcionamento das línguas, como as teorias pragmáticas de análise do discurso e as perspetivas cognitivas, tentam evidenciar que a comunicação humana não tem por prioridade básica (função?) a informação neutra, mas variadas finalidades que partem sempre de um aspeto primordial: apresentar um ponto de vista, convencer o recetor ou alocutário (ALOC). Ou seja, se quisermos simplificar, não comunicamos essencialmente para informar ou transmitir conteúdos neutros, mas comunicamos, com diversificadas finalidades, para apresentar um ponto de vista que queremos que seja aceite pelo ALOC.

Obviamente que a função básica do discurso publicitário é a de convencer, de levar à compra do produto: mas isto não implica que o seu discurso verbal seja muito informativo ou formalmente muito argumentativo. Frequentemente não o é. Como vimos anteriormente (em 4.1. *Magia simbólica e magia utilitária*), os produtos que apelidámos de *magia simbólica* (objetos de marcas prestigiadas, como roupa, calçado, malas, óculos, carros), valem, para o consumidor, sobretudo como índices de atribuição de uma posição de pertença a um grupo ou nível social com quem ele, consumidor, se pretende identificar. Daí que, frequentemente, não se usem, nas campanhas a este tipo de produtos, verbalizações muito extensas ou argumentativas. Muitas vezes, na publicidade impressa, nem se usa praticamente nenhuma linguagem verbal, exceto o nome da própria marca.

Diferente é a finalidade da publicidade dos produtos de *magia utilitária*, como é a publicidade que agora analisamos. Nesta, que pretende levar o consumidor a comprar um produto que não se destina a ser exibido como uma marca mas valendo pelo seu caráter utilitário, a verbalização é geralmente bastante extensa, cheia de referências argumentativas visando convencer sobre as qualidades e vantagens do que se anuncia.

Habitualmente, o processo argumentativo assenta em múltiplas referências a termos de aspeto científico (do género “micro-Keratina”, “proteção UV SPF-20”) ou explicações supostamente científicas:

Mais que um anti-rugas, o 1º tratamento com LR 2412 capaz de fundamentalmente recriar uma pele verdadeiramente bonita, mais lisa, mais uniforme, mais luminosa. Pela primeira vez na nossa pesquisa, uma molécula foi concebida para se “auto-propulsar” nas camadas da pele. À sua passagem, ela desencadeia uma cascata de microtransformações cutâneas (Testes *in vitro*). Resultados: rugas, poros e imperfeições são corrigidos.

LR 2412: 20 patentes solicitadas. (Campanha Lancôme: Uma nova visão de pele perfeita. VISIONAIRE [LR 242 4%])

Evidentemente que não é por compreender a “cientificidade” desta argumentação que o consumidor vai aderir ao produto, até porque ele não conhece, nem percebe, nem pode comprovar a veracidade e o alcance do que é dito. Os termos técnicos, as fórmulas e os termos (pseudo)científicos⁹ são para transmitir uma ideia de confiabilidade e de fundamentação científica que explica os milagres (é frequente aparecer esta palavra expressa) do produto.

Mas, obviamente, esta argumentação de aspeto científico não é a mais importante na estrutura verbal do anúncio (e por isso ela não é geralmente a mais destacada). São os títulos e subtítulos do anúncio, o nome do produto e os slogans que verdadeiramente apontam o conceito que se quer fazer surgir. Veja-se o anúncio ao ELIXIR 7.9 da Yves Rocher (Figura 17).



Figura 17 (anúncio e destaques do título e subtítulo)

9 Que científicidade há em expressões vagas, com aspas e não explicadas como as apresentadas acima?: *uma molécula foi concebida para se “auto-propulsar” nas camadas da pele. À sua passagem, ela desencadeia uma cascata de microtransformações cutâneas (Testes in vitro).*

O servir-se de termos (pseudo)científicos e com pseudomedições rigorosas (“4x MAIS PROTEÍNAS DE JUVENTUDE”), com a nota a referir “Teste in vitro” serve para simular uma linguagem rigorosa e técnica. Mas o conceito que se quer fazer surgir e assimilar é o mítico conceito da “eterna juventude”: desde o próprio nome do produto (*ELIXIR 7.9*) ao título do anúncio utilizado (*INOVAÇÃO ANTI-IDADE*), à argumentação explicativa (*Limita os efeitos dos aceleradores de envelhecimento*), aos termos pseudocientíficos e um pouco absurdos utilizados (*funções de juventude ativas*) e acabando em fórmulas supostamente quantificadoras (*4 X MAIS PROTEÍNAS DE JUVENTUDE*), tudo se coordena para acionar o conceito mítico de *ELIXIR da Eterna Juventude* (esquema da Figura 18).

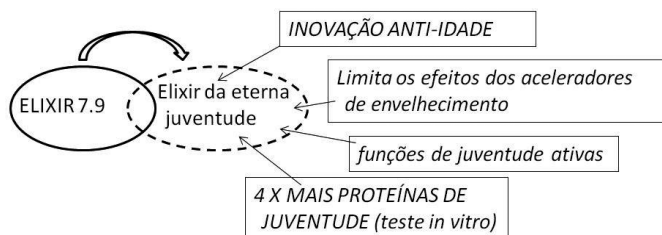


Figura 18

A argumentação através da linguagem utilizada, no sentido de mostrar que o que se apresenta é a “verdade”, pode mesmo, paradoxalmente, levar a (aparentemente) contradizer as linhas mestras da apresentação tradicional destes produtos. Se, como atrás vimos, o conceito de *milagre* subjaz a muita desta publicidade, dizer que não há milagres nos tratamentos parece implicar a opção por uma linguagem verdadeiramente séria e informativa, como no anúncio “Não existe um *milagre* contra as rugas.” (Figura 19).

Aparentemente, procura-se usar rigor na informação, desmitificando os “milagres” que os outros produtos prometem. Contrapõe-se, assim, milagre (prometido pelos outros) a rigor científico (do produto apresentado): “Não existe um *milagre* contra as rugas. Uma patente: o Resveratrol.”¹⁰

10 Veja-se como se busca induzir o consumidor a estabelecer uma ligação entre o produto cosmético e uma suposta mais-valia científica que o produto possui através de uma “patente”. Sugere-se que o resveratrol é qualquer coisa patenteado pela marca do produto cosmético publicitado. Na realidade, o resveratrol é uma molécula natural (um polifenol) que se encontra no vinho, na casca das uvas tintas, nas amoras e em dezenas de espécies de outras plantas. A marca cosmética não tem a patente de “o” resveratrol, mas, quando muito, de “um” resveratrol.

O implícito confirma o nosso ponto base: a publicidade sabe que a rede lexical que fundamenta este tipo de anúncios frequentemente aciona o conceito de “milagre”. E vendo bem, também neste anúncio o conceito de “milagroso” que o produto pode possuir não é negado. Só que, subentende-se, enquanto nos outros produtos os “milagres” são apenas promessas, neste o “milagre” tem uma justificação científica, consubstanciada em “Uma patente: o Resveratrol.” O *itálico*, fazendo associar as palavras *milagre* e *Resveratrol* (e depois *regenera* e *alisa*), completa a associação entre a patente e a justificada dimensão milagrosa que pode ter.



Figura 19 (anúncio e destaque do título)

E, assim, já se pode falar de *milagre* também para o produto apresentado, porque, sugere-se, ele faz *verdadeiros milagres*: a pele, no dia seguinte, está mais jovem (“De manhã, desperte com a sua pele mais jovem.”). Assim, acontece mesmo um milagre: o tempo voltou para trás! (ver esquema da Figura 20).

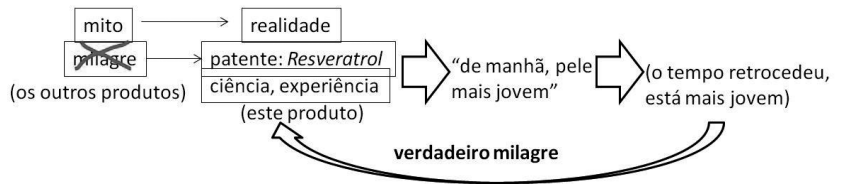


Figura 20

O que o anúncio faz, portanto, é começar por negar os milagres para terminar tentando convencer, que neste caso, é mesmo um milagre. Para além da versatilidade usada no conceito “milagre”, evidencia-se a importância deste tipo de concetualizações para os produtos de beleza.

A dimensão linguística de um anúncio –não é novidade dizê-lo– é sempre parte de um todo composto também por outras dimensões. Na publicidade impressa, os elementos icónicos e as imagens constituem a essência da respetiva estrutura. Neste âmbito, uma verdadeira e poderosa arma para convencer o/a consumidor/a e ajudar a “mostrar” como realmente os cosméticos fazem milagres é, em articulação com o texto, a utilização (manipulação) da imagem.

Ora as modernas técnicas digitais de tratamento de imagem (cujo protótipo é o *Photoshop*) permitem manipular imagens de tal forma que se transforma um rosto normal num rosto perfeito, qualquer pele numa pele absolutamente imaculada, sem defeitos, como se tivesse acabado de ser feita por um deus (ou para uma deusa). Por isso, a estrutura mais repetida destes anúncios (ver Figuras 6, 12, 14, 15, 17, 19) consiste em apresentar rostos femininos em grande plano (mesmo em *close-up*) enchendo uma página da revista (normalmente maior que A4) ou ainda enormes *outdoors*. Deste modo, esta apresentação visual que permite ver todos os pormenores da pele de um rosto aguenta bem *slogans* e títulos que falem de perfeição, de milagres e de renascimento ou “despertar” de uma nova pele (Figura 14- *Durante a noite, uma nova pele desperta*).

Através da apresentação de grandes planos do rosto, a mulher que busca ter uma pele *ideal, renascida, eternamente jovem, perfeita, divina* e sobre a qual a idade e o tempo não têm poder (por isso o produto é apresentado como sendo *anti-idade*), essa mulher pode, assim, confiar que a mensagem linguística, assente na rede lexical indicada, é verdadeira, porque pode ver *com os próprios olhos* como realmente a pele (supostamente) fica.

A tendência que temos para confiar nas imagens que os olhos veem ajuda a assimilação da ilusão do que as imagens perfeitas porque manipuladas espelham a verdadeira realidade (chamemos-lhe a *Síndrome do Photoshop*). Assim, a imagem, aliada a associações cognitivas e concetuais despoletadas pela mensagem linguística com técnicas de *neuromarketing*, transforma-se num poderoso mecanismo que reforça as perceções de perfeição e de eternidade como domínio do tempo que a linguagem verbal usada aciona e que dantes só as religiões se atreviam a prometer.

5. Em síntese: conflito e partilha

Em atividades e sistemas tão abarçantes como a religião e a publicidade, é compreensível que haja dimensões conflitantes e dimensões partilhadas.

Pode dizer-se que, na essência, as duas realidades não têm muita base comum, são realidades díspares, porque enquanto a primeira se propõe ser um guia comportamental através de um conjunto de dogmas sobre o ser humano e o seu destino na eternidade, a segunda é apenas uma técnica de convencer a comprar produtos destinados à vivência do imediato.

Mas talvez seja um pouco precipitado olhar, assim, apenas para a ramagem da floresta. A perda da força das crenças religiosas tradicionais fez da busca do imediato a finalidade principal das preocupações individuais e sociais. Este *carpe diem* renascido levou a que a publicidade seja vista como a ideóloga das sociedades modernas. Não é por acaso que vingou a referência “sociedade de consumo”, mas porque são as ideias sobre o consumo que, em grande parte, organizam a sociedade.

Sendo o âmbito desta reflexão delimitado à análise da linguagem verbal utilizada na apresentação dos produtos mais ligados à estética corporal, pode comprovar-se como, para os promover, a publicidade, assentando embora em crenças sobre o corpo e a sexualidade praticamente opostas às das religiões mais tradicionais das sociedades de consumo vai precisamente utilizar vocabulário do campo religioso.

Isto acontece porque a publicidade a este tipo de produtos, apresentando o corpo humano como o instrumento através do qual podemos conseguir a felicidade, tem necessidade de reformular a visão religiosa do corpo como “contentor da alma” imperfeito e transitório. Ao propor o culto do corpo, em vez do religioso culto da alma, a publicidade sabe que ficaria a perder se apenas apontasse para os aspetos reais a que o corpo está sujeito. Por isso, a publicidade pega nas promessas religiosas sobre a alma (perfeição e eternidade) e seduz-nos com a possibilidade de as experienciar corporalmente, promete já nesta vida transformar esses ideais absolutos em experiências possíveis.

E, deste modo, se compreende que sejam precisamente os conceitos de *perfeição* e *eternidade* (suportados pelo conceito de “milagre” tantas vezes sugerido e mesmo verbalizado) aqueles que mais frequentemente são expressos através da componente verbal da publicidade aos cosméticos e produtos para o ideal do “corpo perfeito”.

Para atingir essa finalidade, o anúncio tem de, por vezes, inverter a lógica e a racionalidade relativamente a vários conceitos aceites sobre a existência humana, nomeadamente os que englobam as percepções sobre o tempo. E aqui, neste tipo

de produtos, a publicidade muda para o paradigma religioso. A perspetiva linear, tão lógica e científica, é frequentemente substituída pela perspetiva cíclica, tão cara às religiões: o tempo não é sucessivo, a vida não termina, mas pode renovar-se continuamente, pode-se *renascer* vezes sem conta, o tempo / idade podem ser vencidos, porque tal como há produtos anti-caspa, anti-gordura e anti-qualquer defeito, também há produtos anti-idade.

E assim, assentando embora em dogmas antitéticos sobre o ser humano, publicidade e religião compartilham estruturas de expressão linguística com muitos pontos em comum. Isto só é possível pelo caráter abarcante, polissêmico e metafórico da linguagem e dos processos semânticos e só acontece porque, como humanos, é mais sedutor optar pela esperança do milagre do que pela aceitação da nossa insignificância e contingência mortal.

A religião acredita nisto. A publicidade, noutra dimensão e através da complexidade de uma das maravilhas mais humanas de que estamos dotados, a linguagem verbal, também se esforça para que acreditemos.

Referências bibliográficas

- Fam, K. S. & Waller, D. S. & Erdogan B. Z. (2004): “The influence of religion on attitudes towards the advertising of controversial products”, *European Journal of Marketing* 38 (5/6), 537-555.
- Jhally, S. (1989): “Advertising as religion: The dialectic of technology and magic”, em Angus, L. & Jhally, S. (eds.), *Cultural Politics in Contemporary America*, 217-229 (New York: Routledge).
- Jhally, S. (1995): *Os Códigos da Publicidade* (Porto: Edições ASA).
- Lakoff, G. & Johnson, M. (1980): *Metaphors We Live By* (Chicago: The University of Chicago Press).
- Lipovetsky, G. & Roux, E. (2005): *O Luxo Eterno - Da Idade do Sagrado ao Tempo das Marcas* (São Paulo: Companhia das Letras).
- Percy, Martyn (2000): “The Church in the Market Place: Advertising and Religion in a Secular Age”, *Journal of Contemporary Religion* 15 (1), 97-119.
- Pierucci, A. F. (2005): *O desencantamento do mundo. Todos os passos do conceito em Max Weber* (São Paulo: Editora 34).
- Qualter, T. H. (1994): *Publicidad y democracia en la sociedad de masas* (Barcelona: Paidós).

- Quelca Mamani, V. (2004): “El discurso religioso en la publicidad de Coca-Cola: Una aproximación semiótica a sus spots comerciales”, *Revista de Ciencias Humanas y Sociales* 20 (43). Disponível em <http://www.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1012-15872004000100005&lng=es&nrm=iso>. Consultado em 15.10.2014.
- Rey, J. (2006): “Publicidad y religión: Semejanzas y diferencias entre el discurso publicitario y el discurso católico”, *Trípodos* 18. Disponível em <http://www.raco.cat/index.php/tripodos/article/viewFile/40003/40078>
- Silva, S. & Galhardo, A. & Torres, R. (2011): “O ritual da comunicação e o ritual do consumo: novas tribos, novos rituais” em Pires, H. (ed.), *Comunicação e Sociedade* 19, 301-315.
- Silva, D. P. (2009): “O encantamento e o consumo. As relações entre publicidade e religião no início do século XXI.”, *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba, PR – 4 a 7 de setembro de 2009*. Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-2541-1.pdf>
- Teixeira, José (2013): “Metaphors, We Li(♥)e By: Metáfora, verdade e mentira nas línguas naturais”, *Revista Galega de Filoloxía* 14, 201-225. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/28321>

Revista GALEGa
de filoloxía

monogRAFía 10

Novas perspectivas
linguísticas

no espaço
galego-português

Maria Aldina Marques
Xosé Manuel Sánchez Rei
(editores)

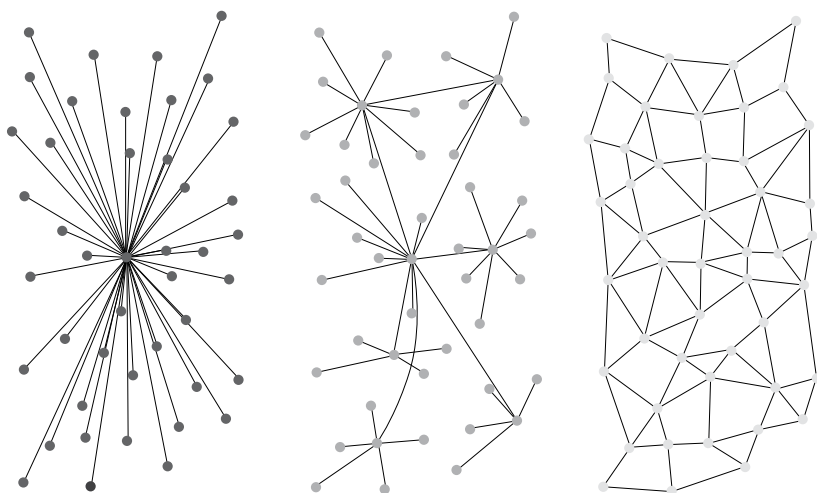
Internet e as linguas subordinadas: aproximación ao caso das linguas galega e maorí¹

Luz Varela Armas
Universidade da Coruña
Grupo ILLA
luz.armas@udc.es

1. Introducción

A realidade lingüística actual reflicte un esquema xerárquico en que atopamos linguas hexemónicas fronte a linguas subordinadas ou dominadas. Este esquema pode ser mantido e fomentado facilmente desde os medios de comunicación de masas tradicionais (prensa escrita en papel, radio, televisión), caracterizados por seren medios unidireccionais que emiten mensaxes limitadas a unha masa homoxénea (López & Calvo 2010: 32-34). Son medios facilmente controlábeis por parte dos sectores aos que lles interesa manter ese esquema xerárquico en diferentes ámbitos, e tamén no lingüístico. Con todo, o xurdimento e a expansión de internet supón unha ameaza directa a ese esquema de subordinación, pois internet xa non pode ser clasificado coma un medio de comunicación de masas no mesmo sentido que os medios tradicionais, pois non é unidireccional, senón que na rede todas as persoas podemos desempeñar os roles de emisoras e receptoras, isto é, trátase dun medio bi ou multidireccional. Para entendermos de xeito doado esta diferenza podemos acudir ao esquema de topoloxías de rede proposto por Paul Baran nos anos 60 do século XX:

¹ Este traballo enmárcase dentro das publicacións resultantes da estadia na Te Whare Wānanga o Waikato / University of Waikato (Kirikiriroa / Hamilton, Aotearoa / Nova Zelandia) financiada cunha bolsa Inditex-UDC 2014. O artigo non sería posíbel sen o asesoramento de Laura López-Fernández, Convenor, Graduate & International Student Adviser (Spanish) da Te Whare Wānanga o Waikato / University of Waikato, a quen lle queremos agradecer a súa axuda.



Esquema das topoloxías de rede de Paul Baran (de esquerda a dereita: centralizada, descentralizada e distribuída). Imaxe modificada a partir da publicada por David de Ugarte (2005-2007).

O esquema da esquerda ilustra unha rede centralizada, coma a que tiñan as redes de postas, un sistema que obrigaba a que calquera carta enviada desde un punto a outro pasase sempre pola capital, aínda que iso implicase que a carta tivese que facer un percorrido máis longo que indo directamente do punto de partida ao seu destino. O mesmo acontecía cos primeiros xornais, publicacións de carácter local elaboradas por e para as elites. Isto ten unha correspondencia no plano político con sistemas coma a monarquía absoluta. O esquema central é o dunha rede descentralizada, isto é, unha rede con varios centros, que podemos identificar co funcionamento do telégrafo ou, no plano dos medios de comunicación, a que xeran as axencias de noticias: son varios “centros” que filtran a información que chega aos xornais. Isto supuxo unha importante revolución a mediados do século XIX, cando xorde a axencia Reuter’s e a figura do xornalista profesional, pois os xornais deixaron de conteren só novas locais para incluíren tamén as internacionais a través das axencias de noticias. Esta nova situación fixo aumentar a pluralidade e, grazas a unha maior alfabetización, permitiu que a información chegase alén das elites. No plano político isto vai parello á emerxencia dunha estrutura de sindicatos e, co tempo, á aparición das democracias representativas universais. A expansión de internet abre unha nova realidade, a dunha rede distribuída que cuestiona o filtro que supoñen as redes descentralizadas en que funcionan os medios de comunicación tradicionais, xa que internet permite neutralizar a unidireccionalidade centros – periferia e facer emerxer unha multidireccionalidade entre nós iguais. No plano político podería dar lugar a sistemas coma a chamada pluralarquía, isto é, un sistema de decisións non binario

en que xorden iniciativas individuais ou colectivas ás que se unen as persoas que o desexen, de xeito que a dimensión que acaden esas iniciativas dependerá do grao de acordo que acade a sociedade en relación a esas propostas. Segundo diferentes autores, actualmente atopámonos nun momento de transición entre unha estrutura descentralizada e unha distribuída (Castells 2013; Ugarte 2005-2007).

Podemos identificar a realidade lingüística dominante coa dunha rede descentralizada: existen varios núcleos, as linguas hexemónicas, aos que están subordinados outros nodos, as linguas subordinadas. Nos casos que nos ocupan, identificamos relacións de subordinación do galego fronte ao español e do maorí fronte ao inglés. O estarmos vivindo unha transición cara a unha estrutura distribuída parece indicar que internet ten un gran potencial para atacar a relación de subordinación existente entre linguas hexemónicas e dominadas ou, o que é o mesmo, a priori internet ten un gran potencial para a normalización lingüística das linguas dominadas coma o galego ou o maorí. De feito, podemos constatar que grazas a internet as comunidades culturais e lingüísticas non hexemónicas xa acadaron un grao de visibilidade e proxección que, aínda que sexa pequeno, é maior que o que lles permitían os medios convencionais, pois a rede permite que calquera tipo de publicación sexa accesíbel desde todo o mundo en calquera momento, eliminando a limitación xeográfica e temporal.

Con todo, aínda que todas estas potencialidades son moi atractivas, cómpre que a euforia non nos cegue. Aínda existe un poder que reflicte claramente unha estrutura descentralizada, un poder que non está disposto a ceder sen máis perante un risco tan importante para a súa integridade como é internet. A característica fundamental que permite que internet sexa un medio distribuído é a neutralidade, un principio que consiste en que non debe existir ningún tipo de intervención na transmisión de mensaxes a través da rede por ningunha causa (contido, orixe, destino, a aplicación empregada etc.). Isto ten unha dobre vantaxe: por unha banda, permite o acceso á rede en igualdade de condicións e, por outra, preserva a privacidade (Dans 2010). Con todo, desde hai algúns anos esta característica intrínseca a internet está en perigo. Aínda que algúns países comezan a regulala por lei, a posibilidade dunha rede de dúas velocidades en que algúns servizos (os que lles pagan ás operadoras que xestionan os servizos de internet) se poidan consultar con máis rapidez e calidade que outros (os que non pagan) pecha a porta á igualdade de acceso á rede. Isto pode facer que, por exemplo, descargar un disco que compramos en liña, nunha web que ten un acordo coas operadoras, sexa moito máis rápido que descargar un disco que un grupo comparte de balde na súa propia web (López 2014). Mais non só as grandes empresas, aliadas coas operadoras, poñen en perigo a rede, senón tamén os gobernos, que forman parte dunha estrutura descentralizada, e que ven en internet unha ameaza. Así, por exemplo, coñecemos casos de espionaxe masiva na rede, coma os revelados por Eduard Snowden (2014), e censura exercida non só en países non democráticos (Contreras 2014), así como regulacións excesivas con

consecuencias negativas sobre a rede que se intentan xustificar con cuestións coma a seguridade ou o dereito á propiedade intelectual (González 2014). Todas estas son ameazas á igualdade de acceso á rede e á posibilidade de exercermos nela dereitos fundamentais e, en consecuencia, ameazas directas ás potencialidades que internet ofrece aos colectivos non hexemónicos, incluídos os lingüísticos.

2. Contextualización do pobo e da lingua maorís

Antes de iniciarmos o cerne deste traballo, a comparación da situación das linguas galegas e maorí na rede, consideramos oportuno realizar unha contextualización do pobo e da lingua maorís, debido a que o público potencial deste artigo pode non estar moi familiarizado coa súa realidade, polo que dedicaremos as páxinas que seguen a realizarmos unha breve introdución.

2.1. Breve percorso pola historia do pobo maorí

2.1.1. Maorí e moriori: aproximación aos primeiros pobos de Aotearoa

Antes de comezarmos cómpre aclararmos que a existencia dun pobo maorí non era algo que as diferentes tribos que habitaban Aotearoa (nome maorí de Nova Zelandia) visen así antes da chegada dos navegantes europeos. Crese que non empregaban a palabra *maorí* para se referiren a si mesmos, algo que xa se empeza a cuestionar a fins do século XIX (Atkinson 1892). As persoas identificaríanse coa súa *iwi* (tribo), *hapū* (subtribo) ou *whānau* (familia), mais non existiría unha identidade pan-tribal. A chegada de persoas foráneas faría necesaria a distinción entre as persoas orixinarias de Aotearoa e as que chegaran desde Europa, e este sería o momento en que as tribos comezarían a se autodenominar como *māori*, isto é, ‘normais’, fronte ás persoas europeas, *pākehā*. Para alén disto, tamén adaptaron o termo *tangata whenua*, isto é, “pobo da terra” (*tangata* significa ‘pobo’ en maorí, e *whenua* significa ‘terra’) para se referir a cada *iwi* ou *hapū* como algo diferente das persoas non maorís (Taonui 2013).

Con todo, cómpre preguntármonos se foron as persoas maorís foron as primeiras en poboaren o que hoxe coñecemos como Aotearoa ou Nova Zelandia. Durante o século XIX e principios do XX diversos estudos apuntaban que os primeiro pobo de Aotearoa fora o moriori, un pobo nómade que actualmente se considera indíxena das Illas Chatham, situadas ao leste do arquipélago de Aotearoa. Segundo estes estudos, este pobo estaría establecido en Aotearoa cando chegaron as primeiras persoas maorís, pertencentes a unha civilización superior, que xa desenvolvera a agricultura, e que desprazaría violentamente as tribos moriori, de xeito que quedarían relegadas ás Illas Chatham. Este suposto precedente, combinado coa teoría da evolución de

Darwin, foi empregado como xustificación da colonización europea, que implicou un importante descenso da poboación maorí: o pobo maorí causara a extinción do moriori do mesmo xeito que a colonización europea estaba a causar a extinción das tribos maorís, xa que as civilizacións inferiores estaban destinadas a desapareceren debido a leis naturais inmutábeis (Howe 2012).

Na actualidade as evidencias arqueolóxicas cuestionan esta versión da historia. Así as cousas, existe consenso en considerar que as primeiras persoas en poboaren Aotearoa son de orixe polinesia, e que chegaron por primeira vez arredor do 1200. Estas primeiras persoas serían, segundo as evidencias arqueolóxicas de que dispomos, os antepasados da actual poboación maorí. Esta chegada está recollida tamén na mitoloxía maorí, segundo a que as primeiras persoas maorís chegaron a Aotearoa en canoa desde Hawaiki, unha illa mítica en que os pobos polinesios sitúan a súa orixe. Consideran tamén que este é o lugar a onde van as súas almas despois da morte (Royal 2003). Entre o 1300 e o 1500 parte destes primeiros poboadores navegarían cara ao leste e chegarían ás Illas Chatham, onde desenvolverían unha cultura illada da do resto de Aotearoa, dando lugar ao pobo moriori. Na década de 1830 un veleiro con tripulación maorí viaxou ás Illas Chatham, e estableceríase así o primeiro contacto entre dúas civilizacións que tiñan a mesma orixe. Nese momento o pobo moriori rexíase pola Lei Nunuku, que toma o nome dun líder moriori do século XVI, Nunuku-whenua, quen, despois dunha guerra entre tribos, ordenou a abolición da guerra e do canibalismo. Era, por tanto, unha sociedade baseada no pacifismo cando a expedición maorí chegou en 1835, notabelmente debilitada, ás Illas Chatham. As persoas moriori axudáronlles a se recuperaren, mais cando isto aconteceu a expedición maorí comezou a se mostrar hostil e acabou por asasinar e escravizar ao pobo moriori, que non se defendeu por respectar a Lei Nunuku. Co tempo a presenza maorí nas illas iríase reducindo, e en 1970 xa case non ficaban maorís nas Illas Chatham. Con todo, nese ano a Native Land Court (corte creada polo goberno colono no século XIX e especializada en asuntos relacionados coa terra) resolveu o conflito concedéndolle a unha tribo maorí o 97,3 % das terras das illas, o que supuxo un duro golpe para o pobo moriori. Na actualidade residen nas illas persoas de sangue parcialmente moriori, mais moitas persoas consideran que este pobo se extinguiu coa morte do último moriori en 1933 (Davis & Solomon 2014).

2.1.2. A colonización europea

Sábese que expedicións españolas e portuguesas chegaron ao Pacífico desde mediados do século XVI, mais ningunha delas deixou ningún rexistro que indicase que chegaran a Aotearoa. Moitas delas ían na procura dun suposto continente situado no Pacífico: Terra Australis, un continente hipotético cuxa existencia se teorizara xa na Antiga Grecia. A primeira expedición europea en chegar a Aotearoa de que se

ten constancia foi a capitaneada en 1642 polo holandés Abel Tasman, quen chegou aos territorios da tribo Ngāti Tūmatakōkiri, na illa sur. O primeiro contacto entre estes navegantes europeos e a tribo maorí acabou con catro europeos mortos, o que fixo que Abel Tasman bautizase a baía a que chegou como Moordenaers Baij ('Baía dos asasinós'), ademais de nomear as novas terras como Nieuw Zeeland (en referencia a Zeeland, unha rexión holandesa), que daría lugar ao actual nome inglés. Pasarían máis de cen anos até a chegada de James Cook a Aotearoa, en 1769. Cook realizou dúas viaxes máis, unha entre 1772 e 1775 e outra entre 1776 e 1779. Nestas viaxes puido comprobar que Aotearoa era un arquipélago con dúas illas principais, mais non o esperado continente Terra Australis. Neste caso o encontro non foi tan violento, algo que se atribúe a unha actitude máis tolerante por parte de James Cook, así como á mediación de Tupaia, un tradutor tahitiano co que Cook contaba e que conseguía entender en parte a lingua das tribos maorís, aínda que isto non evitou que xurdisen algúns conflitos. A presenza inglesa en Aotearoa foi continuada desde este momento, e moitas mulleres maorís casaron con homes ingleses, o que facilitou o intercambio cultural, xa que as mulleres maorís aprendían inglés e os homes europeos aprendían maorí, para alén de que a súa descendencia sería xa bilingüe (Wilson 2012-2014; Tomlins-Jahnke 2014). Este contacto foi moi negativo para as tribos maorís, pois en moi pouco tempo o 74% da poboación maorí morreu por causa das novas enfermidades importadas polos europeos, como foi o caso da gripe. Con todo, non só as novas enfermidades supuxeron un importante risco para a supervivencia das tribos maorís, senón tamén as novas armas. Os mosquetes importados de Europa foron responsábeis, directa ou indirectamente, da morte dunhas 20 000 persoas maorís entre 1818 e 1840 en conflitos entre diferentes tribos (Keane 2012a; Tomlins-Jahnke 2014).

En 1840 redactouse o Tratado de Waitangi, un tratado bilingüe en inglés e maorí en que se formalizaba a relación entre a coroa inglesa e as tribos maorís, convertendo Nova Zelandia nunha colonia británica. Este tratado foi asinado por 500 líderes maorís en diferentes áreas de Aotearoa, moitas delas mulleres, algo que para os ingleses non era doado de entender nun momento que as mulleres non tiñan unha participación xeneralizada na vida política inglesa. As tribos que o asinaron fixérono coa finalidade de poderen comerciar con Inglaterra, mais tamén houbo tribos que rexeitaron o tratado por medo a perderen a súa independencia, e outras que nunca tiveron a oportunidade de o asinaren porque o tratado non chegou até elas. O tratado contén tres artigos, mais con algunhas diferenzas entre as versións inglesa e maorí. Na versión maorí, o primeiro artigo dálle á coroa británica o dereito de gobernar a terra, mais na versión inglesa dálle a soberanía sobre a terra. No segundo artigo dáselles aos e ás líderes maorís o control sobre todos os seus recursos e o dereito de os venderen á coroa inglesa, algo que tamén se confirma na versión en inglés, mais nela engádesse que as tribos maorís só lle poden vender terras á coroa inglesa en exclusiva. O terceiro artigo outórgalle ao pobo maorí o dereito da cidadanía británica

nas dúas versións. Na actualidade considérase como válida internacionalmente a versión maorí do tratado (Orange 2012; Tomlins-Jahnke 2014).

A pesar das negativas consecuencias demográficas para as tribos maorís provocadas pola colonización europea, nos anos seguintes á sinatura do Tratado de Waitangi a poboación maorí aínda era maioría e aínda posuía a maior parte da terra. Algunhas tribos obtiveron importantes riquezas a partir dos intercambios comerciais e investíronas en novas tecnoloxías (arado, muíño etc.) e mesmo en mercaren liñas de transporte marítimo para comerciar ao longo da costa de Aotearoa e con puntos de Australia. Esta época dourada para algunhas tribos maorís comezou a ser molesta para a poboación de orixe inglesa, que constituía o goberno colono. Esta posición dominante permitiulles aprobar regulacións que freasen o avance económico das tribos maorís, algo que foi especialmente molesto para as tribos máis ricas, as do norte. Isto deu lugar a revoltas por parte das tribos contra o goberno colono, o que fixo xurdir unha serie de batallas desde mediados do século XIX, especialmente na illa norte, que se coñecen coma as guerras de Nova Zelandia. Pertante esta situación, en 1863 o goberno colono tomou a decisión de invadir a rexión de Waikato (no centro da illa norte) e confiscar grandes extensións de terra. Con esta acción o goberno colono rompeu co acordado no Tratado de Waitangi e inferiu un duro golpe sobre a economía das tribos maorís, un golpe do que, segundo algunhas persoas, as tribos maorís aínda non se recuperaron na actualidade (Keenan 2013; Tomlins-Jahnke 2014). Os conflitos pola terra continuaron durante todo o século XX, mais 1975 supón un punto de inflexión nesta cuestión, pois, despois de fortes protestas maorís por causa da propiedade da terra, o goberno instauraría o Waitangi Tribunal, un tribunal encargado analizar as rupturas do tratado levadas a cabo polo goberno neozelandés e de propoñer medidas para a reparación dos danos causados, tanto no referente á propiedade da terra coma a outro tipo de cuestións (Derby 2014).

2.1.3. Da independencia de Nova Zelandia á actualidade

En 1907 o goberno de Nova Zelandia consegue a soberanía fronte á coroa inglesa, aínda que até 1948 as persoas habitantes do arquipélago seguían a ter cidadanía británica. Na actualidade a raíña Elizabeth II segue a ser a xefa do estado, algo cuestionado por diversos sectores da sociedade que consideran que se debería iniciar o camiño cara á república (McIntyre 2012). Con todo, este proceso de independencia non mellorou a situación das tribos maorís, pois tratábase da independencia dun goberno colonial fronte á súa metrópole, polo que o novo goberno independente de Nova Zelandia estaba composto maioritariamente por persoas de orixe inglesa. O primeiro parlamento do goberno neozelandés xa se establecera en 1852, mais só os homes que tiñan propiedades valoradas por riba dunha determinada cantidade podían votar, algo que limitaba a participación das persoas maorís, xa que a maioría das propiedades maorís eran colectivas. En 1867 lexislouse sobre a representación maorí no parlamento, que se

limitou a catro escanos (cando, se temos en conta o peso da poboación maorí, deberían ser entre 10 e 14 escanos). Neste momento todos os homes maorís maiores de 21 anos podían votar para elixir os candidatos aspirantes a estes catro escanos, mentres que os homes maorís con propiedades podían tamén votar para elixir candidatos dos escanos correspondentes aos europeos. En 1893 estableceíase o sufraxio universal, eliminando a discriminación por propiedades e por sexo. En 1993 o número de escanos maorís elevouse a sete ao se calcularen conforme á proporción de poboación maorí. Na actualidade as eleccións aos escanos xerais e aos escanos maorís celébranse o mesmo día, mais no último caso a participación está restrinxida ao colectivo maorí. Se un membro deste colectivo decide votar nas eleccións aos escanos maorís non pode votar nas xerais, e viceversa, pois toda a cidadanía neozelandesa ten dereito a un único voto. A existencia de escanos exclusivos para a representación maorí é unha cuestión controvertida: algúns sectores cren que se debe manter para a defensa dos dereitos maorís, mais outros consideran que se debe abolir por considerar que é un sistema racista ou que a poboación maorí xa está suficientemente representada no parlamento xeral (Taonui 2012; Tomlins-Jahnke 2014).

A organización política da poboación maorí comeza na década de 1890 coa fundación do The Young Māori Party e continúa até a actualidade. Durante todo o século XX xurdirían diferentes partidos maorís que accederían aos escanos reservados para as persoas maorís (The Rātana, Mana Motuhake, Maori Party). Na actualidade destaca o Mana Party, un partido en que participan tanto persoas maorís coma non maorís. Para alén dos partidos políticos, a defensa dos dereitos do colectivo maorí tamén se levou a cabo en gran medida desde o asociacionismo, especialmente a partir da segunda metade do século XX. O primeiro exemplo deste tipo é a Women's Welfare League, unha asociación de mulleres maorís que tiña como obxectivo velar polo benestar das mulleres e as familias maorís. En 1962 fundouse o New Zealand Maori Council para lle enviar propostas ao goberno sobre temáticas diversas (educación, propiedade da terra, dereitos de pesca etc.). Asociacións máis recentes son a Federation Of Maori Authorities (FOMA), fundada en 1987, ou o Tribal Leaders Forum, un foro de líderes tribais que non só lle envía propostas de diversas temáticas ao goberno, senón que tamén actúa como asesor en relacións internacionais (Taonui 2012; Tomlins-Jahnke 2014).

2.2. Aproximación á historia e á situación actual da lingua maorí

O maorí é unha lingua polinesia oriental da familia austronesia, falada en Aotearoa polas tribos maorís. Conta con tres variedades principais: a variedade leste da illa norte, a variedade oeste da illa norte e a variedade da illa sur (Higgins & Keane 2013-2014; PROEL). O maorí era a única lingua das tribos maorís antes da chegada das expedicións europeas, polo que as primeiras persoas europeas que chegaron a Aotearoa tiveron que aprender maorí para se poderen comunicar. Como xa

indicamos, neste primeiro período houbo moitos matrimonios entre homes europeos e mulleres maorís, matrimonios que tiveron descendencia bilingüe.

A comezos do século XIX produciuse un fenómeno de grande importancia para a lingua maorí: esta lingua non dispoñía de ningún sistema de escrita antes da chegada das expedicións europeas, mais en 1815 o misioneiro Thomas Kendall publicou o primeiro libro en maorí, trasladándoo á escrita empregando os caracteres usados na lingua inglesa: *A korao no New Zealand; or, the New Zealander's first book; being an attempt to compose some lessons for the instruction of the natives*. Cinco anos despois viaxaría a Inglaterra con dous xefes maorís, Hongi Hika e Waikato, para elaborar na Cambridge University, xunto co lingüista Samuel Lee, a primeira gramática da lingua maorí: *Grammar and vocabulary of the language of New Zealand*. Este traballo establecería as bases ortografía maorí e produciría un cambio inmediato na cultura maorí, que por primeira vez se convertería tamén nunha cultura escrita. A alfabetización espallouse rapidamente, xa que as persoas maorís comezaron a se aprenderen unhas ás outras a ler a escribir, así como a utilizaren esta nova ferramenta non só para poñeren por escrito os seus coñecementos, senón tamén para lle enviar propostas de diverso tipo ao goberno colono e á raíña de Inglaterra (Ministry for Culture and Heritage 2014; Tomlins-Jahnke 2014; Walker 2014).

Nun principio a poboación maorí non deixou de falar a súa lingua, mais diversos axentes foron fomentando o inglés fronte ao maorí. Un destes axentes foron as escolas fundadas polos misioneiros europeos que, aínda que nun primeiro momento tiñan o maorí como lingua vehicular, a partir de 1847 pasaron a empregar exclusivamente o inglés. Isto tivo un efecto asimilador moi forte, que ía alén do puramente lingüístico, pois tamén se formaba aos homes e ás mulleres maorís para que seguisen roles europeos fronte aos da súa propia cultura (lembrems, por exemplo, que as mulleres podían ser líderes de tribos, mentres que algo homólogo non se producía en Inglaterra). Mesmo se crearon internados coa finalidade de illar as nenas e nenos maorís das influencias da súa familia e facilitar a asimilación. En 1867 creáranse as Native Schools, inseridas dentro das propias comunidades maorís, mais cun currículo colonial e represor, un fito que faría avanzar aínda máis a asimilación lingüística e cultural (Higgins & Keane 2013-2014; Tomlins-Jahnke 2014).

Nos inicios do século XX boa parte da poboación maorí era xa bilingüe. O sistema educativo seguía a promover a expansión do inglés e, para alén disto, produciuse unha importante migración do rural á cidade que incrementou o contacto das persoas maorís coas pākehā (europeas). O inglés comezou a ser visto polo colectivo maorí coma unha ferramenta para o progreso e acabou por se converter na súa lingua maioritaria. Na década dos 70 do século XX iniciáronse entre o estudantado universitario fortes protestas contra as políticas do goberno prexudiciais para o colectivo maorí en todos os ámbitos, desde a propiedade da terra até a lingua. Como resultado destas protestas

instauraríase o día da lingua maorí e, posteriormente, a semana da lingua maorí, que aínda se celebra na actualidade. A principios da década dos 80 comézase a falar da morte da lingua maorí, na mesma altura en que comezan a aparecer voces que alertan sobre a morte do galego, aínda que cómpre remarcar que a situación do galego e do maorí era moi diferente nese momento, pois o galego seguía a ser a lingua maioritaria en Galiza, mentres que a poboación maorí falaba xa maioritariamente inglés. Esta alarma deu lugar a unha importante resposta: a inicios dos 80 empezaron a se poñer en funcionamento escolas primarias que empregaban o maorí como lingua vehicular; posteriormente fundaríanse escolas secundarias e, ao final da década, contarían mesmo con institucións de ensino superior integramente en maorí. Toda esta rede de centros educativos foi posta en funcionamento polo colectivo maorí, sen ningún apoio por parte do goberno. En 1985 o líder tribal James Henare pronunciaria as seguintes palabras fronte ao Waitangi Tribunal: “Language is the core of our Maori culture. It is the life force. If the language dies, as some predict, what do we have left? I ask our own people, who are we?”. Estas intervención, moi semellante á famosa cita de Castelao “Non esquezamos que se aínda somos galegos é por obra e gracia do idioma” (Castelao 2001: 65), non só lembra a importancia da lingua como elemento identitario para as tribos maorís, senón que tamén tivo importantes consecuencias: un ano despois o Waitangi Tribunal recoñeceu a importancia da lingua maorí, e ao ano seguinte converteríase en lingua cooficial en Nova Zelandia, xunto co inglés e a lingua de signos. Para alén disto, tamén se crearon órganos para a protección da lingua maorí e lexislouse para favorecer a inmersión lingüística nas escolas (Higgins & Keane 2013-2014; Tomlins-Jahnke 2014).

Este novo marco legal propiciou o desenvolvemento de medios de comunicación en maorí. En 1991 iniciáronse algunhas emisións de radio, e en 1993 había xa máis de 20 emisoras de radio maorís por todo o país. Neste ano emitíuse tamén un programa piloto de televisión, *Mai Time*, dirixido á mocidade maorí e procedente das illas do Pacífico. Con todo, non sería até 1998 cando o goberno anunciaría o lanzamento da *Māori Television*, unha canle cuxo obxectivo é a revitalización da lingua e da cultura maorís, aínda que tamén inclúe contidos en inglés. En 2008 iniciaría as súas emisións *Te Reo* (‘a lingua’), a segunda canle da *Māori Television*, que conta cunha programación integramente en lingua maorí (*Te Taura Whiri i te Reo Māori* a).

Tamén cómpre falarmos da toponimia, pois, aínda que a maioría dos topónimos que atopamos en Aotearoa son de orixe maorí, os máis importantes son os de orixe inglesa. Así, por exemplo, as principais cidades do país son coñecidas como Auckland, Wellington, Christchurch ou Hamilton e non polos seus nomes maorís (*Tāmakimakaurau*, *Te Whanganui-a-Tara*, *Ōtautahi* e *Kirikiri-roa*, respectivamente) (*Te Taura Whiri i te Reo Māori* b). O mesmo acontece co nome das dúas principais illas do país, coñecidas como North Island (illa norte) e South Island (illa sur). Os nomes maorís para estas illas, *Te Ika-a-Māui* (‘o peixe de Maui’) e *Te Waipounamu*

(‘augas do xade’), son oficiais desde 2013, mais son cualificados polo goberno como topónimos oficiais alternativos (Keane 2009; Williamson 2013). Por outra banda, non existen evidencias de que as tribos maorís tivesen un nome para todo o arquipélago antes da colonización, xa que non existía a consideración do arquipélago coma un país (do mesmo xeito que tampouco existía un nome pan-tribal para o pobo maorí, como xa indicamos). Con todo, na actualidade a forma Aotearoa (‘gran nube branca’²) é empregada tanto por maorís como por non maorís para se referir ao conxunto do país, aínda que o nome máis coñecido segue a ser New Zealand (Nova Zelandia). Aotearoa era outro dos nomes que se lle aplicaban á illa norte, mais emprégase como sinónimo de New Zealand polo menos desde a década de 1870, aínda que é probábel que xa se empregase con este significado con anterioridade (Keane 2009). Para alén disto, cómpre apuntar que existe un importante número de topónimos maorís que aínda non están recoñecidos como oficiais (Land Information New Zealand).

* * *

Despois de percorrermos a historia das tribos maorís e da súa lingua, consideramos que os prexuízos ocasionados pola colonización europea foron e son moi fondos, e que as recentes medidas de protección da lingua e da cultura maorís non son suficientes e chegaron demasiado tarde. Proba disto é que, segundo datos do Ethnologue, en 2013 había 599 000 persoas de etnia maorí, mais só 148 000 eran quen de entender o maorí e, deses, entre 30 000 e 50 000 persoas maiores de 15 anos son as únicas capaces de o falaren. É dicir, só o 8,35% da poboación maorí é quen de falar a súa lingua, e só o 25% é quen de entendela (Ethnologue 2013). Estes datos sitúan o maorí nunha situación moito máis crítica que a do galego, pois, segundo datos de 2011, o 98,59% da poboación é quen de entender o galego e o 90,78% di ser quen de falalo (IGE 2014), mentres que só o 4% da poboación total de Nova Zelandia é quen de falar maorí. Esta é unha situación que, como xa se alertaba nos anos 80 do século XX, sitúa o maorí a piques de desaparecer (Higgins & Keane 2013- 2014).

3. Galego e maorí en internet

A análise comparativa da situación de dúas linguas na rede é un traballo moi amplo e complexo coma para o abranguermos de xeito integral, e menos na extensión dun artigo. Con todo, consideramos que podemos realizar unha primeira aproximación comparativa analizando algunhas cuestións concretas. Despois de repasarmos o noso coñecemento da historia e da situación da lingua galega na rede e de consultarmos

2 Este significado é coherente coa mitoloxía maorí, segundo a que as primeiras canoas que chegaron a Aotearoa desde Hawaiki viñeron guiadas por unha gran nube branca polo día e por unha gran nube de luz pola noite (Oakley 2009).

diferentes fontes para coñecer a historia e situación da lingua maorí, seleccionamos algúns dos aspectos que consideramos máis relevantes para o noso estudo comparativo. En primeiro lugar, analizaremos como e cando se produciu a incorporación destas linguas á rede. Seguidamente deterémonos nos recursos lingüísticos que foron xurdindo na rede para estas dúas linguas, de grande importancia para a súa visibilización e o desenvolvemento de actividades posteriores. En terceiro lugar centrarémonos nunha actividade que presenta moitas potencialidades para colocar as linguas dominadas ao par das hexemónicas, cando menos, nun ámbito concreto: a localización de software e, en concreto, a localización de software libre. Para rematar, analizaremos unha cuestión clave para a visibilidade na rede dun colectivo cultural e lingüístico determinado: a existencia dun dominio que o represente.

3.1. Incorporación á rede: as primeiras páxinas web

A incorporación dunha lingua dominada a internet é unha das primeiras diferenzas que detectamos con respecto aos medios tradicionais, pois adoita producirse moi axiña, mentres que nos medios convencionais o habitual é que pase moito tempo entre a chegada do medio á poboación falante dunha lingua subordinada e a chegada desa lingua ao medio. Neste aspecto, os casos galego e maorí son semellantes, pois as primeiras páxinas web con contidos en ambas as dúas linguas son anteriores expansión de internet a toda a poboación (podemos considerar que a expansión de internet se produce desde os inicios do século XXI). Así, no caso galego adoita farse da web creada por Alfonso Xavier Canosa en 1994 desde a Aberystwyth University de Gales, unha relación de recursos sobre Galiza e o galego, como a primeira web en galego. Cómpre indicar que o propio autor apunta que é posíbel que xa existisen outras páxinas en galego naquel momento (Rial 2014). Porén, nos antípodas considérase que a primeira web maorí é Hawaiiki to Hawaiiki - The Maori people of Aotearoa / New Zealand³, creada en 1995 por Ross Himona (Kaumatua) (Alia 2012: 225). Con todo, malia a proximidade temporal, notamos xa unha importante diferenza entre os dous casos: mentres que a web de Alfonso Xavier Canosa se caracteriza por estar en galego, a de Kaumatua trata tema maorís (é especialmente coñecida polos seus contidos de xenealoxía maorí –*Whakapapa Maori*–), mais na lingua maorí ocupa un lugar secundario, pois a lingua principal da web é o inglés. A versión actual da páxina ten algúns contidos en lingua maorí, mais a portada e a maioría dos seus contidos están só en inglés⁴. Só un ano despois xurdiría [maori.org.nz](http://www.org.nz) unha páxina sobre asuntos maorís, mais tamén maioritariamente en inglés. Na actualidade conta cunha sección dedicada á lingua maorí, con recursos, cursos en liña e outro tipo de materiais, mais todos eles accesíbeis desde o inglés e cunha

3 <http://www.maaori.com>

4 <http://www.culture.co.nz>

presenza secundaria do maorí (maori.org.nz). En 1998 xurdiría un dos maiores foros sobre a cultura maorí na rede, Aotearoa Cafe, un foro hoxe inactivo, mais baixo o enderezo orixinal (<http://www.culture.co.nz>) aínda podemos acceder á web Maori Culture Online, en que atopamos diversas ligazóns sobre cultura maorí. Deste foro saíron iniciativas coma Tā moko (2001), unha web en que se analizaba a historia das tatuaxes (*moko*) maorís e o seu significado, ademais de criticar o uso comercial e supeficial que se estaba comezando a facer desta arte. Con todo, Aotearoa Cafe é un foro especialmente coñecido por considerarse que algúns dos seus integrantes estiveron implicados nun ataque DDoS⁵ contra a empresa Lego en 2001, por empregar o nome de tribos maorís nos seus produtos sen lles pedir permiso. Isto fixo que Lego se desculpase e prometese non usar máis nomes maorís en futuros produtos, así como desenvolver un código de conduta ao respecto. O colectivo maorí de Aotearoa Cafe chegou a ser cualificado como *ciberterrorista* por estes feitos (Thompson 2002). Podemos atopar certos paralelismos co que estaba a pasar coa cultura galega na rede naquel momento. Así, en 1995 créase a primeira rolda ou lista de distribución (uso especial do correo electrónico consistente en empregar un conxunto de enderezos electrónicos para desenvolver debates en liña) en que o galego foi lingua habitual, arredor do enderezo galego@birmingham.ac.uk; pouco despois xurdiría a rolda galicia-I e o grupo de novas de Usenet soc.culture.galiza (Romero & Vaquero, 2001: 138 – 139; soc.culture.galiza). Con todo a diferenza segue a ser clara: mentres que o galego está intimamente vinculado á presenza de temas galegos nesta altura, non acontece o mesmo cos temas maorís, maioritariamente transmitidos en inglés. En 1997 creouse a The New Zealand Māori Internet Society, impulsada tamén por Kaumatua (o creador da primeira páxina web sobre asuntos maorís), unha organización nacida para representar na rede todos os asuntos relacionados coa cultura maorí, mais que só emprega o inglés na súa web. Posteriormente aparecen diferentes portais sobre temas maorís, coma maorinews.com, así como blogues sobre temas maorís, mais o inglés segue a ser a lingua dominante en todos estes medios. Non atopamos nas nosas procuras ningún portal web que puidese ter para a lingua maorí a mesma importancia que tivo Vieiros, a Ciberirmandade da Fala⁶ ou galego.org⁷ (Romero & Vaquero, 2001: 139-141). Tampouco detectamos ningún fenómeno semellante ao que supuxo o *blogomillo* galego nos primeiros anos do século XXI (Colaboradoras/es da Galipedia 2013), pois, aínda que existen blogues sobre temática maorí, empregan maioritariamente o inglés e non parece que existise nin exista unha blogosfera, isto é, unha comunidade de blogues, tan cohesionada como foi o *blogomillo* no seu momento.

5 Siglas do inglés *distributed denial-of-service* ‘ataque distribuído de denegación de servizo’, un ataque conxunto contra un sistema coa finalidade de o saturar para o facer inaccesíbel (AETG 2008 - ...).

6 <http://www.ciberirmandade.org>

7 <http://web.archive.org/web/19970327010936/http://www.galego.org>

Así as cousas, unha primeira pesquisa pódenos facer pensar que a incorporación do galego e do maorí á rede se deu máis ou menos ao mesmo tempo, mais existe unha diferenza moi importante no nivel de uso dunha e doutra lingua na rede. Como viñemos vendo, o galego está intimamente ligado aos temas galegos desde o primeiro momento, e o abano temático foise ampliando co paso do tempo (especialmente no *blogomillo*); mentres que o maorí está restrinxido á temática maorí e, mesmo neste caso, ten unha presenza testemuñal. Isto é unha mostra clara da diferente situación que vivían e viven estas dúas linguas, xa que, aínda sendo ambas as dúas linguas dominadas, a lingua maorí atópase nun estado extremadamente crítico ao comparármola co galego.

3.2. Recursos lingüísticos

Internet ofrece a posibilidade de publicar recursos lingüísticos que poidan axudar ás persoas usuarias das linguas a resolver dúbidas de diferente tipo. Isto é especialmente importante no caso das linguas dominadas, pois estes recursos poden ser unha boa maneira de combater a inseguridade lingüística, algo frecuente nas persoas falantes destas linguas e que pode frear o seu uso, especialmente na escrita e / ou en contextos formais. Tamén son ferramentas moi importantes para as persoas que queren aprender esa lingua. Na nosa análise comparativa ímonos centrar en catro tipos de recursos principais: recursos lexicográficos, correctores, tradutores e, finalmente, trataremos outros recursos didácticos de diferente tipo.

3.2.1. Recursos lexicográficos

Un dos primeiros recursos que atopamos na rede son as obras de carácter lexicográfico. No caso galego, xa en 1996 o sitio galego.org publicara un vocabulario galego – inglés – galego (Romero & Vaquero 2001: 374). Ao ano seguinte publicárase a primeira edición *Diccionario da Real Academia Galega*, con 25 000 entradas, e, posteriormente, a súa edición en liña. Na web indícase a data de 1997, mais non sabemos se se trata da data de publicación do dicionario na rede ou do dicionario en formato físico. Se recorremos a Internet Archive (unha biblioteca dixital que realiza capturas periódicas de boa parte das páxinas web existentes), a primeira captura dispoñíbel data do 22 de xuño de 2008 (Real Academia Galega 1997). Con estes datos non podemos definir con seguridade a data de publicación da versión en liña do dicionario, mais podémola situar con anterioridade ao 22 de xuño de 2008. Tratábase, ademais, dun dicionario sen actualizar con respecto ao cambio normativo de 2003. Desde 2005 está publicada a versión en liña do *Dicionário Estraviz*, que segue a norma AGAL e que na actualidade conta con máis de 129 000 entradas (Estraviz & Durão 2005 - ...). Por outra banda, segundo a data de inicio do seu contador de visitas, o *Dicionario Ir Indo* estaba dispoñíbel na rede, cando menos, desde o 23 de abril do 2008. Este dicionario, que posteriormente sería

coñecido como *Digalego*, incluía xa os cambios normativos acordados en 2003 (Ir Indo Edicións 2008a). Esta editora tamén publicou en liña a *Enciclopedia Galega Universal (EGU)*, dispoñíbel desde xullo de 2008 na rede, aínda que en outubro de 2010 o acceso deixou de ser gratuíto para o público en xeral, igual que no caso do dicionario. En 2011 a Consellería de Educación e Ordenación Universitaria facilitou o acceso gratuíto ás ferramentas para o profesorado (El País 2008; Fernández 2010; Galicia Confidencial 2011; Ir Indo Edicións 2008b). Así as cousas, desde 2010 non existía na rede ningún dicionario completo, actualizado e de acceso público e gratuíto na normativa oficial. Non sería até 2012 cando a Real Academia Galega crearía o portal realacademiagalega.org (accesíbel tamén actualmente desde o enderezo academia.gal) con recursos diversos, entre os que se atopa un novo dicionario actualizado e ampliado (Real Academia Galega 2012). Por outra banda, cómpre facermos unha referencia importante á *Galipedia, a Wikipedia en galego*, un proxecto que bota a andar o 8 de marzo de 2003, só dous anos despois do nacemento da *Wikipedia* (Colaboradoras/es de Meta 2014a). Este proxecto colaborativo é unha boa mostra da demanda da existencia dunha obra deste tipo na rede, pois en outubro de 2014 a Wikipedia en galego sitúase no posto 47 de 287 na clasificación das Wikipedias por número de artigos, e no 34 na clasificación de falantes por artigo (Colaboradoras/es de Meta 2014a, 2014b). Nestas mesmas datas, o *Galizionario*, dicionario colaborativo asociado á *Wikipedia* creado tamén en 2003, contaba con máis de 42 000 entradas e situábase no posto 42 de 171 por número de entradas (Colaboradoras/es de Meta 2014c). Para alén destes proxectos, na actualidade o galego conta con ferramentas lexicográficas de diferente tipo, tanto pensadas para o público en xeral (por exemplo, o *Dicionario de pronuncia da lingua galega*⁸) coma para a investigación (coma os diversos recursos que podemos consultar no *Recursos Integrados da Lingua Galega*⁹), e que sería imposible detallar neste traballo.

No caso do maorí é probábel que se publicasen algúns vocabularios semellantes ao de galego.org antes da chegada do novo século, mais non fomos quen de localizar ningún. A obra lexicográfica de máis antiga publicación na rede que detectamos foi o *Ngata Dictionary*¹⁰, dispoñíbel na rede cando menos desde 2002 (Learning Media 2002). Trátase dun dicionario bilingüe inglés - maorí - inglés que só achega a forma equivalente na outra lingua acompañada de exemplos. Este dicionario está baseado na obra do mesmo nome iniciada por Hōri Mahue Ngata e rematada polo seu fillo, Whai Ngata, inicialmente publicada en papel en 1993 (Ngata 2013). En 2003 publicaríase o *Māori Dictionary*¹¹, un dicionario que permite buscas en

8 <http://ilg.usc.es/pronuncia>

9 <http://sli.uvigo.es/RILG>

10 <http://www.learningmedia.co.nz/ngata>

11 <http://www.maoridictionary.co.nz>

inglés e maorí e que, para alén de achegar o termo equivalente, inclúe tamén definicións e exemplos, e permite restrinxir as buscas segundo diferentes criterios. Trátase dun dicionario en liña que recompila diversas obras lexicográfica da lingua maorí. En 2006 a Victoria University of Wellington publicou na rede, no marco do proxecto New Zealand Electronic Text Collection, o dicionario inicialmente publicado por Herbert W. Williams en 1957, *A Dictionary of the Maori Language*¹², un dicionario con lemas en maorí e definicións en inglés. Con todo, só contén o texto dixitalizado, non permite buscas nin filtrar os resultados empregando criterio ningún. Cando menos desde 2011 está dispoñíbel *Maori word*, un dicionario que permite facer buscas en inglés para obter o termo maorí equivalente (Maori word 2011). En 2010 rexistramos as primeiras capturas do do *Papakupu Pūtaiao*, un dicionario de ciencia que permite buscas en maorí e inglés, mais que, a diferenza dos anteriores, presenta un uso maioritario da lingua maorí (Ministry of Education 2010). Este dicionario forma parte dun portal do Ministry of Education neozelandés, Te Kete Ipurangi (TKI), en que o uso do maorí é bastante alto se o comparamos con outras páxinas semellantes. Con todo, este non é o único dicionario específico, cando menos desde 2011 tamén está dispoñíbel o Te Reo Pāngarau, un dicionario bilingüe de matemáticas que presenta a peculiaridade de nos permitir escoitar a pronuncia das formas maorís (Te Reo Pāngarau 2011). Cómpre indicar que ningunha destas obras indica o número de lemas que inclúe. Por outra banda, canto ás obras lexicográficas colaborativas, a versión maorí da Wikipedia foi creada en 2004, tres anos despois da creación do proxecto global (Zachte 2014). En outubro de 2014 contaba con máis de 7000 artigos, que a sitúan no posto 137 de 287 en relación coas outras linguas presentes na Wikipedia. A lingua maorí non se atopa na listaxe de número de falantes por artigo na Wikipedia en que si está o galego (20,1 falantes / artigo). Con todo, se temos en conta que o número de falantes con fluidez en maorí está entre 30 000 e 50 000 obtemos unha media de entre 4,25 e 7,01 falantes por artigo, o que a colocaría entre os postos 11 e 17, moi por riba do posto 34 da *Galipedia*. Se temos en conta só as persoas con competencia pasiva (148 000) a media ascendería a 20,94, case á par do galego; 84,76 falantes por artigo sería a media se temos en conta toda a poboación maorí (599 000 persoas) (Colaboradoras/es de Meta 2014a, 2014b). Estes datos parecen indicar que a comunidade de persoas editoras da Wikipedia con competencia na lingua maorí é moi activa, cando menos, case tanto coma a comunidade galega se temos en conta as persoas con competencia pasiva, un indicio de que existe unha demanda importante por parte das persoas falantes de maorí para que se poida acceder ao coñecemento na rede na súa lingua. A versión maorí do *Wikitionary* iniciouse en 2005 e en outubro de 2014 contaba só con 194 artigos, o que a sitúa no posto 133 das 171 linguas con *Wikitionary* (Colaboradoras/es de Meta 2014c;

12 <http://nzetc.victoria.ac.nz/tm/scholarly/name-122722.html>

Colaboradoras/es do Wiktionary 2014). Atopamos tamén outras ferramentas máis especializadas, coma o *Polynesian Lexicon Project Online*¹³, un dicionario comparativo das linguas polinesias dispoñíbel na rede desde 2011, mais este tipo de ferramentas son moito máis escasas que no caso galego.

Cómpre indicar que as obras lexicográficas en liña máis importantes das dúas linguas contan con aplicacións para dispositivos móbiles, tal é o caso do *Diccionario da Real Academia Galega* e do *Māori Dictionary*. Con todo, atopamos unha importante diferenza: mentres que a primeira é gratuíta a segunda é de pagamento, algo que, ao noso entender, non axuda a mellorar a crítica situación da lingua maorí, aínda que os prezos das aplicacións sexan baixos (NZ\$4,99 / arredor de 3€ para iPhone e iPad e NZ\$5,25 / uns 3,25€ para Android) (AUT University 2014a, 2014b).

3.2.2. Correctores

Os correctores ortográficos e gramaticais son ferramentas moi importantes para mellorar a competencia lingüística e, en consecuencia, para combater a inseguridade. O galego conta con correctores ortográficos para as principais suites ofimáticas, privativas e libres. No primeiro caso, os correctores ortográficos desenvoltos por imaxin|software permítennos empregalos nas principais versións de Microsoft Word (2000, Xp, 2003, 2007 e 2010) e en diferentes sistemas operativos (Windows XP, Windows Vista, Windows 7 e MAC)¹⁴. Canto a plataformas libres, o galego conta co *Corrector ortográfico de hunspell para galego*, válido para LibreOffice, OpenOffice, Mozilla Firefox e Thunderbird e Google Chrome (Proxecto Trasno 2012); e con *Golfinho*, un corrector que vai alén da ortografía, pois tamén contempla aspectos gramaticais (Colaboradores/as do Wiki de Mancomún 2009). Tamén está dispoñíbel o corrector en liña *OrtoGal*, que nos permite inserir texto e comprobar erros¹⁵, e mesmo contamos cunha aplicación para unha linguaxe non sexista: *Exeria*¹⁶. No caso maorí o proxecto *Te Ngutu Kura Free Māori Spell Checker* desenvolveu correctores semellantes aos existentes para o galego. Así, a lingua maorí conta con correctores para as principais versións de Microsoft Office en boa parte dos sistemas operativos de Microsoft (desde Windows 95 até Windows 7), para algunhas versións de Microsoft Works e para OpenOffice. Conta tamén con correctores para navegadores, non só para Mozilla

13 <http://pollex.org.nz>

14 <http://www.imaxin.com/corrector2mil3.asp>
<http://www.xunta.es/linguagalega/galgo>

15 <http://sli.uvigo.es/corrector>

16 <http://www.exeria.net>

Firefox e Google Chrome, senón tamén para Internet Explorer. Para alén disto, este proxecto tamén se ocupa doutras cuestións relacionadas coa lingua maorí, como as necesidades de adaptación dos teclados para poder escribir de xeito doado os macrons (◌̄) que permiten sinalar as vogais longas existentes nesta lingua (como acontece, por exemplo, na palabra *māori*) (Taiuru 2001).

A situación do galego e do maorí parece semellante neste eido, aínda que cumpriría unha análise máis detallada dos diferentes correctores para podermos afirmar isto con seguridade (número de termos que inclúen os seus dicionarios etc.). Para alén disto, consideramos especialmente positiva a existencia de correctores para os principais navegadores, algo moi importante na actualidade, xa que os navegadores son o marco en que xeramos moitos dos nosos textos na rede (mensaxes de correo electrónico, mensaxes en redes sociais etc.).

3.2.4. Tradutores automáticos

Os tradutores automáticos son unha importante ferramenta para a visibilización dunha lingua dominada na rede. Así, por exemplo, unha tradución automática permítenos entender a idea xeral dun texto en maorí, aínda sen sabermos esta lingua, dun xeito barato e rápido. Ademais, tamén poden ser empregados como ferramentas auxiliares na aprendizaxe dunha nova lingua. Con todo, cómpre sermos sempre conscientes de que a tradución automática, no seu estado de desenvolvemento actual, non é perfecta, e aínda se precisa unha revisión por parte dunha persoa con alta competencia na lingua de chegada para que o resultado sexa aceptábel.

No caso do galego, no 2005 o Instituto Cervantes puxo a disposición do público o un servizo de tradución automática que pretendía facilitar a tradución entre as diferentes linguas do Estado español. Non sería até o ano 2006 cando se incluíría o galego neste tradutor, que pecharía a finais de 2013 por considerar que existían xa na rede un número suficiente de ferramentas similares (Instituto Cervantes). Tamén é en 2006 cando se presenta o tradutor de código aberto *OpenTrad*¹⁷, cunha finalidade semellante á do tradutor do Instituto Cervantes, mais que co tempo iría incluíndo máis linguas que as do Estado español nos pares dispoñíbeis (Vieiros 2006). Ao ano seguinte a Xunta de Galicia convocaría un concurso público para a elaboración dun tradutor automático galego - español e galego - inglés - galego, o que daría lugar ao tradutor automático da Xunta de Galicia. Na versión actual non se indica a data en que se puxo a disposición do público, mais a captura máis antiga de Internet Archive data de xuño de 2008 (Vieiros 2007; Secretaría Xeral de Política Lingüística 2008). Finalmente, en 2009 Google incluíría o galego

17 <http://www.opentrad.com/gl/inicio>

dentro das linguas dispoñíbeis en Google Translate, o que implica un importante avance nas combinacións posíbeis para a tradución automática do galego, pois a fins de 2014 este tradutor conta xa con 80 linguas dispoñíbeis, polo que un texto en galego pode ser traducido a ou desde 79 linguas diferentes. Cómpre indicarmos que isto é posíbel porque se emprega o inglés como lingua intermediaria, mais no caso galego hai unha segunda lingua intermediaria: o portugués. Así as cousas, un texto galego tradúcese ao portugués, do portugués ao inglés e do inglés a calquera das outras linguas meta, e viceversa. No caso da lingua maorí, non fomos quen de detectar tradutor automático ningún anterior a 2013, só dicionarios bilingües. En decembro de 2013 publicase a versión número 36 de Google Translate, que inclúe por primeira vez a lingua maorí, o que a sitúa no mesmo lugar que o galego en canto ao número de combinacións de tradución posíbeis, aínda que sete anos máis tarde do xurdimento do primeiro tradutor automático entre o galego e outra(s) lingua(s) (Colaboradoras/es da Wikipedia, The Free Encyclopedia 2014; Google Translate).

3.2.5. Outros recursos

Para alén dos recursos máis básicos, coma os dicionarios, correctores e tradutores que vimos de analizar, existen na rede outro tipo de recursos destinados a axudaren na aprendizaxe destas dúas linguas dominadas e / ou a melloraren a súa situación. O galego conta con numerosos materiais de todo tipo neste eido, unha pequena mostra é o *Kit para a normalización lingüística*¹⁸ hospedado no sitio web do Consello da Cultura Galega e que enlaza aos principais recursos existentes. No caso da lingua maorí tamén podemos atopar listaxes de recursos coma *OLAC resources in and about the Maori language*¹⁹ ou *Reo Māori resources*²⁰ mais, coma no caso galego, podemos atopar moitos outros na rede, aínda que é certo que o número parece menor.

Dentro desta grande variedade de recursos, consideramos que poden ser especialmente interesantes os cursos dispoñíbeis en liña para aprendermos estas linguas. Canto ao galego, é de especial interese o curso *égalego*²¹, un curso multimedia pensado para a autoaprendizaxe por parte de falantes de español. Outro dos cursos que podemos atopar na rede é o *Curso de galego práctico*²², aínda que só se limita á exposición de contidos divididos por temas. No caso da lingua maorí atopamos cursos coma

18 <http://kit.consellodacultura.gal>

19 <http://www.language-archives.org/language/mri>

20 <http://tereomaori.tki.org.nz/Reo-Maori-resources>

21 <http://e-galego.cesga.es/inicioc.htm>

22 <http://www.laopinioncoruna.es/estaticos/cursogalego/galego.html>

*Online Maori Language Course*²³ ou *Te Pūmanawa*²⁴, un curso multimedia que tamén conta con aplicacións para as principais plataformas móbiles. Trátase dun curso moi interesante para un primeiro achegamento á lingua maorí a partir do inglés, mais que presenta unha importante barreira: a pesar de dispoñer dunha versión de proba gratuíta, a versión completa do curso ten un custo de NZ\$300 (uns 186€), algo que, sen dúbida, reduce moito o seu alcance potencial. Chama a atención que non xurdise ningún MOOC (do inglés *Massive Open Online Course*, ‘curso masivo aberto en liña’) destinado á aprendizaxe do galego e do maorí, pois trátase dun tipo de cursos en auxe (aínda que é certo que teñen unha taxa de abandono moi alta), que facilitarían un primeiro achegamento a estas linguas con vantaxes máis alá dos contidos multimedia que xa achegan os cursos existentes, xa que a interacción entre o alumnado e entre o alumnado e o profesorado, especialmente a través de foros, enriquecería moito unha experiencia deste tipo. Con todo, existen iniciativas quizais máis interesantes que os MOOCs para a aprendizaxe de linguas, como é o caso de Duolingo, unha plataforma que permite aprender novas linguas ao tempo que se contribúe á tradución de contidos da rede. Duolingo destaca non só pola flexibilidade que permite, senón por seren os seus cursos moi completos, pois podemos afondar en todas as competencias lingüísticas (tamén nas orais), adaptándose ao noso nivel e tendo en conta tamén o tempo que pasamos sen practicar. Os cursos están deseñados para teren en conta os comentarios e valoracións das persoas usuarias, polo que melloran constantemente. Para alén disto, as primeiras avaliacións indican que é un método bastante efectivo para a aprendizaxe de idiomas (Vesselinov & Grego 2012). Aínda que de momento só conta con cursos estábeis para linguas hexemónicas, a creación de cursos deste tipo para as linguas dominadas eliminaría moitas barreiras para as persoas que quixesen iniciarse na súa aprendizaxe, ademais de contribuír á súa normalización.

3.3. Localización de software

A localización de software refírese non só á tradución de software a unha determinada lingua, senón que tamén inclúe todas as modificacións necesarias para adaptar o software a unha rexión xeográfica concreta (moeda, formatos de hora, convencións canto aos formatos numéricos –separación de decimais, separación de millares etc.–). Moitas veces úsanse os termos tradución e localización como sinónimos, mais cómpre termos en conta que a localización, aínda que é fundamentalmente tradución, tamén inclúe esoutros aspectos (Colaboradoras/es de Wikipedia, The Free Encyclopedia 2014).

23 <http://www.maori.org.nz/cgi-bin/quizzes/quiztest.cgi>

24 <http://www.maori.ac.nz>

O uso de software de diferente tipo volveuse algo cotián para unha boa parte da poboación, de aí que a presenza ou ausencia dunha lingua neste eido é tamén un importante elemento para a súa (in)visibilización. Para analizarmos esta cuestión consideramos que é necesario distinguir entre dous tipos de software: o privativo e o libre. Esta distinción é importante porque no primeiro caso cómpre pedirlle permiso á persoa ou empresa propietaria para podermos realizar a tradución, mentres que no segundo podemos iniciar a tradución do software e poñérmola a disposición da comunidade sen pedírmolles permiso a ninguén²⁵. Na actualidade, tanto o galego coma o maorí están presentes como opción lingüística nas últimas versións de Windows, o sistema operativo privativo máis difundido, e tamén noutros produtos de Microsoft tan empregados coma Microsoft Office. Con todo, este software non incorpora por defecto o galego e o maorí, senón que é preciso descargar e instalar a tradución unha vez instalado o software. Esta posibilidade está dispoñíbel para o sistema operativo de Microsoft desde o 2004 no caso galego, e desde o 2005 no caso maorí (Keane 2012b; Colaboradoras/es da Galipedia 2014b).

Canto ao software libre, existen fondas diferenzas entre o galego e o maorí. No primeiro caso, xa nos anos 90 do século XX se comezaran a realizar as primeiras traducións, mais destaca o ano 1999, cando as persoas dedicadas á localización de software libre ao galego comezan a se coordinar, iniciando o que hoxe coñecemos como Proxecto Trasno, unha asociación desde a que se coordinan os proxectos de localización máis importantes. Grazas ao traballo destas persoas hoxe podemos contar cunha gran cantidade de software de todo tipo en galego: desde sistemas operativos (coma Ubuntu), até aplicativos que van desde as ferramentas ofimáticas máis usuais (LibreOffice) até ferramentas máis específicas como editores gráficos (Inkscape) ou de son (Audacity) (Fernández 2008: 6; Proxecto Trasno). Neste caso, a diferenza do que acontecía co software privativo, o galego aparece como lingua por defecto á mesma altura que as demais á hora de realizar a instalación, polo que non é unha lingua de segunda. No caso maorí, aínda que atopamos software libre nesta lingua, a cantidade de software dispoñíbel é menor que a dispoñíbel en galego. Por exemplo, se revisamos o estado das traducións das últimas versións de Ubuntu, comprobamos que o galego está sempre entre as vinte primeiras linguas segundo o número de fragmentos (cadeas) traducidos, mais o maorí case non conta con cadeas traducidas (Launchpad 2014). Tampouco atopamos en maorí aplicativos libres tan coñecidos coma o navegador Mozilla Firefox (Mozilla Firefox 2014) ou a suite ofimática LibreOffice (LibreOffice 2014).

25 O software libre concédelles ás persoas usuarias catro liberdades esenciais: a liberdade para executalo, a liberdade para modificalo, a liberdade para distribuír copias e a liberdade para distribuír copias de versións modificadas (Stallman 2010: 3).

Así as cousas, parece que o maorí si é quen acadar a localización de software privativo ao mesmo nivel que o galego, algo para o que é necesario convencer as empresas propietarias. Porén, non parece ter a mesma capacidade para que xurdan grupos de localización semellantes aos galegos, que consigan, co seu traballo voluntario, poñer a disposición da comunidade un amplo abano de software na súa lingua. Este dato contrasta co esforzo que si parece estar a facer a comunidade de falantes de maorí noutros proxectos abertos coma a *Wikipedia*, como xa mencionamos. Con todo, a edición da *Wikipedia* é unha tarefa máis doada que a localización de software, que require un maior esforzo para a coordinación e a xestión das localizacións. É posíbel que isto, unido a un número moi reducido de falantes, incida nas grandes diferenzas que detectamos entre o galego e o maorí canto á localización de software libre. En calquera caso, a existencia dunha comunidade relativamente activa na *Wikipedia* indica unha demanda de contidos en maorí que, quizais, faga xurdir no futuro equipos de localización de maior entidade.

3.4. A loita por un dominio propio

O aumento do número de computadores conectados a internet fixo que fose necesaria a organización dos seus enderezos, que se compoñían dunha secuencia numérica denominada enderezo IP (*Internet Protocol*). Esta é a razón por que se desenvolveu, en 1983, o Domain Name System (DNS), que permitía traducir os enderezos IP a palabras máis doadas de entender, memorizar e atopar: os nomes de dominio (por exemplo <http://192.0.32.10> > <http://exemplo.com>). Un dos elementos deste novo esquema son os dominios de nivel superior, situados ao final do enderezo (.com, .org, .net, .es, .nz etc.). Estes dominios permítennos clasificar os nomes de dominio segundo diferentes criterios (localización xeográfica, tipo de institución etc.). Así as cousas, os dominios de nivel superior volvéronse un importante factor para a (in)visibilidade de diferentes colectivos na rede, de aí que as culturas e linguas dominadas reclamen un dominio propio. Con todo, non é un camiño doado. A xestión destes dominios correspóndelle a un organismo sen fins lucrativos, a ICANN (Internet Corporation for Assigned Names and Numbers), que é quen decide se aproba ou non a creación dun novo dominio. Boa parte das culturas e linguas dominadas están asociadas a unha zona xeográfica máis ou menos concreta, o que pode facer que a súa primeira reivindicación sexa a dun dominio xeográfico de nivel superior, como foi o caso de .ct para Cataluña. A ICANN baseouse no estándar ISO 3166, que lle aplica un código de dúas letras a diferentes territorios do mundo, mais non se amosou favorábel a recoñecer outros dominios xeográficos semellantes para territorios non contemplados por esa norma. Por esta razón, iniciativas coma a catalá optaron por outra vía: solicitar un dominio de tres caracteres para representar a lingua e a cultura catalás na rede, unha vía que resultou ser máis produtiva, pois en 2005 conseguíuse a aprobación do dominio .cat, que abriu o camiño para que

outras iniciativas semellantes tivesen éxito (Gerrand 2008). Así, en 2013 a ICANN aprobou o dominio *.gal* para a representación da lingua e a cultura galegas na rede, xunto con outros dominios semellantes. Estas consecucións son un importante avance para a visibilidade das linguas e culturas dominadas en internet, mais non pechan a porta a continuar loitando por un dominio xeográfico de nivel superior de dous caracteres, como sería o *.ct* para Cataluña ou o *.gz* para Galiza (Asociación Puntogal; Pardo 2013).

A cultura maorí conta na actualidade con dous dominios de segundo nivel, *maori.nz* (para calquera persoa, organización ou temática maorí) e *iwi.nz* (restrinxido só ás tribos maorís, é o que se denomina un dominio moderado), os dous subordinados ao dominio de nivel superior asignado a Nova Zelandia, *.nz*. A cultura maorí conseguiu estes dous dominios de segundo nivel grazas ao traballo da New Zealand Māori Internet Society. En 2007 esta mesma asociación propuxo a implantación dun sistema bilingüe de dominios de segundo nivel, isto é, que todos os dominios de segundo nivel subordinados a *.nz*, actualmente en inglés, tivesen o seu equivalente en maorí (por exemplo, que existise *.shool.nz* á par de *.kura.nz*). Desde esta mesma organización tamén se propuxo a creación de dominios de nivel superior para a lingua e cultura maorís, coma *.māori* ou *.aotearoa*, e mesmo un dominio xeográfico de nivel superior e dous caracteres para Nova Zelandia, mais baseado no seu nome maorí: *.aa* (Aotearoa) (Keane 2012b). Aínda que o colectivo maorí non conseguiu no momento de escribir este artigo ningunha destas aspiracións, coidamos que a aprobación do dominio *.cat*, e posteriormente o dos dominios aprobados en 2013 para a representación de culturas e linguas na rede (entre os que se atopa o *.gal*), supoñen un importante precedente para que colectivos coma o maorí acaden un dominio propio de primeiro nivel, algo que tería unha influencia moi positiva para a visibilidade da lingua e a cultura maorís na rede.

4. Conclusións

Con este traballo intentamos realizar unha aproximación comparativa á situación do galego e do maorí na rede. As limitacións de espazo e a gran cantidade de materias que podemos atopar na rede non nos permiten realizar unha comparación sistemática, mais si que podemos seleccionar aspectos concretos (os que ao noso xuízo consideramos máis relevantes) para realizarmos unha primeira aproximación comparativa, que cumpriría completar con estudos máis pormenorizados. Comprobamos que as culturas e as linguas galegas e maorís, aínda sendo as dúas subordinadas a outras hexemónicas, están en situacións moi diferentes: mentres que no caso galego a situación actual é negativa, consideramos que no caso maorí é realmente crítica. Esta situación reflíctese dalgún xeito na rede, mais as propias características deste espazo de comunicación permiten que os esforzos por reverter

a situación se poidan coordinar mellor, ao tempo que se fan máis visíbeis. Basil Keane (2012b) indícanos que, aínda que o colectivo maorí presenta un menor uso da rede que outros colectivos neozelandeses, existe unha minoría activa que traballa para a visibilización da súa lingua e da súa cultura na rede, algo que nós comprobamos ao analizarmos os datos referentes á *Wikipedia*. Do mesmo xeito, consideramos que no caso galego existe unha minoría moi activa que traballa en diferentes proxectos coa finalidade de situar a lingua e a cultura galegas á par doutras linguas, entre os que analizarmos a edición da *Wikipedia* e a localización de software libre, mais son moitas outras as iniciativas que podemos atopar na rede. Os resultados acadados por estas dúas minorías activas son moi diferentes: no caso galego a actividade é moito maior e, para alén disto, vai sempre ligada ao uso da lingua; mentres que no caso maorí detectamos unha actividade menor e moito máis desvinculada da lingua maorí. Con todo, cómpre non subestimar os esforzos do colectivo maorí, moito máis pequeno que o galego, e que se volve aínda máis reducido se só temos en conta as persoas con competencia na lingua maorí. Así as cousas, pode que algún día a rede chegue a ser un fervedoiro de iniciativas a prol da cultura e da lingua maorís ao mesmo nivel que o é hoxe para as galegas, ao tempo que pode que siga a ser cada vez un espazo máis importante para traballar a prol da lingua e da cultura galegas. Porén, como indicamos ao inicio, cómpre estarmos sempre alerta, a rede tal e como foi concibida supón un importante perigo para o poder establecido, que non dubidará en empregar todos os seus recursos para atacar a neutralidade, establecer a censura ou exercer a espionaxe. Unha rede coma internet pode ser unha gran oportunidade para acadarmos un mundo máis xusto en todos os sentidos, e tamén no lingüístico, mais cómpre aprendermos a lle dar un bo uso e mantermos os ollos ben abertos para non permitirmos que nola arrebatén.

Referencias bibliográficas

- AETG (Asociación de Enxeñeiros de Telecomunicacións de Galicia) (2008- ...): “ataque distribuído de denegación de servizo”, *DiGaTIC*. Dispoñíbel en <http://digatic.org/gl/node/5120>. Consultado en 30.10.2014.
- Alia, V. (2012): *The New Media Nation: Indigenous Peoples and Global Communication*. New York; Oxford: Berghahn Books. Dispoñíbel en <http://books.google.co.nz/books?id=ypZ3u09kPsYC&printsec=frontcover#v=onepage&q&f=false> (previsualización). Consultado en 22.10.2014.
- Asociación Puntogal: “Que é Puntogal?”. Dispoñíbel en http://www.puntogal.org/xeral.php?txt=arbores_web2&lg=gal. Consultado en 30.10.2014.

- Atkinson, A. S. (1892): “What is a Tangata Maori?”, *The Journal of the Polynesian Society* Vol.1, Nº 3, 133-136. Dispoñíbel en http://www.jps.auckland.ac.nz/document/Volume_1_1892/Volume_1%2C_No._3%2C_1892/What_is_a_Tangata_Maori%3F_by_A._S._Atkinson%2C_p133-136?action=null. Consultado en 10.10.2014.
- AUT University (2014a): *Te Reo Māori* (App Store on iTunes). Dispoñíbel en <https://itunes.apple.com/nz/app/id377136638?mt=8>. Consultado en 30.10.2014.
- AUT University (2014b): *Te Reo Māori* (Android Apps on Google Play). Dispoñíbel en <https://play.google.com/store/apps/details?id=com.auttoreomaori&hl=en>. Consultado en 30.10.2014.
- Castelao, A. D. Rodríguez (2001): *Sempre en Galiza* (A Coruña: La Voz de Galicia).
- Castells, M. (2013): “Internetfobia”, *La Vanguardia*. Dispoñíbel en <http://www.caffereggio.net/2013/06/01/internetfobia-de-manuel-castells-en-la-vanguardia/>. Consultado en 28.10.2014.
- Colaboradoras/es da Galipedia (2013): “Blogomillo”, *Galipedia, a Wikipedia en galego*. Dispoñíbel en <http://gl.wikipedia.org/w/index.php?title=Blogomillo&oldid=302097>. Consultado en 30.10.2014.
- Colaboradoras/es da Galipedia (2014a): “Wikipedia:Actualidade”, *Galipedia, a Wikipedia en galego*. Dispoñíbel en <https://gl.wikipedia.org/wiki/Wikipedia:Actualidade>. Consultado en 30.10.2014.
- Colaboradoras/es da Galipedia (2014b): “Windows XP”, *Galipedia, a Wikipedia en galego*. Dispoñíbel en http://gl.wikipedia.org/w/index.php?title=Windows_XP&oldid=3289087. Consultado en 30.10.2014.
- Colaboradoras/es da Wikipedia, The Free Encyclopedia (2014): “Google Translate”, *Wikipedia, the free encyclopedia*. Dispoñíbel en https://en.wikipedia.org/wiki/Google_Translate. Consultado en 30.10.2014.
- Colaboradoras/es da Wikipedia, The Free Encyclopedia (2014): “Internationalization and localization”, *Wikipedia, The Free Encyclopedia*. Dispoñíbel en http://en.wikipedia.org/w/index.php?title=Internationalization_and_localization&oldid=631747591. Consultado en 03.11.2014.
- Colaboradoras/es de Meta (2014a): “List of Wikipedias”, *Meta, discussion about Wikimediaprojects*. Dispoñíbel en http://meta.wikimedia.org/w/index.php?title=List_of_Wikipedias&oldid=9524886. Consultado en 30.10.2014.
- Colaboradoras/es de Meta (2014b): “List of Wikipedias by speakers per article”, *Meta, discussion about Wikimedia projects*. Dispoñíbel en http://meta.wikimedia.org/w/index.php?title=List_of_Wikipedias_by_speakers_per_article&oldid=10327073. Consultado en 30.10.2014.
- Colaboradoras/es de Meta (2014c): “Wiktionary”, *Meta, discussion about Wikimedia projects*. Dispoñíbel en <http://meta.wikimedia.org/w/index.php?title=Wiktionary&oldid=7349601>. Consultado en 30.10.2014.

- Colaboradoras/es do Wiki de Mancomún (2009): “Golfinho. Corrector gramatical para OpenOffice.org”, *Wiki de Mancomún*. Dispoñíbel en http://wiki.mancomun.org/index.php?title=Golfinho%20Corrector_gramatical_para_OpenOffice.org&oldid=6047. Consultado en 30.10.2014.
- Colaboradoras/es do Wiktionary (2014): *Wiktionary, Te Papakupu Wātea*. Dispoñíbel en http://mi.wiktionary.org/w/index.php?title=Hau_Kāinga&oldid=7634. Consultado en 30.10.2014.
- Contreras, M. (2014): “La censura de internet ya es una realidad en Reino Unido”, *FayerWayer*. Dispoñíbel en <http://www.fayerwayer.com/2014/01/la-censura-de-internet-ya-es-una-realidad-en-reino-unido>. Consultado en 28.10.2014.
- Dans, E. (2010): “Capítulo 5. Introducción a la red. La neutralidad de la red”, *Todo va a cambiar*. Dispoñíbel en <http://www.todovaacambiar.com/capitulo-5-introduccion-a-la-red-la-neutralidad-de-la-red>. Consultado en 28.10.2014.
- Davis, D. & Solomon, M. (2014): “Moriōri”, *Te Ara - the Encyclopedia of New Zealand*. Dispoñíbel en: <http://www.TeAra.govt.nz/en/moriōri>. Consultado 17.10.2014.
- Derby, M. (2014): “Waitangi Tribunal – Te Rōpū Whakamana”, *Te Ara - the Encyclopedia of New Zealand*. Dispoñíbel en <http://www.TeAra.govt.nz/en/waitangi-tribunal-te-ropu-whakamana>. Consultado en 16.10.2014.
- El País* (2008): “Versión ‘web’ da Enciclopedia Galega Universal”. Dispoñíbel en http://elpais.com/diario/2008/07/11/galicia/1215771504_850215.html. Consultado en 30.10.2014.
- Estraviz, I. A. (dir.) & Durão, C. (dir.) (2005 - ...): *Dicionário Eletrônico Estraviz*. Dispoñíbel en <http://www.estraviz.org>. Consultado en 30.10.2014.
- Ethnologue (2013): “Maori”. Dispoñíbel en <https://www.ethnologue.com/language/mri/view>. Consultado en 22.10.2014.
- Fernández Montecelo, M. A. (2008): “Software libre e linguas minorizadas. O Proxecto Trasno”. Dispoñíbel en <https://www.dropbox.com/s/j9b9n49udg9ur3a/Software%20libre%20e%20linguas%20minorizadas.pdf?dl=0>. Consultado en 30.10.2014.
- Fernández, M. (2010): “O Dicionario de Galego de Ir Indo pasará a ser de pagamento en outubro”, *Código Cero - Diario Tecnológico de Galicia*. Dispoñíbel en <http://codigo-cero.com/O-Dicionario-de-Galego-de-Ir-Indo,13539>. Consultado en 30.10.2014.
- Galicia Confidencial (2011): “O Digalego e a EGU, gratis para os mestres”. Dispoñíbel en <http://www.galiciacconfidencial.com/nova/7258.html>. Consultado en 30.10.2014.
- Gerrand, P. (2008). “A posibilidade de conseguir o dominio .gal para apoiar mundialmente a cultura galega, unha visión desde as Antípodas”, en Lorenzo Modia, M. J. & Boland Osegueda, R. C. (eds.), *Australia e Galicia: vencendo a tiranía do afastamento = Australia and Galicia: defeating the tyranny of distance*, 181-205 (A Coruña: Xunta de Galicia, Secretaría Xeral de Emigración / Australia: Antipodas Monographs).

- González, M. (2014): “Seis consecuencias esperables de la aprobación del Canon AEDE”, *Xataka*. Dispoñíbel en <http://m.xataka.com/aplicaciones-y-servicios/seis-consecuencias-esperables-de-la-aprobacion-del-canon-aede>. Consultado en 28.10.2014.
- Google Translate: “Find out how our translations are created”. Dispoñíbel en https://translate.google.com/about/intl/en_ALL. Consultado en 30.10.2014.
- Higgins, R & Keane, B. (2013 - 2014): “Te reo Māori – the Māori language”, *Te Ara - the Encyclopedia of New Zealand*. Dispoñíbel en <http://www.TeAra.govt.nz/en/te-reo-maori-the-maori-language>. Consultado en 16.10.2014.
- Howe, K. R. (2012): “Ideas of Māori origins – 1880s-1970s: Mori origins; the Great Fleet”, *Te Ara - the Encyclopedia of New Zealand*. Dispoñíbel en <http://www.teara.govt.nz/en/ideas-of-maori-origins/page-1>. Consultado en 10.10.2014.
- IGE (2014): “Poboación en vivendas familiares de 5 ou máis anos segundo o coñecemento do galego”. Dispoñíbel en [http://www.ige.eu/igebdt/esqv.jsp?ruta=verTabla.jsp?OP=1&B=1&M=&COD=6901&R=9915\[12\]&C=0\[all\]&F=&S=1:2011&SCF=](http://www.ige.eu/igebdt/esqv.jsp?ruta=verTabla.jsp?OP=1&B=1&M=&COD=6901&R=9915[12]&C=0[all]&F=&S=1:2011&SCF=). Consultado en 22.10.2014.
- Instituto Cervantes: “Lengua y tecnología”. Dispoñíbel en http://www.cervantes.es/lengua_y_ensenanza/tecnologia_espanol/informacion.htm. Consultado en 30.10.2014.
- Ir Indo Edicións (2008a): *Diccionario de Galego de Ir Indo*. Dispoñíbel en <https://web.archive.org/web/20080510163929/http://www.digalego.com/diccionario/html/index.php>. Consultado en 30.10.2014.
- Ir Indo Edicións (2008b): *Enciclopedia Galega Universal Online*. Dispoñíbel en <https://web.archive.org/web/20080713074541/http://www.egu.es/> (captura do 13.07.2008). Consultado en 30.10.2014.
- Keane, B. (2009): “North Island and South Island”, *Signposts - a blog about Te Ara the Encyclopedia of New Zealand*. Dispoñíbel en <http://blog.teara.govt.nz/2009/04/23/north-island-and-south-island/>. Consultado en 10.10.2014.
- Keane, B. (2012a): “Musket wars”, *Te Ara - the Encyclopedia of New Zealand*. Dispoñíbel en <http://www.TeAra.govt.nz/en/musket-wars>. Consultado en 10.10.2014.
- Keane, B. (2012b): “Mātauranga hangarau – information technology”, *Te Ara - the Encyclopedia of New Zealand*. Dispoñíbel en <http://www.teara.govt.nz/en/matauranga-hangarau-information-technology/page-1>. Consultado en 10.10.2014.
- Keenan, D. (2013): “New Zealand wars - Waikato war: beginnings”, *Te Ara - the Encyclopedia of New Zealand*. Dispoñíbel en <http://www.TeAra.govt.nz/en/new-zealand-wars/page-5>. Consultado en 16.10.2014.
- Land Information New Zealand (LINZ) - Toitū te whenua: “Find Māori Names”. Dispoñíbel en <http://www.linz.govt.nz/placenames/find-names/maori-names>. Consultado en 17.10.2014.
- Launchpad (2014): “Translations: Ubuntu”. Dispoñíbel en <https://translations.launchpad.net/ubuntu/+translations#>. Consultado en 30.10.2014.

- Learning Media (2002): *Ngata Dictionary*. Dispoñíbel en <https://web.archive.org/web/20020803063038/http://www.learningmedia.co.nz/ngata> (captura do 03.08.2002). Consultado en 30.10.2014.
- LibreOffice (2014): “Please select your language”. Dispoñíbel en <https://www.libreoffice.org/download/libreoffice-fresh/?type=deb-x86&version=4.3&lang=pick>. Consultado en 30.10.2014.
- López García, X. & Calvo Ferreiro, M. D. (2010): *Cibermedios, blogs e redes sociais en Galicia 2009*. Santiago de Compostela: Grupo de Novos Medios do Departamento de Ciencias da Comunicación da Universidade de Santiago de Compostela. Dispoñíbel en http://www.novosmedios.org/wp-content/uploads/Cib_2009.pdf. Consultado en 24.10.2014.
- López, M. (2014): “La FCC vota a favor de la propuesta para las ‘vías rápidas’ de tráfico en la red”, *Genbeta*. Dispoñíbel en <http://www.genbeta.com/actualidad/la-fcc-vota-a-favor-de-la-propuesta-para-las-vias-rapidas-de-trafico-en-la-red>. Consultado en 28.10.2014.
- Maori word (2011). Dispoñíbel en <https://web.archive.org/web/20110926062709/http://maoriword.com> (captura do 26.09.2011). Consultado en 30.10.2014.
- McIntyre, W. D. (2012): “Self-government and independence”, *Te Ara - the Encyclopedia of New Zealand*. Dispoñíbel en <http://www.TeAra.govt.nz/en/self-government-and-independence>. Consultado en 10.10.2014.
- Ministry for Culture and Heritage (2014): “Thomas Kendall with Hongi Hika”, *NZHistory, New Zealand history online*. Dispoñíbel en <http://www.nzhistory.net.nz/media/photo/thomas-kendall-painting>. Consultado en 16.10.2014.
- Ministry of Education (2010): *Papakupu Pūtaiao*. Dispoñíbel en <https://web.archive.org/web/20100308033136/http://putaiao.tki.org.nz/Papakupu-Putaiao> (captura do 08.03.2010). Consultado en 30.10.2014.
- Mozilla Firefox (2014): “Download Firefox in your language”. Dispoñíbel en <https://www.mozilla.org/en-US/firefox/all>. Consultado en 30.10.2014.
- Ngata, W. (2013): “Story: Ngata, Hori Mahue”, *Dictionary of New Zealand Biography. Te Ara - the Encyclopedia of New Zealand*. Dispoñíbel en <http://www.teara.govt.nz/en/biographies/5n10/ngata-hori-mahue>. Consultado en 30.10.2014.
- Oakley Wilson, J. (2009). “AOTEAROA”, *Te Ara - the Encyclopedia of New Zealand*. Dispoñíbel en <http://www.teara.govt.nz/en/1966/aotearoa>. Consultado en 10.10.2014.
- Orange, C. (2012): “Treaty of Waitangi”, *Te Ara - the Encyclopedia of New Zealand*. Dispoñíbel en <http://www.TeAra.govt.nz/en/treaty-of-waitangi>. Consultado en 10.10.2014.
- Pardo, M. (2013): “Galicia asina o seu dominio en Internet e culmina sete anos de traballo”, *Praza Pública*. Dispoñíbel en <http://praza.gal/ciencia-e-tecnoloxia/5862/galicia-asina-o-seu-dominio-en-internet-e-culmina-sete-anos-de-traballo/>. Consultado en 30.10.2014.

- PROEL. “Lengua maori”. Dispoñíbel en www.proel.org/index.php?pagina=mundo/austriaca/austrone/malayopol/oceanico_rem/maori. Consultado en 10.10.2014.
- Proxecto Trasno (2012): “Publicamos a nova versión do corrector ortográfico Hunspell do galego, para LibreOffice e OpenOffice”. Dispoñíbel en http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Qcrkqa_ldOAJ:www.trasno.net/2012/10/node240/&client=ubuntu&hl=gl&gl=nz&strip=1. Consultado en 30.10.2014.
- Proxecto Trasno. Dispoñíbel en <http://www.trasno.net/>. Consultado en 30.10.2014.
- Real Academia Galega (1997): *Diccionario da Real Academia Galega*. Dispoñíbel en https://web.archive.org/web/20080622163453/http://www.edu.xunta.es/diccionarios/index_rag.html (captura do 22.06.2008). Consultado en 30.10.2014.
- Real Academia Galega (2012): “A Academia presenta o seu Dicionario electrónico”. Dispoñíbel en http://www.realacademiagalega.org/inicio/-/asset_publisher/E4jf/content/a-academia-presenta-o-seu-diccionario-electronico. Consultado en 30.10.2014.
- Rial, S. G. (2014): “Vinte anos da primeira web en galego da historia, obra dun filólogo coristanqués”, *La Voz de Galicia*. Dispoñíbel en http://www.lavozdeg Galicia.es/noticia/carballo/2014/10/17/vinte-anos-da-primera-web-galego-da-historia-obra-dun-filologo-coristanques/0003_201410C17C11991.htm. Consultado en 22.10.2014.
- Romero, D. & Vaquero, I. (2001): *Da periferia a rede: internet en Galicia. Lingua e contidos* (Vigo: Xerais).
- Royal, T. A. C. (2013). “Hawaiki”, *Te Ara - the Encyclopedia of New Zealand*. Dispoñíbel en <http://www.teara.govt.nz/en/hawaiki>. Consultado en 10.10.2014.
- Secretaría Xeral de Política Lingüística (2008): *Tradutor automático*. Dispoñíbel en <https://web.archive.org/web/20080612064851/http://www.xunta.es/tradutor/> (captura do 12.06.2008). Consultado en 30.10.2014.
- Snowden, E. (2014): “Here’s how we take back the Internet” [vídeo], en *TED2014*. Dispoñíbel en http://www.ted.com/talks/edward_snowden_here_s_how_we_take_back_the_internet. Consultado en 28.10.2014.
- soc.culture.galiza. Dispoñíbel en <http://vello.vieiros.com/soc.culture.html>. Consultado en 22.10.2014.
- Stallman, R. (2010): *Free Software, Free Society: Selected Essays of Richard M. Stallman* (2a edición). Boston: Free Software Foundation. Dispoñíbel en <http://www.gnu.org/doc/fsfs-ii-2.pdf>. Consultado en 30.10.2014.
- Tā moko (2001). Dispoñíbel en: <https://web.archive.org/web/20010302001710/http://www.tamoko.org.nz/> (captura do 02.03.2001). Consultado en 22.10.2014.
- Taiuru, K. (2001): *Te Ngutu Kura, Karaitiana Taiuru*. Dispoñíbel en <http://www.taiuru.maori.nz/te-ngutu-kura/>. Consultado en 30.10.2014.

- Taonui, R. (2012): “Ngā māngai – Māori representation”, *Te Ara - the Encyclopedia of New Zealand*. Disponível em <http://www.TeAra.govt.nz/en/nga-mangai-maori-representation>. Consultado em 16.10.2014.
- Taonui, R. (2013): “Ngā tuakiri hōu – new Māori identities - Early Māori identities”, *Te Ara - the Encyclopedia of New Zealand*. Disponível em <http://www.TeAra.govt.nz/en/nga-tuakiri-hou-new-maori-identities/page-1>. Consultado em 10.10.2014.
- Te Reo Pāngarau (2011). Disponível em <https://web.archive.org/web/20110204195634/http://numeracydb.nzmaths.co.nz/maori/Dictionary/> (captura do 04.02.2011). Consultado em 30.10.2014.
- Te Taura Whiri i te Reo Māori - Māori Language Commission *a: Language Issues*. Disponível em http://www.tetaurawhiri.govt.nz/english/issues_e/index.shtml. Consultado em 17.10.2014.
- Te Taura Whiri i te Reo Māori - Māori Language Commission *b: “List of Place Names”, en Māori Language Resources*. Disponível em http://www.tetaurawhiri.govt.nz/english/resources_e/list_placenames.shtml. Consultado em 17.10.2014.
- The New Zealand Māori Internet Society. Disponível em www.nzmis.maori.nz. Consultado em 22.10.2014.
- Thompson, A. (2002): “Maori Cyberterrorism Vs LEGO Leads To Reprisals”, *Scoop News*. Disponível em <http://www.scoop.co.nz/stories/HL0211/S00055.htm>. Consultado em 22.10.2014.
- Tomlins-Jahnke, H. (2014). *Indigenous Studies: Australia and New Zealand (Indig)* [curso en liña]. Disponível em <https://www.open2study.com/courses/indigenous-studies>. Consultado em 10.10.2014.
- Ugarte, D. de (2005 - 2007): *El poder de las redes*. Disponível em <http://lasindias.com/el-poder-de-las-redes>. Consultado em 30.10.2014.
- Vesselinov R. & Grego J. (2012): “Duolingo Effectiveness Study”. Disponível em http://static.duolingo.com/s3/DuolingoReport_Final.pdf. Consultado em 30.10.2014.
- Vieiros (2006): “Preséntase en Barcelona OpenTrad, o primeiro tradutor automático entre as linguas oficiais do Estado”. Disponível em <http://www.vieiros.com/nova/50238/presentase-en-barcelona-opentrad-o-primeiro-tradutor-automatico-entre-as-linguas-oficiais-do-estado>. Consultado em 30.10.2014.
- Vieiros (2007): “Haberá tradutor automático inglés-galego en liña e de balde”. Disponível em <http://www.vieiros.com/nova/60811/habera-tradutor-automatico-ingles-galego-en-lina-e-de-balde>. Consultado em 30.10.2014.
- Walker, R. (2014): “Māori studies – ngā tari Māori - Pioneers of Māori studies”, *Te Ara - the Encyclopedia of New Zealand*. Disponível em <http://www.TeAra.govt.nz/en/maori-studies-nga-tari-maori/page-1>. Consultado em 16.10.2014.

- Williamson, H. M. (Minister for Land Information) (2013): “Notice of the Final Determinations of the Minister for Land Information to Assign Official Alternative Geographic Names”, *Gazette notice* 17/10/2013. Dispoñíbel en <http://www.linz.govt.nz/placenames/consultation-decisions/decisions-archive/20131017>. Consultado en 10.10.2014.
- Wilson, J. (2012 - 2014): “European discovery of New Zealand”, *Te Ara - the Encyclopedia of New Zealand*. Dispoñíbel en <http://www.teara.govt.nz/en/european-discovery-of-new-zealand/page-1>. Consultado en. 10.10.2014.
- Zachte, E. (2014): “Wikipedia Statistics Maori”, *Wikipedia Statistics*. Dispoñíbel en <http://stats.wikimedia.org/EN/TablesWikipediaMI.htm>. Consultado en 30.10.2014.